

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES – CCH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS (MESTRADO)

FLÁVIA CRISTINA SILVA BARBOSA

AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NA MÍDIA: SENTIDOS SOBRE A ATUAL INSTÂNCIA
CIDADÃ, REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA NO JORNAL IMPRESSO

MARINGÁ – PR
2016

FLÁVIA CRISTINA SILVA BARBOSA

AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NA MÍDIA: SENTIDOS SOBRE A ATUAL INSTÂNCIA
CIDADÃ, REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA NO JORNAL IMPRESSO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos**

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti

MARINGÁ – PR
2016

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca Central - UEM, Maringá – PR., Brasil)

B238m Barbosa, Flávia Cristina Silva
As manifestações de rua na mídia: sentidos sobre a atual instância cidadã, representatividade e democracia no jornal impresso / Flávia Cristina Silva Barbosa. -- Maringá, 2016.
191 f. : il. col., figs., tabs.

Orientadora: Prof.a Dr.a Maria Célia Cortêz Passetti.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Programa de Pós-Graduação em Letras, 2016

1. Análise do Discurso - Mídia tradicional impressa - Manifestações de rua. 2. Democracia - Participação política. 3. Mídia online - Comparação. I. Passetti, Maria Célia Cortêz, orient. II. Universidade Estadual de Maringá. Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Programa de Pós-Graduação em Letras. III. Título.

CDD 21.ed. 401.43

MN-003844

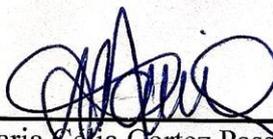
FLÁVIA CRISTINA SILVA BARBOSA

**AS MANIFESTAÇÕES DE RUA NA MÍDIA: SENTIDOS SOBRE A ATUAL INSTÂNCIA CIDADÃ,
REPRESENTATIVIDADE E DEMOCRACIA NO JORNAL IMPRESSO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras (Mestrado), da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Letras, área de concentração: **Estudos Linguísticos.**

Aprovado em **22 de julho de 2016.**

BANCA EXAMINADORA



Prof^a Dr^a Maria Celia Cortez Passetti
Universidade Estadual de Maringá – UEM
- Presidente -



Prof. Dr^a Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo
Universidade Estadual de Maringá – UEM



Prof^a Dr^a Maria Cleci Venturini
Universidade Estadual do Centro-Oeste – UNICENTRO/ Guarapuava-PR

*A meus pais, que são exímios exemplos para mim,
dedico este trabalho*

AGRADECIMENTOS

Dedicar-se à pesquisa científica é, ao mesmo tempo, aprender a lidar com os muitos desafios constituintes do processo, amadurecimento teórico, metodológico, analítico. É o momento de desestabilizar as certezas e perder-se e encontrar-se na pesquisa. Embora não seja fácil, companhias especiais nos fazem sentirmo-nos mais confiantes e preparados para encarar esse desafio constante. Por isso, não posso deixar de agradecer:

A Deus, em primeiro lugar, que me permitiu chegar até aqui. Mesmo quando o trajeto parecia longo demais, mesmo quando a estrada parecia pedregosa e a passagem estreita, Ele, com bondade, me concedeu forças para que cada dificuldade fosse superada.

À minha família. Aos meus pais, Ana Lúcia e Romeu, agradeço o apoio dispensado durante todo o percurso. Meu reconhecimento à minha mãe, que nunca mediu esforços para me ajudar na realização deste objetivo. Embora as palavras não sejam suficientemente plenas para expressar tamanha gratidão, deixo aqui meu singelo muito obrigada, por tudo que fizeram e fazem por mim.

Às minhas tias Luciana Maria, Rosiane e Rosilene, pela ajuda desde o período da graduação, em vários aspectos. Pelo incentivo constante.

À minha orientadora, professora Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti, por ver em mim, além da timidez, a possibilidade de me aceitar como orientanda, encarando essa “tarefa” com toda a compreensão, simpatia e atenção ao longo do processo. Com perspicácia, consequência da pesquisadora empenhada que é, desestabilizou em mim algumas (várias) certezas, nos campos que mais a instigam: língua(gem), política e mídia.

À professora Dr.^a Luciana Cristina Ferreira Dias Di Raimo, por aceitar prontamente a fazer parte de minha banca, pelas valiosas sugestões e contribuições. Por todo o conhecimento adquirido ao longo das disciplinas ministradas, desde à graduação até o mestrado, sempre com atenção, compromisso e carisma.

À professora Dr.^a Maria Cleci Venturini, por aceitar fazer parte de minha banca, pela leitura dedicada da dissertação e pelas valiosas sugestões que lapidaram o trabalho.

Aos integrantes do GEPOMI, por todo acolhimento que recebi no grupo, pelas tardes produtivas de estudo, conversa, troca de experiências e materiais. Por todo o apoio e ajuda durante nossas reuniões. Agradecimentos especiais à: Fátima, Raquel Arcine, Raquel Tieme, Rejone, Silvia Caroline, Vânia, Vera Lúcia. Agradeço também Juliana da Silveira, que, no fim do percurso, ajudou-me com sugestões para melhor organização do trabalho.

Aos amigos e colegas mestres/mestrandos, doutores/doutorandos. Dentre vários, destaco Hugo e Aline, que estiveram comigo em vários momentos: nas dúvidas teóricas (ou não), nas aulas, nos trabalhos em grupo, nos almoços.

Aos amigos e colegas da turma de Letras. Às amigas que fiz durante a graduação: Edmara, Luciane, Flávia, Maria Emília e Lilian, que não serão esquecidas, apesar da distância, apesar das inconstâncias cotidianas que nos deixam longe umas das outras.

À amiga Luana Vitoriano, por me ajudar quando eu precisei, lendo trechos deste trabalho e dando boas sugestões. Meu agradecimento por compartilhar comigo (des)contentamentos sobre o mundo acadêmico (e também das coisas ao redor), mostrando que é preciso coragem para vencer todas as etapas, sejam elas fáceis ou não.

À professora Dr.^a Renata Marcelle Lara, que me orientou durante a iniciação científica e me apresentou a Análise de Discurso – disciplina que relutava em compreender, mas que muito me instigava. Agradeço os ensinamentos, desde a iniciação científica até a disciplina no mestrado, que perduram neste trabalho.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Letras (PLE), Roselene, Pedro, Edson, Sônia, que fizeram toda a diferença, sempre acrescentando e me fazendo olhar sempre além do que se colocou como “evidente”, na língua, nas várias formas de concebê-la.

Ao Adelino, por resolver, prontamente, todas as pendências burocráticas.

Aos representantes e funcionários da Comunidade Social Cristã Beneficente. Destaco o apoio dispensado por Tânia Gomes, Osvaldo Alves, Valdineia Santana, os quais sempre me incentivaram a perseverar no caminho que escolhi.

À CAPES, pelo financiamento de um ano desta pesquisa.

A hora mais escura

*A hora mais dura é essa hora escura.
A hora em que os homens abrem os olhos.
E ainda não conseguem ver.
A hora em que as feras adormecem.
E a esperança se descobre do medo.
A hora mais dura é a hora da fome.
Em que tontos, tropeçamos.
Em todas as fomes.
De todos os homens.*

[...]

*Porque a mudança não é que vem.
É o que já é. Já está.
É essa memória impressa nos olhos.
Peso nas costas pela responsabilidade por um tempo.
É essa urgência que te apressa
Esse mal-estar que te atropela.
É a comoção com os passos tortos e cegos.
O dos outros e os nossos.
São os olhos arregalados de quem não pode mais deixar de enxergar.
Mas porque a hora mais dura é essa hora escura.
Ela não precisa ser a hora tardia.
Nem a vazia.
Porque os olhos só se abrem ao caminhar.
E o caminho só se faz quando passamos por ele.
Andemos... então.
Não para construir o caminho
Ou para ver mais.
Mas para que a história se lembre de nós.
E nós, do que fizemos com nossas sombras.
Que não foram poucas.
Que não foram em vão.*

(CABRAL, R., 2013)

RESUMO

As manifestações de rua no contexto atual fermentam uma vasta produção de discursos, ligados essencialmente ao campo político, direta ou indiretamente. Isso se deve, em grande parte, ao fato de que, nas mobilizações de rua, as três instâncias – cidadã, política e midiática – se encontram no movimento de sentidos sobre as decisões políticas. Neste ínterim, a instância midiática tradicional, como discurso legitimado em sociedade (e Aparelho Ideológico de Estado), passa a mediar os (des)encontros entre as outras duas instâncias, a política e a cidadã, sem escapar do ritual de linguagem, que falha, desloca e ressignifica sentidos. Por isso, a instância cidadã, como principal massa das manifestações de rua, ganha destaque importante na discursivização midiática. O objeto desta pesquisa, então, concentra-se em investigar, pelo viés discursivo, como a participação social é compreendida no âmbito midiático, visto que a rua é o cenário onde sujeitos se colocam à interpretação de seus espaços, vozes, significações de suas posições-sujeito, como partes integrantes do conjunto sócio-político atual. Para mobilizar esta análise, é estabelecida uma ponte entre três áreas de conhecimento: texto e discurso, a partir das contribuições de Pêcheux (1990; 1995; 1997; 1994; 2013); Orlandi (2001; 2003; 2007); e Charaudeau (2006a; 2006b); ciências políticas e sociais, com suporte principalmente em Gohn (2007; 2009; 2011; 2015); e sobre jornalismo, que tem como referencial autores como Correia (1998); e Souza (2001), a fim de compreender um arquivo temático constituído por notícias e reportagens, em sua versão impressa, disponíveis em acervo digital, dos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, quando ambos noticiaram três manifestações de rua: em junho de 2013 e nos dias 13 e 15 de março de 2015. A justificativa para esta pesquisa concentra-se em questionar dizeres sobre a (não) participação do sujeito brasileiro nas questões políticas e nas decisões coletivas em prol de um espaço harmônico de direitos e deveres. Tais representações são provenientes, inclusive, do discurso midiático tradicional, que sustenta um efeito de verdade quanto à validação ou não do engajamento político/social, mesmo que do ponto de vista da estabilidade. Dito isto, para atender ao objetivo central proposto de pesquisar os sentidos sobre a atual instância cidadã na grande mídia tradicional, é necessário: a) compreender sujeitos e instituições envolvidos nas manifestações, considerando a forma como são discursivizados pela grande mídia e como esse fenômeno se materializa no âmbito linguístico; b) compreender, discursivamente, as relações entre os movimentos sociais/políticos e a instância política no Brasil; c) entender o funcionamento e o papel da mídia tradicional impressa na sociedade atual, posta frente à interferência capitalista nos modos de (in)formação e na maneira de fazer significar a instância cidadã; d) analisar o discurso midiático sobre o manifestante enquanto sujeito político (politizado) pela (não) interferência midiática ou (a)partidária, observando os processos de constituição e significação desses sujeitos, submetidos aos paradigmas de classificação política (esquerda x direita). Após transitar entre teorias, discursos e sentidos, os resultados mostram um funcionamento semelhante nos jornais tomados para a análise, visto que os sentidos têm como eixo comum a presença e a ausência: presença/ausência de violência, de filiação partidária, de líderes, e da internet como espaço democrático para a promoção e divulgação dos atos. Em termos de discurso, os sujeitos integrantes das manifestações de 2013 são significados como o mau sujeito, principalmente pela defesa do apartidarismo e da violência, enquanto que, nas de 2015, dos dias 13 e 15, os sujeitos participantes são significados de acordo com o partido que aparentemente se filiam em termos ideológicos. Contudo, as manifestações do dia 15 de março funcionam, no discurso da mídia, como o modelo ideal de manifestação e de sujeitos manifestantes, ou seja, o bom sujeito.

Palavras-chave: Análise de Discurso. Mídia tradicional impressa. Manifestações. Democracia.

ABSTRACT

The street protests in the current context propel the production of numerous discourses connected mainly to the political field, directly or not. It is largely due to the fact that, on street demonstrations, the three instances – social, media and political – converge in the sense shifts of political decisions. Meantime, the traditional media instance, as a legitimized discourse in society (and State Ideological Apparatus), proceeds to mediating the (dis)agreements between the other two instances, the social and the political, without escaping the language ritual, which fails, displaces and re-signifies the senses. Therefore, the social instance, as the foremost mass participating in street demonstrations, acquires significant prominence in the media discourse. The aim of this study concentrates in investigating, through a discursive view, how social participation is comprehended in the media instance, considering that the street is the setting where subjects interpret their spaces, voices, subject-position significations, as key parts of the current socio-political ensemble. In order to carry out this analysis, a bridge between the three areas is established: text, discourse, with the contributions of Pêcheux (1990; 1995; 1997; 1994; 2013); Orlandi (2001; 2003; 2007); and Charaudeau (2006a; 2006b); political and social sciences, with main support in Gohn (2007; 2009; 2011; 2015); and about journalism, authors as Correia (1998); and Souza (2001), as to understand a thematic archive constituted by pieces of news and television coverage in their printed version, available in the digital archive of *Folha de S. Paulo* and *O Estado de S. Paulo* newspapers, when both reported three street demonstrations: in June 2013 and on the 13th and 15th of March 2015. The justification for this study is focused on questioning the discourses on the Brazilian subjects' participation or absence in the political matters and collective decisions targeting a harmonic space of duties and rights. Such representations also derive from the traditional media discourses which sustain a truth effect as to the validation or not of the socio-political engagement, even from the stability point of view. That being said, so as to answer to the main objective proposed of researching the senses upon the current social instance in the traditional mass media, it is necessary to: a) comprehend subjects and institutions involved in the demonstration, considering the form in which they are discursivized by the mass media and how this phenomenon materializes itself in the linguistic instance; b) comprehend discursively the relations established between the social/political movements and the political instance in Brazil; c) understand the functioning and the role of traditional mass print media in the current society face the capitalist interference in the (in)formation means and the way it signifies the social instance; d) analyze the media discourse on the demonstrator as a political subject politicized or not by the nonpartisan media or by its (non)interference, observing these subjects constitutive and significance processes, subjected to the political classification paradigms (left x right winged). After transiting among theories, discourses and senses, the results show a similar functioning in the newspapers analyzed, since the senses has as common axis the presence and absence: presence/absence of violence, political affiliation, leadership and the internet as a democratic place for the promotion and diffusion of the demonstrations. In discursive terms, the integrant subjects in the 2013 demonstrations are signified as the bad subjects, mainly by the nonpartisanship and violence defense, whilst in the 2015 ones, on the 13th and 15th, the integrant subjects are signified according to the party they apparently affiliate themselves to, in ideological terms. Nevertheless, the demonstrations of March 15th function in the media discourse as an ideal model of demonstration and demonstrators, which are viewed as the good subjects.

Key-words: Discourse Analysis, Traditional Print Media. Demonstrations. Democracy.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANJ – Associação Nacional de Jornais
FD – Formação discursiva
AIE – Aparelhos Ideológicos de Estado
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PC do B – Partido Comunista do Brasil
PCO – Partido da Causa Operária
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PRTB – Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSC – Partido Social Cristão
PSB – Partido Socialista Brasileiro
PSOL – Partido Socialismo e Liberdade
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PSDC – Partido Social Democrata Cristão
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado
PV – Partido Verde
PEC – Projeto de Emenda Constitucional
PM – Polícia Militar
CUT – Central Única dos Trabalhadores
MBL – Movimento Brasil Livre
MPL – Movimento Passe Livre
MST – Movimento Sem Terra
MSTS – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
NINJA – Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação
UNE – União Nacional dos Estudantes
IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
SIPS - Sistema de Indicadores de Percepção Social

LISTA DE FIGURAS E TABELAS

FIGURA 1: ESQUEMA: A FD E SUAS RELAÇÕES COM A SUPERESTRUTURA ECONÔMICA, COM BASE EM ALTHUSSER (S/D)	27
FIGURA 2: AS QUATRO INSTÂNCIAS POLÍTICAS NA SOCIEDADE.....	50
FIGURA 3: PEÇA PUBLICITÁRIA DA FIAT, VEM PRA RUA	61
FIGURA 4: ADESIVO DISTRIBUÍDO PELO PSDB 1.....	66
FIGURA: 5 ADESIVO DISTRIBUÍDO PELO PSDB 2	66
FIGURA 6: MENSAGEM DE ACESSO RESTRITO AOS LEITORES.....	85
FIGURA 7: DISTRIBUIÇÃO DOS MEIOS DE TRANSPORTE: BRASIL E GRANDES REGIÕES – EM %	120
FIGURA 8: RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O ÍNDICE DE CORRUPÇÃO	145
FIGURA 9: RESULTADOS DA PESQUISA SOBRE O ÍNDICE DE CORRUPÇÃO	145
FIGURA 10: RELAÇÕES METAFÓRICAS DOS DESLIZES DE SENTIDOS.....	163
TABELA 1: PONTOS CONVERGENTES E DIVERGENTES NAS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	90
TABELA 2: VERSÕES SOBRE A VIOLÊNCIA.....	98
TABELA 3: MANIFESTAÇÕES DE RUA NA SOCIEDADE CAPITALISTA.....	128

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I	20
1.0 REFERENCIAL TEÓRICO	20
1.1 IDEOLOGIA E FORMAÇÃO DISCURSIVA.....	22
1.2 O SUJEITO EM AD: ELE FALA E É FALADO.....	27
1.3 LÍNGUA, SENTIDO E HISTÓRIA	33
1.4 INTERDISCURSO E MEMÓRIA: OS SENTIDOS E OS LIMITES ENTRE ENCOBRIR OU REVELAR	39
1.5 O ACONTECIMENTO NA IMPRENSA, NA HISTÓRIA E NO DISCURSO: ENUNCIANDO AS MANIFESTAÇÕES DE RUA	43
CAPÍTULO II.....	47
2.0 A POLÍTICA E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA INSTÂNCIA CIDADÃ.....	47
2.1 OUSAR PENSAR E OUSAR SE REVOLTAR: MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DA INSTÂNCIA CIDADÃ NAS RUAS	55
2.2 CONTEXTUALIZANDO POLITICAMENTE AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO GOVERNO DILMA: JORNADAS DE JUNHO (2013), 13 E 15 DE MARÇO (2015).....	58
2.2.1 #vemprarua: acontecimento político e discursivo nas Jornadas de Junho, 2013.....	60
2.2.2 As manifestações de março de 2015 a favor e contra o impeachment de Dilma	64
CAPÍTULO III	69
3.0 O JORNAL.....	69
3.1 O JORNAL TEM, QUER E PODE DIZER: PRÁTICAS DE LEGITIMAÇÃO E AUTORIZAÇÃO	75
3.1.1 O dizer do/no jornal: uma abertura às versões	80
3.2 A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO, ALIANÇAS NO ESPAÇO VIRTUAL.....	82
3.2.1 Do funcionamento técnico ao discursivo nos jornais Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo	84
CAPÍTULO IV.....	88
4.0 ANÁLISE DAS DISCURSIVIZAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	88
4.1.1 MANIFESTAÇÕES DE 2013.....	90
4.1.2 MANIFESTANTES X POLÍCIA: O CONFLITO NAS RUAS	92

4.1.3 O PROCESSO DE DESIGNAÇÃO, O JORNAL E O DISCURSO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE RUA	102
4.1.4 O ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS MANIFESTANTES E SUAS LIDERANÇAS (DE ESQUERDA), SEGUNDO O OLHAR MIDIÁTICO.....	113
4.1.5 A PRESENÇA DO ESPAÇO DIGITAL NAS JORNADAS DE JUNHO	121
4.2 MANIFESTAÇÕES DE 2013: DISCUSSÃO	126
CAPÍTULO V	129
5.0 ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO JORNALÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015	129
5.1 ATOS PÚBLICOS, POLÍTICA E A INSTÂNCIA CIDADÃ: REPRESENTATIVIDADE E (DES)IDENTIFICAÇÃO.....	130
5.1.2 O discurso sobre o PT e o funcionamento dos processos de (des)identificação e contraidentificação.....	137
5.2 MANIFESTAÇÕES DE 2015 E OS ECOS DA CAMPANHA ELEITORAL	140
5.2.1 Manifestações de 13 de março e disputas de sentidos sobre o resultado das eleições presidenciais	150
5.2.2 O discurso sobre as lideranças políticas favoráveis ao PT	151
5.3 MANIFESTAÇÕES DE 15 DE MARÇO DE 2015, O VERDE E AMARELO NAS RUAS E O DISCURSO “ANTICORRUPÇÃO”	155
5.3.1 O sujeito-cidadão patriota defende seu país dos “males” e dos “problemas”	156
5.3.2 Mobilizações legítimas e sujeitos engajados (e obedientes ao sistema).....	160
5.3.3 Participação e engajamento político	165
5.4 MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015: DISCUSSÕES	171
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	176
REFERÊNCIAS	181

INTRODUÇÃO

Diante de muitas formas de expressão (da) política em nossa sociedade, buscamos problematizar as manifestações de rua, ocorridas nos anos de 2013 e de 2015, quando abordadas por veículos de grande circulação em massa, com vasta visibilidade em grandes cidades do país. Um dizer comum na sociedade é o incentivo para que o cidadão se integre a respeito dos assuntos políticos, ainda que algumas pessoas demonstrem resistência sobre este tema. Mas viver no meio civil já indica nosso envolvimento com as relações políticas, que exercem influência sobre nós e sobre nossos papéis no meio coletivo, ainda que de forma não tão explícita. De maneira simbólica, a participação na política é vista com expressividade no voto, um direito e um dever do sujeito-cidadão, passando pelos debates a respeito, e compreende, também, as manifestações de rua – um dos pontos centrais tratados neste trabalho.

Estas modalidades de expressão política, especialmente quanto ao engajamento da população, já foram perscrutadas por diversos autores, sob diversos pontos de vista. Sobre participação política e democracia, várias pesquisas têm sido empreendidas, principalmente na área das ciências sociais. Destas (embora não discutidas neste trabalho) destacamos as de Boaventura (2002), Abers & Von Bulow (2010), Bogado (2009), Toro & Werneck (2007) e Calado (2013) – estudos que concebem as manifestações de rua em termos empíricos, sociais e politicamente descritíveis. Em relação à participação política e presença da tecnologia, destacamos contribuições de Lemos (2001; 2013); e Malini (2013). Quanto às pesquisas envolvendo linguagem, temos as de Marques (2008), na área da comunicação, e Oliveira (2015), sob o viés da língua e do discurso.

Por meio da Análise de Discurso, buscamos confrontar os sentidos firmados sobre participação política, visto que essa temática abrange uma série de pré-construídos e sentidos cristalizados a respeito do envolvimento/interesse do brasileiro pelos poderes que regem e representam (ou deveriam representar) a maioria dos integrantes da sociedade. Pela memória, o brasileiro é visto como inclinado ao lazer, ao ócio, menos para as atividades que poderiam melhorar o custo-benefício e a qualidade de vida na coletividade. Neste ínterim, nosso papel é o de questionar os dizeres legitimados e a evidência do sentido sobre a participação política.

Em um enlace entre os estudos da instância política, dos jornais e da Linguística, nossa pesquisa se viabilizou dentro da temática do Grupo de Estudos Políticos e Midiáticos

(GEPOMI)¹, que reúne investigações “em torno dos temas mídia, política e suas inter-relações na contemporaneidade” (GEPOMI, 2015, *online*). Para isso, as pesquisas do grupo privilegiam estudos envolvendo três principais campos de conhecimento: língua, política e mídia. Como nossa investigação está concentrada em questionar as evidências do discurso jornalístico, consideramos, tal qual abordagem do GEPOMI, que o discurso da mídia funciona “não só como espaço de manifestação da política, mas como agente constitutivo do fazer político na sociedade contemporânea midiaticizada”, e assim, visamos “compreender e descrever as novas configurações do discurso político-midiático” (GEPOMI, 2015, *online*).

Transitando pelos conhecimentos sobre mídia e política, este trabalho problematiza, sob a égide da Análise de Discurso francesa, pecheutiana, a representação da instância cidadã projetada pelo jornalismo, em contextos diversos de manifestações. As produções discursivas emergentes no período desses atos abrem margem para o seguinte questionamento, orientador de nossa pesquisa: como a participação social é concebida no âmbito midiático, visto que a rua é o cenário onde sujeitos se colocam à compreensão/interpretação de seus espaços, vozes, significações de suas posições-sujeito, a fim de se inscreverem como partes integrantes do conjunto social na atualidade?

Para buscar respostas a essa indagação mobilizadora da pesquisa, inicialmente, é indispensável localizar pesquisa e objeto, no intuito de esclarecer como estão sendo concebidos no decorrer do trabalho. A pesquisa proposta nesta dissertação é que a de apresentar uma abordagem discursiva do modo como a mídia significa a instância cidadã, emerge a partir de um arquivo temático, resultante da coleta de jornais impressos, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, ao discursivizarem as manifestações dos anos de 2013 e de 2015. Este arquivo é composto por reportagens e notícias de todos os cadernos dos dois jornais, cuja temática aborda determinadas manifestações de rua durante o governo Dilma, com exceção dos gêneros ditos opinativos. Estes gêneros do jornal apresentam como característica principal a necessidade de opinião demarcada, isto é, são vistos legitimamente como o lugar de abertura à opinião, ao contrário do funcionamento da reportagem e da notícia, que são gêneros voltados ao relato dos “fatos”, dos “acontecimentos”.

¹O GEPOMI é um grupo criado no ano de 2006, na Universidade Estadual de Maringá (UEM), coordenado pela prof.^a Dr.^a Maria Célia Cortez Passetti e pelo prof. Dr. Edson Carlos Romualdo. Apresenta um vasto arquivo, norteado pela investigação acerca do discurso político-midiático. Nestes arquivos, constam debates políticos, *jingles*, jornais, materialidades provenientes das redes sociais entre outros tipos de materiais. Informações sobre o grupo e produções científicas podem ser encontradas em: www.gepomi.com.br

O processo de coleta foi organizado da seguinte forma: em 2013, foram selecionadas as matérias dos dois jornais, no período correspondente ao mês de junho – tempo relativo à duração dos atos (que tiveram mais destaque midiático), desde a eclosão das manifestações em São Paulo, com o aumento do preço da tarifa, até a propagação dessas mobilizações pelas cidades do país. Na coleta das matérias do ano de 2015, utilizamos como critério de seleção do material a seguinte metodologia: reunimos os jornais correspondentes a um dia antes, no dia dos atos e no dia posterior às manifestações. Por conseguinte, foram recolhidos materiais dos dias 12, 13 e 14, referentes às mobilizações de 13 de março. Similarmente, tal estratégia foi aplicada para recolher o material referente às manifestações do dia 15, sendo, então, composto de reportagens e notícias dos dias 14, 15 e 16 de março de 2015.

O arquivo, enquanto banco de dados, reuniu uma quantidade de 158 páginas dos jornais, dos anos de 2013 e de 2015, sendo recolhidas: 43 páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* e 71 páginas do jornal *Folha de S. Paulo*, do ano 2013; 6 páginas do jornal *O Estado de S. Paulo* e 7 do jornal *Folha de S. Paulo* do ano de 2015, correspondentes ao dia 13 de março; 16 do jornal *O Estado de S. Paulo* e 15 do jornal *Folha de S. Paulo*, do ano de 2015, correspondente ao dia 15 de março. As páginas coletadas dos dois anos referentes às três manifestações somam um total de 158.

As páginas do jornal foram recolhidas dos acervos digitais dos dois jornais, nos quais as edições impressas passam por um processo de digitalização e são arquivadas, conforme seus respectivos cadernos e datas de veiculação. Em ambos os acervos, é possível pesquisar edições por datas, por assuntos ou por cadernos. Para investigarmos essa modalidade impressa e disponível no ambiente digital, salvamos as páginas dos dois jornais correspondentes a temática trabalhada, em dois formatos: as páginas do jornal *Folha de S. Paulo* foram salvas em *Portable Document Format* (PDF); e as do jornal *O Estado de S. Paulo* foram salvas em *Joint Photographics Experts Group* (JPEG), um arquivo do tipo *imagem*.

Diante da extensa quantidade de material e das várias possibilidades de fazer a leitura do arquivo, foi necessário empreender um recorte a fim de delimitar o nosso objeto de análise. Por isso, passamos a considerar como regularidade as representações da instância cidadã e da participação política nos jornais em questão, levando em conta os sentidos naturalizados a respeito das manifestações de rua, e como o jornal esboçou, em tais circunstâncias, um perfil dos manifestantes, significando-os ora como cidadãos em prol de direitos civis, ora como não cidadãos, predispostos ao radicalismo e à violência constante.

Feito esse recorte, as regularidades passaram a apontar para um discurso sobre manifestação que assinala sentidos sobre a violência, em contraposição à pacificidade, responsabilizando possíveis “grupos” e/ou “movimentos sociais/políticos” pelos atos, além de mostrar a (não) participação de partidos políticos nas mobilizações, reforçando os estereótipos políticos, principalmente quanto à participação da chamada esquerda. A partir da reunião/organização dessas regularidades o *corpus* foi construído. Feitos os recortes necessários, foram considerados, nesta investigação, 68 recortes, distribuídos em sequências discursivas, as quais buscam sistematizar e hierarquizar o funcionamento das regularidades.

Os recortes dispostos neste trabalho, levando em consideração as regularidades já mencionadas, permitem percorrer trajetórias relacionadas aos sentidos de *presença* e *ausência*: quando o jornal noticia a violência, ela é significada em contraposição ao que é pacífico; à discursivização da pacificidade funciona o discurso da ausência/apagamento da violência. Da mesma forma, o “perfil” dos manifestantes delineado pelo jornal se fundamenta na presença ou ausência de partidos, visto que a identificação (social, política, ideológica) traz consigo possibilidades de controle por parte das autoridades incumbidas desta tarefa, enquanto a não identificação (social, política, ideológica) de quem está nas ruas representa incertezas para guiar/controlar/contornar o movimento. Isso porque a identificação (empírica) permite que sejam aplicadas as regras do sistema vigente, isto é, as regras impostas no/pelo sistema jurídico, como veremos nos capítulos analíticos. Por fim, consideramos, neste trabalho a presença da internet como regularidade, pois a Rede propicia outro tom às manifestações na atualidade.

Para realizar esta análise almejada sobre a investigação da instância cidadã atual sob o olhar da grande mídia tradicional, traçamos os seguintes objetivos específicos: a) compreender teoricamente, pelo viés da Análise de Discurso, sujeitos e instituições envolvidos em atos públicos, durante à sua promoção e sua discursivização nos meios midiáticos, por meio da linguagem; b) compreender as relações entre os movimentos sociais/políticos e a instância política no Brasil; c) entender o funcionamento e o papel da mídia tradicional impressa na sociedade atual, levando em consideração a interferência capitalista nos modos de informação; d) analisar o discurso midiático sobre o manifestante enquanto sujeito político (politizado) como resultado da (não) interferência de suas posições políticas, observando o papel da memória nos processos de constituição e significação desses sujeitos, submetidos aos paradigmas de classificação política.

Por isso, dividimos este trabalho em cinco capítulos, e cada um deles busca atender às preocupações carecidas nos objetivos propostos para/nesta pesquisa, no intuito de que tais reflexões nos guiem para uma possível resposta ao questionamento que orienta a realização deste trabalho.

Como nossa investigação está situada em uma abordagem discursiva da posição midiática a respeito das manifestações de rua, o primeiro capítulo atende à necessidade de se entender atores e ações envolvidos na temática e no objeto pesquisado, e, portanto, discutimos algumas das principais categorias teórico-metodológicas da Análise de Discurso mobilizadas ao longo desta dissertação e necessárias para a compreensão dos sujeitos, espaços e discursos envolvidos na materialidade linguística. Para isso, nos fundamentamos em Pêcheux (1990; 1994; 1995; 1997; 2013), Orlandi (2001; 2003; 2007) Mariani (1996; 1999), Haroche, Pêcheux & Henry (2007) e Althusser (s/d) para empreender os questionamentos teóricos indispensáveis à pesquisa.

Dentre as categorias da Análise de Discurso, depreendidas neste primeiro capítulo, estão conceitos fundamentais para se pensar os modos de significação e representação imaginária do sujeito manifestante e das manifestações de rua sob o olhar da grande mídia tradicional. Destes conceitos, destacamos a ideologia, da qual, segundo a teoria pecheutiana, nunca podemos nos isentar: a não inscrição de um discurso em determinada ideologia/formação discursiva resulta na inscrição em outra ideologia/formação discursiva. Dessa forma, se nosso foco de análise é a linguagem/discurso do jornal, é preciso pensar as relações ideológicas que se (in)visibilizam na atuação da imprensa, visto que não há língua sem ideologia, para, então, confrontarmos o “repasso” e divulgação de informações em nosso meio civil.

A ideologia é resultado das relações funcionando em sociedade, pois, segundo Pêcheux (1995, p. 149), “só há ideologia pelo sujeito e para sujeitos”. Por isso tal categoria, à luz da abordagem discursiva, nos permite traçar um paralelo entre os fundamentos teóricos e o funcionamento na materialidade linguística, pensando na constituição do espaço social e de seus atores, teórica e socialmente, de encontro à história. Vemos o jornal constituir sujeitos, imagens, representações dos sujeitos na rua – espaço de significação e interpretação – com seu discurso legitimado e institucionalizado em meio a outros discursos ora ordenados, ora dispersos, incompreendidos e até incompreensíveis (pela mídia, pela sociedade, pelo sistema).

Da mesma forma que é necessário compreender as categorias de Análise de Discurso, é necessário também teorizar sobre as manifestações de rua e suas relações com a linguagem e

a política. Para compreendermos a emergência e a organização das manifestações de rua na atualidade do contexto político brasileiro, abordamos, no segundo capítulo, a política em sociedade e suas formas de expressão no espaço civil predominantemente urbano, ao mesmo tempo em que compreendemos as implicações das formas de governo na instância cidadã. Quanto à base teórica, fundamentamo-nos, principalmente, nas contribuições de Charaudeau (2006a; 2006b), quanto à discussão sobre língua/linguagem e discurso político; Bobbio (1995), em relação ao estudo político realizado por esse autor; e Gohn (2004; 2007; 2009; 2011), quanto aos estudos sociais das manifestações de rua.

Ainda no capítulo II, teorizamos o discurso político e suas categorias no espaço público, de acordo com Charaudeau (2006a; 2006b), e, ao mesmo tempo, discutimos teoricamente os sentidos sobre manifestação de rua, a respeito dos modos de constituição e quanto aos sujeitos manifestantes: a rua como espaço de discussão política, produção de discursos e interpretação de sentidos.

O capítulo III comporta uma abordagem sobre o papel da imprensa tradicional na atualidade. Começamos este capítulo discorrendo sobre a recorrência da população à grande mídia para saber sobre a conjuntura sócio-política cotidiana. Como legado, o jornal traz consigo a legitimidade para produzir discursos ditos verdadeiros, informativos, ideia que contrasta com outras vozes provenientes das mídias alternativas – marca de uma transformação capitalista que se gesta dia a dia por meio da tecnologia. Mesmo assim, na abordagem empreendida, compreendemos o jornal impresso ainda como lugar do estável, do fechamento de sentido, da credibilidade para um público também determinado. Por isso, os jornais que analisamos têm papel fundamental quanto à significação das manifestações e de seus sujeitos.

Para entendermos o papel do jornal em sociedade, propomos compreensões a partir de teóricos da área, tais como Correia (1998) e Souza (2001), questionando paralelamente essa posição e papel do jornal recorrendo a estudos desenvolvidos por Flores, Gallo e Neckel (2015) e Mittmann (2011) para repensar o lugar do jornal (e das mídias tradicionais em geral) em um contexto em que a informação sofre uma reconfiguração do sistema capitalista: a presença da Rede permite à instância cidadã novas percepções do espaço social e sua política, ou seja, há uma distribuição mais ampla e difusa dos saberes no contexto atual.

Já nos capítulos IV e V, fazemos um enlace entre conceitos teóricos de língua(gem) e de discurso, de política e sobre os modos de significação do jornal em sociedade para entender o funcionamento discursivo do *corpus*. É a materialidade linguística que nos fornece

o alicerce para compreendermos os sentidos sobre política e sujeitos políticos em funcionamento, a partir de (des)estabilizações de dizeres na história e na memória em um encontro com a enunciação, funcionamento e circulação da materialidade linguística. Por isso, os capítulos IV e V cumprem, principalmente, o objetivo de investigar o discurso midiático a respeito do manifestante e das manifestações, considerando se a (não) filiação política causa interferência no processo de discursivização dos atos, visto que as posições e os discursos tradicionais sobre esquerda e direita foram sedimentados ao longo do tempo.

No capítulo IV, dispomos os recortes do *corpus*, com o fim de observar, a partir de conceitos até então discutidos, o funcionamento na materialidade linguística, a respeito das manifestações ocorridas em 2013. Neste capítulo, traçamos um paralelo entre as formas teóricas de constituição política no contexto atual e os discursos (políticos) sobre as manifestações de junho de 2013, considerando, como foco principal os modos como a mídia une esses dois polos e os ressignifica. Esta forma de pensar o olhar midiático que incide sobre as também conhecidas *Jornadas de Junho* tem uma estrita relação com o “novo” ambiente político que se colocou como possibilidade: o apartidarismo, a não vinculação a partidos políticos tradicionais, uma mobilização expressivamente marcada pela tecnologia.

Dando continuidade à mesma metodologia empregada no capítulo IV, diverge, pois o capítulo V a respeito do momento histórico que focaliza: nele são discutidas as manifestações do ano de 2015, mais precisamente ocorridas durante o mês de março, uma no dia 13 e outra no dia 15. A primeira, organizada por instituições e grupos como CUT, UNE e MST, foi significada como um ato em defesa do governo Dilma, ainda que os manifestantes afirmassem que a mobilização defendia a democracia e se posicionava contra a corrupção; enquanto a segunda, convocada por políticos da oposição e grupos como o Movimento Brasil Livre e Revoltados *ON LINE*, foi significada como uma mobilização contra Dilma e o PT, apesar de seus líderes e integrantes afirmarem que o ato defendia o Brasil e se marcava anticorrupção.

Por fim, nas Considerações Finais, discutimos os resultados desta pesquisa, em retomada aos objetivos tomados para a condução desta investigação. Como fechamento do trabalho, interpretamos a posição dos jornais trabalhados ao (des)legitimarem uma manifestação e o engajamento de seus sujeitos, a depender de sua posição política, se significados como pertencentes à “esquerda” ou “direita”.

CAPÍTULO I

Não temos como não interpretar. Isso, que é contribuição da análise de discurso, nos coloca em estado de reflexão e, sem cairmos na ilusão de sermos conscientes de tudo, permite-nos ao menos sermos capazes de uma relação menos ingênua com a linguagem. (ORLANDI, p. 9, 2003)

1.0 REFERENCIAL TEÓRICO

O propósito deste capítulo é apresentar e discutir o suporte teórico-metodológico que orienta este trabalho, diante da finalidade de analisar o discurso sobre o sujeito manifestante na grande mídia. Tal capítulo apresenta como investida atender ao objetivo de pensar, discursivamente, sujeitos e instituições envolvidos em mobilizações de rua, compreendendo sentidos em funcionamento sobre esses atos nos meios midiáticos tradicionais.

Por isso, a pesquisa aborda como principais conceitos condutores a discussão sobre ideologia, uma das noções principais da Análise de Discurso; uma exposição sobre o sujeito, sustentada na abordagem discursiva, observando os modos de significação do sujeito manifestante; uma abordagem sobre a língua, sob a égide teórica do discurso, questionando, inclusive, os modos como o dizer do jornal se apresenta em nosso meio social, como um importante distribuidor de uma gama de informações e formação de opinião, incluindo-se aí os temas e assuntos políticos; discorreremos sobre o papel da memória, quanto à representação imaginária e discursiva dos atos de rua e de seus sujeitos políticos; e, por fim, abordamos o conceito de acontecimento, pertinente à pesquisa.

Assim, localizando nossa investigação no âmbito do discurso, neste primeiro momento, é preciso discorrer sobre o método teórico-analítico que sustenta a proposta deste trabalho e sobre seu fundador. A Análise de Discurso começou a ser esboçada na década de 1960, quando Michel Pêcheux passou a se inquietar com o estado estabilizado da linguagem e os vínculos estabelecidos com outras áreas do conhecimento. Pelo contato rotineiro com obras de outras ciências, filosóficas e sociais, o autor observou que a língua era capaz de apontar para algo que extrapolava a estrutura e o sistema linguístico: a exterioridade.

Pêcheux, ao fundamentar uma teoria nova que envolvia os fenômenos da língua, certamente deparou-se com os paradigmas da época, tendo de apartar-se deles. Em tal contexto sócio-histórico, a Linguística norteava-se ao estudo do texto, enquanto unidade

significativa, o que, na época, mostrava certo avanço em relação à tradição gramatical, a qual estava limitada ao estudo da frase.

Assim, o procedimento de compreensão exclusivo da tessitura textual deixava de lado a problematização histórico-social que transpassa a materialidade textual, pela razão de ser o texto fruto de uma sociedade organizada com suas relações e seus modos de produção. Esta tarefa de analisar cientificamente a sociedade e suas classes estava delegada às ciências sociais, capazes de questionar “a realidade” do homem inserido em um corpo social. Neste tipo de estudo, a linguagem era vista como transparente, considerava-se as palavras um reflexo “puro” das relações, dos objetos, dos acontecimentos, das ideias, do conhecimento etc. Porém, como nos mostra Foucault (2000), o nosso acesso ao mundo se dá pela linguagem e não há, conforme Orlandi (2003), linearidade na comunicação, nem nos usos aparentemente mais ingênuos.

Em 1969, a primeira tentativa de Pêcheux foi criar uma máquina de ler textos políticos, o que seria um esboço inicial para o que depois viria a ser a teoria do discurso. Maldidier (2003) afirma que Paul Henry e Michel Plon vieram essa máquina discursiva como um cavalo de Tróia a se inserir nas ciências sociais para que se desse início a uma transformação para um novo método de análise, capaz de questionar a linguagem enquanto edificadora de sentidos provenientes do mundo não linguístico. Por isso, observando que um campo de estudo não daria conta de explicar esse novo objeto, o discurso, Pêcheux buscou explicá-lo em áreas compartilhadas, isto é, pelo entremeio. O alvo de sua pesquisa passou, então, a ser edificado fundamentalmente por três áreas de conhecimento: a Linguística, a História e a Psicanálise (e demais aportes de outras ciências, se necessários) sem, contudo, uma funcionar como um complemento da outra; o discurso só tem razão e explicação se pensado na articulação conjunta destas três áreas que o estruturam.

A Linguística forneceu a base tangível, perceptível e concreta pela qual os discursos se materializam, isto é, a linguagem. A História tem seu lugar porque a língua materializa a divisão dessemelhante da sociedade, os sentidos são determinados sócio-historicamente, em virtude da luta de classes e pelo funcionamento dos sentidos implicados e explicados pelo materialismo histórico. A Psicanálise atribui à linguagem o caráter de um ritual com falhas, suscetível à deriva, ao equívoco, e é neste ponto que a Ideologia – resultado das relações do homem social – encontra uma fresta pela qual questiona e contesta a transparência das palavras.

1.1 IDEOLOGIA E FORMAÇÃO DISCURSIVA

A definição de Formação Discursiva tem gerado divergências dentro do dispositivo da Análise de Discurso, embora seja um conceito fundamental, pois oferece a base teórica para compreender “o processo de produção dos sentidos, a sua relação com a ideologia e também dá ao analista a possibilidade de estabelecer regularidades no funcionamento do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 43).

Dentre as divergências existentes, uma delas diz respeito à emergência do termo, que é concebido em meio a uma dupla paternidade (BARONAS, 2005). A expressão “paternidade partilhada da formação discursiva”, designada por Baronas (2005), revela que teoricamente o termo foi elaborado sob a égide de dois estudiosos da época: Pêcheux e Foucault, cada um à sua maneira, configurada a partir dos conceitos norteadores da proposta e filiação teórica desses dois estudiosos.

A noção de formação discursiva aparece com maior expressividade em Foucault em seu livro *Arqueologia do Saber* (2008 [1969]), obra elementar para se entender os conceitos fundamentais postulados por esse autor, que apresenta uma descrição/análise das condições de possibilidades/(co)existência/emergência dos enunciados das ciências empíricas – abordagem proposta em uma das vertentes da análise discursiva da escola francesa. Este conceito em Foucault, falando de maneira simplificada e geral, é intrínseco às relações de saber-poder. As declarações que manifestam uma busca pela “vontade de verdade”, os dizeres sérios (relacionados à vontade de verdade), “se relacionam com enunciados do mesmo ou de outros tipos e são condicionados por um conjunto de regularidades internas, constituindo um sistema relativamente autônomo” (BARONAS, 2005, p. 732-737). Tal sistema é chamado, dentre as regularidades e dispersões, de formação discursiva.

Em Pêcheux, o conceito de formação discursiva desponta no artigo *A semântica e o corte saussuriano: língua, linguagem e discurso*, escrito em colaboração de Claudine Haroche e Paul Henry, no ano de 1971, e aparece com mais propriedade em *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*, trabalho produzido em companhia de Catherine Fuchs, em 1975. No início da formulação de um novo objeto teórico, Pêcheux se propôs a desenvolver novos métodos de leitura de textos nas ciências sociais, de modo que se colocassem à vista as lutas de classes. Nessa nova proposta, conceitos-chave provenientes do marxismo instigaram Pêcheux a ver na linguagem algo mais do que um sistema de signos, com seus sentidos fixos. O autor observou que não era possível assimilar, pela/na superfície

textual, a exterioridade manifestada em uma prática languageira, ou em outras palavras, o discurso.

Haroche, Pêcheux e Henry (2007) fazem um apanhado a respeito da semântica, uma subdivisão da Linguística – ciência que passou a servir, naquele momento sócio-histórico, como uma referência, como ciência piloto. Os autores tecem críticas a Saussure, no que se refere à questão do sentido, enquanto relacionado a um sistema autônomo de significação e sentidos, e que tem como base as noções de signo linguístico.

O modo saussuriano de tratar a língua a considera de forma ideal, como um conjunto de regras fixas, que tem por base a analogia: *um signo é o que o outro não é*, ou seja, o conceito de valor está ligado à ideia de *princípio da unidade da língua*, e não é capaz de explicar, por exemplo, a mudança de sentido das palavras. Apesar disso, a analogia sustenta e estrutura constitutivamente o aparecimento de novas unidades significantes. Por esse motivo, instaura-se uma ponte entre sincronia e diacronia (HAROCHE, PÊCHEUX & HENRY, 2007).

Feitas as críticas ao modo de se encarar a semântica naquele contexto, Haroche, Pêcheux e Henry (2007) afirmam que há casas vazias no sistema e o agrupamento de elementos de significação não é capaz de esgotar as relações combinatórias entre eles. O discurso, por isso, comporta uma parcela referente ao que é gramatical e outra do âmbito discursivo-ideológico, em vista da existência da superfície textual e do ruído semântico, resultando em um descompasso entre o universo da significação e o universo manifestado. Outros termos, as palavras que mudam de sentido, não são capazes de acabar com o “ruído” semântico característico da língua (HAROCHE, PÊCHEUX & HENRY, 2007).

Assim, Haroche, Pêcheux e Henry (2007) propõem uma semântica do discurso, para descentralizar tal perspectiva do individualismo, apresentando-se como oposto ao formalismo, a fim de não confundir a língua como objeto da linguística com o campo da linguagem. Essa é a primeira investida teórica que dá entrada para a fundamentação do que será chamado de formação discursiva, conceito-chave desenvolvido com maior ênfase em obras subsequentes.

O conceito de formação discursiva na teoria pecheutiana, ao romper com as noções estruturalistas empregadas à linguagem, tem suas raízes germinadas nos conceitos-chave do materialismo histórico, sobretudo, remonta à definição de formação social – termo integrante da teoria marxista e esmiuçado também por Althusser (s/d), filósofo francês que se colocou como um seguidor desta linha de pensamento.

A formação social só tem razão de ser se entendida, no cenário materialista, pela articulação que empreende com a Ideologia. Faz-se necessário considerar que, em uma sociedade, formada por divisões, estratificações, crenças e valores diferentes, a atuação da Ideologia e das ideologias se dá de forma heterogênea, compreendida no percurso exercido dentro de uma formação social, tomando como índice norteador a luta de classes (ALTHUSSER, s/d.).

No seu mais célebre livro *Aparelhos Ideológicos de Estado*, Althusser vai empreender uma crítica a respeito de como as ideologias são disseminadas à população. Para isso, o autor trabalha com quatro regiões institucionalizadas, ou os chamados Aparelhos Ideológicos de Estado (AIEs), responsáveis por fazerem com que a produção sobreviva. Para Althusser (s/d), os AIEs se dividem em quatro regiões principais: o Estado, a Igreja, a Família e a Escola, instituições (com seus dizeres autorizados) que fazem com que as classes, em seus lugares de dominante x dominado, sejam reprodutoras dos meios de produção e das relações econômicas, preservando as relações de poder e mantendo a Ideologia em seu lugar ideal para o funcionamento do sistema capitalista. Essas questões influenciam as bases estruturais do meio público, nos fundamentos políticos, econômicos, culturais de uma formação social.

O pilar que dá sustento para a luta de classes e para a eficácia da Ideologia é a base econômica, o capitalismo, pois “o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em (*dans et sous*) relações de produção definidas” (ALTHUSSER, s/d, p. 10 – 11, grifos do autor). Em consequência, toda formação social deve nutrir-se da base econômica, a qual se mantém ativa quando produz, e se o faz é porque reproduz “as condições de sua produção” (ALTHUSSER, s/d, p. 10 – 11). Para a reprodução das condições de produção é necessário: “1) as forças produtivas; 2) as relações de produção existentes” (ALTHUSSER s/d, p. 10 – 11). Por isso, segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998, p. 511- 512), a formação social surge como uma abreviação de formação econômico-social, concebida como conjunto de relações determinadas historicamente pela evolução de um modo de produção, o que reflete em “sua superestrutura política e ideológica, aspectos de outros modos de produção e de outras superestruturas”.

Como adepto da teoria de Marx e tendo sido influenciado pelas elaborações teóricas de Althusser, Pêcheux entende a superestrutura ideológica pela “sua ligação com o modo de produção que domina a formação social considerada” (FUCHS & PÊCHEUX, 1975, p. 165). Por isso, Pêcheux investe em uma nova perspectiva a respeito do sentido quando assimila a

interferência dessa superestrutura ideológica – história, luta de classes, relações econômicas – na produção discursiva.

Pêcheux, com sua perspectiva teórico-analítica, deu segmento à ruptura da concepção clássica de Ideologia já em processo nas formulações de Althusser, pois o novo objeto delineado – o discurso – permitiu utilizar as ciências sociais e suas transformações, considerando sua condição de ciências ideológicas da ideologia (HERBERT, 1995).

A Análise de Discurso, então, possibilitou a releitura dos conceitos marxistas a fim de empreender uma teoria concreta do discurso, sendo que a Ideologia foi considerada como uma materialidade que se firma sobre a base econômica, embora seja também uma condição não econômica da reprodução capitalista (PÊCHEUX & FUCHS, 1975). Por isso, para Pêcheux e Fuchs (1975), a superestrutura ideológica tem origem nas relações econômicas e não é da ordem das ideias.

Em uma sociedade, com relações econômicas demarcadas, ocorre o trabalho da Ideologia. Sendo a formação social respaldada ideologicamente, o sujeito, nesse meio, é atingido e determinado por ela porque a reprodução das relações econômicas é o que se chama *interpelação* ou assujeitamento (PÊCHEUX & FUCHS, 1975). Quando interpelado, o sujeito, para dizer, precisa ocupar uma posição que, de alguma forma, irá se relacionar com um dos AIEs. Pêcheux e Fuchs (1975) concebem os AIEs como realidades complexas responsáveis por “colocarem em jogo práticas associadas a lugares ou a relações de lugares que remetem as relações de classes sem, no entanto, decalcá-las exatamente” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166).

Assim, controlando e reproduzindo os meios de produção, os AIEs demarcam a existência de uma coletividade que é heterogênea e dividida em classes, em que se colocam frente a frente os embates de forças e as relações entre dominante e dominado. “As relações de classes (a luta de classes) se caracterizam pelo afrontamento, no interior mesmo destes aparelhos, de posições políticas e ideológicas” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166).

Na teoria althusseriana, a Ideologia, em meio a relações subjetivas, torna-se material por meio das práticas sociais, que possibilitam sua existência material. Dentro dos conflitos de uma organização social, os AIEs intervêm como uma forma de controle e organização sistemática, que se dividem em grandes áreas do saber/poder/reflexão, também chamadas de formações ideológicas.

Por conseguinte, a formação ideológica, em sua essência, é representada como “um conjunto complexo de atitudes e de representações que “não são nem ‘individuais’ nem

‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166, grifos dos autores). A formação ideológica caracteriza a existência de “uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em dado momento” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166).

Em termos da produção de sentido, a formação discursiva se coloca como “o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de uma harença, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 166, grifos dos autores). O *que pode e deve ser dito* determina, ademais, o funcionamento da ideologia na/pela linguagem, visto que nem sentidos nem o sujeito do discurso funcionam por si mesmos, pois significam a partir do elo que estabelecem com as condições de produção do enunciado. O discurso de um sujeito específico que diz, em uma dada conjuntura, se inscreve em uma formação discursiva e não em outra (ORLANDI, 2003), porque o dizer se ampara na/pela memória; é fragmento de uma rede mais complexa de sentidos, o interdiscurso.

No início de sua teoria do discurso, Pêcheux, dedicado a pensar em uma maquinaria discursiva pautado na Análise Automática do Discurso, conjecturou a formação discursiva no contexto político, como um bloco homogêneo na produção discursiva, não passiva da contradição. Essa concepção conceitual vai sendo alterada conforme a teoria vai tomando novos contornos, abrangendo outras formas e materialidades discursivas.

Para Pêcheux e Fuchs (1975), o sentido só é materialmente concebido se o enxergarmos dentro de uma formação discursiva, pois “as palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam”, o significado das palavras, desta maneira, significa de acordo com as posições daqueles que as usam, “em relação às formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem” (ORLANDI, 2003, p. 42- 43). Isto posto, entendemos que as palavras mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra, porque os sentidos não são unilaterais, não estão fixos nas palavras e dependem dos traços ideológicos materializados na enunciação, pois “uma palavra significa em relação a outras” (ORLANDI, 2003, p. 44), em condições de produção específicas, a partir de sujeitos ideologicamente interpelados.

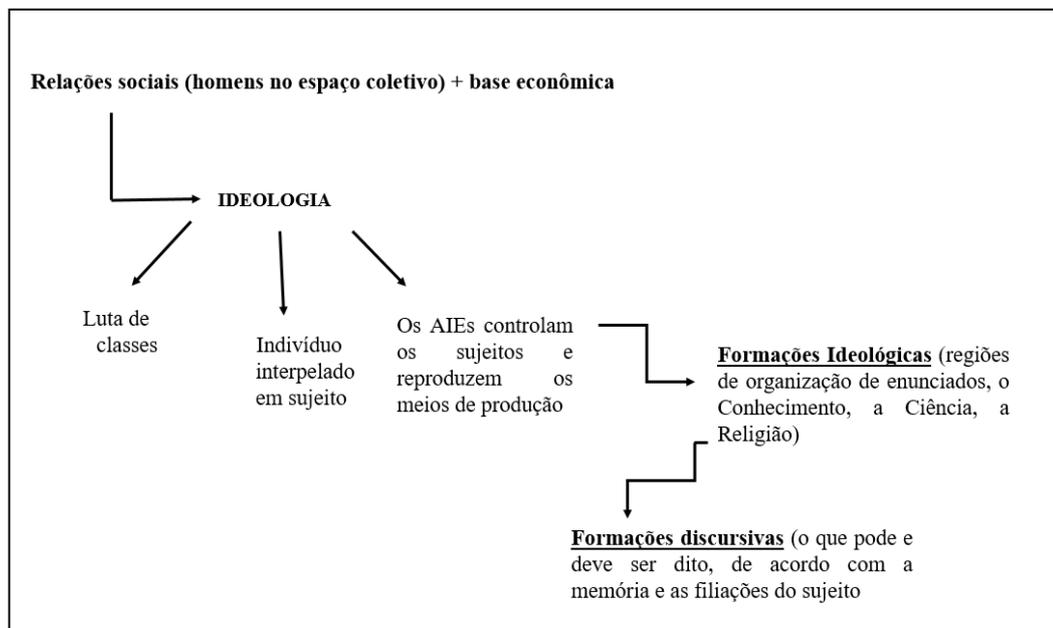
Além do mais, é a formação discursiva que permite entender “as relações de paráfrase interiores ao que chamamos a matriz do sentido [...]” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 170), visto que “ao lado de um texto formam-se famílias parafrásticas de tudo o que se poderia

dizer. Essa margem em que as versões se gestam são parte do processo de significar” (ORLANDI, 2001, p. 142).

Após tais considerações, observamos que os elementos “ideologia” e “língua” são inerentes à tessitura do todo social, antes de significarmos na sociedade, os significados já estão funcionando nas relações humanas. Para que o sujeito de um discurso se constitua como tal, antes de poder dizer sobre algo, ele está sujeito à ideologia, materializada na/pela linguagem.

Dispomos, a seguir, um esquema que traceja o funcionamento da formação discursiva e seu vínculo com outras categorias adjacentes para a configuração/instauração dos sentidos, tendo como referência os postulados de Althusser (s/d).

Figura 1: Esquema: A FD e suas relações com a superestrutura econômica, com base em Althusser (s/d)



1.2 O SUJEITO EM AD: ELE FALA E É FALADO

Falar sobre o sujeito a partir da Análise de Discurso é, ao mesmo tempo, romper com algumas das noções tradicionais que envolvem tal conceito: a) enquanto ser empírico, com todas as suas características de individualização, como nome, idade, sexo etc.; b) enquanto uma função sintática desempenhada por uma ou mais palavras em sua relação com os sintagmas nominal e verbal. É assim constituído porque tem existência material e não pode

estar apartado dela, pois seus sentidos foram se gerindo ao longo de um percurso sócio-histórico que perpassa todo e qualquer dizer.

O sujeito gramatical representa um estado pleno de completude (ORLANDI, 2003), dissimulando as falhas da língua no processo de movimento e interpretação do discurso. A análise da materialidade textual/gramatical pelos paradigmas da ciência linguística, por si mesma, não fornece recursos para explorar e examinar a língua enquanto uma superfície porosa, com lapsos, faltas, lacunas – marcas de um sujeito, que diz, envolto pela subjetividade. Imprescindível é, então, compreender o homem falando a partir dos domínios da história e da psicanálise (ORLANDI, 2003).

Por causa da base histórica que comporta, o conceito de sujeito não pode ser desmembrado da raiz palpável, na qual significa e é significado: seus sentidos foram e são determinados frente à exterioridade que o constitui, sendo que ele é efeito de uma estrutura social (ORLANDI, 2003), em contraponto ao indivíduo, empiricamente completo, com um lugar fixo e *senhor* do seu dizer. O sujeito da Análise de Discurso é aquele que antes mesmo de dizer já é interpretado e discursivizado pelos elos estabelecidos entre ele, a linguagem e o mundo.

Esse é um dos objetivos da teoria discursiva: mostrar que os sentidos versam “na relação com a exterioridade” (ORLANDI, 2003, p. 30). A base que dá suporte ao estudo da exterioridade em Pêcheux são alguns dos conceitos-chave do materialismo histórico, discutidos por Marx e outros autores que se nutriram das ideias deste autor, como, por exemplo, Althusser. A concepção da luta de classes (culturais, econômicas, religiosas etc.), procedente dos princípios materialistas, é vital para compreender as relações de dominação presentes na civilização, bem como explicar o procedimento que (pré)estabelece, aos sujeitos, papel e lugar social. Dessa forma, o sujeito se constitui por sentidos que não determina, pois antes de enunciar, os dizeres já estão em circulação na sociedade, sendo sustentados por uma rede discursiva imposta sobre o ato de (poder ou não) enunciar.

Sendo o que é da esfera extralinguística significante, para Orlandi (2003), sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo: nos assujeitamos à linguagem e ao mesmo tempo aos seus sentidos já em circulação no espaço social, sendo que “nem sujeitos nem sentidos estão completos, já feitos, constituídos definitivamente” (ORLANDI, 2003, p. 52). Como sujeito e sentido estão sempre imbricados e em infindo (per)curso “constituem-se e funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Essa incompletude atesta a abertura do simbólico, pois a falta é também o lugar do possível” (ORLANDI, 2003, p. 52).

A linguagem, de modo algum, deixa de materializar essas relações que envolvem o entorno de sua produção, sendo que “[...] não há sentido único e prévio, mas um sentido instituído historicamente na relação do sujeito com a língua e que faz parte das condições de produção do discurso” (ORLANDI, 2003). Por essa e outras razões, não existe sujeito sem linguagem e vice-versa, visto que por intermédio da palavra o homem se (trans)forma. A falta de relações entre homens em um espaço coletivo coloca em cheque a função/utilidade da linguagem, pois esta deve ter uma existência não subjetiva, aspecto que se opõe a um sistema autônomo e ideal.

Por conseguinte, a linguagem é material, pois concretiza e (in)visibiliza o (des)encontro de sujeitos em meio à coletividade. O homem (no convívio com correspondentes) é um ser social e de linguagem, que se relaciona com os meios de produção, relações sócio-históricas e culturais, formando agrupamentos (inerentes à sua história, à sua classe), segundo as coerções do próprio sistema. Em um círculo específico, o lugar subjetivo determina-se na enunciação, uma vez que o sujeito deve ocupar um posto para dizer, e ao fazê-lo, temos “[...] um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso. Ele é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (ORLANDI, 2003, p. 50).

Por ser uma característica intrínseca ao homem, a linguagem o compenetra ao ponto de se colocar para o sujeito como possível de ser controlada, transparente e expressão do “livre” pensamento ou instrumento de comunicação, sustentando o mito da literalidade, em outras palavras um sentido fixo, “[...] aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto” (ORLANDI, 2003, p. 52). Contudo, esse efeito de transparência é resultado da “ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter material do sentido e do sujeito” (ORLANDI, 2003, p. 52).

Pêcheux entende o sujeito como um efeito, como um indício do qual a ideologia aparece (PÊCHEUX, 1995). A atuação da Ideologia e seus efeitos transpassando a linguagem fazem com que o sujeito se reconheça no (poder de) dizer, não assimilando nas palavras as relações de luta e de classe opacizadas, que, no entanto, não deixam de existir, com seus discursos regulados em meio à irrupção da evidência.

Para chegar a esse ponto, o sujeito de linguagem se constitui por dois esquecimentos (necessários), postulados por Pêcheux (1995) e abordados por Orlandi (2003): o esquecimento número 2 (da ordem da enunciação) e o esquecimento número 1 (ideológico e inconsciente). É a partir desses dois esquecimentos que o homem se torna sujeito de/à linguagem, sem se dar

conta que está subordinado às questões históricas e ideológicas, consubstanciadas a cada tomada da palavra.

O esquecimento número 2 é responsável por imprimir no sujeito a convicção de que a linguagem é transparente, sendo esta capaz de estabelecer uma relação linear entre mundo e homem. Quando encaramos a linguagem dessa forma, estamos, ao mesmo tempo, sustentando o que Orlandi (2003, p. 35) chama de “ilusão referencial”, a qual desponta em nós uma busca permanente pela realidade do pensamento por meio da linguagem.

Esse esquecimento é persuasivo a ponto de “pensarmos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim” estabelecendo “[...] uma relação “natural” entre palavra e coisa” (ORLANDI, 2003, p. 35). Então, envolvidos por essa aparente transparência e funcionamento ideal da linguagem, não levamos em conta que “ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra” (ORLANDI, 2003, p. 35). Nossas “escolhas” jamais refletem uma expressão do livre-arbítrio, estamos, a todo o momento, sendo ideologicamente afetados, dizendo aquilo que é cabível em um contexto determinado, em condições de produção específicas.

O esquecimento número 1 é da ordem do inconsciente, uma vez que explica o processo de interpelação frente às marcas de subjetividade do sujeito quando enuncia (ORLANDI, 2003). Por esse esquecimento, o homem marca seu anseio de se reconhecer no que fala, assumindo a posição de autor consciente e controlador do sentido, como se as palavras tivessem um grau 0 de valor e passassem a ter sentido ao serem proferidas. Dessa maneira, o sujeito encontra suporte na evidência, na posição de achar a si mesmo, flutuando em uma ilusória sensação de liberdade, sem se dar conta, ao mesmo tempo, que, na verdade, expressa o resultado da ação da Ideologia sobre ele:

Por esse esquecimento temos a ilusão de ser a origem do que dizemos quando, na realidade, retomamos sentidos pré-existentes. Esse esquecimento reflete o sonho adâmico; o de estar na inicial absoluta da linguagem, ser o primeiro homem, dizendo as primeiras palavras que significariam apenas e exatamente como queremos. (ORLANDI, 2003, p. 35)

O esquecimento número um, em diálogo com a psicanálise, explica o outro falando em nós e nos constituindo como um conjunto de dizeres (dos) outros que não podemos recuperar e empregar-lhes o *status* de originalidade, fonte do sentido. Significamos e somos significados à medida que o outro e os outros (dizeres) incidem sobre nós: passamos, então, a sermos interpretados e construídos no/pelo discurso (falho, metafórico, polissêmico etc.). No discurso

(do) outro, somos interpretados a partir de determinadas condições de produção, inerentes ao momento da enunciação.

A linguagem, concebida como um ritual, é e está suscetível à falha, ao deslize, ao atravessamento do inconsciente. Entre uma e outra lacuna ocorrem fenômenos como a metáfora, o deslize, mostrando o funcionamento da Ideologia no dizer. Por isso, a psicanálise, então, tem estrita relação com a linguagem, pois no sujeito discutido por esse viés científico a voz do inconsciente fala, marcando que esse indivíduo foi interpelado ideologicamente ao dizer, deixando essa sua primeira condição particular, única.

Feitas essas afirmações sobre o sujeito, faz-se preciso também considerar que o conceito de sujeito da Análise de Discurso sofre um desdobramento em meio à própria teoria, sendo investigado à égide da forma e posição-sujeito, conceitos que podem ou não coincidir com o lugar social. Contudo, não se deve confundir a posição discursiva com o lugar empírico, sociologicamente descritível, mas o lugar a partir do qual o sujeito enuncia, que não é fixo e está sempre passível de mudanças, falhas, deslizes de sentido, isso porque, como afirma Orlandi (2003, p. 53), “se o sentido e o sujeito poderiam ser os mesmos, no entanto escorregam, derivam para outros sentidos, para outras posições. A deriva, o deslize é o efeito metafórico, a transferência, a palavra que fala com outras”.

Por não haver encontro do homem real, empírico, o estudo da forma-sujeito, ou seja, sua representação histórica, mostra “[...] que o sujeito do discurso se inscreve em uma determinada FD, com a qual ele se identifica e que o constitui enquanto sujeito” (GRIGOLETTO, 2005, p. 1 – 2). Sustentado na evidência de que “eu sou realmente eu”, o sujeito do discurso é chamado pela Ideologia, e cumpre-se “o processo da interpelação-identificação que produz o sujeito no lugar deixado vazio [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 159). Pensando nos aspectos da enunciação, o sujeito, ao dizer, se desdobra em outros, sendo intimado pelo efeito da Ideologia a dizer, ocupando os devidos lugares remontados na enunciação.

Então, na heterogeneidade das FDs, “[...] diferentes indivíduos, relacionando-se com o sujeito de saber de uma mesma FD, constituem-se em sujeitos ideológicos, e podem ocupar uma mesma ou diferentes posições” (GRIGOLETTO, 2005, p. 2, grifo da autora). É por isso que, no viés trabalhado por Pêcheux (1995), o sujeito é compreendido por três movimentos que realiza no interior das formações discursivas: 1) a *identificação*: entendida como o “auto-reconhecimento ligado à *identificação* do sujeito com o *Sujeito*, com o outro sujeito e consigo mesmo” (PÊCHEUX, 1995, p. 205, grifos do autor); 2) a *contra-identificação*: quando o

“mau-sujeito [...] se *contra-identifica* com a formação discursiva que lhe é imposta pelo “interdiscurso” como determinação exterior de sua interioridade subjetiva [...]” e ao não se reconhecer na formação discursiva que antes o dominava, o sujeito passa a produzir um “*discurso-contra* (isto é, *contradiscurso*) [...]” (PÊCHEUX, 1995, p. 215 – 216, grifos do autor) sem, no entanto, se desviar do Sujeito; e 3) a *desidentificação*: quando os discursos de contra-identificação não preenchem o espaço vazio da forma-sujeito, e ao mesmo tempo que se afasta, se reconhece/estabelece em uma outra FD e é capaz de transformar discursos e resistir.

Em meio às relações que o sujeito estabelece com as FDs, o interdiscurso tem papel fundamental para “[...] *determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva, na qual a evidência do sentido lhe é fornecida, para que ele se ligue a ela ou que a rejeite*” (PÊCHEUX, 1995, 216, grifos do autor).

O sujeito assujeitado à maquinaria corresponderia, por assim dizer, a todas as implicações teóricas aplicadas a ele, como em um círculo vicioso e, sobretudo, perfeito: a Ideologia atua sobre o sujeito, ele se torna assujeitado à Ideologia na e pela linguagem, configurando-se, assim sujeito enunciativo que se filia totalmente às formações discursivas de/em uma determinada formação ideológica, em meio a outros sujeitos componentes do espaço social.

Assim, Pêcheux observou que esse círculo contínuo e vicioso dava abertura a questionamentos, pois essa mesma “harmonia” em relação ao conceito de sujeito dava margens à rachadura da sua proposta teórica. Propôs, então, uma recomposição conceitual, observando que o sujeito da luta de classes pode, além do mais, resistir à atuação da Ideologia, quando esta não lhe fizer sentido e produzir o movimento de identificação com os discursos de outra(s) formação(ões) discursiva(s). Isso porque estas não são blocos homogêneos de discursos, mas são constitutivamente heterogêneas.

Dessa forma, o jornal, quando fala sobre as manifestações de rua, também se significa e significa os sujeitos envolvidos em tais atos, visto que é determinado pela língua e pelo mundo, pelos “fatos que reclamam sentidos, e também por sua memória discursiva, por um saber/poder/dever dizer, em que os fatos fazem sentido por se inscreverem em formações discursivas que representam no discurso as injunções ideológicas” (ORLANDI, 2003, p. 53).

1.3 LÍNGUA, SENTIDO E HISTÓRIA

Em meio a um vasto campo teórico-analítico, há variadas formas de se considerar língua e linguagem, sendo a proposta de análise responsável por tracejar os modos de concebê-la e a partir de então delimitar os fundamentos e as bases que darão sustento à abordagem pretendida.

A Gramática Tradicional, por exemplo, representa uma das perspectivas de se entender e significar a língua/linguagem. Essa concepção sustenta-se com base nas regras do “bem dizer” e do “bem escrever”, firmando-se como um sistema fechado, normativo, classificativo, em que é possível prever as formas de comunicação e expressão humana, visto que a Gramática Tradicional considera a linguagem como expressão do pensamento.

A Linguística é responsável por realizar um estudo científico da língua/linguagem, considerando, para isso, aspectos formais, como: sintaxe, elementos morfológicos, regência verbal, classificações, texto, como unidade significativa, sistema linguístico etc., e aspectos inerentes à enunciação e ao significado, como: locutor, mecanismos de coesão e coerência, análises semióticas, semânticas, entre outros. Embora o objeto da Linguística não esteja restrito a estruturas formais da língua (como concebe a Gramática Tradicional), esta ciência ainda pauta suas pesquisas em conceitos com relativa estabilidade, com suas ramificações, de acordo com o propósito da pesquisa, como, por exemplo, as noções envolvendo o signo linguístico, a concepção de ideologia (valores ligados à palavra) e o estudo dos gêneros, considerados como “*tipos relativamente estáveis* de enunciados [...]” (BAKHTIN, 1997, p. 280, grifos do autor).

Ao contrário de outras teorias, a língua/linguagem não é, pois, para a Análise de Discurso, especificamente seu objeto principal. Isso porque para esta vertente teórica o mais relevante não é o que está explicitado na superfície textual, visto que “a linguagem não é transparente, os sentidos não são conteúdos” (ORLANDI, 2003, p. 53). O discurso se sobrepõe às relações sintáticas e semânticas do texto: nele ouvimos palavras ditas e não ditas, mas significadas, articuladas, silenciadas, apagadas evocando sentidos. Por conseguinte, o discurso não pode ser visto como uma complementação da língua ou uma camada, pois “significar, ou produzir sentidos, está na ordem do discurso, que é uma ordem distinta da ordem da língua, mas que a supõe como base” (MARIANI, 1996, p. 27).

Com isso, o objetivo da Análise de Discurso é, assim, questionar o efeito de transparência causado pelo que é dito na/pela superfície linguística, sem, contudo, desconsiderar que “a sintaxe significa”, pois, “o modo de dizer não é indiferente aos sentidos”

(ORLANDI, 2003, p. 35). Esta teoria mostra a materialização do discurso, no funcionamento sócio-histórico-ideológico dos dizeres, a fim de se interrogar sobre a função comunicativa da linguagem nas mais variadas práticas em um espaço marcado pela coletividade.

Sendo assim, para se analisar um enunciado à luz do discurso, é necessário admitir, antecipadamente, “[...] que a relação linguagem/pensamento/mundo não é unívoca, não é uma relação direta que se faz termo-a-termo, isto é, não se passa diretamente de um a outro” (ORLANDI, 2003, p. 19). Em outras palavras, a teoria do discurso questiona a literalidade dos enunciados, mostrando não haver relação idêntica, fixa e fiel entre a estrutura textual e os sentidos que ela evoca.

A língua/linguagem, nessa empreitada e aporte teórico, não é mais considerada um conjunto linguístico “tão fechado, nem tão homogêneo ou estável como postulam os leitores/seguidores de Saussure, nem como uma competência lingüística universal interiorizada igualmente por falantes ideais” (MARIANI, 1996, p. 29). Outrossim, não pode ser vista como um mero instrumento de comunicação, porque, como é possível observar “não há essa separação entre emissor e receptor, nem tampouco eles atuam numa seqüência em que primeiro um fala e depois o outro decodifica etc. Eles estão realizando ao mesmo tempo o processo de significação” (ORLANDI, 2003, p. 21). Por isso, para Orlandi (2003), na Análise de Discurso, rompe-se com a proposta de se pensar a mensagem, emitida por um emissor a um receptor, por meio de um canal, e passa-se a propor a investigação do discurso. Este não demarca transmissão

[...] de informação apenas, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação. (ORLANDI, 2003, p. 21)

Cada concepção de linguagem aponta uma hipótese, aspiração ou necessidade de cada época, e representa, sobretudo, investimentos na pesquisa científica para que os conceitos sejam reformulados, novos pontos de vista sejam delineados, e formas outras de leitura e compreensão sejam possíveis. Pêcheux, ao projetar um novo objeto de investigação ao longo da década de 60, afasta-se de teorias em voga na sua época, que analisam a língua pela/na língua, rompendo, igualmente, com a tradição estruturalista vinda de Saussure, e propondo uma abordagem fundamentada pelos *questionamentos*, em vez de tomá-la em/por suas *estabilidades*. Em sua tese, tampouco os sentidos estão *já-lá* nas palavras, mas dependem das

condições de produção da enunciação, logo, estão em constante (per)curso ao longo da história e da memória.

Nas várias vertentes de pesquisa científica sobre a língua, há quem considere que ela é um instrumento de interação entre locutores e texto, como na perspectiva interacionista, voltada aos estudos da análise dialógica do discurso e frequentemente empregada nas abordagens de ensino-aprendizagem. Os autores dessa linha de pesquisa consideram que todo texto apresenta marcas “intencionais” (provenientes da heterogeneidade composicional) que o autor imprime no texto, as quais devem ser recuperadas no processo de leitura/compreensão/interpretação.

Essa forma de enxergar a língua configura-se de maneira diferente na/para a Análise de Discurso. Nesta perspectiva, a única “interação” que há, a partir de um texto, se dá de sujeitos para sujeitos, afinal significam e fazem significar por meio do dizer, pois a linguagem surge “como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social” (ORLANDI, 2003, p. 15). Toda tomada de palavra está orientada pelo conjunto complexo que cerceia a enunciação: a forma e a posição-sujeito, as condições de produção que envolvem o processo discursivo, pois não são os sujeitos físicos e seus lugares empíricos que funcionam e significam nesse jogo discursivo e imagético, mas o que e como suas imagens significam em determinado discurso, levando em conta a memória vinculada a essa posição social e a relação de sentidos que ela produz (ORLANDI, 2003).

Para explicar essa forma pela qual o sujeito (se) significa nos processos discursivos, destacamos o conceito de formações imaginárias, visto que, no ato de enunciação, o sujeito tanto significa quanto faz significar: quando diz, coloca em funcionamento várias imagens intimamente ligadas às relações de sentido. Segundo Orlandi (2003), as imagens projetadas no discurso são: a imagem da posição do locutor e suas implicações no momento da enunciação; a imagem que o locutor pensa projetar em seu interlocutor, ou seja, a interpretação “possível”, “única”, “linear” ao falar de maneira X. Ainda faz parte do processo a imagem do objeto de que se fala, o objeto do discurso.

Existe ainda, segundo Orlandi (2003, p. 39), um jogo imagético ainda mais complexo, pois se há interferência da antecipação, entra em cena “a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante”. Na antecipação, o emissor projeta uma representação imaginária do receptor (do enunciado) e, a partir dela, estabelece suas estratégias discursivas. É uma maneira de o sujeito colocar-se no lugar do outro, prevendo os possíveis significados

que o interlocutor atribuirá ao texto/discurso. Constrói, então, a partir desse mecanismo, uma tentativa de controlar os sentidos que pensa produzir no outro.

Além da antecipação, as formações imaginárias são guiadas pelas relações de força e as relações de sentido. As relações de força dependem da posição discursiva ocupada no ato da enunciação, o que resulta em discursos de autoridade e legitimação (de vários campos do saber, cargos, relações de família, religião, política etc.). Por fim, para se constituírem, as formações imaginárias estão reguladas pelas relações de sentido, essas são dependentes de outros dizeres já significados socialmente, que são mobilizados na/pela memória. O funcionamento dessas relações de sentido é determinado pelas condições de produção que constituem e significam o enunciado.

O discurso só produz determinado sentido se ele se inscreve em uma formação discursiva. A partir da “escolha” das palavras, as ideologias significam os sujeitos envolvidos na interlocução, da mesma forma que significam o objeto sobre o qual se fala. É nesse ponto que língua e ideologia estão articuladas.

Um gesto de análise sobre o texto a partir do olhar discursivo busca compreender as relações que se estabelecem na/pela linguagem. Essa é a contribuição da Linguística para a Análise de Discurso: é na língua que a Ideologia encontra existência material. O analista de discurso se submete, em um primeiro movimento analítico, a compreender o texto como um vetor que aponta para as relações de classe extratextuais. Para Mariani (1996, p. 28), “a existência das ‘coisas’ é resultado da sua constituição no âmbito da própria relação linguagem/história; os sentidos só se produzem porque são históricos, e a história, por sua vez, só existe como tal porque faz sentido. Língua e história são processos inseparáveis”.

A exterioridade que afeta a linguagem é resultado de processos sociais e discursivos que a constituem. A historicidade que interpela a língua – apagada pela Linguística – é constituinte na produção de sentidos de determinado texto/enunciado/discurso. A língua representa e materializa lutas de classes e, por isso ela precisa ser reconhecida como um sistema significante pelo seu funcionamento histórico-social. Por essa razão, na Análise de Discurso, entendemos “[...] a língua fazendo sentido, enquanto trabalho de linguagem simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e da sua história” (ORLANDI, 2003, p. 15).

A língua/linguagem aponta, então, um funcionamento intrínseco às práticas sociais e às lutas de classes, que a Gramática Tradicional ou a Linguística Textual não explicam, por duas razões: primeiro, pelo fato de não ser a proposta destas perspectivas de análise, e

segundo, porque elas analisam o texto como ponto de partida, tomando seu estágio final como objeto de indagação, em contraposição à Análise de Discurso, que questiona o processo de construção/significação dos sentidos.

Outro ponto específico à Análise de Discurso não abordado por outras perspectivas, é considerar que a língua falha, sendo essa uma característica intrínseca ao seu funcionamento, e não um defeito. No âmbito do discurso, os sentidos podem apontar para outros aspectos além do que está dito na superfície textual, que está sempre sujeita ao deslize, ao deslocamento, à metáfora; logo, não podemos controlar a interpretação.

Por essa característica da prática de linguagem – a falha, o equívoco –, na teoria discursiva da escola francesa pecheutiana, se faz necessário abordar a questão da Ideologia, da historicidade que atravessa todo o dizer, pois a materialidade da Ideologia é o discurso, concretizado na/pela língua. Esta, por sua vez, solidifica relações de poder, de significações, de sentidos.

Contudo, o sujeito não é origem do dizer, muito menos do sentido. Como diz Orlandi, “as palavras simples do nosso cotidiano já chegam até nós carregadas de sentidos que não sabemos como se constituíram e que no entanto significam em nós e para nós” (ORLANDI, 2003, p. 20). O discurso, na visão de Orlandi (2003), é a manifestação do sujeito descentrado e afetado pelo real da língua e da história, o que implica “em dizer que o sujeito discursivo funciona pelo inconsciente e pela ideologia” (ORLANDI, 2003, p. 19 – 20).

Dessa forma, de acordo com Orlandi (2003), a língua tem uma autonomia relativa, ainda que tenha sua própria ordem. É necessário, pois, entender o sujeito e a situação para entender a língua, pois ela expressa “condição de possibilidade do discurso” (ORLANDI, 2003, p. 22), e está presa aos ditames da Ideologia, das condições de produção e do meio que circunda a enunciação.

Assim o sujeito está em ressignificação constante: ressignificando a si, o outro e o mundo “real” ao seu redor por meio do que diz e do que dizem sobre ele, porque a exterioridade e os dizeres estabilizados se infiltram no dizer, inconscientemente, pela injunção da ideologia. Mariani (1996) afirma que quando falamos nessa tal exterioridade que perpassa a linguagem, não estamos, com isso, nos referindo a uma realidade empírica. Para a autora a

[...] realidade é resultado da construção/ rememoralização cotidiana de concepções de mundo que não se inauguram nos sujeitos, mas que se concretizam em suas práticas sem que haja percepção crítica deste processo. A realidade, portanto, não é algo dado, um mundo externo, mas sim, algo

que resulta da necessária significação com que o homem, ser simbólico, investe suas práticas sociais e linguageiras. (MARIANI, 1996, p. 26)

Por isso, é imprescindível considerar que os efeitos de sentidos, provocados na/pela linguagem, foram sendo construídos simultaneamente à história, aos sujeitos que as empregaram nas mais diversas práticas sociais. A linguagem serve às mais variadas classes que compõem a sociedade, e as evidencia, mostrando que os homens não são iguais, em termos econômicos, culturais, ideológicos, políticos etc.

Pelo seu caráter estruturalmente materialista, a língua passa a ser entendida pelo viés de “uma teoria não-subjetivista da subjetividade” (PÊCHEUX, 1995, p. 133). Toda e qualquer tomada de posição é significativa, porque a linguagem é constitutiva do sujeito, que, ao dizer, pode se identificar ou se desidentificar com um discurso, assujeitando-se a ele ou resistindo ao seu funcionamento, aos seus sentidos. Pêcheux (1990) exemplifica maneiras pelas quais a linguagem se apresenta como forma(s) de resistência(s):

[...] falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras. (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

A resistência, abordada por Pêcheux (1990), mostra que não há apenas reprodução do discurso da ideologia dominante, há também a sua transformação, pela articulação da língua às ações sociais. Dessa maneira, o funcionamento do discurso está materializado na linguagem e pelos sujeitos que a colocam em prática, sendo que sua compreensão torna possível investigar tanto “a permanência e a continuidade quanto o deslocamento e a transformação do homem e da realidade em que ele vive” (ORLANDI, 2003, p. 15). Por isso, a base material do discurso é capaz de mostrar “a tensão entre o mesmo e o diferente, tensão que coloca a linguagem em funcionamento no processo de produção de sentidos” (MARIANI, 1996, p. 27).

A língua confronta o político e o simbólico, por essa razão buscamos compreender, neste trabalho, a produção de sentidos a partir do imbricamento entre as ciências, encadeando e problematizando a linguagem que significa e perpassa o discurso político, o dizer do jornal, e esboça representações dos sujeitos manifestantes e das manifestações em três contextos distintos: nas manifestações de junho de 2013 e nas manifestações dos dias 13 e 15 de março de 2015.

1.4 INTERDISCURSO E MEMÓRIA: OS SENTIDOS E OS LIMITES ENTRE ENCOBRIR OU REVELAR

Interdiscurso e memória discursiva² estabelecem uma conexão imprescindível e inevitável, em termos conceituais, sendo que em algumas (re)leituras da teoria pecheutiana não encontramos fronteiras ou mesmo desacordo quanto à definição dos dois termos. Pêcheux (1995) particulariza um e outro; enquanto Orlandi (2003), por sua vez, os trata como sinônimos.

A diferença apresentada por Pêcheux (1995) entre interdiscurso e memória ganha relevância à interpretação/produção de sentidos que fomentam o aparecimento de um discurso em dada conjuntura. O interdiscurso, pensando nas definições de Pêcheux (1995), é um conceito abrangente se comparado à memória, e comporta uma gama maior de elementos complexos pelos quais os dizeres significam e são significados, isto é, os sentidos se instauram pelo vínculo que estabelecem com a estrutura/organização econômica da sociedade.

Por definição, Pêcheux (1995, p. 162) refere-se ao interdiscurso dizendo que ele é o “‘todo complexo com dominante’ das formações discursivas”, suscetível às relações de “desigualdade-contradição-subordinação”, ou seja, tem a ver com o movimento das épocas, as relações da sociedade, sujeitas a mudanças à medida que o espaço público se torna cenário propício à diversidade de acontecimentos histórico-discursivos, interferindo em sua estrutura político-organizacional e na produção/atualização dos dizeres.

Essa acepção de Pêcheux (1995) para com o interdiscurso elucidada que, para o autor, o interdiscurso traspassa toda e qualquer relação entre sujeitos, pois a manifestação do homem em relação com o outro produz sentido. Contudo, não qualquer sentido: os discursos e as interpretações que eles reclamam estão orientados pelo meio/modo de produção da base econômica, que no nosso caso é o capitalismo. Esse modo de produção interfere em todas as instituições sociais (legitimadas e (re)produtoras de ideologia) e no modo como somos compreendidos em meio a tal modo de administração, divisão e organização coletiva, ou, em outras palavras, o que Althusser (s/d) chama de AIEs.

Assim, o conceito de interdiscurso da escola francesa tem respaldo na concepção materialista de que o sentido é configurado sócio-historicamente e se efetiva pela linguagem em funcionamento nas mais variadas práticas. Por isso, o discurso se dá não só no âmbito da prática social, mas também na esfera da significação, do simbólico, da representação, por

² Embora Pêcheux (1995) e outros autores considerem a diferença existente entre interdiscurso e memória, neste trabalho, assimilamos a postura de Orlandi (2003), que os considera como sinônimos.

intermédio do interdiscurso, que é, sobretudo, efeito da interpelação ideológica, pois não há como dizer/significar se não formos sujeitos predispostos à linguagem e à ideologia. Conseqüentemente, o sujeito é uma construção social, visto que ele é (pré)determinado pelo interdiscurso.

A memória, em comparação ao conceito de interdiscurso, se apresenta como um termo mais específico em relação ao dizer; é movimento da linguagem, remonta sentidos na emergência de certos enunciados, explicitados ou não na materialidade textual, que se colocam frente às possibilidades de dizer dentro de uma dada formação discursiva. Para Pêcheux (1999, p. 52),

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível.

A definição de Pêcheux (1999) a respeito da memória nos leva a compreendê-la como uma fração da exterioridade que envolve a interpretação de determinado dizer, em meio a um conjunto complexo que abrange a significação, visto que o acesso à historicidade-discursividade dos sentidos se dá, seja para quem interpreta, seja para o analista, somente em parte. É, pois, uma luta vã buscar pela “origem” dos discursos, eles vão sendo edificados concomitantemente ao curso das épocas, por meio de influências das mais variadas culturas, da ciência, das crenças etc., ou seja, na relação de homem para com outros homens, dele semelhantes e ao mesmo tempo distintos, imbricados na luta de classes.

É necessário considerar o papel da memória na significação dos sujeitos, sendo que ela tem a ver com o simbólico para recuperar dizeres, remontar sentidos. É por uma rede de significações (parafrásticas) que certo discurso se inscreve em uma determinada formação discursiva e não em outra, pois a relação estabelecida, língua-discurso, está diretamente ligada às “escolhas” do sujeito que inconscientemente demarca a injunção da Ideologia sobre ele (ao mesmo tempo em que assinala posições políticas, divisões econômicas, crenças, questões culturais etc.).

Orlandi (2003, p. 31) define a memória como “o que fala antes, em outro lugar, independentemente”. Para ela, é o “saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito, que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra”. Todo discurso, se faz sentido, é porque já foi inscrito sócio-

historicamente. Por isso, funcionando como parte recuperável do interdiscurso, temos a memória, isto é,

O saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada da palavra. O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada. (ORLANDI, 2003, p. 31)

A memória estabelece uma relação de solidariedade com a linguagem, pois no âmbito da formulação, as relações de sentido provêm das possibilidades de repetições parafrásticas (MARIANI, 1996). Pela memória, faz-se possível analisar os vínculos parafrásticos, metáforas, silêncios, apagamentos, a fim de perscrutar o funcionamento discursivo, colocando-se “na encruzilhada de um duplo jogo da memória: a da memória institucional que estabiliza, cristaliza e, ao mesmo tempo, o da memória constituída pelo esquecimento que é o que torna possível o diferente, a ruptura, o outro” (ORLANDI, 2003, p. 10); é ela que permite recuperar os dizeres subjacentes para a compreensão do que está sendo dito (e não dito em um texto, mas significado), pois,

Do ponto de vista discursivo, o implícito trabalha então sobre a base de um imaginário que o representa como memorizado, enquanto cada discurso, ao pressupô-lo, vai fazer apelo a sua (re)construção, sob a restrição “no vazio” de que eles respeitem as formas que permitam sua inserção por paráfrase. Mas jamais poderemos provar ou supor que esse implícito (re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo. (ACHARD, 1999, p. 13)

Entende-se, por essas reflexões, a ligação de dependência da linguagem e memória e em razão disso, o discurso opera e produz significações pelos efeitos de referencialidade que suscita (MARIANI, 1996), buscando amparo nos já-ditos, com rupturas e deslocamentos, promovidos pela contingência da atualidade. Entre o que está posto e o novo, a memória é renovada pelos acontecimentos histórico-discursivos que atualizam o saber e provocam relações outras de sentidos, suscetíveis sempre ao deslize, à metáfora. Sendo o discurso estrutura e acontecimento,

Cada nova co-ocorrência dessa unidade formal fornece então novos contextos, que vêm contribuir à construção do sentido de que essa unidade é o suporte. Mas para poder atribuir um sentido a essa unidade, é preciso admitir que suas repetições – essas repetições – estão tomadas por uma regularidade. (ACHARD, 1999, p. 14)

A memória implica à enunciação o caráter de unidade, visto que jamais ela irá se repetir, embora possam ser repetidas as mesmas palavras, em um contexto convergente; mudam as condições de produção, os sentidos são outros, implicando novas interpretações, podendo os discursos transmigrarem ou não de uma formação discursiva a outra.

Refletindo sobre a memória acerca das mobilizações sociais que marcaram a história do país, as manifestações de 2015, especificamente as do dia 15 de março, ao pedirem, dentre os dizeres de ordem, o impeachment da presidente Dilma Rousseff, remontam os atos de 1992, que tiveram como objetivo tirar Fernando Collor de Mello da presidência. No impeachment de Fernando Collor de Mello, milhares de jovens – a maioria estudantes – foram às ruas, depois que o presidente foi denunciado por seu irmão, Pedro Affonso Collor de Mello “de ser sócio de Paulo César (PC) Farias em negócios ilícitos para levantar recursos que custeavam gastos pessoais e campanhas políticas” (O ESTADO DE S. PAULO, 2012). Esse episódio, ao se espalhar na/pela mídia, impulsionou a irrupção de várias manifestações no país exigindo que o presidente fosse deposto do cargo.

Do mesmo modo que sentidos são remontados, outros são silenciados, a depender da atuação da memória, se os sentidos foram ou não silenciados no interior de uma FD. Quando investigamos os sentidos sobre a ditadura militar, por exemplo, vemos uma temática constituída pelo silêncio e pela censura, pois o contexto de regime militar foi marcado por uma severa repressão, produzindo interferência no que poderia ou não ser dito. Em consequência, para se apartar das represálias do governo houve modos parafrásticos de (não) falar sobre a ditadura e significá-la.

Atualmente, para, para muitos, uma indefinição sobre o regime ditatorial implantado no país, pela necessidade de *esquecer* e *não fazer lembrar* daquele contexto, o que faz com que os sentidos sobre ditadura militar não se fixem, e apontem para algo abstrato, imaginado, distante, incompreendido pelos que “não” foram atingidos direta e fisicamente pelas suas punições.

Somente após o processo de redemocratização é que foi possível falar abertamente³ sobre a ditadura, mas parte da comunidade brasileira a interpretou como uma suposta forma

³ Embora o contexto ditatorial vigiasse com veemência o que a sociedade dizia sobre o governo, pelos livros, jornais, músicas e produções artísticas em geral, algumas pessoas encontravam um jeito de resistir à ditadura e poder dizer, como, por exemplo, uma página em branco nos jornais, cujo espaço representava o silêncio, e este se coloca como “horizonte, como iminência de sentido” (ORLANDI, 2003, p. 83). Chico Buarque, Milton Nascimento, Caetano Veloso, Elis Regina, Geraldo Vandré, Gilberto Gil, Gonzaguinha, Zé Ramalho são alguns dos nomes cujas músicas por eles compostas ou interpretadas denunciando a ditadura se tornaram hinos de resistência. Como represália, alguns foram presos e/ou exilados, outros tiveram canções censuradas. Drummond

de colocar o “país nos eixos” e então muitas vezes o regime autoritário foi (e ainda é) visto como algo positivo, necessário, contra o “comunismo”, contra a desordem do país. É preciso lembrar que, naquele período, o presidente atuante na época, João Goulart, havia prometido várias reformas nos setores agrário, educacional e econômico e a reação se manifestou por meio da *Marcha da Família*, um movimento conservador que dizia ser a favor da família e dos seus valores cristãos. Em seguida, para impedir tais mudanças políticas, os militares tomaram o poder e instalou-se o período ditatorial.

Em 2015, nas manifestações pedindo intervenção militar, verificamos um contexto com algumas semelhanças, pois em uma conjuntura democrática um grupo determinado sai às ruas para pedir intervenção militar, para, supostamente, “ajustar” o país e impedir a instalação do “comunismo”. Ademais, essas mobilizações se colocavam como atos a favor dos valores familiares e da defesa dos preceitos cristãos, à semelhança de 1964. Marcando contradição a essa postura, os manifestantes criaram um cenário de disseminação de furor, se dirigindo à administração atual com palavras e gestos de ofensas⁴, embora os atos fossem chamados “pacíficos” pelos integrantes das ações e pela mídia (ou parte dela).

1.5 O ACONTECIMENTO NA IMPRENSA, NA HISTÓRIA E NO DISCURSO: ENUNCIANDO AS MANIFESTAÇÕES DE RUA

A releitura/reinterpretação do *acontecimento* pode ser vista a partir de vários ângulos: como fato, uma ocorrência histórica socialmente descritível, para as ciências empíricas; o surgimento de um enunciado, e a sua impossibilidade de se repetir (da mesma forma); pode ser pensado pelo viés da produção intensa de informação sobre um assunto, isto é, um acontecimento midiático; ou como um sinal do encontro entre memória e ruptura(s), se pensado pela Análise de Discurso e, por isso, um acontecimento discursivo. As múltiplas formas de se compreender o acontecimento estabelecem entre si uma relação de dependência,

e Ferreira Gullar também apresentaram suas queixas acerca da ditadura por meio das poesias. A *Revista Época* faz uma lista sobre algumas novelas produzidas no contexto da ditadura: *Roque Santeiro*, de Dias Gomes e Aguinaldo Silva (censurada em 1975), *Selva de pedra*, de Janete Clair (1972), *O Bem-Amado*, de Dias Gomes (1973), *Pecado capital*, de Janete Clair (1975). Disponível em: <http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2014/03/b50-obras-produzidasb-na-ditadura-militar.html>. Acesso em: 18 de out. 2015.

⁴ No dia 15 de março, segundo uma matéria publicada pela revista Carta Capital “bonecos de Dilma e Lula foram enforcados e pendurados em um viaduto durante manifestação de Jundiaí, interior paulista” (CARTA CAPITAL, 2015, *online*). Disponível em: http://www.cartacapital.com.br/os-protostos-de-15-de-marco-pelo-brasil?utm_content=buffer0ca5f&utm_medium=social&utm_source=twitter.com&utm_campaign=buffer). Acesso em: 09 out. de 2015.

pois a enunciação, impossível de ser repetida, é um acontecimento enunciativo. Para dizer e “transmitir” as informações, a mídia produz cotidianamente séries de acontecimentos enunciativos.

Todavia, o acontecimento factual e/ou histórico, em algum lugar, tempo e espaço, não é, em si, interessante para a abordagem discursiva. Neste viés, o acontecimento histórico seria o resultado de um movimento de interpretação realizado por pessoas especializadas não isentas de um gesto ideológico (historiólogos, cientistas, pensadores), que circunscrevem na tradição um evento/marco considerado por grande parte da população como relevante por ser “resultado de uma discursividade anterior, de uma construção discursiva” (CAZARIN & RASIA, 2014, p. 194).

Existe, em termos de discurso, um enlace entre os acontecimentos histórico e discursivo. Partindo do princípio de que um acontecimento só se torna histórico quando simbolizado pelo sujeito, (CASARIN & RASIA, 2014), vínculo estabelecido entre a história e sua discursivização mostra que o acontecimento discursivo possibilita “[...] a inscrição do acontecimento histórico no interdiscurso”. Isso é possível porque o acontecimento discursivo rompe com estabilidades outras, já sedimentadas, “e inaugura uma nova “estabilidade” discursiva, mas não logicamente organizada, pois a mesma tem a ver com a ordem do discurso que joga com a materialidade linguística e a materialidade histórica” (CAZARIN & RASIA, 2014, p. 194).

À parte dessa relação de dependência entre todas as formas e razões dos acontecimentos, não há correspondência absoluta e simétrica entre um e outro, em termos constitutivos. Mesmo assim, a dependência entre eles é significativa se pensarmos na produção de sentidos, produção/circulação de discursos e para as possíveis versões de leitura dos “fatos” pelos que os relatam, veem e/ou os assistem, pelos leitores dos jornais, das mídias impressas e digitais.

A prática jornalística se inscreve, no cenário social, como a responsável por simular ao espectador o desenvolver dos “fatos”. Assim, o que acontece, seja da ordem do mais cotidiano, seja da esfera do extraordinário, vira notícia e o modo como o “real” passa a ser discursivizado marca a incursão de um acontecimento enunciativo. Como efeito, a produção do jornal, a partir da espetacularização dos “fatos”, sustenta a noção de completude, que se expressa pela existência de um início, meio e fim (do enredo feito pelo jornal). Todavia, se ao “fato” não se pode aplicar essa lógica pré-estabelecida, os veículos têm o compromisso de

acompanhar a sucessão das fases previstas, o que resultará em uma materialidade linguística a ser lida como texto do gênero informativo.

O acontecimento, do ponto de vista empírico, necessita estabelecer, de alguma forma, um imbricamento entre esfera individual e pública, para que possa ser discursivizado como acontecimento enunciativo por meio de um gênero jornalístico. Quando o “fato” noticiado interessa em demasia aos sujeitos sociais, o acontecimento enunciativo no jornal pode ser, além de tudo, um acontecimento midiático.

Quanto à produção jornalística, as manifestações, do ponto de vista social, são um acontecimento enunciativo e midiático, devido à sua repercussão (embora algumas materialidades nos/dos atos possam ser analisadas do ponto de vista de outros acontecimentos, como veremos mais adiante). É acontecimento enunciativo porque cada enunciado, de cada matéria, jamais poderá ser repetido, pois “ainda que o sujeito repita o mesmo, já é outro texto, outra formulação, mesmo que não mude a posição do sujeito em relação à ideologia” (ORLANDI, 2001, p. 65).

Já o conceito de acontecimento, frente às contribuições do dispositivo da Análise de Discurso, se dá quando, fundamentalmente, um enunciado se desidentifica de certa FD e se inscreve em outra, assujeitando-se ao seu funcionamento ideológico. Este enunciado, que se deslocou e passou a produzir sentidos controversos ao da sua matriz, ordena o surgimento de novas formas-sujeito. No acontecimento discursivo, é possível ver o mesmo no diferente, pois ele é o “ponto de encontro entre uma atualidade e uma memória” (PÊCHEUX, 1997, p. 17).

Guimarães (2002, p. 11), pelo viés da Semântica Argumentativa, entende o “acontecimento enquanto diferença na sua própria ordem”. Nessa perspectiva de análise, o autor (GUIMARÃES, 2002, p. 11) propõe quatro elementos que constituem o acontecimento: língua e sujeito, constituídos “pelo funcionamento da língua na qual enuncia-se algo”, elementos essenciais para o acontecimento de linguagem; temporalidade, visto que, para o autor, “o acontecimento não é um fato *no* tempo. Ou seja, não é um fato novo enquanto distinto de qualquer outro ocorrido antes *no* tempo. O que caracteriza como diferença é que o acontecimento temporaliza”; e o caráter material do dizer, pois “não se enuncia enquanto ser físico, nem meramente no mundo físico. Enuncia-se enquanto ser afetado pelo simbólico e num mundo vivido através do simbólico”.

O conceito de acontecimento, pela abordagem discursiva, mostra que o sentido ou a ideologia não está nas palavras, mas nas questões histórico-sociais que envolvem a produção discursiva e, logo, suas possíveis interpretações e deslocamentos de sentidos. “Em termos

teóricos, isso significa que trabalhamos continuamente a articulação entre e acontecimento: nem o exatamente fixado, nem a liberdade em ato” (ORLANDI, 2003, p. 53). Assim o discurso, no enlace entre estrutura e acontecimento, possibilita

[...] observar os seus efeitos de sentido, que se produzem no jogo entre regularidades e rupturas. O batimento entre a repetição e a inovação, entre o mesmo e o diferente, é próprio da produção discursiva, que traz sempre consigo uma memória do dizer, enquanto interdiscurso, e uma atualidade. (DELA-SILVA, 2008, p. 20)

Portanto, tendo em vista tais discussões, consideramos que os sentidos sobre a participação e o engajamento social não são dependentes apenas da posição imperativa do jornal. Dependem, ademais, de um entorno complexo, materializado pela linguagem: é por meio dela que as relações históricas e ideológicas escapam, cada vez que o acontecimento se atualiza e suscita produções de discursos outras. As manifestações, como cenário promissor à produção de discursos, colocam em discussão o sistema político brasileiro atual, que ora se coloca propício às desestabilizações.

CAPÍTULO II

Ora, aquele que não pode viver em sociedade, ou que nada precisa por bastar-se a si próprio, não faz parte do Estado; é um bruto ou um deus. (ARISTÓTELES, S/D, p. 15)

2.0 A POLÍTICA E AS PRÁTICAS DISCURSIVAS DA INSTÂNCIA CIDADÃ

Este capítulo apresenta e discute os modos como a instância cidadã, componente massivo da sociedade, é capaz de requisitar, propagar e produzir sentidos sobre a participação política, a partir da ótica midiática, por intermédio da Análise de Discurso. Discorreremos sobre o discurso político e seus sujeitos, com a finalidade de teorizar os possíveis sentidos dos sujeitos manifestantes e da rua enquanto espaço público propício à discussão, produção e interpretação de sentidos sobre a (des)ordem social. Então, conceitos de língua, política, mídia e ciências sociais dialogam, a fim de dar sustento à abordagem que buscamos empreender para problematizar as manifestações e seus espaços, sujeitos e compreensões.

A discussão aqui empreendida cumpre o objetivo de compreender as relações entre os movimentos sociais/políticos e a instância política no Brasil, visto ser necessário considerar o manifestante como sujeito de linguagem que está sujeito a ser enunciado pelo outro no percurso de significação dos trâmites e das interferências no/do espaço público/político.

Compreendemos o sujeito político e os possíveis discursos sobre ele articulados ao longo de uma trajetória de redefinições governamentais, em um país que comporta em seu cenário uma democracia em percurso. Isso porque, no caso das manifestações, a discussão política emerge de forma invertida, se considerarmos o percurso hierárquico da atuação do governo: é a base da pirâmide, a população, o povo, que passa a enunciar a política e agir sobre ela no espaço público, a rua. Nestas circunstâncias, os governantes, o topo da pirâmide, se veem pressionados a atentar para as demandas da população.

Então, consideramos a necessidade de começar este capítulo discutindo o discurso político, que está em todas as esferas, nas mais imprevistas relações sociais, e é um dos nós centrais do trabalho: nos fornece o suporte teórico para discutir as manifestações e sua repercussão política na mídia. As manifestações de rua, voltadas direta ou indiretamente ao governo, tocam em questões políticas e por isso precisam ser problematizadas, juntamente com o discurso político, para assim, compreendermos na materialidade possibilidades de interpretação e apreensão de sentidos sobre manifestações/manifestantes.

O ser humano é um ser político. Suas decisões são políticas. Sua organização é governamental e não há como se apartar: os vínculos que estabelecemos com o outro em sociedade – um espaço de direito e de deveres – nos coloca e nos significa nesse lugar de sujeitos-cidadãos. Em decorrência disso, “é a ação⁵ política que, idealmente, determina a vida social ao organizá-la tendo em vista a obtenção do bem comum. Ao mesmo tempo, é ela que permite que uma comunidade tome decisões coletivas [...]” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 17).

O conceito de política, enquanto forma de organização dos sujeitos em comunidade, manifesta-se desde a Antiguidade Clássica, nos postulados de Aristóteles, em *A Política*. Esse filósofo é considerado um dos primeiros a fazer a distinção entre a ética e a política, com o objetivo de discutir as formas de se governar a *polis* para se garantir o bem-estar coletivo. Aristóteles define o homem como um “animal político”, “[...] destinado a viver em sociedade, e que aquele que, por instinto, e não porque qualquer circunstância o inibe, deixa de fazer parte de uma cidade, é um ser vil ou superior ao homem” (ARISTÓTELES, s/d, p. 14).

A origem do termo política, vinda do grego *politikós* – relativo aos cidadãos (PRIBERAM, 2014, *online*), remete a uma reunião de homens, os quais conseqüentemente precisam administrar seus bens, seus direitos e seus deveres, dividir tarefas. Por isso, a política se dá nessas relações do homem na sociedade, desde os tempos mais remotos, até os dias mais atuais. Desde antes, na cultura clássica, Aristóteles já ressaltava a relevância/necessidade do homem no exercício da administração do que é da ordem pública, como uma forma de obter recurso para a coletividade e para si próprio: “[...] toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem em conta de um bem” (ARISTÓTELES, s/d, p. 12).

Aristóteles delineia as primeiras divisões do poder político na sociedade⁶. Ao retomarmos este autor, estamos, ao mesmo tempo, recusando o ponto de vista de que os paradigmas políticos são uma “invenção” advinda do sistema capitalista, das sociedades modernas, ditas democráticas. O pensamento de Aristóteles e de outros filósofos se coloca como eco nos postulados da filosofia moderna, fazendo repercutir significados e sentidos da antiguidade clássica nos estudos políticos da atualidade.

⁵ Embora Charaudeau (2006a; 2006b) considere a ação política ligada à palavra, neste trabalho concebemos os efeitos de sentidos provocados pelos manifestantes no espaço público, político e como estes são representados pela instância midiática, que os interpreta conforme as condições de produção do discurso e de acordo com sua filiação ideológica. Na rua, não são os sujeitos empíricos que nos interessam, mas os modos como são interpretados e discursivizados pelos jornais, visto que tais sujeitos são alvos do discurso midiático e se colocam à interpretação na rua.

⁶ Embora muitos outros cientistas sociais a tenham definido de outras maneiras específicas e distintas como Montesquieu, Gramsci, Rousseau e outros.

Para supostamente gerir da melhor forma o governo, a fim de ordenar os bens e interesses públicos, conforme já ressaltava Aristóteles, o poder político atual é dividido em áreas específicas. Essa distribuição política hierárquica do país se sustenta de maneira clássica, em três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. A política (partidária) é sustentada pelos poderes Executivo e Legislativo, sob o amparo do discurso legitimado do Judiciário, a depender dos cargos de cada governante. No caso do Brasil, a União é representada pelo presidente da República em nível federal, pelos governadores, na esfera estadual, e pelos prefeitos, no âmbito municipal.

Assim, de um lado, a coletividade necessita ser administrada e ao mesmo tempo é ela responsável por viabilizar o ingresso de pessoas eleitas pelo voto popular no espaço político. De outro, temos os políticos, que, de maneira ideal, “devem” representar “todas” as classes. A representatividade política, na evidência do voto direto, evoca sentidos sobre democracia e cidadania, sendo que esses dois conceitos caminham juntos: o primeiro se refere ao governo de soberania do povo; e o segundo ao exercício da condição de cidadão, com seus direitos civis e políticos.

Por isso, o voto marca um direito e uma ação-dever, pois quando o indivíduo vota, ao mesmo tempo passa dessa condição específica individualista para a posição de sujeito-cidadão, ocupando a forma-sujeito de eleitor em defesa da democracia. Então, o voto tem expressiva importância ideológica e cultural em nosso meio civil, em termos de governo popular, pois

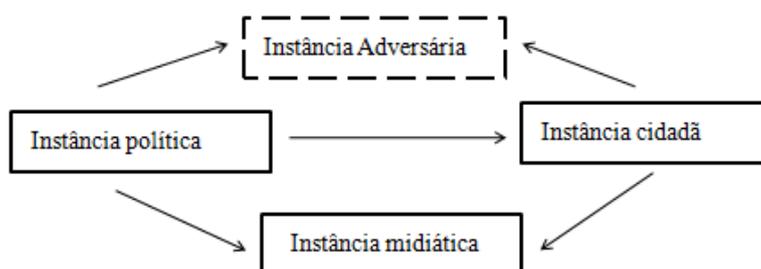
A cidadania não se define pela origem étnica, religiosa ou mesmo geográfica, mas pela filiação simbólica dos indivíduos a uma mesma comunidade nacional, na qual eles se reconhecem porque ela é fiadora de sua vontade de estar e viver junto, e na qual exercem sua parte de soberania ao elegerem seus representantes. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 58)

É necessário considerar que tal poder do cidadão se tornou acessível à população brasileira no período de redemocratização. No século XIX, o direito de voto era restrito a homens, brancos, com idade acima de 25 anos. Ao longo dos anos e do contexto histórico, abriu-se margem para que outras parcelas antes excluídas tivessem acesso ao voto. Deflagrado o golpe militar de 1964, essa evolução do direito ao voto no Brasil foi interrompida por mais de duas décadas de ditadura militar. Com a promulgação da Constituição Federal, em 1988, reconfigurou-se o direito à representatividade política e à escolha de representantes. Abriu-se aí uma nova relação candidato/eleitor, com a irrupção desse acontecimento histórico-discursivo.

Contudo, a política não se realiza dessa forma icônica, em que um candidato precisa ser eleito para adentrar o poder, recebe votos suficientes para fazê-lo e então passa a representar (total e fielmente) às aspirações da população. A política é marcada por um corpo complexo que comporta relações díspares, em todas as esferas e cargos políticos e sofre, ademais, “inspeção” dos veículos de comunicação em massa, os quais estabelecem uma ponte entre (discursos sobre) a política e a comunidade em geral, como veremos ao longo desta seção.

Em um espaço coletivo coexistem diversas modalidades políticas, com maior ou menor dependência, e com lugares e papéis determinados. A sociedade é, então, um organismo heterogêneo, composto por grupos que se determinam pelos modos como atuam na relação com o outro e pela forma como interpretam a política. Charaudeau (2006a) classifica esses segmentos em quatro instâncias em convivência e interação: a instância política, a instância adversária, a instância cidadã e a instância midiática, conforme o seguinte esquema:

Figura 2: As quatro instâncias políticas na sociedade



Fonte: CHARAUDEAU, 2006a, p. 56.

A instância política, dentro de nosso contexto atual, é um cenário propulsor de um embate de forças, visto que o Congresso Nacional é composto pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, formando um grupo heterogêneo em termos de partido (e nas questões de outras ordens que eles trazem na sua essência, voltando-as para a política⁷). Dessa forma, surge um entrave entre as promessas feitas ao longo da campanha e a posição dos governantes, visto que “a instância política deve, portanto, agir em função do *possível*, sendo que a instância cidadã a elegeu para realizar o *desejável*” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 19, grifo do autor).

A instância política não é composta apenas pelos políticos no poder, mas também por outros partidos da oposição. Isso porque em um sistema político dito democrático, existem

⁷Destacamos, por exemplo, a interferência da religião nas políticas públicas.

vários partidos em confronto que se apresentam ao eleitor como ideal de representatividade política. Por isso,

Com base no modo com que os partidos se dispõem uns para ou contra os outros no sistema, isto é, com base nos chamados pólos de atração ou de repulsa dos diversos partidos, se distinguem regimes bipolares, em que os vários partidos se agregam em torno dos dois pólos do Governo e da oposição e multipolares, em que os vários partidos se dispõem voltados para o centro e para as duas oposições, uma de direita e outra de esquerda. Deve advertir-se que também, neste caso, um sistema monopolar, onde não existe uma oposição reconhecida, não pode ser considerado entre as formas democráticas de Governo. (BOBBIO; MATTEUCCI; e PASQUINO, 1998, p. 327)

Consequentemente, junto com a instância política, convive ainda a instância adversária, isto é, os partidos políticos que não se reconhecem na(s) ideologia(s) do (partido) político vigente, cujos posicionamentos podem ser de “direita” ou de “esquerda”. A instância adversária é aquela que contesta o poder vigente com o fim de tentar adentrar o governo ou mesmo de reivindicar mudanças na representatividade política.

Em termos de representatividade política, Charaudeau (2006a) argumenta que a sociedade é dividida em, basicamente, *instância política* e *instância cidadã*; à primeira cabe o gerenciamento de pessoas no espaço público, pois ela “assume a realização da ação política” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 18); e à outra a escolha de representantes dentre vários candidatos; elas são, pois, um organismo que funciona em conjunto sendo dependentes uma da outra.

Para Charaudeau, na expressão “instância cidadã” deve-se entender o termo cidadã “como noção que faz parte de um regime democrático” (CHARAUDEAU, 2006a, 58), ou, em outras palavras, a população a ser representada pelos candidatos eleitos pelo voto direto, em qualquer cargo: políticos, prefeitos, governadores e presidente. Em termos simbólicos, as decisões políticas, em um governo democrático, precisam “escutar” e “atender” a voz do povo (ainda que em parte), pois estamos marcados, simbolicamente, pelo processo democrático clássico. Por isso, o conceito de política está relacionado à ideia de representatividade, pela atuação da memória que se construiu a respeito desse tema, embora a ocupação de cargos políticos esteja associada a não representação da maioria dos sujeitos-cidadãos, pela não representatividade que políticos e partidos expressam para seus eleitores, o povo.

Para Charaudeau (2006a), as pessoas que não estão inseridas nas instâncias políticas (legitimadas por um cargo de governo) constituem a chamada *instância cidadã*. Esta instância se divide em sociedade civil e sociedade cidadã (CHARAUDEAU, 2006a). A primeira é

entendida pelo autor como uma “entidade pouco estruturada que se opõe a duas outras, fortemente estruturadas: o Estado (estruturação institucional) e a família (estruturação sociobiológica)” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 60). Já a sociedade cidadã

[...] é uma construção. Ela reúne indivíduos que têm consciência de um papel a desempenhar na organização política da vida social. Ela existe de maneira orgânica, seja por atribuição institucional, quando é chamada a votar, seja por decisão própria, quando transforma o espaço público em espaço de discussão que, por causa disso, influencia os governantes via mídias, seja ainda quando ela se organiza em força de contra-poder e age no próprio espaço do poder de governança. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 60)

Por consequência e correlação, *instância política* e *instância cidadã* sempre estão em diálogo, visto que entre as duas é necessário se estabelecer uma relação de dupla troca, para que as relações políticas funcionem, esquematizando os seguintes vínculos: “[...] a instância política estabelece com seu parceiro principal, a instância cidadã, relações diversas segundo a maneira como a imagina” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 57).

Embora a *instância cidadã* esteja sempre atrelada à instância política, não há simetria em relação à governança (CHARAUDEAU, 2006a), visto que o governo *é e não é* democrático; em um primeiro momento se coloca como determinado pelo povo, quanto ao voto direto, sem distinção de classes, credo, raça, religião, sendo os políticos eleitos pela quantidade (suficiente) de votos; em um segundo estágio, as decisões são pleiteadas pelo(s) representante(s) escolhido(s), que não pode(m) se apartar das coerções do aparato político-econômico-partidário, pois a ele(s) foi dada a autorização para decidir em nome de um dado grupo de pessoas.

Já a instância midiática atua na intermediação das outras instâncias, com a suposta finalidade de veicular “democraticamente a informação” e a “realidade”. O discurso da informação é também um lugar de produção e circulação do discurso político, a partir do qual a mídia assume uma postura político-ideológica, pois, tal como considera Althusser (s/d), sua função é de um AIE da informação. Por isso, os vários veículos midiáticos assumem uma posição favorável ou desfavorável ao falar sobre um fato/acometimento/evento a depender da posição assumida por eles, em dadas condições de produção, e de uma dada interpelação ideológica.

Com as mudanças tecnológicas observadas na sociedade moderna, a mídia tradicional, muitas vezes, tem perdido espaço para as novas mídias que vêm surgindo, as quais encontram subsídio, principalmente, na/pela Rede. Tais mídias digitais se aproximam mais da instância

cidadã, em relação aos veículos que têm seus postos legitimados pela tradição, porque geralmente os responsáveis por essas mídias alternativas estão em lugares não ocupados pelos veículos clássicos – elas tendem a mostrar versões de sujeitos não compreendidos pela grande mídia. Ademais, as mídias alternativas podem servir como ferramenta para mobilizar mais pessoas ou mesmo mostrar algum aspecto específico das manifestações, como servir de prova quanto aos abusos das autoridades, da PM, de acusações etc.

Este tripé, composto por instância política, instância cidadã e instância midiática, sistematiza as perspectivas políticas em funcionamento na sociedade, o que não simboliza um relacionamento/convívio ideal entre elas. As manifestações pelo país, como já houve ao longo da história (protestos contra a ditadura militar, o pedido de impeachment do então presidente Fernando Collor de Melo e outras), marcam uma ruptura entre a suposta reciprocidade estabelecida entre governante/candidato x cidadão/eleitor. Observamos também em 2013 e 2015 que a propagação de tais atos nos leva a considerar que a relação governador-cidadão também não estava se dando de maneira satisfatória (ideal) para as variadas classes: alguma peça nesse sistema político, capitalista, democrático havia tracejado um percurso diferente. O sistema político encontrou-se nesse contexto de manifestações com uma população que não se reconheceu na política vigente, seja em nível federal, seja estadual, seja municipal.

Sobre as manifestações de 2013 e de 2015, um dos temas constitutivos deste trabalho, vale esclarecer que esses atos ocorreram em circunstâncias diferentes e foram motivados por razões distintas, embora todas as mobilizações sociais impliquem solicitações direcionadas ao sistema político-partidário. Em 2013, com o aumento da tarifa do transporte coletivo, em São Paulo/SP, os movimentos começaram a ocorrer em prol dessa causa, e novas demandas foram levadas às ruas, ao longo do mês de junho; a imprensa em geral passou a denominar esses atos como *Jornadas de Junho*.

Em 2015, Dilma Rousseff havia acabado de se reeleger, em meio a um duelo entre PT x PSDB. Dilma Rousseff e Aécio Neves ficaram, no decorrer da campanha (entre setembro e outubro) e da eleição, equiparados, sem uma distinção expressiva de votos que deixasse um ou outro candidato em uma posição privilegiada. No período de campanha, um dos discursos que chamou a atenção e mostra ter caído em um consenso popular – ao menos em meio àqueles vistos como favoráveis à eleição de Aécio Neves e, geralmente, contrários à reeleição de Dilma Rousseff – se refere à afirmação de que o país precisa(va) de *mudança*. Um enunciado um tanto polissêmico, que deu margens a várias interpretações a respeito dessa mudança: como mudança de partido, mudança de presidente, mudança de forma de governo.

As manifestações ocorridas em março de 2015, mais do que as de 2013, se apresentaram na mídia como atos contra a corrupção. Diante disso, é necessário levar em conta que no Brasil a corrupção é um assunto adjacente quando o assunto é política, principalmente, quando se fala a respeito do PT – partido visto como principal propulsor da corrupção no país. Embora as duas manifestações consideradas de 2015 se colocassem como uma marcha contra a corrupção, suas propostas e objetivos se demarcaram pela distinção. Os atos do dia 13 de março se diziam ser um manifesto a favor da Petrobrás, enquanto os do dia 15 de março se diziam contra a corrupção e a favor do Brasil.

As manifestações, então, do nosso ponto de vista, são uma forma de o povo reivindicar “direitos”, sendo estes não compreendidos da mesma forma na diversidade da população. As mobilizações de rua, sobretudo, circunscrevem formas dos sujeitos políticos se colocarem explicitamente como promotores do governo popular, habilitados para reivindicar direitos e representação, visto que a política é

[...] o espaço onde se exerce o poder de agir entre uma instância política que se diz soberana e uma instância cidadã que, a todo momento, pode pedir contas e resultados, o objetivo sendo uma dominação feita de regulamentação, de sanção e de reivindicação. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 257 - 258)

Ao longo dessas reflexões, afirmamos que no desenrolar da política a linguagem tem seu lugar demarcado, desde as campanhas eleitorais à negociação com os manifestantes, pois “o governo da palavra não é tudo na política, mas a política não pode agir sem a palavra” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 21). Por isso, o dizer atua, principalmente, na circulação de sentidos sobre a política, conseguindo apagar, ressaltar ou deslizar interpretações, isso porque falar (e fazer circular sentidos) é exercer um ato político, visto que “todo ato de linguagem está ligado à ação mediante as relações de força que os sujeitos mantêm entre si, relações de força que constroem simultaneamente o vínculo social” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 17).

Por conseguinte, “vê-se que a linguagem não está ausente do desenrolar da ação, já que esse espaço depende de um espaço de decisão”, sendo a atmosfera de decisão marcada por um “espaço de discussão” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 18). É neste lugar aberto à avaliação, à crítica do espaço de discussão, que “a palavra intervém no *espaço de ação* para que sejam organizadas e coordenadas a distribuição das tarefas e a promulgação das leis, regras e decisões de todas as ordens” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 21, grifos do autor).

No discurso político, dizer de determinado lugar social (como o de presidente, por exemplo) é mostrar, exercer e (se) significar *poder* por meio da linguagem, ainda que nem todos os dizeres possam ser ditos, porque as formações discursivas são responsáveis por autorizarem e/ou controlarem o despontar deste ou daquele enunciado. Com a finalidade de estabelecer vínculos com os sujeitos da sociedade e as propostas (novas ou já vigentes) do partido,

[...] a palavra intervém no espaço de *persuasão* para que a instância política possa convencer a instância cidadã dos fundamentos de seu programa e das decisões que ela toma ao gerir os conflitos de opinião em seu proveito. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 21).

2.1 OUSAR PENSAR E OUSAR SE REVOLTAR⁸: MANIFESTAÇÕES POLÍTICAS DA INSTÂNCIA CIDADÃ NAS RUAS

Começamos a discussão caracterizando as manifestações de rua como (sentidos sobre) *ação* social e (produção de) *discurso* político em uma sociedade classista, desigual. Tais atos permitem pensá-los como contestadores da ordem pública/social/política ao mesmo tempo em que provocam possibilidades de discurso, provenientes da memória, quando são discursivizados, seja pelo público em geral (manifestantes ou não, população em geral) seja pela mídia.

Os movimentos de rua, apesar de serem marcados principalmente por um grande número de integrantes, são definidos, nas palavras de Gohn (2011), como ações coletivas e sociais, de cunho sócio-político e cultural, que permitem à sociedade e à população diferentes formas de se organizar e apresentar suas demandas à classe política. Para Gohn (2011, p. 335), na sua concretude, os movimentos assumem diferentes táticas e metodologias variáveis, pois podem ir da simples denúncia, “passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas”.

Como uma forma de definir o caráter das manifestações, podemos dizer que elas “representam forças sociais organizadas, aglutinam as pessoas não como força-tarefa de ordem numérica, como campo de atividades e experimentação social, e essas atividades são fontes geradoras de criatividade e inovações socioculturais” (GOHN, 2011, p. 336).

⁸ O título empregado a esta seção recupera o texto de Pêcheux (2014) “Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes”, na busca pelo entendimento da ação política pelo par *ação* e *produção de discursos*.

Geralmente, são caracterizadas por apresentarem práticas próprias de mobilização, com o fim de reivindicar direitos ao mesmo tempo em que tendem a organizar mais pessoas para aderirem ao movimento ou a uma causa: mostram pela (re)união a força e a expressividade da resistência.

As manifestações de rua, na concepção das ciências sociais, representam formas de participação política desempenhadas pelos sujeitos-cidadãos, sendo que “a Participação Cidadã é lastreada num conceito amplo de cidadania, que não se restringe ao direito ao voto mas ao direito à vida do ser humano como um todo” (GOHN, 2004, p. 143). Os modos de expressão da instância cidadã vêm se transformando à medida que novas práticas integram a sociedade e permitem reinterpretações do espaço civil e de seus sujeitos. Segundo Gohn (2009), já no século XX é possível observar novos rumos para as mobilizações sociais no Brasil, o que confere a esses movimentos peculiaridades do cotidiano urbano, provenientes “das novas funções que passam a se concentrar nas cidades”, pois os meios de produção e o ritmo capitalista da cidade “orientará as ações e os conflitos que ocorrem no meio urbano” (GOHN, 2009, p. 59 – 60).

As injunções da sociedade moderna afetam todas as práticas na sociedade, como a questão da Rede, que passou a servir à instância cidadã como aliada na expressão de sentidos e vozes sobre participação política, cidadania e ação governamental. É recorrente a presença da internet em atos no contexto atual, pois “os recursos *tecnológicos* são as grandes armas estratégicas utilizadas na organização e mobilização do movimento. A internet tem sido o principal instrumento de comunicação na elaboração de suas agendas” (GOHN, 2007, p. 37).

Ainda assim, a rua, como cenário simbólico das manifestações, tem papel essencial, por representar espaços e sentidos peculiares para os manifestantes, na cidade capitalista. Isso porque a rua permite ao sujeito expressar a sua transição dos espaços individuais para o espaço público, visto que a política opera no/para o coletivo, no/para o público. As manifestações não são, por isso, simples reuniões na rua, mas simbolizam a apropriação do espaço público pelos sujeitos manifestantes que fazem parte da cidade e necessitam interferir na política, e em consequência, mobilizam discursos de autoridade de outras áreas, como os provenientes do campo jurídico.

A noção de um suposto domínio popular é certificada pela chamada Constituição Cidadã, promulgada no ano de 1988. Este documento, ao falar a respeito da escolha dos representantes políticos afirma, no artigo 14, que “a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos” (BRASIL, 2015,

online). Ao mesmo tempo, a Constituição Federal imprimiu no sujeito-cidadão uma ilusão de igualdade: “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, Art. 5º, 2015, *online*). O discurso documental e, portanto, legítimo da Constituição explicita a obrigação de igualdade em termos de direitos e deveres entre cidadãos que dividem o mesmo espaço e ao mesmo tempo apaga a possibilidade da ausência dessa “igualdade”, em espaços e contra sujeitos não legitimados.

A existência de diversos tipos de manifestações rompe com essa suposta igualdade e visibiliza a existência da desigualdade. Se fôssemos iguais, alguns não teriam mais direitos do que outros, ou seja, a suposta igualdade evidencia a existência da diferença⁹, pois aqueles que não se enquadram no que é significado como maioria¹⁰ passam a ser, no espaço social, representados como minoria nos lugares e posições de privilégios.

Assim também se configura quanto à instância cidadã, visto que ela não é e não pode ser homogênea, pois se configura como uma associação de conjuntos distintos e, por isso, “está fragmentada pela diversidade das comunidades a ela relacionadas e pelas diferentes percepções que cada um tem das outras instâncias (política e midiática) que a elas se dirigem” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 59).

No âmbito das manifestações de rua, também não há acordo, visto que esses atos podem ser encarados de várias formas, como uma revolução ou como uma contrarrevolução, assim como aborda Fernandes (1984, p. 9): “a revolução constitui uma realidade histórica; a contra-revolução é sempre o seu contrário (não apenas a revolução pelo avesso: é aquilo que impede ou adultera a revolução)”. Para este autor, “[...] *quem faz a revolução é a grande massa proletária e quem lhe dá sentido é a grande massa proletária*” (FERNANDES, 1984, p. 25, grifos do autor).

Portanto, as manifestações da instância cidadã são heterogêneas e instáveis podendo ser “organizações mais ou menos institucionais (sindicatos, corporações, coordenações,

⁹Diferenças entre etnias, por isso a necessidade de movimentos negros: *Marcha do Orgulho Crespo, Marcha da Consciência Negra*; diferença de classes: *Rolezinhos*; diferença de gêneros: movimentos feministas (e todas as suas subdivisões), *Marcha das Vadias*, movimentos LGBT, *Parada da Diversidade*.

¹⁰A maioria corresponde à população que atende aos requisitos de normatividade e da ideologia dominante, geralmente, as classes média e alta, branca, letrada, culta, heterossexual, homens. Estes são alguns dos fatores determinantes que circundam os sentidos sobre maioria. Ao mesmo tempo, tais definições vão ao encontro de um paradoxo: o Brasil é um país miscigenado, sendo a população composta de brancos e pardos, negros, amarelos e indígenas. Além do mais o Brasil é um país subdesenvolvido, apresentando altas taxas de pobreza.

grupos étnicos, pessoas das mais variadas origens); situações de protesto, como manifestações de rua, recusa em participar das eleições [...]” (CHARAUDEAU, 2006a, p. 59).

Diante das teorias sobre o caráter empírico das manifestações, cabe salientar que, na Análise de Discurso, compreendemos as manifestações pelos efeitos de sentido advindos destes atos, enquanto acontecimento (histórico, midiático e/ou discursivo) colocado sob compreensão e interpretação: são atos para se *falar* e para serem *falados*. As manifestações, como atos a serem lidos, são interpretadas pelo jornal, pelos processos de constituição, formulação e circulação de discursos (ORLANDI, 2001), que as faz significar. A mídia passa, então, a tentar representar a imagem dos sujeitos-manifestantes na rua, ora dando visibilidade ora invisibilizando as desigualdades sociais que os impulsiona a ir para a rua.

Por isso, neste trabalho, não nos interessa os sujeitos empíricos na rua, mas o modo como a mídia os enuncia. Orlandi (2001, p. 153), ao falar sobre o discurso de divulgação científica, mostra que “o jornalista científico ocupa uma posição-sujeito específica determinada que não resulta de mera soma, nem substituição”, pois “[...] é preciso que se produza um efeito metafórico pelo qual algo que significava de um modo, desliza para produzir outros efeitos de sentidos, diferentes”. Tal qual na divulgação de conhecimento científico, para falar sobre as manifestações, o jornal “[...] toma um discurso constituído em uma ordem e formula seu dizer em outra ordem [...]” (ORLANDI, 2001, p. 153). O discurso jornalístico passa a enunciar sobre política, sociedade e engajamento da instância cidadã.

2.2 CONTEXTUALIZANDO POLITICAMENTE AS MOBILIZAÇÕES SOCIAIS NO GOVERNO DILMA: *JORNADAS DE JUNHO* (2013), 13 E 15 DE MARÇO (2015)

Durante o governo Dilma, várias manifestações irromperam no espaço público, algumas relacionadas ao poder Executivo (municipal, estadual ou federal) outras por causas diversas, demandadas pelas ditas minorias, ou mesmo pela conquista dos mais variados direitos. Em nossa pesquisa, como já foi dito, demarcamos três momentos de mobilizações políticas no país, o primeiro em 2013, e duas manifestações do ano de 2015.

Em 2013, o Movimento Passe Livre organizou atos contra o aumento da passagem do transporte coletivo: as *Jornadas de Junho*, como ficaram conhecidas, que tiveram início nas primeiras semanas do mês de junho e perduraram ao longo do mês, se propagando por vários estados do país. As manifestações de 2013, embora tenham sido desencadeadas pelo aumento da tarifa de ônibus, deram margem para que novas reivindicações fossem levadas às ruas, por

meio de cartazes. Dentre algumas demandas, citamos as reivindicações contra a Proposta de Emenda Constitucional 37/2011¹¹ (PEC 37), contra os gastos com a Copa, contra a desvalorização da saúde e da educação e muitas outras solicitações feitas pela população, em sua maior parte constituída por jovens e estudantes, embora houvesse também certa diversidade de participantes.

Todas as manifestações assumiram determinadas posturas políticas, a fim de se apresentarem como ações “apartidárias”, embora as três manifestações apresentem divergências consideráveis que fazem com que cada uma delas se inscreva de uma forma nos círculos políticos, ora afastando-se do modo de governo atual (dos partidos e figuras políticas), ora aproximando-se deles.

Em 2013, as manifestações se colocavam dentro dos próprios grupos e para a mídia como apartidárias, recusando bandeiras de partidos, e por isso, os *Anonymous* se tornaram uma das marcas registradas de tais atos. Nessas manifestações, à semelhança de outros atos ocorridos em outros países nos últimos anos, a máscara do *Senhor V*¹², personagem da História em Quadrinhos (HQ) e do filme *V de Vingança* (*V for Vendetta*), inspirado em Guy Fawkes¹³, tornou-se constante. O principal objetivo norteou-se na realização de mobilizações sem um líder específico, mas com vários líderes dos movimentos, em outras palavras, vários Senhores V's, supostamente em prol da(s) mesma(s) causa(s).

Em conjunto com essa questão da máscara para opacizar identidades (nome, idade, sexo), estava a internet, uma característica marcante das *Jornadas de Junho*, visto que ainda não havia ocorrido manifestações de rua deste porte no Brasil organizadas, sobretudo, no espaço digital. A Rede oferece mecanismos a partir dos quais é possível dizer sem se identificar, por exemplo. Os leitores de uma determinada página/site/comunidade em redes sociais não precisam, necessariamente, saber quem escreve para aderir às opiniões, ideias, notícias publicadas. Ou seja, a internet oferece a ilusão do *poder* dizer, sem controles ou vínculos institucionais.

¹¹ A PEC 37 propunha poder exclusivo à polícia para promover investigações criminais, tarefa concentrada atualmente sob responsabilidade do Ministério Público.

¹² Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a máscara começou a ser utilizada em manifestações de rua no ano de 2008, pelos *Anonymous*, e ganhou destaque em 2011, pelo movimento *#occuppy*, ambos nos E.U.A.

¹³ Segundo a revista *Superinteressante*, Guy Fawkes foi preso, torturado e condenado à morte porque era católico na Inglaterra (sendo grande parte da população anglicana) e, ademais, porque “decidiu participar de um complô para explodir o Parlamento, matar o rei, seqüestrar sua filha e liderar uma insurreição popular” (SUPERINTERESSANTE, 2015, *online*). Disponível em: <http://super.abril.com.br/historia/guy-fawkes-conspirador-ou-heroi>. Acesso em: 16 jul. 2015.

Esse lugar digital foi importante para que as manifestações tivessem uma ampla e rápida divulgação dos atos que só fizeram, a partir daí, por aumentar. Esta marca das *Jornadas de Junho* possibilitou estar presente em uma determinada manifestação e acompanhar o que se passava em mobilizações de outras regiões. Temos, portanto, nessa conjuntura, uma “cultura da virtualidade real” (CASTELLS, 1999, p. 415). É essencial, pois, levar em consideração que os “nossos sistemas de crenças e códigos historicamente produzidos são transformados de maneira fundamental pelo novo sistema tecnológico e o serão ainda mais com o passar do tempo” (CASTELLS, 1999, p. 414).

2.2.1 #vemprarua: acontecimento político e discursivo nas Jornadas de Junho, 2013

As manifestações em geral, não só as de 2013 e 2015, enquanto uma realização complexa em termos de movimento de linguagem e de suas materialidades significativas (cores, bandeiras, pautas), fornecem elementos a serem analisados a partir da noção de acontecimento. Discutimos, especialmente, a irrupção de um enunciado marcante nas mobilizações de 2013, o #VemPraRua ou *Vem pra rua*, sustentando-o enquanto discurso, como estrutura e acontecimento. Neste caso, tomado como base para a discussão, observamos uma mudança de sentidos ligada à memória discursiva e também às formações discursivas nas quais os enunciados estavam inscritos antes de integrarem faixas e cartazes nas ruas, nas cidades, nas mídias sociais e na imprensa.

Para analisar o #vemprarua ou *Vem pra rua* enquanto acontecimento, faz-se preciso, contudo, retomar o contexto de aparecimento/ruptura desse discurso. O enunciado #vemprarua foi veiculado, em primeiro lugar, em uma peça publicitária da marca de automóveis Fiat, que começou a circular, mais ou menos, um mês antes da irrupção das *Jornadas de Junho*. O comercial foi exibido em um momento em que surgiram discursos a respeito da Copa das Confederações e, em menor escala, dos Jogos Olímpicos de 2016, questionando o fato de o Brasil sediar eventos deste porte, pois, no imaginário social, seria uma oportunidade para deixar o dinheiro público vulnerável a desvios e corrupção, como vemos nesta frase presente em cartazes nas manifestações: “Ei Neymar, a Copa é pra roubar” (FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*). Além disso, outra queixa se deu em relação às construções supostamente inutilizáveis após as competições. Havia então um discurso “preciso”, marcado de que o dinheiro empreendido na realização da Copa e das Olimpíadas de

2016 poderia ser empregado em saúde, educação, infraestrutura, como vemos nos seguintes enunciados de cartazes: “Copa do Mundo eu abro mão, quero dinheiro pra saúde e educação” (FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*), “Me chama de Copa e investe em mim. Ass: Saúde e Educação” (FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*).

Nesta conjuntura, a Fiat lançou o comercial “Vem pra rua”, como uma forma de tentar silenciar esses discursos negativos a respeito da Copa, investindo no estereótipo e na imagem naturalizada de *brasilidade* na peça, marcados pela presença do futebol, praia, festa, carnaval, como uma possível estratégia de marketing a ser aceita pelo brasileiro. No comercial, a rua simboliza comemoração e o carro da Fiat serve para permitir a locomoção até o lugar onde acontece a “festa”. Como uma forma de se apropriar da linguagem tecnológica, virtual, o comercial coloca em circulação a frase imperativa #vemprarua, musicada pelo grupo *O Rappa*.

A seguir, disponibilizamos uma imagem do comercial vinculada à peça publicitária “Vem pra rua”:

Figura 3: Peça publicitária da Fiat, Vem pra rua



Vem pra maior arquibancada do Brasil.
Vem de verde amarelo. Vem de bandeira na mão. Vem gritar, agitar, acreditar. Vem torcer do seu jeito. Vem, que aqui cabe o país inteiro.
Vem pra rua

Vem pra rua com quem é líder de vendas há mais de 40 anos. Este é o convite da Fiat a 100 milhões de brasileiros.

Fonte: FIATPRESS, 2015. Disponível em:

<http://www.fiatpress.com.br/releases/gerenciarReleases.do?operation=visualizarRelease&idRelease=1312>.

Acesso em: 10 de out. 2015.

Quando as manifestações começaram a proliferar pelas regiões do país, os manifestantes incorporaram em seus cartazes e *slogans* de manifesto a frase “#vemprarua”, que passou a ter outros significados distintos dos produzidos na peça publicitária. A rua passou a significar como cenário de vez e voz, de reivindicação de espaço do sujeito-político, do sujeito-cidadão “consciente” de sua responsabilidade e papel político. O verde-amarelo,

para além de torcida, passou a significar como marca de cidadania e tomada de posição na história do país. As pessoas reunidas, com suas pautas, queixas, reivindicações, motivadas pelo “#vemprarua”, se encontram não mais em um ambiente de festa, mas de contestações e experimentação sócio-política.

Quando a Fiat se deparou com a difusão da música como tema de protesto, informou em nota que o comercial seria retirado do ar, pois o prazo de circulação, segundo a empresa, já estaria vencendo. Nas mídias em geral, o impulso primeiro (e recuperável) da utilização da música como tema das manifestações é referido com a publicação de um vídeo apresentando¹⁴ uma compilação de cenas sobre os atos, que tem como trilha sonora a música *Vem pra rua*. Assim, nessas novas formas de engajamento da instância cidadã, a produção digital e tecnológica, tal como vemos nestas manifestações de 2013, tem papel fundamental, porque “os organizadores de manifestações de rua geralmente contam com a presença de vídeo-ativistas, a fim de registrar as ações, a participação de um público engajado e a previsível repressão policial” (MITTMANN, 2011, p. 125).

O acontecimento se dá no instante de encontro-confronto da memória do comercial que desliza para o tema das manifestações, passando a representá-las, evocar pessoas e integrantes para ocuparem o espaço público. O “#vemprarua” das mobilizações dialoga com a música do comercial e ao mesmo tempo aparta-se dela, visto que a produção de sentidos se constitui de maneira diferente em cada um dos casos. Este caso do “#vemprarua” exemplifica o que Orlandi (2003) afirma em relação à memória, ao considerar que algo diz em outro lugar e pode voltar a dizer, embora nunca do mesmo jeito.

Para além dessas reflexões acerca do acontecimento, no enlace entre a memória e o deslocamento, o enunciado articulado, primeiro no comercial, passou a ser difundido nos cartazes e nas vozes da rua de duas maneiras: na forma de *hashtag* “#vemprarua” e/ou como parte encadeada do sintagma, como uma frase imperativa: “Vem pra rua”. O jornal *Folha de S. Paulo* publicou uma matéria reunindo 200 gritos de guerra, nas/das manifestações de 2013, e dentre eles, os que dispomos a seguir apresentam as formas “#vemprarua” e “Vem pra rua”:

“Juntos somos fortes #vemprarua”
 “Protesto NÃO é crime! #vemprarua”
 “A geração Coca-cola acordou #vemprarua”
 “Vem pra rua, vem, contra a tarifa!”
 “Ei, perua, sai do shopping e vem pra rua”

¹⁴#VemPraRua. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=i31CMiUAJ90>. Acesso em: 15 de nov. 2015.

“Vem pra rua, vem! Ficar em casa não ajuda a ninguém!”

“Ão, ão, ão, vem pra rua, Felipão!”

“Larga o Candy Crush e vem pra rua”

“Vem pra rua!”

(FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*).

Nos enunciados apresentados, verificamos nos três primeiros casos, o uso do “#vempraruá” em forma de *hashtag*, como se fosse uma conclusão, um conselho e um pedido às pessoas para ingressarem nas mobilizações. Já nos demais casos, o enunciado “Vem pra rua” aparece como uma parte da frase, seguindo o modelo “[sujeito] vem pra rua”, em que o pedido, conselho, apelo para ocupar as ruas pode ser lido como “venha se manifestar”. Embora, no âmbito da textualidade, os dois enunciados se apresentem de forma diferente, nenhum deles retoma o sentido da frase “#vempraruá” ou “vem pra rua”, tal como funcionava na propaganda, no domínio mercadológico, sobretudo, porque determinados grupos manifestantes, principalmente os defensores do anarquismo, são contra os símbolos do capitalismo.

Os enunciados que acompanham a *hashtag* “#vempraruá” funcionam como uma argumentação para convocar as pessoas a participarem das manifestações públicas. Se compreendermos tais enunciados pela paráfrase, observaremos, por exemplo, na frase “Juntos somos fortes #vempraruá”, o funcionamento de “separados somos fracos”, “individualizados não temos força, o que faz referência ao provérbio popular “a união faz a força”, sedimentado na história e na memória. Uma manifestação, para causar impacto e chamar a atenção das autoridades e da população em geral, precisa, prioritariamente, de integrantes. Por isso, dizer que “juntos somos fortes” funciona como um estímulo para que as pessoas façam parte das mobilizações na rua, e a *hashtag* “#vempraruá” finaliza essa convocatória.

Da mesma forma, por meio da paráfrase, o enunciado “Protesto NÃO é crime! #vempraruá”, pode ser lido como “protesto é legitimado”, “protesto é direito”. Estes sentidos são possíveis se considerarmos que, se algo não é crime, tem, então, sustentação legal em sociedade. Consequentemente, a frase “Protesto NÃO é crime! #vempraruá” funciona como uma motivação para fortalecer as mobilizações, e mais uma vez a *hashtag* “#vempraruá” conclui o pedido feito pelos manifestantes.

Em “A geração Coca-Cola acordou #vempraruá”, sentidos como “a geração consumista despertou”, e “a geração consumista estava adormecida” são depreendidos. A expressão “geração Coca-Cola”, nome de uma das músicas do grupo Legião Urbana,

representa, ironicamente, uma geração de sujeitos profundamente marcados pelo consumismo (pela referência a Coca-Cola) proveniente do período ditatorial e que não haviam feito nada pela mudança social daquele contexto. Assim, o enunciado “a geração Coca-Cola acordou” produz efeitos de sentidos sobre um possível engajamento dos sujeitos quanto à participação político-social, em diálogo com uma frase bastante difundida neste período de manifestações: o gigante acordou. Do mesmo modo como ocorre nos outros dois enunciados analisados, a *hashtag* “#vemprarua” fecha a argumentação sobre o convite para integrar as manifestações.

Diferentemente da *hashtag*, a expressão “vem pra rua” é usada nos outros casos em questão como parte integrante do sintagma, como uma forma imperativa que aconselha aos manifestantes deixarem de lado atividades supostamente alienantes e individuais. Por meio da paráfrase discursiva, o enunciado “ei, perua, sai do shopping e vem pra rua”, funciona, em termos discursivos como “ei, perua, pare com o consumismo e vem manifestar [sua indignação]”. Da mesma forma, enunciados como “Ão, ão, ão, vem pra rua, Felipão!” fomentam interpretações como “vem pra rua, representantes do futebol”, e “larga o Candy Crush e vem pra rua” significa “deixe a alienação de lado e vem manifestar”. Ambos os enunciados geram, como efeito, sentidos naturalizados sobre a participação cidadã na política, isto é, a necessidade de o brasileiro precisar mudar sua condição acomodada para uma posição de sujeito politicamente ativo.

Estas possibilidades de analisar “#vemprarua” ou “vem pra rua” como acontecimento são possíveis pelo efeito metafórico que sinalizam: os sentidos sobre “rua”, “festa”, “gigante” apontam para outras significações, diferente da proposta estabelecida na peça publicitária. O “vem pra rua”, enquanto acontecimento discursivo situado entre publicidade e grito de ordem, faz circular sentidos diversificados sobre a rua. Se o espaço público é visto, em um primeiro momento, como lugar da festa, em um segundo contexto, tal ideia não se sustenta: a rua passa ser espaço público e coletivo para se reivindicar direitos, expressar vozes, sentidos, demandas, chamar atenção da instância política. A rua, enquanto espaço político, coloca em visibilidade os dizeres sobre política e sua representatividade, implicando (re)ações da instância política.

2.2.2 As manifestações de março de 2015 a favor e contra o impeachment de Dilma

Em 2015, duas manifestações marcaram o mês de março, a primeira no dia 13 e outra no dia 15 março. A primeira, do dia 13, foi um movimento que se colocava em defesa da

Petrobrás sem, contudo, pedir o impeachment da presidente Dilma. As mobilizações do dia 13 foram chamadas de *Dia Nacional das Lutas* e lideradas principalmente pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), União dos Estudantes (UNE), e pelo Movimento dos Sem-Terra. A CUT divulgou no site da organização uma nota em apoio às manifestações do *Dia Nacional das Lutas*:

No dia 13 de março vamos mobilizar e organizar nossas bases, garantir a nossa agenda e mostrar a força dos movimentos sindical e social. Só assim conseguiremos colocar o Brasil na rota de crescimento econômico com inclusão social, ampliação de direitos e aprofundamento de nossa democracia. (CUT, 2015, *online*)

O PT, em seu site, também manifestou apoio e significou as manifestações como atos justos, em prol da defesa da democracia, das conquistas sociais, em defesa da Petrobrás e dos direitos dos trabalhadores. Embora as manifestações do dia 13 supostamente não representassem em especial um partido, não houve rejeição de apoio, com a aprovação e divulgação feitas pelo PT e PCO. Em contrapartida, outros partidos ditos de esquerda recusaram apoio a esses atos, como PCB e PSOL.

As manifestações de 15 de março de 2015, por sua vez, se colocaram e foram apresentadas pela mídia como atos em protesto contra a corrupção, ao mesmo tempo em que na rua ouviam-se vozes e gritos de ordem em prol do impeachment da presidente Dilma. Além do mais, entre as bandeiras levantadas pelos manifestantes, uma delas se referia à intervenção militar, medida proposta “democraticamente”, que retoma, pela memória, o período ditatorial pelo qual o Brasil já atravessou durante duas décadas.

Os atos ocorreram no dia 15 de março, um dia de domingo pela tarde, aspecto relevante que já sinaliza a existência de diferenças entre as mobilizações analisadas, de junho de 2013, 13 e 15 de março de 2015. Tal aspecto é determinante, inclusive, para se pensar as relações de sentido quanto ao envolvimento da polícia nas “negociações” durante os atos: em 2013, havia forte presença e ação da polícia contra os manifestantes que ocupavam a rua em dias úteis; em 13 de março, há o apagamento dessa organização nos atos; e no dia 15 de março, prevalece a discursivização da não existência de problemas, “desordem” e conflitos. Se em 2013 o cenário foi de guerra, no dia 15 de março, alguns manifestantes fizeram *selfies*¹⁵

¹⁵Autorretrato, popularizado com o uso das variadas tecnologias e redes sociais, que não é, apesar disso, uma invenção atual, visto que, segundo a revista *Veja*, “o primeiro registro reconhecido como tal data de 1839, assinado pelo fotógrafo Robert Cornelius” (*VEJA*, 2015, *online*). Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/selfie-e-nova-maneira-de-expressao-e-autopromocao/>. Acesso em: 08 de out. 2015.

com policiais, registrando o momento – em oposição às *Jornadas de Junho*, em que o cenário geralmente era significado como palco de confrontos, entre a polícia e os denominados “vândalos”, *Black Blocs* etc (pelas mídias tradicionais).

Como as demais, as manifestações de 15 de março se declaravam apartidárias, sem bandeiras políticas que as representassem, mas dentre os materiais de divulgação dos atos, havia recorrente associação ao PSDB e a Aécio Neves, sendo este uma das personalidades que mostrou apoio para a consolidação dessas mobilizações contra o PT e contra Dilma. Aécio Neves, em um vídeo divulgado nas redes sociais¹⁶, convida pessoas a se manifestarem no dia 15 de março, chamado por ele de “dia da democracia”, em que os brasileiros iriam às ruas para dizer “chega à corrupção”, “chega de tanta incompetência e tanta mentira”, em defesa do Brasil.

Além do mais, um dos *slogans* das manifestações do dia 15 de março foi “manifestações a favor do Brasil”. Essa mesma frase parafraseia a que consta no *site* do PSDB, como lema do partido, como vemos nas imagens a seguir:

Figura 4: Adesivo Distribuído Pelo PSDB 1



Figura 5 Adesivo Distribuído Pelo PSDB 2



Fonte: PSDB, *online*, 2015. Disponível em: <http://www.psdb.org.br/>. Acesso em: 28 de set. de 2015.

Os manifestantes se vestiram, para os atos de 15 de março, com camisetas do Brasil (ou com frases de ordem, contra a corrupção, frases marcando oposição ao PT etc.), ao mesmo tempo em que se diziam serem apartidários e contra a corrupção. Sendo assim, não é possível não estar sujeito à Ideologia: se os manifestantes se afastavam do PT, ao mesmo tempo, ao admitir interferência partidária, logo assumiram uma posição político-ideológica demarcada. As próprias manifestações de 2013, apesar de rejeitarem as bandeiras viabilizaram um lugar em que ser apartidário se tornou possível, em termos de funcionamento político (e discursivo).

Em 2014, na abertura da Copa das Confederações, a camisa com as cores do Brasil foi um símbolo incisivo nas manifestações deste ano. Nestas ações, Flores, Gallo & Neckel

¹⁶ Aécio Neves – Manifestações do dia 15 – 15/03/2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=_h3WmMBZ4q0&ab_channel=A%C3%A9cioNeves. Acesso em 07 de out. 2015.

(2015) consideram como acontecimento a materialidade visual: para as autoras, o deslocamento empreendido a partir das cores da bandeira do Brasil materializa uma mudança nas formações discursivas envolvidas, canonicamente do cenário de torcida para o das manifestações. Na concepção de Flores, Gallo & Neckel, (2015, p. 67), este deslocamento entre contextos remete, pela memória, “quando Mitterant foi eleito e a população manifestou-se por meio de um refrão antes só entoado em estádios de futebol: era a memória popular da vitória (do time) que de forma inédita se mobilizou na vida política”.

Semelhante ao contexto de deslocamento do verde e amarelo do campo do esporte para o ambiente de manifestações, conforme abordagem de Flores, Gallo & Neckel (2015), nos atos de 15 de março de 2015, as cores da seleção (e do Brasil) apareceram como marca registrada, provocando o mesmo deslizamento de sentido explicado pelas autoras. Outra hipótese seja a de que tal “marca registrada” desponta como efeito de sentido, resultado da ênfase midiática lançada sob tal aspecto das manifestações. Um exemplo disso é uma das matérias publicadas pela *Folha de S. Paulo*, no dia posterior às mobilizações de 15 de março: “Bandeiras, caras-pintadas e camisas verdes e amarelas eram vistas ao lado de faixas e cartazes que criticavam a corrupção e o escândalo na Petrobrás e pediam o impeachment da presidente” (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 16 março de 2015).

Outro ponto que marca diferença entre os atos de 2013 é a questão da internet. Embora as manifestações de 2015 tenham sido agendadas por meio de convocações feitas por redes sociais, a internet não constituiu os atos da mesma forma que no ano de 2013, inclusive em termos estéticos e *slogans* do movimento (em 2013, muitas palavras de ordem estavam associadas às redes sociais, como o #vemprarua, #saímosdoFacebook e outras).

Dentre as principais redes sociais que estimularam as manifestações do dia 15 de março, destaca-se o nome Revoltados *ON LINE*. A comunidade, como seus representantes a denominam, é um espaço virtual que se apresenta em várias modalidades de redes sociais; dispõe de contas¹⁷ no *Youtube*¹⁸, no *Twitter*¹⁹, no *Facebook*²⁰ e uma conta no *Blogger*²¹.

Os Revoltados *ON LINE* marcaram presença no dia 15 de março, pois seus representantes, de um palanque, falaram ao agrupamento de milhares de manifestantes que

¹⁷ O grupo possui, ainda, uma loja virtual que promove a venda de artigos personalizados pró-impeachment, como camisetas com dizeres de ordem contra o PT, adesivos marcando oposição ao partido e outros.

¹⁸ REVOLTADOS *ON LINE*. **Youtube**. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/revoltadosonline/about>.

¹⁹ REVOLTADOS *ON LINE*. **Twitter**. Disponível em: <https://twitter.com/revoltadoonline>.

²⁰ REVOLTADOS *ON LINE*. **Facebook**. Disponível em: <https://www.facebook.com/revoltadosonline?fref=photo>.

²¹ REVOLTADOS *ON LINE*. **Blogger**. Disponível em: <http://revoltadosonline.blogspot.com.br/>

estavam reunidos na rua sobre o porquê dos atos. Se os Revoltados *ON LINE* são tão influentes, tal como vemos na condução/organização e liderança das manifestações, consideramos essa comunidade virtual como o sujeito porta-voz, abordado por Pêcheux (1990), quando fala dos sujeitos-líderes, ou seja, aquele que se coloca como representante de determinado grupo, responsável por mediar as negociações, as exposições etc. A respeito dessa temática, afirma que o sujeito porta-voz é

[...] ao mesmo tempo ator visível e testemunha açular do acontecimento: o efeito que ele exerce falando “em nome de...” é antes de tudo um efeito visual, que determina esta conversão do olhar pela qual o invisível do acontecimento se deixa enfim ser visto: o porta-voz se expõe ao olhar do poder que ele afronta, falando em nome daqueles que ele representa, e sob seu olhar. Dupla visibilidade (ele fala diante dos seus e parlamenta com o adversário) que o coloca em formação e também em contato imediato com o adversário exterior. (PÊCHEUX, 1990, p. 17)

Para Venturini (2012, p. 299), o porta-voz “fala do lugar de enunciador, quando fala em nome de intermediário, quando faz demandas em nome daqueles em nome dos quais fala”. Segundo a autora, “o porta-voz como enunciador se inclui como membro do grupo em nome do qual fala e se constituindo como ‘um agente coletivo em movimento’, dando visibilidade aos cidadãos e às posições de classe” (VENTURINI, 2012, p. 299).

Dessa forma, o discurso dos Revoltados *ON LINE* representa sujeitos que não se identificam com a política do PT e por isso essa comunidade virtual deve materializar um possível discurso comum aos manifestantes que estavam presentes nos atos de 15 de março. O grupo Revoltados *ON LINE* pode ser visto como o enunciador que dá voz a um discurso conservador, de direita, do sujeito da resistência às propostas político-partidárias adotadas por Dilma e Lula. Pela evidência do dizer, o discurso do sujeito porta-voz empreende um efeito de verdade a respeito da corrupção (ligada ao PT), aos roubos e escândalos (promovidos e permitidos pelo PT) e à suposta infecção do país com “o comunismo”, dando vazão à justificativa pela realização das manifestações do dia 15 de março.

Desta forma, tanto em 2013 quanto em 2015, as mobilizações de rua promovem movimentos de significação política. A instância cidadã evoca reinterpretações para o sistema político atual, e passa a questionar os paradigmas tradicionais políticos. A discussão política adquire uma postura mais abrangente: passa a fazer parte do entorno cotidiano do sujeito-cidadão, que (se) significa na rua, e passa a ser interpretado/discursivizado pela população ao redor das manifestações e, principalmente, pela mídia, a depender das filiações ideológicas a que cada veículo se filia, como veremos nas considerações elencadas no capítulo a seguir.

CAPÍTULO III

Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra. (PÊCHEUX, 1997, p. 29)

A seleção é a pedra angular do processo, pois um jornal não pode ser um amontoado não criterioso de todo o tipo de informações. (SOUZA, 2001, p 38).

3.0 O JORNAL

A posição-sujeito que nos significa enquanto parte de uma coletividade nos impulsiona à procura de saber sobre esse conjunto ordenado de sujeitos, para, assim, nos sentirmos integrantes dele. As mídias cumprem esse papel com o qual somos afetados na invenção do cotidiano e suas (des)ordens, à discursivização do espaço civil. De acordo com a abordagem de Charaudeau (2006b, p. 281), “para existir, toda sociedade tem [...] necessidade de uma mediação social, de um sistema de valores mais ou menos mitificado”.

Sendo nosso foco principal o discurso jornalístico, este capítulo atende ao objetivo de assimilar o funcionamento e o papel da mídia tradicional impressa na contemporaneidade, reconhecendo a interferência capitalista no jornalismo. Para isso, esboçamos uma discussão sobre a tradição jornalística em sociedade e sua legitimidade para falar sobre determinados assuntos em sociedade, e como o discurso da imprensa, geralmente, é visto como verdadeiro.

O aparato midiático é constituído por diversificados meios de comunicação que têm como suporte diferentes materialidades: áudios, vídeos, publicações impressas e digitais. Diante das várias possibilidades tecnológicas para a viabilização de conteúdo, os veículos de comunicação – rádio, televisão, jornais, redes sociais – pautam seus dizeres nos eventos irrompidos no desdobrar-se do cotidiano, em eventos de primeira e segunda ordem, os considerados mais prioritários e relevantes (como educação, saúde, economia, política) e os de segunda ordem, concebidos como banais e acessórios, *fait divers* (fofocas, novelas etc). Nesse processo de discursivização do percurso rotineiro, “[...] a cultura e o cotidiano passam a ter um papel de destaque para a compreensão do sujeito inserido no processo comunicacional” (LIMA, 2012, p. 352). Como há uma sucessão de fatos a reclamarem sentidos, a serem lidos pela coletividade, o jornal atua determinando os “assuntos de utilidade pública”.

Certo acontecimento sócio-histórico, ao ser discursivizado pelo jornal (pela mídia em geral), surge como um emaranhado de possíveis matérias, enquadradas como parte da

espetacularização do cotidiano, de acordo com suas dimensões e os sujeitos envolvidos; quanto menos um fato é esperado, mais ele ganha repercussão e sustentação nas vias midiáticas. Apesar disso, as notícias “dependem dos acontecimentos previstos ou não” (CHARAUDEAU, 2006b, p. 283), e se configuram conforme orientação das formações discursivas, as quais determinam dizer *isso* ou *aquilo*. Uma estratégia adotada pelos jornais para tentar driblar e ganhar destaque em meio a outros veículos midiáticos é o que se conhece como *sensacionalismo*, uma forma de dizer caracterizada pelo exagero, a fim de impressionar e despertar olhares curiosos de seus leitores.

Em outro aspecto, o jornal atinge visibilidade pela sua circulação em sociedade. Quanto mais um jornal é popular, no sentido de ser conhecido e distribuído no país, maior credibilidade evoca, sendo reconhecido em um posto privilegiado em relação a outras publicações de menores escalas e de menor tempo no mercado informativo. Como se verifica nos jornais mais conhecidos, o tempo de circulação se coloca como um fator fundamental para inseri-los na tradição e, então, para enunciarem de um lugar renomado, reconhecido pela coletividade, principalmente se à sua imagem são associadas grandes coberturas de eventos e acontecimentos sócio-históricos.

Entre uma série de episódios marcantes, a *Folha de S. Paulo* noticiou²² a mudança da capital do país, do Rio de Janeiro para Brasília, em 21 de abril de 1960; a dominação do Vale do Paraíba pelo exército, em 01 de abril de 1964; as manifestações pelas *Diretas-Já*, em 26 de janeiro de 1984; o estabelecimento da nova Constituição Federal, ou Constituição Cidadã, após o período ditatorial, em 5 de outubro de 1988; e muitos outros eventos. Em *O Estado de S. Paulo*, encontramos²³ a morte de Getúlio Vargas, em 25 de agosto de 1954; visita do homem ao espaço, em 13 de abril de 1961; a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, em 20 de março de 1964; a captura e morte de Che Guevara, em 10 de outubro de 1967; o momento que entrou em vigor a Nova Constituição, em 5 de outubro de 1988, entre vários outros.

A tradição jornalística e o seu poder de dizer em sociedade foram, pouco a pouco, se constituindo e se legitimando como prática autorizada para abordar assuntos cotidianos.

²² Os eventos noticiados pela *Folha de S. Paulo* exemplificados aqui foram colocados em capas ditas especiais, demarcando a irrupção dos acontecimentos históricos.

²³ Esses episódios tomados como exemplos podem ter sido noticiados tanto na *Folha de S. Paulo* quanto n’*O Estado de S. Paulo* (e outros jornais de cada respectiva época); o motivo pelo qual foram citados deve-se ao fato de terem sido elencados nas capas principais das publicações e colocados na seção dos acontecimentos que marcaram a história do jornal, e em meio a uma sucessão de fatos ressaltados pelos dois jornais, citamos apenas alguns sobre personalidades históricas ou ocorrências que afetaram e marcaram ou modificaram a história do país.

Assim, com essa posição determinada e reconhecida pela coletividade, em meio à mídia em geral, o jornalismo se incumbiu de tratar, em grande parte, dos assuntos sérios que a população busca conhecer. De acordo com Lima (2012, p. 335), “a necessidade social da informação produziu a necessidade do Jornalismo que assumiu, a partir de então, papel de divulgador de conhecimento”.

Sendo o jornal uma das principais instituições atreladas à nossa pesquisa, recorreremos a ele como um lugar de enunciação do discurso. Consideramos que, enquanto instituição, faz circular o sentido naturalizado de que exerce a função de informar, relatar “a verdade”, com legitimidade. Centra-se aí o mito da “informatividade”, pois os jornais, segundo Mariani (1999, p. 53), “constroem uma linha fictícia [...] entre a informação e a opinião”.

O dizer jornalístico está distante de reproduzir a “verdade”, embora, ao longo dos anos e décadas, cada vez mais ele cause esse efeito na comunidade em geral. O jornal não retrata a “verdade”, mas (re)produz dizeres com *status* de verdades, por meio de recortes que lhe convém em dada circunstância, em dado momento sócio-político, a partir de condições de produção específicas. Devido ao seu lugar legitimado, sua interferência na produção de estabilidades é dissimulada, sendo os dizeres significados e sustentados pela atuação da memória. A partir de recortes de um fato, de um dado, o jornal coloca em circulação dizeres que “repetidos e ao mesmo tempo transformados em narrativas, vão constituindo a memória discursiva de um povo e construindo uma nação” (CORACINI, 2003, p. 203).

O jornal tem se colocado na sociedade atual como um dos principais viabilizadores de informação, e essa é uma das funções do jornal, se considerarmos sua imagem validada (e não efetivada) pela coletividade: fazer chegar a notícia à população independente das barreiras econômicas, sociais e “ideológicas” funcionando como um espaço *democrático* e de relações transparentes, indispensável aos sujeitos-cidadãos. Ao mesmo tempo em que evidencia a realidade, opaciza as relações de silenciamentos/apagamentos e de contradição que se colocam no discurso e no texto jornalístico.

Contudo, essa representação fixa e cristalizada do jornal já demonstra índices das mudanças no modo como se constitui, por duas principais razões: o primeiro motivo diz respeito às alterações que vêm sofrendo com o progresso da ciência e da tecnologia; em segundo, coloca-se o fato de o discurso jornalístico não ser visto e nem se colocar mais como genuinamente imparcial. Para Mariani (1996), ainda que timidamente, os jornais já assumem sua postura na política.

Considerando a trajetória dos jornais, observamos que sua estrutura vem sendo alterada ao longo do tempo, em termos de conteúdo, estética, gêneros textuais, organização, sendo que, segundo Souza (2001, p. 31), em meados da década de 80, já era possível verificar mudanças nos jornais “devido às novas tecnologias”. Segundo o autor, “tornaram-se correntes novos gêneros jornalísticos, como os infográficos, e alargou-se o leque de assuntos noticiáveis” (SOUZA, 2001, p. 31).

Os avanços tecnológicos influenciam diretamente a reconfiguração da mídia bem como dos jornais. Atualmente, a mídia (a instância informativa) tem se dedicado às versões impressa e digital, como é o caso das revistas *Veja*, *Superinteressante* e *Carta Capital*, e de alguns dos mais famosos jornais do país como, por exemplo, acontece com a *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Os jornais, diante das novas possibilidades de comunicação, sustentadas por uma rede de interligação mundial, a internet, precisam se reconfigurar para noticiar e poder dizer, representando o acompanhamento de uma sociedade que se transforma e se funde com a tecnologia.

A Rede surge, no meio midiático, como uma intervenção às formas tradicionais (sem, contudo, excluí-las), estabelecendo um diálogo com a produção em massa de aparelhos e eletrônicos que suportam armazenamento/acesso de mais dados e informações. Os avanços de ordem capitalista, de acordo com Lima (2012), atingiram o sistema de informações, fazendo com que os veículos midiáticos se situassem no entremeio entre o trabalho de comunicar e transformar “a informação em mercadoria”, em diálogo com essas novas produções tecnológicas disponíveis no mercado. Tais argumentos dialogam com os postulados de Charaudeau (2006b, p. 283) quanto aos aspectos econômicos intrínsecos à atividade jornalística (e midiática em geral), que a colocam no lugar comercial:

Todo órgão de informação é antes de tudo uma empresa que tem necessidade de recursos financeiros para viver que decorrem das vendas dos exemplares, no caso dos jornais, e da publicidade, no caso da imprensa, do rádio e da televisão, sendo o preço dos espaços publicitários diretamente proporcional à audiência obtida.

Da mesma forma, a imprensa-empresa necessita vender o seu bem de consumo, que é a informação (associada aos patrocínios e merchandising). Por isso, no âmbito da informação, torna-se essencial à mídia buscar formas de dizer para instigar a leitura e o consumo dos materiais produzidos, impressos ou digitais. No espaço público civil, há reuniões de inúmeras produções, podendo estar unidas, em termos linguísticos, pela mesma temática, e afastadas nas questões discursivas, ou seja, separadas pela disparidade ideológica que cerceia cada

ocupação da palavra. A essa reunião de materiais em diálogo e/ou disparidade, a partir da qual é possível estabelecer regularidades discursivas, chamamos, em Análise de Discurso, de “arquivo”, como veremos ao longo das discussões levantadas neste capítulo.

Além de disputar lugar com outros veículos midiáticos, o jornal tradicional ainda precisa reivindicar sua ocupação com as mídias sociais, disponibilizadas pela internet, como nas redes sociais, de variados gêneros e funcionamento, sendo que a Rede, agora, faz parte e também enuncia o cotidiano, mesmo por maneiras e atividades não legitimadas e por sujeitos não autorizados socialmente a desempenhar essa tarefa. Por isso, foi necessário criar versões digitais para os jornais, dos mais tradicionais e renomados aos mais recentes e menos conhecidos. De modo geral, toda a imprensa viu na internet um ambiente para seguir e se adequar à produção capitalista, que dita os rumos a serem tomados no espaço social.

Apesar de tudo, o jornal impresso é ainda o lugar estabilizado do poder dizer, da confiabilidade. Um exemplo disso é observado nos jornais tradicionais de grande público, como os que são abordados neste trabalho, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, cujo funcionamento técnico situa-se no entrelugar, entre o impresso e o digital, matérias análogas são viabilizadas nos dois suportes. Isso aumenta a popularidade do jornal, e além de tudo, o número de leitores, os que não se adaptam ao jornal digital e preferem os modelos clássicos, ou o público com boa aceitabilidade e preferência pela tecnologia. Consideramos, então, que o jornal impresso se situa no entremeio da tradição e da inovação, até esta última forma se legitimar, pois a internet é uma ferramenta recente no país, difundida principalmente após os anos 2000. Sendo assim, nesse contexto de (in)formação, na “[...] convergência entre o jornalismo impresso e o jornalismo *online*, o profissional ainda está procurando se enquadrar no papel de mediador” (LIMA, 2012, p. 337).

A própria estrutura do jornal, ao transportar-se para a Rede, foi alterada. Não temos mais as páginas a serem viradas, em busca de certo caderno ou tema restrito a uma matéria etc., agora os *links* e *hiperlinks* tem por objetivo direcionarem o leitor à uma matéria, artigo, notícia específicos. No jornal impresso, o leitor deve procurar pela seção de interesse, de acordo com as manchetes que chamam a atenção, ou de acordo com as leituras de costume. Na versão digital, os *links* e *hiperlinks* direcionam instantaneamente o leitor para outras e outras leituras pré-determinadas, reunidas por um possível assunto comum, estabelecendo um suposto diálogo entre matérias lidas e publicadas no presente e conteúdos veiculados em momentos anteriores, que podem retornar e reforçar a discussão atual, bem como fortalecer o posicionamento ideológico do respectivo meio de comunicação. O jornal funciona a partir de

um processo encadeado, que “cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos” (MARIANI, 1996, p. 63).

Os jornais impressos e digitais se diferenciam pelas peculiaridades do suporte, sendo a materialidade linguística constituinte de sua estrutura, sobretudo, discursiva, é o caso quando os veículos midiáticos publicam as informações, consideradas como as “mais importantes no topo de matéria e as secundárias no final” (OLIVEIRA, 2005, p. 5). Geralmente essas informações estão relacionadas a acontecimentos mais falados do dia, da semana ou até do mês (como no caso das *Jornadas de Junho*, em 2013), em que há um processo a ser noticiado e envolve o leitor do jornal em um desenrolar dos fatos que ocorre dia após dia.

Assim, a disparidade entre os suportes materiais dos veículos midiáticos resulta no choque entre o pré-estabelecido pela tradição, o jornal impresso, e pelo novo, a comunicação via internet, afetando a produção de sentidos e de discursos na sociedade. Em consequência, o discurso político também se altera e necessita ser alterado, pela conexão direta e correlata que estabelece com a instância midiática. O discurso político atual não se restringe mais aos veículos tradicionais, tal qual poderia observar-se há décadas, mas pode agora se presentificar em qualquer esfera comunicacional, como nas redes sociais, em tom sério ou cômico, ou mesmo buscando a divulgação de notícias, a partir do redirecionamento para um determinado site específico do partido e/ou do candidato.

Dessa forma, o jornal já não é mais visto por uma parcela da população como puro reflexo da realidade social, ainda mais porque “o jornalismo é uma atividade de constante seleção e combinação” (OLIVEIRA, 2005, p. 4). Então, verificamos que “por ser uma reconstrução da realidade, o jornalismo não é e nem nunca poderá ser uma atividade neutra ou imparcial” (OLIVEIRA, 2005, p. 3). Contudo, a ideia de neutralidade causa, como efeito, a confiabilidade, credencialidade, o dizer com os dois lados, a dicotomia que constitui uma suposta realidade social.

A ideia de dois lados opostos expostos apresentados no/pelo jornal dialoga diretamente com a noção estabilizada de democracia, sendo que tal veículo midiático foi colocado na posição de olho pelo qual a sociedade pode observar os (des)mandos da instância política. Pelas práticas e processos de legitimação, passa a ser significado como uma ferramenta cidadã, contra os abusos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.

Ao mesmo tempo em que opina, o jornal significa e marca sua opinião/posição política no contexto atual. Porém, reconhecer tais posturas assumidas no jornal tem a ver com a educação não formal, segundo Gohn (2011), um repertório de conhecimentos que impele os

sujeitos ao engajamento nos movimentos sociais e mobilizações em geral, na busca de direitos plurais. O sujeito formado por vias não formais tem acesso a uma visão panorâmica da sociedade, a qual é regida com fins políticos, e compreende as relações complexas e desiguais funcionando em um espaço ocupado pela coletividade. Todavia, essa educação não formal tem certa relação com a educação formal, visto que o acesso a esta viabiliza o ingresso àquela, pois investimentos na leitura e em uma formação de qualidade, na maioria das vezes, expandem-se em uma visão mais crítica e analítica (não apenas dedutiva) da realidade social. Dizer que há um tipo de educação não adquirida na escola significa afirmar que

Há aprendizagens e produção de saberes em outros espaços, aqui denominados de educação não formal. Portanto, trabalha-se com uma concepção ampla de educação. Um dos exemplos de outros espaços educativos é a participação social em movimentos e ações coletivas, o que gera aprendizagens e saberes. (GOHN, 2011, p. 333)

Por isso, para apreender que um jornal pode ser o meio divulgador de interesses políticos é necessário estar engajado em práticas que incitem o aprendizado sobre as questões políticas, inclusive para Gohn (2011), o engajamento em manifestações e atos sociais pode ser visto como uma forma de tomada de posição diante dos conhecimentos advindos da estrutura político-social. Neste processo de transmissão de informações e de um saber, significado como conhecimento,

[...] o jornalista auxilia no processo de formação do sujeito receptor, cidadão de uma sociedade democrática, que precisa de subsídios para conhecer a realidade em que vive e sentir-se parte dela. O profissional recebe a informação por fontes oficiais e não oficiais; filtra essa informação, que é retrabalhada por ele, e repassada para os leitores dos jornais, revistas e sites. (LIMA, 2012, 337)

3.1 O JORNAL TEM, QUER E PODE DIZER: PRÁTICAS DE LEGITIMAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Como afirmamos no início deste capítulo, o discurso jornalístico (e midiático em geral) faz circular na sociedade sentidos naturalizados/institucionalizados sobre os atos de informar, relatar, e dizer, sempre, a “verdade”, em consequência da imagem (validada) que projeta na sociedade. Esse *status* do jornal reforça a ilusão de uma linguagem transparente e literal, manifestada pelo discurso da imprensa, que se divide, precisamente (no imaginário),

em “dois lados” (da informação): o da vítima e culpado; polícia e criminoso etc., silenciando que a fala do jornal é também um lado da “informação”.

O jornal dissimula (ou tenta), a todo o momento, as relações ideológicas e discursivas em jogo, sem mostrar sua tomada de posição em manejo quanto à reconstrução que opera diante dos fatos, dos objetos, dos acontecimentos, fazendo prevalecer seu ponto de vista. Como efeito, temos a ilusão de referencialidade, estabelecendo uma realidade construída a partir do seu próprio olhar diante dos fatos sociais. O dizer da imprensa refaz sequências, enreda o acontecimento, constrói “[...] modelos de explicação/compreensão da realidade, instituindo uma ordem e fazendo circular os sentidos que interessam às instâncias que o dominam [...]” (MARIANI, 1999, p. 60).

O discurso jornalístico é, pois, um produto, fruto de um processo interpretativo da mídia sobre as ocorrências e informações sociais, pela atuação da memória. A imprensa constrói seu objeto dia a dia, em meio à instabilidade dos acontecimentos, a fim de produzir o “real”, mesmo como efeito. Como resultado, acaba por edificar uma “realidade” seccionada, que diz, e ao dizer, estabiliza, naturaliza, sedimenta. Além disso, o responsável pela produção das matérias para o jornal é interceptado pelas posições e cargos hierárquicos que exercem sua força diante das possíveis produções a serem veiculadas na publicação do dia. Ao produzir determinada matéria para um jornal, o profissional é aquele que

[...] estava no local do acontecimento e o relata, ou aquele que tem de analisar e explicar os fatos, sabe que suas notas serão retomadas pela redação do órgão de informação, que elas aparecerão no meio de outras notícias e que serão encenadas de maneira mais ou menos dramatizadora na página do jornal, no desenrolar das informações do rádio ou nas imagens do telejornal. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 282)

Conforme nos mostra Mariani (1996, p. 63, grifos da autora), “um efeito imediato do *falar sobre* é tomar objeto aquilo sobre o que se fala”, e esse mecanismo é observado no funcionamento do jornal: ele sempre fala de algo/alguém para outro, isto é, pauta seus dizeres nas categorias de enunciação. O jornal – instituição e geralmente não o jornalista – diz em nome do eu, o sujeito enunciador: “eu é que diz eu”, e dirige a palavra para um “*tu*: aquele com que se fala, aquele a quem o eu diz tu, que por esse fato se torna o interlocutor” (FIORIN, 1996, p. 60). Nessa ponte estabelecida entre locutor e interlocutor “o *eu* existe por oposição ao *tu* e é a condição do diálogo que é constitutiva da pessoa porque ela se constrói na reversibilidade dos papéis *eu/tu*” (FIORIN, 1996, p. 41). O eu e o tu, como atuantes na comunicação, falam sobre algo/alguém, designado pela categoria ele, “substituto pronominal

de um grupo nominal, de que tira a referência, actante do enunciado, aquele que eu e tu falamos” (FIORIN, 1996, p. 60). Com base em Benveniste, Fiorin (1996, p. 60), quanto à categoria de pessoa, demarca a oposição entre “[...] pessoa (*eu/tu*) e não pessoa (*ele*)” (FIORIN, 1996, p. 60).

Além disso, o interlocutor do discurso jornalístico (o *tu*) geralmente não é um conhecido (CHARAUDEAU, 2006), mas se constitui pela heterogeneidade, pela luta e diversidade de classes. Por esse motivo, colocam-se em funcionamento dois lados, quem produz o jornal e, de outro, o seu provável leitor: Charaudeau (2006, p. 281) propõe uma espécie de modelo de comunicação, composto, principalmente, por duas instâncias, a da informação composta “de diferentes atores (jornalistas locais, enviados especiais, analistas, jornalistas especializados, chefes de redação, âncoras de telejornal etc.)”; e como interlocutor desta, a “instância de recepção heterogênea que se compõe de leitores-ouvintes-telespectadores de idades, graus de instrução, meios sociais e interesses diferentes”.

Diante da multiplicidade de acontecimentos e eventos do cotidiano, é necessário “hierarquizá-los, descrevê-los, contá-los e explicá-los” (CHARAUDEAU, 2006, p. 281). Contudo, levando em conta que as matérias serão lidas por uma instância heterogênea, é preciso usar estratégias para selecionar o conteúdo e o tema das matérias, visto que a seleção efetuada pela instância da informação “é submissa à lei implacável da *captação*: é preciso seduzir o público” (CHARAUDEAU, 2006, p. 281).

Em vista dessas reflexões, ao tomarmos o discurso jornalístico como material de investigação a partir da Análise de Discurso, nosso papel é o de “confrontar a imagem ‘que a instituição forja de si mesma’” (MARIANI, 1999, p. 52). Portanto, para se pensar o poder de dizer do jornal, é preciso, ao mesmo tempo, discorrer a respeito da instituição como significante, sendo reguladora e produtora de discursos pouco a pouco sedimentados e reconhecidos no meio social. Para Mariani (1999, p. 48), sobre as instituições incide “[...] uma forte carga do controle social: elas servem para modelar as práticas sociais existentes [...]”.

O discurso institucional só tem o efeito, tal como estamos discutindo, pelas conexões discursivo-ideológicas com as formações discursivas, visto que “as instituições [...] constituem parte do processo ideológico geral de edificação de práticas discursivas e não-discursivas” (MARIANI, 1999, p. 51). A imprensa atua no trabalho “ideológico de produção das aparências de obviedade”, (MARIANI, 1999, p. 60) e, em consequência, para dizer, é preciso ser sujeito e se sujeitar às formações discursivas, as quais orientarão a perspectiva

para a produção das matérias, reportagens, frente à(s) lei(s) de imprensa. Para firmar-se em um lugar, com poder para dizer, a instituição como lugar de autoridade

[...] encontra-se regulada por uma formação discursiva dominante, na qual se configuram as fronteiras sempre móveis da produção de sentidos. A compreensão do funcionamento de um discurso institucional, desse modo, não permanece restrita a uma correlação mecânica entre o que se diz e um lugar institucional correspondente, nem a uma concepção fixista da instituição, impedindo uma leitura crítica de sua forma de existência histórica. (MARIANI, 1999, p. 49).

O discurso jornalístico, por ser uma prática estabelecida há mais de um século, se naturalizou no espaço social, instalou-se na tradição, o que explica, em parte, sua legitimação e a aceitação no contexto social. É o que observamos no caso do jornal *Folha de S. Paulo*, um dos mais antigos e com grande circulação na cidade de São Paulo e no país em geral, ampliando a quantidade de leitores a partir quando passou a ser veiculado na versão digital. Dessa forma, verificamos que

O processo histórico de naturalização das instituições e dos sentidos funciona de forma a torná-los “evidentes”, legítimos e necessários; da mesma forma, ao longo do tempo, passa-se a considerar como naturais os discursos que delas emanam, bem como os comportamentos a elas associados. (MARIANI, 1999, p. 51).

O jornal é significado em termos simbólicos porque faz parte de processos sócio-históricos que o constituíram como tal, mesmo porque, nas palavras de Mariani (1999, p. 50) “um discurso institucional não existe sem uma historicidade que o constitui”. As práticas sociais, que circundam a atividade jornalística, conferiram ao jornal a autorização para dizer sobre os mais variados assuntos da sociedade em geral. O jornalismo, ao longo da tradição e da história, passou a ser um encargo legitimado e institucionalizado, isso porque começou a ordenar e orientar “direções de sentidos e formas de agir no todo social” (MARIANI, 1999, p. 51).

Consideramos, assim, que o jornal, como um todo, sofreu e sofre mudanças ao longo do tempo por conta desses processos sócio-históricos: acontecimentos, mudança (social) dos direitos, rupturas populares. Destacamos, por exemplo, em 1º de janeiro de 1852, o surgimento do primeiro jornal administrado por mulheres brasileiras e fundado por Joana Paula Manso de Noronha, direcionado ao público feminino (ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS, 2015, *online*). Esta publicação foi considerada à frente de seu tempo, por

questionar o lugar submisso da mulher, em decorrência das primeiras sementes do movimento feminista germinando no país.

Outro acontecimento de impacto na imprensa foi a ditadura militar. Em 26 de janeiro de 1970 é “instituída a censura à imprensa” (ANJ, 2015, *online*), pois era necessário barrar a divulgação de ideias, as críticas ao governo e sua posição autoritária para que, então, se efetivasse a instauração da ditadura no governo do país. Como resultado, nos arquivos de jornais, houve a censura e o silenciamento sobre a ditadura, e a perda dos sentidos sobre tal período ao longo do tempo.

Destacamos, por fim, o dia 28 de maio de 1995, que também marca uma inovação e interferência na mídia e nos jornais, pois foi “inaugurado o primeiro jornal eletrônico do país, o JB Online” (ANJ, 2015, *online*). A partir daí, a Rede passou a afetar a mídia e impeliu mudanças no jornalismo e a adaptação desta prática ao ambiente digital, a fim de acompanhar as mudanças sócio-históricas que rompiam com a estrutura tradicional da instância informativa.

Além da tradição histórica, os jornais no Brasil, desde os tempos mais remotos até os publicados na atualidade, na internet, sempre estiveram relacionados às questões de saber: “saber” e “contar os fatos”, “saber” a gramática (normativa). Sempre foi preciso o posto legitimado do jornal para a representação do real, como vemos na “missão” proposta neste trecho do “Código de Ética e Autorregulamentação”, da Associação Nacional de Jornais (ANJ): “Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses” (ANJ, 2015, *online*). Esta chamada “apuração” da notícia se refere às falas de autoridade (dos que sabem, e por isso podem dizer) que, em tese, servem para comprovar o discurso jornalístico, em uma articulação do discurso “informativo” com dizeres vindos de diversos campos de conhecimento, tais como o político, científico, filosófico e tantos outros.

Para essa possibilidade de dizer sobre assuntos gerais na sociedade, temos a assinalar uma data relevante em termos de circulação do jornal no Brasil: 5 de outubro de 1988, data em que foi promulgada a Constituição Federal, assegurando a Liberdade de Imprensa, e, então, a proibição da censura dos meios de comunicação. Caminhamos ao encontro de um ponto significativo para pensar a própria circulação do jornal, pela mudança das condições de produção envolvendo a prática da mídia. A Constituição Federal, no Título II “Dos Direitos e Garantias Fundamentais”, Capítulo I, “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”,

garante que “é livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença”. Dessa maneira, verificamos que

O discurso jurídico, impondo regras e punições aos envolvidos na prática jornalística, passa a funcionar como uma espécie de “selo de garantia” para a imparcialidade. Há um duplo movimento: a lei é da imprensa, pertence a ela de modo a instituí-la e, exatamente por este motivo, pode funcionar contra ela, porque regula a liberdade que a fundamenta. (MARIANI, 1999, p. 55)

A partir daí o poder de dizer do jornal passou a ser autorizado por duas leis que passaram a cercá-lo: a) a lei da imprensa, relacionada à sua suposta função social e democrática de fazer chegar à população as informações sobre múltiplas esferas do saber; b) as leis jurídicas proibindo a censura dos meios de comunicação em geral, dando lugar à livre expressão do pensamento. Esta segunda lei disfarça, pela evidência, a censura, que é constitutiva e da ordem do discurso, pois o espaço do jornal [...] “funcionou como espaço de liberdade democrática, servindo como mediador da sociedade contemporânea” (LIMA, 2012, 335).

3.1.1 O dizer do/no jornal: uma abertura às versões

Fundamentados na Análise de Discurso, estamos considerando a impossibilidade do fechamento da interpretação, questionando a suposta transparência da língua. O próprio subsídio teórico que embasa este trabalho problematiza a função comunicativa da língua, mostrando a impossibilidade de compreender a comunicação como “um processo assim serializado: alguém fala, refere alguma coisa, baseando-se em um código, e o receptor capta a mensagem, decodificando-a” (ORLANDI, 2003, p. 21).

Por meio da língua, podemos comunicar ou não comunicar, mesmo sendo o sistema linguístico o mesmo para aqueles que contam ou não com um dado conhecimento (PÊCHEUX, 1995), posto que a significação de determinada sentença linguística depende das relações sociais. Essas são também relações de sentido (ORLANDI, 2001). É ilusão, do ponto de vista discursivo, acreditar na linearidade da comunicação (ORLANDI, 2003).

A produção de sentidos passa pelo universo linguístico e, ao mesmo tempo, pelo político em um encontro com o simbólico, ou seja, um texto, no movimento entre enunciação – interpretação, “traz consigo um conjunto de versões possíveis que o rodeiam” (ORLANDI, 2001, p. 142). Essa margem em que as versões se gestam são parte do processo de significar”

(ORLANDI, 2001, p. 142). Além do mais, existem sempre outras formas de se dizer, outras *versões* para um mesmo enunciado, o que Orlandi (2001) considera como a impossibilidade de se chegar à unidade. A autora (2001, p. 94) explica que as versões são uma “condição da formulação”, por isso são intrínsecas à significação textual.

Dessa maneira, a ideia de texto implica, da mesma forma, considerar a “noção de formulação e de versões”, sendo todo texto sujeito à “variança do/no dizer” (ORLANDI, 2001, p. 16). Isso porque a língua é falha, característica essa que não significa defeito (ORLANDI, 2003). Pelo contrário, em busca da objetividade, da coesão e da coerência, algumas (ou muitas) lacunas do/no enunciado são preenchidas pelo outro.

Para Orlandi (2001), as versões apontam para uma relação não rígida e definitiva com as formações discursivas. Assim, as versões não são defeitos, representam o “impossível da unidade” (ORLANDI, 2001, p. 94). Nesse ponto, a interpretação varia, porque depende do outro, e, então, não pode ser controlada. Ela nos escapa, apontando para outros discursos que, a princípio, seriam não esperados em determinada situação sócio-comunicativa, pois “há diferentes versões de leitura que constituem tantos modos de compreensão distintos” (ORLANDI, 2001, p. 70).

A fim de caracterizar o texto jornalístico como informativo, “neutro”, o jornal trabalha com a ideia de evidência, o que se identifica com o que Orlandi (2003, p. 45) postula: “a evidência do sentido, que, na realidade é um efeito ideológico, não nos deixa perceber seu caráter material, a historicidade de sua construção”. Contudo, por mais que o jornal trabalhe no/pelo estabilizado do dizer, ao tentar o fechamento do(s) sentido(s), pela estabilização, os dizeres se abrem à interpretação, pelos sentidos sempre em movimento, em curso.

Por isso, sempre a leitura e a interpretação estão orientadas por uma textualidade, uma versão, em “meio a outras possíveis” (ORLANDI, 2001, p. 65). O jornal, mais do que rememorar os fatos, ele “filtra” e os ressignifica, a partir de uma ideologia que orienta a produção do discurso a respeito das manifestações de rua, antigas e atuais. As versões permitem, como compreende Pimentel (2008, p. 46), “a configuração da notícia, no sentido da *re-atualização do acontecimento*”, quanto à textualização.

Apesar de o dizer do jornal ser sempre um olhar refinado a respeito do acontecimento, essa atuação é dissimulada, o que resulta na construção de

[...] um público sem opinião: este só pode aderir a essa visão do mundo ou rejeitá-la de maneira cega – a menos que ele se retire do campo da opinião e refugie-se no dos céticos, dos sem opinião. A máquina midiática não pode pleitear inocência (CHARAUDEAU, 2006, p. 285)

3.2 A IMPRENSA E A CONSTRUÇÃO DO ARQUIVO, ALIANÇAS NO ESPAÇO VIRTUAL

Os acontecimentos, sejam eles discursivos, históricos ou midiáticos, são capazes de produzir um arquivo de materialidades linguísticas, as quais se encadeiam na rede de dizeres suscitando sentidos múltiplos, que não se fecham, mas que se abrem a possibilidades de interpretação/deslocamento/falha quanto ao olhar lançado para a construção do objeto a ser analisado.

Em seu texto “Ler o arquivo hoje” (1994), Michel Pêcheux problematiza a leitura dos textos e (seus) arquivos, tomando, para isso, os aspectos históricos e psicológicos ligados à leitura do arquivo, em relação à dimensão matemática e informática, no ponto em que estes se entrelaçam formando um prisma importante para a compreensão de certo “banco de dados” colocados à leitura. Para Pêcheux, (1994, p. 57), o “banco de dados se define como um “campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão”.

A leitura do arquivo empreende-se, segundo Pêcheux (1994), por dois movimentos, o de chegada, acesso aos arquivos, a maneira “natural” de seleção dos textos, e as práticas de ler, escrever, isto é, pessoas com “[...] o hábito de contornar a própria questão da leitura regulando-a num ímpeto, porque praticam cada um deles *sua* própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 1994, p. 56, grifo do autor).

Em relação à primeira forma de considerar o arquivo, enquanto materialidade a ser lida (e interpretada), não se pode apartar a questão da informática, tomando o ambiente virtual como produtor/regulador/organizador de recortes de leitura dos bancos de dados. Ao se fazer a leitura dos textos e arquivos é preciso pensá-los a partir da reorganização evidenciada pelas/nas “clivagens subterrâneas entre maneiras diferentes, ou mesmo contraditórias de *ler o arquivo*” [...] (PÊCHEUX, 1994, p. 57, grifos do autor), ou seja, formas de organização próprias do espaço virtual, constituição, enredo dos discursos e enunciados.

Para Pêcheux (1994, p. 57),

A outra vertente da leitura de arquivo – sem a qual a primeira não existiria provavelmente como tal – tem aderências histórias completamente diferentes: trata-se deste enorme trabalho anônimo, fastidioso mas necessário, através do qual os aparelhos de poder de nossas sociedades gerem a memória coletiva. (PÊCHEUX, 1994, p. 57)

Essas vias e condições pelas quais o arquivo é edificado e significa produz efeito de verdade, pois os textos do arquivo são produzidos por dizeres investidos de autoridade, ou seja, só fala em “seu nome” quem tem autoridade para isso. Segundo Zampar (2014), a

abordagem de Pêcheux (1994) sobre a leitura do arquivo aponta duas direções possíveis: uma em que o sujeito é investido de poder para ler e outra na qual ocorre a interpelação do outro pela posição-sujeito, suprimindo seu gesto de leitura e colocando em evidência a linguagem como fonte translúcida do sentido.

O arquivo não corresponde a um banco de dados acidental, porque resulta de um gesto de interpretação do analista (ORLANDI, 2001). Além disso, os aspectos histórico e psicológico, matemático e informático sofrem processos de silenciamentos e apagamentos no funcionamento do arquivo, da rede de dizeres em cadeia, colocando a leitura do banco de dados como “natural”, “normal”, “autônoma”:

[...] no acesso aos documentos e a maneira de apreendê-los, nas práticas silenciosas da leitura “espontânea” reconstituíveis a partir de seus efeitos na escritura: consistiria em marcar e conhecer as evidências práticas que organizam estas leituras, mergulhando a “leitura literal” (enquanto apreensão-do-documento) numa “leitura” interpretativa – que já é uma escritura. (PÊCHEUX, 1994, p. 57)

O arquivo se configura como “discurso documental, institucionalizado, memória que acumula” (ORLANDI, 2001, p. 59). Apesar disso, o banco de dados não “é uma questão de quantidade mas de relação de sentidos na formação (qualitativa) de arquivos” (ORLANDI, 2001, p. 71). O funcionamento do arquivo, remonta, sobretudo, aos acontecimentos, possíveis pela relação estabelecida entre o novo e as possibilidades fomentadas na memória, pois

[...] o gesto que consiste em inscrever tal discurso dado em tal série, a incorporá-lo a um “corpus”, corre sempre o risco de absorver o acontecimento desse discurso na estrutura da série na medida em que esta tende a funcionar como transcendental histórico, grade de leitura ou memória antecipadora do discurso em questão. (PÊCHEUX, 1997, p. 56)

A leitura deste banco de dados se torna possível a partir da identificação e investigação das regularidades discursivas, as quais possibilitam ao analista considerar o discurso pela atuação que estabelece com a memória e as possibilidades de leitura que ela propicia quanto às relações metafóricas. Desse modo, o enlace (dis)kursivo estabelecido entre os vários textos nos espaços de regulação, organização e distribuição dos dizeres constroem uma tessitura discursiva de “sentidos que se enredam, que formam filiações” (ORLANDI, 2001, p. 71).

Segundo Mariani (1996, p. 64), “[...] o discurso jornalístico contribui na constituição do imaginário social e na cristalização da memória do passado bem como na construção da memória do futuro”. O jornal documenta fatos que se perdem no tempo, mas ficam registrados nos/pelos veículos midiáticos, visto que, se podemos recorrer a muitos deles, uma

das possibilidades é pelo intermédio da mídia e, sobretudo, da imprensa: procurar em jornais impressos, digitais ou em acervos disponibilizados na internet.

As tecnologias de informação se comportam como “[...] forças constituintes de uma formação social” (MITTMANN, 2011, p. 119). É o enlace entre discurso da informática, atualidade, e o discurso midiático tradicional se confrontando ao mesmo tempo em que eles se imbricam. Como afirma Mittmann (2011, p. 119 – 120), o espaço virtual permitiu “novos preenchimentos”, “[...] fazendo circular vozes outras que não as parafraseadoras do discurso da ideologia dominante [...]”. Este novo vínculo entre informação, mídia e política permitiu divulgar “[...] discursos de denúncias, bem como as convocações aos internautas, ultrapassando fronteiras geográficas e econômicas” (MITTMANN, 2011, p. 120).

A internet possibilitou a interferência de discursos outros, não formais e não institucionais no arquivo, com a articulação das ferramentas necessárias para a propagação de discursos, disponíveis nos jornais *online*, como, por exemplo, as possibilidades de curtir, comentar e/ou compartilhar determinada matéria em certa rede social, pois, em geral, as redes sociais disponibilizam tal movimento “interativo”, que tem um papel relevante e significativo para a instância midiática quanto à circulação de informações. Segundo Mittmann (2011, p. 124), o advento da tecnologia tornou possível “[...] ultrapassar fronteiras econômicas, já que a acessibilidade ao digital tem se tornado cada vez mais possível e presente para aqueles que, pelo baixo poder aquisitivo, não podem adquirir livros, ou assinaturas de jornais e revistas”.

3.2.1 Do funcionamento técnico ao discursivo nos jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*

Os jornais abordados nesta dissertação, como já falado, são *Folha de S. Paulo* e *Estado de S. Paulo*, em suas versões impressas, disponíveis cada um em seu acervo na internet. Contudo, esses acervos não devem ser vistos/lidos “[...] como um conjunto de “dados” objetivos dos quais estaria excluída a espessura histórica, mas como uma materialidade discursiva que traz marcas da constituição dos sentidos” (NUNES, 2007, p. 373 – 374). Tanto as matérias quanto o funcionamento do jornal são imprescindíveis para se considerar o gesto de leitura do arquivo e dos acervos constituintes da proposta desta investigação.

Salientamos que o acesso a cada um dos jornais é diferente a depender da condição do leitor que acessa o jornal: não assinante, que se divide em “cadastrado” e “não cadastrado”, e

leitor “assinante” (da Folha ou do UOL). No caso da *Folha de S. Paulo*, o leitor não assinante e não cadastrado tem acesso limitado às matérias atuais da *Folha de S. Paulo*, ou 10 acessos mensais. Quando essa quantidade de visitas às matérias do jornal é atingida, o site apresenta a seguinte mensagem ao leitor:

Figura 6: Mensagem de acesso restrito aos leitores



Fonte: Folha de S. Paulo

O leitor *cadastrado* tem acesso a 20 reportagens ao mês e deve, para isso, entrar com um *login*, caracterizado por endereço de e-mail ou um nome e uma senha. Já o leitor assinante tem acesso ilimitado ao jornal. Tais restrições não se aplicam ao acervo, pois se encontra em um momento chamado de “período de degustação” e está disponível gratuitamente para assinantes e não assinantes. Os jornais impressos são digitalizados e organizados em um grande arquivo que pode ser pesquisado, no site do acervo, de acordo com o tema e assunto procurados, por meio de pesquisa simples ou avançada. Segundo o site do jornal *Folha de S. Paulo*, o acervo digital

[...] é resultado, em sua maior parte, da conversão dos exemplares em papel para o formato digital por intermédio da cópia em microfilme. As coleções que originaram os microfilmes são pertencentes ao acervo da **Folha** e a quatro instituições públicas: a Biblioteca Nacional, a Biblioteca Mário de Andrade, o Arquivo Público do Estado de São Paulo e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo. (FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*, grifo do jornal)

O conjunto de jornais reúne publicações de todo o ano, divididas em cadernos, desde as primeiras décadas do século XX. Segundo informações colhidas na apresentação do acervo, no site da *Folha de S. Paulo*, o acervo é composto pelos três títulos representantes do jornal, como vemos a seguir:

A coleção de jornais que a **Folha** passa a dispor na internet é uma fonte histórica inestimável que abrange 90 anos de exemplares publicados sobre o país e o mundo. São séries completas de três títulos: "**Folha da Noite**", o diário vespertino original, de 1921; "**Folha da Manhã**", edição matutina criada em 1925; e "**Folha de S. Paulo**", que resultou da fusão, desde 1º de janeiro de 1960, desses dois diários e da "**Folha da Tarde**" (1949-1959). (FOLHA DE S. PAULO, 2015, *online*, grifos do jornal)

O acervo do *O Estado de S. Paulo* exige que seja feito o *login* (cadastro no jornal, a partir de um endereço de e-mail/nome e senha) para a visualização das publicações do acervo em zoom, sendo que o leitor cadastrado tem, segundo o jornal, acesso ilimitado e o não assinante direito à visualização de apenas 20 páginas ampliadas. No jornal *O Estado de S. Paulo*, o arquivo é organizado à semelhança da *Folha de S. Paulo*, sendo separado por anos e dispõe de ferramentas de pesquisa para a procura de temas ou mostrando as edições de uma determinada data. Essas características e esse funcionamento do jornal impresso em acervos digitais já marcam a interferência da Rede na prática jornalística.

Ambos os jornais, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*, publicam suas matérias em versões impressa e digital. O jornal *online*, em comparação ao impresso, é significado como uma versão menos tradicional, pois nele abre-se margem à “opinião” do sujeito-internauta, que ao comentar se coloca na posição de comentarista, aprovando, negatizando, criticando uma matéria. Quanto maior o número de comentários, maior a quantidade de dizeres a respeito do caso, e mais e mais as notícias ganham destaque no espaço midiático, sendo retomadas por outras notícias, outros textos, por outros sites. Como afirma Mittmann (2011, p. 119), o espaço da Rede permitiu o estabelecimento, funcionamento e significação de “lugares à margem daqueles das grandes corporações”, como no caso o comentário enquanto gênero do jornal impresso, feito por um profissional qualificado para esta tarefa no jornal impresso.

O jornal *Folha de S. Paulo* tem como suporte a empresa UOL, uma plataforma que reúne assuntos diversificados e direcionados a diferentes públicos em forma de *links*, como bate-papo, notícias, carros, economia, educação, pertencentes a três grandes áreas: “Central de Jornalismo”, “Para você”, “Para seus negócios”. Apesar das mudanças proporcionadas pelo espaço digital, observamos na versão digital da *Folha de S. Paulo* características que remontam à versão impressa, tais como cabeçalho, logotipo e slogan do jornal que diz “Um jornal a serviço do Brasil”; as seções divididas em “Opinião”, “Política”, “Mundo”, “Economia”, “Cotidiano”, “Esporte”, “Cultura”, “F5”, “Classificados”, estabelecendo uma ponte entre memória, tradição e rupturas.

O *Estado de S. Paulo* possui um site específico para o jornal (www.estadao.com.br), que, em sua versão *online* também é conhecido como *Estadão* (desde 1995). Apresenta as seguintes seções de matérias por temática: “Opinião”, “Política”, “Economia & Negócios”, “Brasil”, “Internacional”, “Esportes”, “Cultura”, “Últimas”. Em termos de design, as versões impressa e digital apresentam diferenças mais visíveis, se comparadas à *Folha de S. Paulo*.

Após essas considerações sobre a prática jornalística, impressa e imbricada à digital, reconhecemos que a internet, apesar da grande produção de conteúdo alternativo, ainda permite visibilidade para a grande mídia, porque mesmo que informação seja divulgada por exemplo, no *Facebook* ou em qualquer rede social, nas contas administradas pelos jornais, as matérias são redirecionadas para o site de cada um dos veículos midiáticos aqui abordados.

Logo, relacionando a discussão sobre o papel do jornal instigada até aqui com a temática das manifestações, ponderamos que os períodos de atos públicos se apresentaram para a imprensa como um campo vasto para o debate sobre a política do país, seja nas mídias impressas, seja nas digitais. A internet permitiu que o discurso político atingisse variadas classes por meio das redes sociais. Ao mesmo tempo, a mídia impressa cumpriu a função de atender um público mais voltado à tradição e confiante no papel da grande mídia nacional.

CAPÍTULO IV

Mas a vida se rebela e resiste. O organismo resiste. Os músculos resistem. Os nervos resistem. Alguma coisa no corpo e na cabeça se escora contra a repetição e o nada. (LINHART, *apud* PÊCHEUX, 2014, p. 16)

4.0 ANÁLISE DAS DISCURSIVIZAÇÕES JORNALÍSTICAS SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE 2013

A entrada no *corpus* particulariza a discursivização sobre a participação social na política, porque, para/nas manifestações, a rua é o cenário onde sujeitos se colocam à compreensão/interpretação de seus espaços, vozes, lugares sociais, significações de suas posições-sujeito, a fim de se inscreverem como partes integrantes do conjunto social. Por isso, a problematização norteadora desta pesquisa nos impele a investigar como os veículos midiáticos tradicionais interpretam a atuação da instância cidadã nas manifestações de rua, diante das posições políticas canônicas, “direita” e “esquerda” – movimento interpretativo que evoca, sobretudo, reinterpretações para a noção de democracia participativa.

Para analisar a participação política por meio das manifestações de rua, em diferentes contextos, no movimento de análise, a pesquisa contempla os modos como a identificação política (re)produz sentidos, buscando assimilar o papel da memória na edificação de dizeres cristalizados sobre o engajamento político na sociedade civil e na articulação dos estereótipos na/para interpretação das manifestações de 2013, discutidas neste capítulo, e de 2015, discutidas no capítulo posterior. Em um cenário específico de mudanças nas formas de constituição das mobilizações sociais, procuramos entender as representações e a(s) transformação(ões) da instância cidadã, considerando se há oscilação no discurso jornalístico quanto à forma de discursivizar atos públicos promovidos em contextos diferentes.

Conceber discursivamente as manifestações de rua, e, portanto, o engajamento em questões políticas, permite-nos questionar uma sucessão de pré-construídos e estereótipos a respeito do sujeito brasileiro enunciado pela mídia. Grande parte dos discursos estabilizados sobre o brasileiro e seu vínculo com a política está relacionada, imaginariamente, à falta de interesse pelos assuntos do governo, e inclinação apenas para questões de lazer, como futebol, carnaval, praia etc. Tal “falta de comprometimento” do sujeito-cidadão brasileiro resultaria, conseqüentemente, em uma escolha “deturpada” dos representantes políticos.

Esses atos dos últimos anos, assim como os que ocorreram no passado, mostram que a sociedade está em constante mudança, devido às pressões do povo, com a força dos

movimentos e das organizações sociais. É por meio dos movimentos sociais que os sujeitos ocupam lugares/posições/cargos antes não preenchidos por determinada classe, sujeito, grupo étnico/social. É por meio das mobilizações que se pode articular a produção de discursos com a participação política, reinscrevendo, na sociedade, novas aspirações e “novas” demandas para segmentos outros da população, em meio às constantes transformações econômicas, sociais, políticas e ideológicas da/na sociedade.

As manifestações, consideradas neste trabalho, materializam novas formas de engajamento e discussão sobre os assuntos da sociedade, o que gera, conseqüentemente, novos arranjos para se falar de política e significá-la. Como temos insistido ao longo deste trabalho, a internet, em maior ou menor grau de atividade, tem sido uma ferramenta significativa na/para participação/interação/discussão dos assuntos políticos, como, por exemplo, no período das manifestações de rua. Para Mittmann (2011, p. 121),

Com o advento da Web 2.0 e a possibilidade de intervenção pelos cidadãos comuns, os sujeitos que lutam pela democratização midiática e por transformações sociais veem suas iniciativas avançarem em número de internautas envolvidos, além da expansão gradativa dos grupos e o entrecruzamento com outras redes grupais dentro da grande inter-rede. Por vezes, alcançam certos públicos leitores que se dividem entre os acessos às mídias dominantes e às mídias alternativas.

Por isso, ainda que nosso foco seja o jornal impresso – visto, imaginariamente, como a expressão sólida da mídia tradicional – a internet é constituinte das condições de produção dos períodos considerados, visto que a tradição frente à interferência da inovação tende a se reconfigurar. Por isso, no espaço virtual “[...] a denúncia social e a contrainformação surgem como nós na própria articulação da rede. E se definem e fazem sentido por esta articulação” (MITTMANN, 2011, p. 119). É neste ponto principal que se concentra a necessidade de considerar a influência do virtual como escopo para a produção do conteúdo impresso, como um lado oposto à contrainformação em fluxo na Rede.

O sujeito-cidadão, interpelado ideologicamente, é levado a assumir uma posição “crítica” a respeito dos assuntos da sociedade que despertam interesse, geralmente relacionados com os direitos e deveres do cidadão na sociedade. Então, a internet pode ser uma ferramenta propícia “[...] para mudanças de fatores externos e para a difusão de conhecimentos específicos sobre problemáticas políticas ou sociais expostas a fim de superá-las a longo prazo” (MITTMANN, 2011, p. 123).

4.1.1 MANIFESTAÇÕES DE 2013

As manifestações de rua que vêm ocorrendo nas últimas décadas, especialmente as advindas com maior força a partir de 2013, despertaram interpretações a respeito do engajamento e da participação política, isto é, a instância cidadã disse, foi vista, discursivizada e significada. Um dos discursos em funcionamento, neste período, foi o da grande divergência de pautas entre os manifestantes, embora certos pontos fossem consenso nas mobilizações, tal qual sistematizamos na tabela a seguir:

Tabela 1: Pontos convergentes e divergentes nas manifestações de 2013

Manifestações de 2013 – <i>Jornadas de Junho</i>	Pontos “destoantes” entre os manifestantes	Pontos comuns
	<i>Slogans</i>	Negação da representatividade
	Pautas	Negação de partidos políticos
	Reivindicações	Confronto à repressão policial
	Anonimato	

Dentre esses pontos convergentes, destacamos o fato de que as mobilizações de 2013 foram significadas, sobretudo, pela questão da violência, presente em inúmeras páginas e publicações em geral a respeito das manifestações. Nelas, estão enredados os dias de violência e conflito – dizeres entrecruzados que tecem uma trama assinalada pelas rasuras de um palco reproduzido à semelhança de uma guerra. De um lado, a polícia, de outro, os manifestantes, na espreita, a mídia intermediando os dois extremos em/de batalha.

Em determinado ponto dos acontecimentos e com a proliferação destes por todo o país, os diversos meios de comunicação passaram a focalizar, dentro da temática e do acompanhamento das manifestações, a violência, contabilizando as vítimas, os feridos, fossem eles manifestantes ou não. Ao mesmo tempo em que a imprensa retomava a fala dos participantes, os quais afirmavam a pacificidade dos atos, a instância midiática passou a atender para sujeitos específicos, como os Black Blocs, os anarquistas e outros, classificando-os como “vândalos”, “baderneiros”.

Dessa maneira, “vândalos” e “baderneiros” não funcionam apenas nas relações com o texto/matéria/reportagem, na mídia, pois, como esclarece Mariani (1996, p. 138), “as denominações funcionam designando, descrevendo e/ou qualificando”. Em termos discursivos, na produção de sentidos, as designações “significam não apenas pelo que se diz com elas, ou pelo modo como se diz, mas também pelo que não se diz (*ie*, o conjunto das

denominações não ditas, mas implicadas)” (MARIANI, 1996, p. 138). O termo “vândalo”, retornando na história, retoma aos habitantes da região germânica, integrantes dos povos conhecidos como bárbaros. Dentre os principais feitos deste grupo está a tomada de Roma, no ano de 455, após travarem confrontos com povos de regiões adjacentes. Nos dias atuais, o termo “vândalo” tem sido empregado, pelo lugar comum, como sinônimo de “baderneiro”, “desordeiro”, “infrator da lei”.

Nesse ponto, manifestantes que de alguma forma danificaram o meio público foram chamados de “vândalos” pela mídia, por uma suposta injunção histórica. Pelo discurso jurídico, tais sujeitos se incluem no que o *Código Penal* instaura, no Capítulo IV, “Do dano”, Art. 163, quanto à proibição dos seguintes atos: “Destruir, inutilizar ou deteriorar coisa alheia”, então, quem desrespeitar essa lei, pode ser submetido à “detenção, de um a seis meses, ou multa”. Por isso, a ação de destruir/quebrar/danificar instituição(ões) pública(s) e/ou privada(s) é discursivizada pelo viés jurídico como uma ação criminosa, por infringir a lei, ou, em outras palavras, o discurso documental legitima aos sujeitos-cidadãos a garantia de seus direitos (bens) no meio público, coletivo. Encontra-se aí um ponto nodal em relação à questão dos direitos, seus limites, suas fronteiras, como o discernimento (im)possível entre as extremidades existentes entre poder e dever.

O discurso jurídico envolve/capta/intercepta a/na condenação do “vândalo”, por depredar bens privados e/ou da esfera pública: os privados, por pertencerem a outros (não dos que danificam, e por isso, no discurso jurídico, atinge terceiros, o sujeito alheio); e os bens de domínio público, pois o que é comprado com o dinheiro coletivo *é e não é* de todo mundo. Todos pagaram/pagam por eles, o que não permite a cada pessoa que decida os fins dos bens públicos, porque coloca-se em questão o direito de outras pessoas, da coletividade. O dinheiro público, institucionalmente, deve ser administrado pela instância política, servir à população em geral, enquanto e quando for necessário, de acordo com as várias demandas e necessidades, para a única finalidade de atender à população.

A manifestação que apresenta atos de “vandalismo” é significada pela mídia ou pela sociedade em geral como uma transgressão de direitos e das pautas, porque atinge não só quem está envolvido nos atos, mas a instância política, porque precisará desembolsar dinheiro para pagar pela revitalização do bem público, recurso proveniente do povo por meio dos impostos. Para a esfera jurídica, violar os direitos e deveres prescritos na/pela lei, *contradizendo* seu discurso legítimo, resulta ou pode resultar em penas cabíveis.

4.1.2 MANIFESTANTES X POLÍCIA: O CONFLITO NAS RUAS

As manifestações, geralmente, apresentam um cenário visível principalmente pela quantidade de integrantes e, em consequência, um palco favorável ao desencadeamento de conflitos e resistências. Por isso, a polícia sempre está presente nas passeatas e mobilizações, incumbida, supostamente, apenas de sua tarefa que seria a de salvaguardar a população de possíveis desordens.

Os discursos sobre manifestações de rua remontam, em grande parte, a um ambiente de contestação, principalmente quando tocam em questões políticas – assunto propenso a muita divergência e polêmica. A Constituição Federal, no Capítulo III, intitulado “Segurança pública”, assegura à população vários órgãos com o fim de vigiar e cuidar do “bem-estar” social. São eles: I) polícia federal; II) polícia rodoviária federal; III) polícia ferroviária federal; IV) polícias civis; V) polícias militares e corpos de bombeiros militares (BRASIL, 2014, *online*). Estes Aparelhos (repressores) de Estado, como afirma Althusser (s/d), funcionam, também, para defender o próprio Estado e os interesses da classe dominante, embora sejam significados por discursos que os coloquem apenas como mantenedores da ordem e da segurança da população.

Assim, seja em manifestações ditas pacíficas ou violentas, a PM, para cumprir seu papel naturalizado de defender a cidadania, estará presente nesse tipo de ato, suscitando, como efeito de sentido, significações positivas ou negativas, a depender de uma série de fatores: público atuante, pautas, ações, discursos, *quem* fala sobre polícia e *para quem* fala, se quem fala é manifestante ou a imprensa etc. Isso porque os principais alvos da polícia em uma manifestação são os manifestantes, não qualquer um, aqueles que apresentam alguma resistência para cumprir as ordens policiais e as imposições da lei. Se é de interesse midiático, tais grupos são alvos da mídia, e passam a ser discursivizados como “vândalos”, “baderneiros”, isto é, de forma negativa.

Pela representação destes grupos em sociedade, e pela atuação da mídia que os coloca em evidência, as questões de representação política e democracia emergem a partir dessas posições em que são significados nas manifestações. O regime democrático garante o livre direito à manifestação, desde que não seja uma manifestação “violenta”. Em consequência, sentidos sobre pacífico e violento se colocam em circulação no discurso midiático, postos frente à ação da instância política nas ruas, e às organizações para controlar o povo na rua,

como a polícia, encarregada de identificar o sujeito de direitos e de deveres nas manifestações se age ou não com violência, sob o amparo do discurso jurídico.

Neste ponto, a polícia, simbolicamente vista como controladora de conflitos, significase em uma posição contrária à “guerra”, e por isso, responsável pela promoção da “paz” em prol da segurança social. Disso deriva a construção do aspecto “pacífico” implicado a esse órgão, presente, inclusive, em programas de Segurança Pública, como as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)²⁴ instaladas nas comunidades das grandes cidades do Brasil, aparentemente, a fim de resolverem a desordem nas regiões marginalizadas.

Diante dessa posição autoritária da polícia, o efeito provocado pela “desordem” nas manifestações é outro: emerge antes de tudo, como uma representação da resistência social, institucional, jurídica, política e ideológica. Apesar disso, os sentidos sobre a resistência no jornal precisam ser silenciados, e então, “[...] proibem-se certas palavras para se proibirem sentidos” (ORLANDI, 2007, p. 76), como, por exemplo, interpretar a desobediência civil como protesto contra ação(ões) autoritárias. Dessa forma, consideramos que

A relação com o “dizível” é, pois, modificada quando a censura intervém: não se trata mais do dizível sócio-historicamente definido pelas formações discursivas (o dizer possível): não se pode dizer o que foi proibido (o dizer devido). Ou seja: não se pode dizer o que se pode dizer. (ORLANDI, 2007, p. 77)

A seguir, dispomos uma sequência composta por recortes que materializam a discursivização da violência a respeito das manifestações de 2013. Esta investida midiática suscita interpretações e significações a respeito do (mau) posicionamento/engajamento político e seus efeitos sobre a democracia, em que o jornal faz emergir avaliações a respeito da participação política e de seus sujeitos, como observamos:

Sequência 1²⁵:

Recorte 1

A sexta manifestações contra a elevação das tarifas de transporte em São Paulo começou em clima de paz na praça da Sé, mas acabou marcada por cenas de violência e vandalismo que se espalharam pelo centro da cidade. (FOLHA DE S. PAULO, C2, 19 de jun. de 2013)

²⁴Em 14 de julho 2013, Amarildo de Souza, de 43 anos, pedreiro, morador da Favela da Rocinha desapareceu, após ser levado de sua casa, por policiais da UPP. Desde então, a frase *Cadê o Amarildo* foi incluída nas demandas levadas às ruas, e representou, sobretudo, resistência e protesto contra o autoritarismo e violência da polícia, diante dos vários casos de desaparecidos, em que a organização foi responsabilizada.

²⁵ Todos os recortes de todas as sequências foram transcritos respeitando a própria grafia dos jornais.

Recorte 2

Em Brasília, um grupo quebrou vidros do Palácio Itamaraty, sede do Ministério das Relações Exteriores, e houve princípio de incêndio. Dois ministérios foram pichados, e o BC teve vidraça danificada. Ao menos 55 pessoas foram feridas. Outras oito capitais registraram ataques a prédios públicos. No Rio, ato que reuniu 300mil pessoas, segundo a PM, terminou com 62 feridos. (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 21 de jun. de 2013)

Recorte 3

Policias e manifestantes voltaram a entrar em confronto ontem em pelo menos três capitais: Fortaleza, Porto Alegre e Salvador. No total, 12 mil pessoas saíram às ruas nessas três cidades.

A capital cearense reuniu 5.000 manifestantes e teve o confronto mais longo e intenso. O protesto começou às 10h e só terminou às 17h. (FOLHA DE S. PAULO, C8, 28 de jun. de 2013)

Recorte 4

No 14º dia de manifestações, cenas de violência e vandalismo foram registradas em 13 das 25 capitais que tiveram protestos. Houve novos confrontos entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e depredações. (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 21 de jun. de 2013)

Recorte 5

Com balas de borracha e bombas de efeito moral, policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo em uma semana. [...] O protesto também voltou a ter cenas de vandalismo e depredação, embora com menos intensidade que nos anteriores (FOLHA DE S. PAULO, C2, 14 de jun. de 2013)

Recorte 6

Em Salvador, a maior estação de ônibus foi atacada e a PM utilizou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar um pequeno grupo em meio a 2.000 manifestantes.

Pelo menos dois ônibus foram danificados e a entrada da estação da Lapa foi bloqueada.

Um grupo encapuzado colocou fogo em dois contêineres de lixo e, aos gritos de “passe livre”, obrigou motoristas a permitir o acesso de usuários sem pagar. (FOLHA DE S. PAULO, C8, 28 de jun. de 2013)

Recorte 7

O vandalismo se ampliou: um carro da TV Record foi queimado, bancos, destruídos, e lojas, saqueadas. A PM demorou a agir, e a Tropa de Choque foi para a rua por volta das 22h. Fez prisões no centro e lançou bombas na rua Augusta. Segundo o governo paulista, a demora na ação foi para evitar que ativistas sem ligação com as depredações fossem feridos. (FOLHA DE S. PAULO, 19 de jun. de 2013, capa)

Recorte 8

Para enfrentar vândalos que estão se aproveitando das manifestações em Campinas (a 93 km de São Paulo) para depredar o patrimônio público e saquear lojas, a Guarda Municipal “descobriu” uma nova utilidade para um lançador comprado em 2010 e que nunca tinha sido utilizado.

Com a falta de munição de pimenta, os lançadores belga FN passaram a ser carregados com tinta rosa a partir do protesto da última segunda-feira.

“Como percebi nas manifestações que ela marcava a pessoa atingida, pedi para a guarda passar a atirar seletivamente para marcar quem estava mal intencionado, quem estava praticando atos de vandalismo”, disse o secretário de Segurança, Luiz Augusto Baggio, responsável pela guarda. (FOLHA DE S. PAULO, C8, 28 de jun. de 2013)

Recorte 9

A opção pelo confronto com a PM e o vandalismo teve efeitos práticos, aumentando a visibilidade dos protestos. A resistência e o ímpeto dos manifestantes deixaram policiais e sociedade assustados, em uma cidade acostumada a receber anualmente eventos e passeatas que, segundo os organizadores,

levam 4 milhões de pessoas às ruas. (O ESTADO DE S. PAULO, A24, Metrópole, 15 de junho de 2013)

Recorte 10

O governo chamou de “baderneiros” e “vândalos” os manifestantes que incendiaram ônibus e prometeu identificar os responsáveis e fazê-los pagar pelos prejuízos. (FOLHA DE S. PAULO, C1, 13 de jun. de 2013)

No início das manifestações, enquanto a pauta era a contestação do aumento da tarifa do transporte coletivo, a mídia mostrou certa recusa em dar importância à mobilização popular que começava a deflagrar. Quando os atos começaram a aumentar consideravelmente, a imprensa se viu na “obrigação” de noticiar os acontecimentos, pelo número expressivo de manifestantes e cidades envolvidas nos atos. A mídia sentiu dificuldades para entender a novidade daquele cenário, embora as manifestações lembrassem até certo ponto atos que já marcaram a história do país.

As *Jornadas de Junho*, após esse impulso expressivo, recrutando cada vez mais adeptos, não ficaram isentas do olhar midiático, que passou a focalizar, no contexto em questão, o duelo travado entre manifestantes e polícia. O embate envolveu duas forças investidas de poder: a polícia, porque a ela são delegados os poderes de controle da ordem social, e os manifestantes, que, nesse contexto, tinham o poder de se reunirem e fecharem ruas de grande movimento, promover barricadas, queimar ônibus, enfrentar e resistir à polícia.

A questão da violência entre as duas partes (representadas como opostas) vai ficando acentuada à medida que o jornal descreve números: de feridos, manifestantes ou não; de prédios e instituições depredadas; números de integrantes e a duração dos atos, como vemos nos recortes, **2**: “Dois ministérios foram pichados, e o BC teve vidraça danificada. Ao menos 55 pessoas foram feridas. Outras oito capitais registraram ataques a prédios públicos. No Rio, ato que reuniu 300 mil pessoas, segundo a PM, terminou com 62 feridos”; **3**: “No total, 12 mil pessoas saíram às ruas nessas três cidades. A capital cearense reuniu 5.000 manifestantes e teve o confronto mais longo e intenso. O protesto começou às 10h e só terminou às 17h”; **4**: “[...] cenas de violência e vandalismo foram registradas em 13 das 25 capitais que tiveram protestos. Houve novos confrontos entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e depredações”; e **6**: Em Salvador, a maior estação de ônibus foi atacada e a PM utilizou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar um pequeno grupo em meio a 2.000 manifestantes. Esses números (como um dado não questionável, estabilizado, contabilizado)

funcionam em sua estabilidade, e não abrem margens para contestação, o que reafirma o efeito de verdade produzido pelo dizer do jornal.

Além do mais, como parte da discursivização da violência travada entre a polícia e os manifestantes, quando os jornais falam sobre pacificidade, logo esses sentidos são censurados, prevalecendo as significações sobre violência, conforme podemos verificar no funcionamento discursivo do fragmento extraído do **Recorte 1**, sustentado em um lugar argumentativo-ideológico que legitima as manifestações pelo seu caráter (não) pacífico: “A sexta manifestação [...] começou em *clima de paz* na praça da Sé, mas acabou *marcada por cenas de violência e vandalismo*”. Esse enunciado mostra que, sob o ponto de vista midiático, uma das principais características da “sexta manifestação” é a violência, isso porque o “clima de paz” é contestado pela conjunção *mas*. Logo, “clima de paz” cede lugar ao “clima de violência”, no qual se vê “cenas de violência e vandalismo”, ou “imagens de ataque e depredação”. Neste contexto, o jornal mostra a ausência de pacificidade e presença de violência, a qual deve ser contida pela PM.

Além de tudo, como vemos no **Recorte 3**, o jornal *Folha de S. Paulo* descreve uma das manifestações como sendo o ato marcado essencialmente pela violência. Para isso, tal jornal apresenta a duração do ato, hora de início e hora de término, mostrando a manifestação, em todo o seu desenvolvimento, como um cenário essencialmente de conflito entre manifestantes e a polícia.

A ação violenta da polícia é discursivizada como uma forma de conter os ataques ao patrimônio público e privado, defendendo, aparentemente, o direito da maioria da população, que pagou pelos bens depredados. Neste sentido, os responsáveis pelos danos causados foram representados como sujeitos incoerentes, propulsores da desordem e do caos, resultando em conflitos com a polícia. Neste ponto, o “duelo” noticiado pelo jornal se apresenta como necessário para garantir os direitos de outras pessoas, envolvidas ou não nas manifestações, como vemos nos recortes, **4**: “Houve novos confrontos entre manifestantes e a polícia, ataques a prédios públicos e depredações”; **5**: “Com balas de borracha e bombas de efeito moral, policiais militares agiram com violência para reprimir a quarta manifestação contra a alta da tarifa de transporte em São Paulo em uma semana. [...]”; e **6**: “Em Salvador, a maior estação de ônibus foi atacada e a PM utilizou bombas de gás lacrimogêneo para dispersar um pequeno grupo em meio a 2.000 manifestantes”.

Nos meios de comunicação em geral, não apenas nos dois jornais investigados nesta pesquisa, os manifestantes passaram a ser chamados de “vândalos”, em referência às

depredações e danos verificados na(s) cidade(s) durante os atos. Tal funcionamento se expressa nos seguintes trechos: “cenas de violência e vandalismo foram registradas em 13 das 25 capitais” (**Recorte 4**); “O protesto também voltou a ter cenas de vandalismo e depredação” (**Recorte 5**); “O vandalismo se ampliou: um carro da TV Record foi queimado, bancos, destruídos, e lojas, saqueadas” (**Recorte 7**); “Para enfrentar vândalos que estão se aproveitando das manifestações em Campinas” (**Recorte 8**); e “A opção pelo confronto com a PM e o vandalismo teve efeitos práticos, aumentando a visibilidade dos protestos” (**Recorte 9**). Os “vândalos”, enquanto uma (des)qualificação para um grupo X de manifestantes, é resultado de um processo de significação intermediado pela linguagem, frente à história que a atravessa, remontando sempre à desordem, à desobediência. Como já dissemos, o termo “vândalo”, por aludir aos povos bárbaros germânicos, cria imagens de sujeitos que se aproveitam do cenário de manifestações para saquear e/ou destruir, se “infiltrando” em manifestações ditas pacíficas, com o fim de *violar o sistema* (capitalista).

Dentre as ações definidas pelos jornais como vandalismo, estão: quebra de vidros; princípio de incêndio; vidraças danificadas; ministérios pichados, no **Recorte 2**; Ataques a prédios públicos e depredações, no **Recorte 4**; Estação de ônibus atacada, ônibus danificados, fogo em dois contêineres de lixo, **Recorte 6**; Carro da TV Record foi queimado, bancos, destruídos, e lojas, saqueadas, **Recorte 7**. Ao executar ações deste tipo, os ditos “vândalos” se colocam como sujeitos que confrontam a “ordem pública” e as leis (discurso institucional). A mídia, a imprensa e a polícia descrevem estes atos como “violência”. Contudo, tal posição do “violenta” pode, além do mais, ser interpretada como uma contestação ao sistema capitalista, ao deixarem nas instituições que (não) os representam as marcas da contestação, em termos ideológicos, histórico, econômicos e culturais.

Verificamos, sobretudo, pela análise das regularidades do *corpus* que a imagem de “vândalo” é construída e constituída, principalmente, pela questão da violência. Contudo, o discurso conservador, em funcionamento nos jornais em questão, não permite que a polícia também seja responsabilizada pela violência. Quando a polícia está envolvida em situações de agressividade e confronto, sua atuação é justificada por duas razões: 1) para conter os “vândalos” e sua ameaça aos outros sujeitos-cidadãos; 2) pela memória, significada como uma organização despreparada. Esse silêncio a respeito da ação violenta da polícia mostra a existência da “[...] imposição de uma divisão entre sentidos permitidos e sentidos proibidos [...]” (ORLANDI, 2007, p. 93). Nesse ínterim, o silêncio “é tão ambíguo quanto as palavras,

pois se produz em condições específicas que constituem seu modo de significar” (ORLANDI, 2007, p. 101).

Por conseguinte, esquematizamos, na tabela a seguir, algumas das possíveis versões sobre a “violência”, dividida em lados opostos:

Tabela 2: Versões sobre a violência

Polícia (versão sustentada pelos jornais)	Manifestantes (versão silenciada pelos jornais)
Quebra e depredação de bens públicos e privados	Aumento da tarifa de ônibus
Revide e resistência à polícia	Intolerância aos manifestantes
	Corrupção
	Sistema político

Observamos que ao discursivizar a violência, os manifestantes, identificados pela mídia e pelo jornal como vândalos, são significados como contrários às manifestações pacíficas, colocando em xeque a ideia de defesa da democracia. Como efeito de sentido, emerge o discurso de que somente os sujeitos-cidadãos envolvidos e engajados na participação política foram capazes de se posicionarem na luta por rupturas do sistema e conquistas das demandas levadas às ruas, nos cartazes, divulgadas nas mídias sociais, presentes nos gritos de ordem. Os “vândalos”, no discurso da mídia a propósito dos efeitos de sentido sobre cidadania e democracia, ficaram à margem de um ideal de instância cidadã politizada, visto que a depredação de bens do espaço civil é concebida como uma ação que vai contramão ao bem-estar social.

Para a instância da informação, os manifestantes “verdadeiros” foram aqueles que se portaram à maneira tradicional e estereotipada de manifestação, com filiação política e pautas demarcadas, o que questiona, ademais, a presença/defesa do anonimato nos atos de 2013. Assim, o sujeito-cidadão e manifestante, tomado de razão para reivindicar, é aquele que na manifestação participou de cara limpa, não se juntou e não se identificou com grupos estigmatizados pela mídia e pela polícia.

Os jornais, após chamarem os manifestantes de vândalos, reconsideraram sua forma de designá-los, atribuindo este termo, geralmente, à fala das autoridades, como vemos no **Recorte 10**, quando é recuperada uma fala de Geraldo Alckmin, governador de São Paulo, na qual o político chama manifestantes de “vândalos”. Tal mudança aconteceu após os manifestantes se posicionarem contrários à cobertura da mídia durante os atos, principalmente

devido ao modo como a mídia estava considerando as manifestações (como “vandalismo”, “baderna”). Além de tudo, outro fato justifica a mudança de posição dos jornais: repórteres e profissionais de variados veículos de comunicação sofreram algum tipo de agressão ou excessos da polícia em meio às manifestações, como a repórter Giuliana Vallone, da *Folha de S. Paulo* que foi atingida no olho²⁶ e o então repórter Piero Locatelli, da *Carta Capital*²⁷, detido por porte de vinagre.

Como vemos nos recortes, após estes eventos, a revisão dos jornais resultou em um outro modo de referir os sujeitos manifestantes. Esta mudança se torna visível quando ambos os jornais passam a se referir aos agentes da chamada “baderna” pela expressão *um grupo*, como vemos nos **Recortes 2 e 6**. O funcionamento desta sentença, sobretudo pela presença do artigo indefinido *um*, mostra a presença de sujeitos não identificados e, assim, pelo não dito, faz significar a imagem do “vândalo”, aquele não identificado, aquele que se marca pelo anonimato. Essa interpretação/leitura discursiva da materialidade linguística torna-se possível porque é preciso “considerar o que é dito em um discurso e o que é dito em outro, o que é dito de um modo e o que é dito de outro, procurando escutar o não-dito naquilo que é dito, como uma presença de uma ausência necessária” (ORLANDI, 2003, p. 34).

Dentre tais sujeitos não identificáveis diante dos métodos tradicionais (discurso jurídico, características sociais/identitárias), estão “vândalos”, Black Blocs, punks, anarcopunks, anarquistas, que, geralmente, usam máscaras ou algum tipo de adereço favorecendo a não identificação, enquanto participam de mobilizações públicas, como no **Recorte 6**: “*Um grupo* encapuzado colocou fogo em dois contêineres de lixo e, aos gritos de “passe livre”, obrigou motoristas a permitir o acesso de usuários sem pagar”; e ao longo da discussão do *corpus* admitido nesta investigação.

Dessa maneira, interpelada pela ideologia conservadora, dominante, a imprensa não pode se colocar em uma posição favorável aos manifestantes que de alguma forma desafiam e/ou resistem ao discurso do Estado, legitimado pela lei. Por isso, a forma com que os sujeitos são referidos denota essa posição por parte do jornal (sobretudo avaliativa) para com os envolvidos nos atos, por mostrar “[...] relações do sujeito com o dizível” (ORLANDI, 2007, p. 104). Assim, a mídia não pode chamar de “ativistas”, por exemplo, manifestantes

²⁶“Jamais achei que ele fosse atirar”, diz repórter da Folha durante protesto. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/06/1296077-jamais-achei-que-ele-fosse-atirar-diz-repórter-da-folha-atingida-durante-protesto.shtml>. Acesso em: 20 de nov. 2015

²⁷Repórter de Carta Capital é preso durante cobertura de manifestação. Disponível em: <http://www.cartacapital.com.br/politica/reporter-de-cartacapital-e-preso-durante-cobertura-de-manifestacao-482.html>. Acesso em: 20 de nov. 2015

representados/significados/compreendidos ideologicamente como “vândalos”. Isso porque há uma distância entre “vândalo” e “ativista”, pois segundo o dicionário Michaelis (2015, *online*), “vândalo”, é “aquele que pratica atos de vandalismo”, “indivíduo que comete atos funestos às artes, às ciências e à civilização”, “bárbaro, sem cultura, selvagem”, ou mesmo “destruidor, vandálico”. Já o “ativista”, segundo o mesmo dicionário é a “[...] pessoa que advoga ou pratica o ativismo”, isto é, “uso da força para fins políticos” (MICHAELIS, 2015, *online*).

Como vemos, pelas formações discursivas às quais o discurso jornalístico se filia, quando se refere a atos de “deprecação”, tanto a *Folha de S. Paulo*, quanto o *Estado de S. Paulo* censuram outras versões, como ativistas ou manifestantes ao se referirem, principalmente, aos anarquistas, visto que a imprensa, inscrita no/pelo simbólico como um suporte que supostamente auxilia a democracia, não pode validar ações aceitas como violadoras do discurso e da condição democrática. Então, as relações emergidas no gesto interpretativo estão além do que se diz e ouve na superfície textual. O jornal, para dizer (assim como todo ritual de linguagem), se submete à ideologia, e por isso não pode escolher entre o que dizer: a sua posição (midiática) diante do mundo é significativa e necessária para a produção/interpretação/compreensão do discurso a respeito das manifestações de rua.

Se o termo vândalo remonta sentidos sobre os bárbaros, similarmente, como um ato que envolve o dinheiro roubado, não seria também a corrupção um possível ato de “vandalismo”? Nos casos de corrupção, não há mais separação entre os bens competentes à esfera pública e à esfera individual, ficando a população à deriva quanto aos seus direitos legalmente garantidos. Por que as ações repressivas da polícia não são consideradas como atos violentos (e quando são, por que representadas como justificáveis)? Segundo Orlandi (2007, p. 105), há sentidos que “são sentidos historicamente dizíveis, mas proibidos”.

Como observamos ao longo da **Sequência 1**, o discurso midiático significa os manifestantes como agressores, violentos, pois os termos usados em referência a eles pertencem todos a mesma FD e apontam para a suposta não pacificidade dos atos. Este funcionamento parafrástico se expressa no uso de expressões como: violência, vandalismo, ataque, confronto, desobediência. Como vemos ao longo do *corpus*, os jornais insistem no uso de verbos (e nomes) que pela memória e pelo deslize metafórico despertam interpretações e sentidos negativos sobre as manifestações, como “danificar (ou dano)”, “saquear”, “deprecar (e deprecação)” – usos que mostram o lado “negativo” das manifestações, pois quem “danifica”, “saqueia”, “depreca” está sempre “fora da lei” e desrespeita as convenções sociais.

O uso destes termos mostra o ponto nodal das formas de significação e discursivização da violência pela mídia. Os manifestantes de 2013 são aqueles vistos como os que “atacam”, “depredam” e, por consequência, causam danos. Além do mais, este cenário de violência fomentado pelo discurso midiático alicerça um possível embate entre forças opostas (polícia, representado o “bem”, e manifestantes aliados ao “mal”), que se torna “evidência”, em que um (manifestantes) declara guerra ao seu principal inimigo (a polícia e também as instituições de ordem).

Observamos, ainda, na **Sequência 1** (p. 96), que, às vezes, a mídia se refere aos participantes dos atos ora como “manifestantes” ora como “vândalos”, embora não na mesma frase, formulação. Isso porque o discurso sobre as mobilizações funciona pela contradição: nem a polícia, nem o Estado podem impedir o direito à manifestação, embora nem todas as formas de manifestação sejam autorizadas, como o caso dos manifestantes que, de alguma forma, transgridem direitos e leis. Por isso, o manifestante é significado pelo entrelugar, como “vândalo” quando identificado pelo visual e pelas ações “violentas” durante a manifestação, ou como simples participante se caminha pacificamente pelas ruas. Logo, o manifestante pode ou não se colocar em uma posição “pacífica” ou “violenta”, a depender do modo como a ideologia o interpela e de como o enfoque da mídia o interpretará, criando recomposições de seu atuar nas ruas.

Ainda quanto à violência policial, no contexto das manifestações e da construção de um cenário de uma *praça de guerra*, a polícia é discursivizada como uma organização predisposta à garantia da segurança. Contudo, a polícia, nas manifestações, se colocou de forma autoritária, reprimindo os manifestantes com uso de gás lacrimogêneo, bombas, gás de pimenta e armas de choque. Além do mais, ao irem às manifestações, estavam sempre de carro forte, a cavalo, em várias viaturas e a tropa de choque fez uma barreira com os policiais, formando uma espécie de bloco com o fim de “afastar” os manifestantes. A ideologia que interpela a polícia é a do Estado, e, em conjunto, ocorre a reprodução da ideologia dominante. A reprodução da ideologia dominante é dissimulada pelo discurso legitimado de “servir” e “preservar o bem” da população, como consta neste fragmento sobre a corporação:

A Polícia Militar é hoje uma Organização fardada, organizada militarmente, subordinada ao Governador do Estado, através da Secretaria da Segurança Pública e do Comando Geral da Corporação, e que presta seus serviços dentro do rigoroso cumprimento do dever legal. (POLÍCIA MILITAR, 2014)

A forma como a mídia discursiviza a polícia reafirma sua posição enquanto uma instituição, um grupo, com um objetivo definido. Nos recortes considerados, averiguamos que em grande parte, quando os jornais se referem aos lados opostos usam o termo “manifestantes”, para os participantes dos atos, geralmente, no plural, e o outro lado, os policiais são citados, em grande parte das ocorrências, no singular: “a polícia” ou “a PM” (Polícia Militar). Esta questão é visualizada nos **Recortes 2, 4, 6, 7 e 9**, enquanto que a única forma de tratar os manifestantes no singular é pela expressão *um grupo*, conforme já foi discutido anteriormente.

4.1.3 O PROCESSO DE DESIGNAÇÃO, O JORNAL E O DISCURSO SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE RUA

07/08

Por fazer referência ao universo concreto, material, compreendemos, conforme elucidada Guimarães (2003, p. 54), que “a designação não é algo abstrato, mas lingüístico e histórico. Ou seja, é uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real. Por isso um nome não é uma palavra que classifica objetos, incluindo-os em certos conjuntos”.

Além de referir, citar e descrever, as designações (ou também denominações) não apenas nomeiam, representam, sobretudo, uma interpretação por parte de quem enuncia, de seu lugar e para quem fala, pois, como afirma Orlandi (2003, p. 46), “o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer”. Mais do que nomear, referenciar e dizer algo sobre, as designações constroem objetos no discurso e representam perspectivas de interpretação, porque um nome significa na “sua relação com outros nomes e com o mundo recortado historicamente pelo nome” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Fundamentado na Semântica Argumentativa (viés teórico que dialoga com a Análise de Discurso), Guimarães (2002) nos mostra que existem diferenças fundamentais entre nomeação e designação, como vemos:

A nomeação é o funcionamento semântico pelo qual algo recebe um nome. A designação é o que se poderia chamar de significação de um nome, mas não enquanto algo abstrato. Seria a significação enquanto algo próprio das relações de linguagem, mas enquanto uma relação lingüística (simbólica) remetida ao real, exposta ao real, ou seja, enquanto uma relação tomada na história. (GUIMARÃES, 2002, p. 9, grifos do autor)

Por isso, o que uma palavra designa demonstra a existência de sentidos construídos simbolicamente (GUIMARÃES, 2002, p. 91). Isso se justifica pelo fato de que se algo

significa e produz sentidos, por intermédio da língua, é porque já pertence à história. Os já-ditos são, de alguma forma, recuperados e sustentados pelas designações presentes em determinado texto/discurso. Segundo Mariani (1996, p. 138 – 139), “as denominações vão, assim, organizando regiões discursivas de sentidos que podem se repetir ou se transformar a cada período histórico, em correspondência com as relações sociais de força em jogo”.

Pensando desta forma, o funcionamento das designações não aponta para um uso arbitrário, apenas “[...] de indicar a existência de algo em algum lugar [...]” e nem serve “[...] de rótulo para alguma coisa. Um nome, ao designar, funciona como elemento das relações sociais que ajuda a construir e das quais passa a fazer parte” (GUIMARÃES, 2003, p. 54).

Por isso, apesar do efeito de transparência que aparenta, em função do seu “comprometimento com a informação” sobre os acontecimentos na sociedade, o jornal não está isento da ideologia, de opiniões, avaliações, pré-construídos, apesar do efeito de neutralidade ao recontar os “fatos”, que disfarça o funcionamento de estabilidades.

Pensando nessa postura jornalística, que se apresenta como um campo fértil para experimentação da linguagem, as designações, no jornal, funcionam como um mecanismo para interpretar os eventos em sociedade, ao mesmo tempo em que apaga esse seu ponto de vista diante dos “fatos” que expõe ao leitor. As designações usadas por ele são, muitas vezes, vistas, pelo lugar-comum, como constitutivas do “estilo” e da “criatividade” de quem produz o texto jornalístico. Tomamos, como exemplo, um fragmento do *Manual de Redação* do jornal *O Estadão*²⁸, em que verificamos o funcionamento dos dizeres estabilizados a respeito da escrita “inovadora” que deve permear o jornal:

5 - A simplicidade do texto não implica necessariamente repetição de formas e frases desgastadas [...]. Com palavras conhecidas de todos, é possível escrever de maneira original e criativa e produzir frases elegantes, variadas, fluentes e bem alinhavadas. (O ESTADÃO, 2015)

As designações, neste trabalho, são consideradas como expressões que tentam explicar o que são, como são feitas as manifestações e quem participa delas, pois os jornais construíram suas matérias a partir de dizeres estabilizados, a respeito dessa temática, fazendo-as significar pela atuação da memória. Verificando, especificamente, o funcionamento das designações nos jornais abordados, compreendemos que tais veículos midiáticos mobilizam uma imagem geral das manifestações/manifestantes de 2013 e da participação política. Esta representação ganha sustento na medida em que os jornais trabalham no campo do

²⁸ O jornal *O Estado de S. Paulo* também admite essa grafia em sua versão digital.

estabilizado, visibilizando um sentido único, um padrão de manifestante, e ao mesmo tempo apagam a divisão de sentidos da/na materialidade linguística. Assim acontece com o funcionamento negativo, no discurso dos jornais, do termo “vândalo”, já abordado neste trabalho (p. 92 – 93 e na seção subsequente).

As designações, portanto, sinalizam a existência da estabilidade como “fonte” do sentido. Elas são, portanto, marcas linguísticas que reclamam a memória: elas só fazem sentido porque existem outras designações funcionando socialmente, estabilizadas, pelo simbólico, pelo político, que possibilitam o surgimento de outras “[...] deficientemente derivadas” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 251), marcando por meio da “[...] nomeação “defeituosa” a especificidade e singularidade histórica dos sujeitos que estão sendo aí designados” (ZOPPI-FONTANA, 2003, p. 251).

4.1.3.1 Designações e identificação dos atores e de suas ações: deslizos de sentido

Na **Sequência 2**, passamos a analisar a identificação pelo discurso do jornal de um dos supostos responsáveis pela “violência” e as “depredações”, causadas durante o contexto das manifestações: o Black Bloc. Este “grupo”, embora se constitua e se declare apartidário, atinge ou busca atingir a organização política vigente, criando um espaço para viabilizar a possibilidade de questionar um sistema ao qual seus “integrantes” resistem: o capitalismo. O jornal, porém, censura sentidos sobre uma provável revolta contra o sistema, e os significa apenas como “baderneiros”, “vândalos”, “promotores da desordem”, como vemos na **Sequência 2**, pelos recortes dispostos:

Sequência 2

Recorte 11

Na quinta-feira, depois da repercussão negativa do quebra-quebra, os Black Blocs haviam decidido não vandalizar. A Polícia Militar, ainda impactada pelo^(sic) últimos acontecimentos, acabou apelando para a violência contra os manifestantes e se mostrou despreparada para lidar com tanta novidade. A violência do Estado acabou aumentando o apoio da população à causa do grupo nas ruas. (O ESTADO DE S. PAULO, A24, Metrópole, 15 de jun. de 2013)

Recorte 12

“A destruição de bens materiais” pode ser um instrumento poderoso para se fazer política. Essa crença, defendida pelos Black Blocs, espécie de tropa de choque anarquista dos manifestos, ajuda a entender a complexidade do caldo de ideias das últimas passeatas em São Paulo.

Formados por cerca de cem integrantes, os Black Blocs são um entre dezenas de grupos que participaram nesta semana das passeatas contra o aumento da passagem na capital. Na terça-feira,

lideraram as depredações, que foram suspensas na quinta-feira. Ainda engrossaram a massa nas passeatas diversos partidos de esquerda e movimentos sociais tradicionais, sindicatos e coletivos pós-modernos. Os últimos são considerados a alma e o motor das manifestações. (O ESTADO DE S. PAULO, A24, Metrópole, 15 de jun. de 2013)

Recorte 13

Na cidade, os novos integrantes dos Black Blocs recebem cursos preparatórios para participar dos protestos. Eles aprendem de legislações penais a técnicas de primeiros socorros e doutrinação política anarquista. “Estamos crescendo depois das manifestações na capital”, diz. A página do grupo no Facebook é ilustrada pela foto de dois jovens destruindo as vidraças da Estação Trianon-Masp do Metrô.

Após os primeiros quatro protestos contra o aumento da passagem e do endurecimento da polícia, que enquadraram alguns manifestantes por formação de quadrilha, os membros do Black Bloc decidiram se recolher. “Reagimos de acordo com as ações tomadas pelo sistema”. A popularidade dos anarquistas, porém, nunca esteve tão alta a página do grupo passou a ser curtida por mais de 12 mil pessoas. (O ESTADO DE S. PAULO, A24, Metrópole, 15 de jun. de 2013)

Recorte 14

Nem os Black Blocs (tropa de choque anarquista) encontraram voz na manifestação. O grupo havia pedido que os participantes usassem preto, mas pareceram não ter conseguido mobilizar as massas. [...] (O ESTADO DE S. PAULO, A12, Metrópole, 18 de jun. de 2013)

Recorte 15

A disposição ao risco, a obsessão pelas alturas e a desobediência civil sem escrúpulos revelaram uma massa de anarquistas urbanos que há quase três décadas mantém uma relação de agressividade com a cidade: os pichadores. Ontem, eles engrossam a massa dos Black Blocs – nome dado ao grupo de pessoas que apostam na destruição de bens materiais como forma de fazer política. Eles integram a tropa de choque dos protestos pela redução da tarifa, onde a violência acabou tendo papel importante na pressão aos governantes.

“O picho nasceu no movimento punk nos anos 1980 e sempre foi anarquista. O pichador prega a desobediência civil. É (*Mikhail*) Bacunin (*pensador anarquista*) na veia”, disse um dos pichadores, que pediu para não ser identificado e ajudou articular a participação dos pichadores nos protestos. (O ESTADO DE S. PAULO, A25, 20 de jun. de 2013)

Recorte 16

A organização do ato atribui a violência a um grupo de “10 a 15 punks” que estariam tentando retirar a credibilidade do protesto. Antes de a tropa de choque aparecer, também estimulavam as pessoas as pessoas a deixarem o local. (FOLHA DE S. PAULO, C1, 18 de jun. de 2013)

Recorte 17

Alguns participantes do ato contornaram o cordão de isolamento da PM e escalaram rapidamente a laje do Congresso, que foi ocupada pelo grupo. A invasão foi liderada por um grupo de skatistas e punks. Não houve reação policial. (FOLHA DE S. PAULO, C1, 18 de jun. de 2013)

Recorte 18

“Está cheio de partido querendo se promover com o ato, mas esse movimento é livre”, contou. “Sou anarcopunk, mas não sou violento. Sei como a passagem de ônibus pesa pra gente. Eu moro em Mogi e tomo dois trens e dois ônibus todo dia para vir trabalhar em São Paulo”. (FOLHA DE S. PAULO, C9, 19 de jun. de 2013)

A forma mais generalizante e simplória para uma possível identificação dos Black Blocs é apontá-los pelo uso da roupa preta – uma das marcas simbólicas e lembradas do “grupo” –, o rosto coberto com acessórios, desde camisetas, máscaras etc., como forma de não identificação e, de certa forma, como forma de proteção. Este último aspecto aponta para um dos muitos elementos conceituados como negativos pela mídia e pela comunidade em geral: segundo a Constituição Federal, no artigo 5º, Inciso IV, “Dos direitos e deveres individuais e coletivos IV”, “é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Por isso, o modo de se vestir é aceito, diante dos dizeres legitimados (da imprensa, do jurídico), como uma violação do dever do sujeito-cidadão, que deve ser identificado para respeitar a lei, e assim fazer parte do espaço civil, composto por outros integrantes para se instaurar o discurso da suposta igualdade. O discurso da igualdade apaga a heterogeneidade constituinte da(s) sociedade(s), pois esta é composta por sujeitos que não se identificam com o mesmo estilo de governo. Além disso, as necessidades de cada grupo, de cada classe, são diferentes, e por isso, existem formas de se expressar a diferença, como, por exemplo, a existência de vários partidos políticos. Dessa maneira, os Black Blocs e vândalos não se identificam com a posição de sujeito-cidadão “comum”, que caminha pacificamente pelas ruas, e é significado pelos outros a sua volta como o sujeito de “bem”, sujeito ao discurso legítimo da lei.

Contudo, a ausência de vínculos partidários e o anonimato podem ser repensadas no âmbito da negação da representatividade. Tal ponto se expressou, nas manifestações, principalmente, pela frase: “[nome do político] não me representa”, como enunciado que fez, naquela conjuntura, alusão ao deputado Feliciano, em consequência de sua tentativa de levar à frente o projeto direcionado à “cura gay”. Além deste deputado, outros nomes políticos ou mesmo líderes de organizações ou líderes partidários foram levados às ruas para negar que essas autoridades representavam as demandas do povo. O enunciado “[nome do político] não me representa” expressa a não identificação do sujeito eleitor com o candidato/político em questão, mostrando uma repulsa para com sua ideologia e posicionamento discursivo.

Quanto à postura política, os Black Blocos são considerados, pela mídia, pela sociedade em geral e pelo próprio “grupo”, como anarquistas pela renúncia em relação ao sistema político partidário tradicional: o modo anarquista de pensar não admite se submeter às relações hierárquicas existentes, das quais emergem poder, autoridade e subordinação. Segundo Bobbio, Matteucci & Pasquino (1998, p. 23), a palavra anarquismo

[...] tem uma origem precisa do grego *anarchia*, sem Governo: através deste vocábulo se indicou sempre uma sociedade, livre de todo o domínio político autoritário, na qual o homem se afirmaria apenas através da própria ação exercida livremente num contexto sócio-político em que todos deverão ser livres.

Diante dessas premissas advindas do conceito de anarquismo, surge o Black Bloc, como uma espécie de ramificação de suas ideias. Estamos considerando o Black Bloc uma extensão dos princípios anarquistas porque nem todo sujeito que se diz anarquista utiliza das mesmas estratégias e concorda com os objetivos deste tipo de protesto. O anarquismo serviu como base para que várias ideias fossem efetivadas, gerando símbolos, ícones, marcas de agrupamentos assinalados pela desvinculação com o sistema político tradicional.

Dentre alguns possíveis seguidores do anarquismo, além dos Black Blocs, de acordo com os jornais analisados, participam das manifestações os punks, os anarcopunks, os “pichadores”, quase sempre lembrados e interpretados como aqueles que buscam e pregam, principalmente, a questão da libertação, da não submissão, da negação da autoridade. Isso gerou a ideia de vandalismo e de rompimento com os deveres de um sujeito que é chamado pela ideologia a ocupar a posição-sujeito de cidadão. Por isso, quando a grande mídia focaliza, discursiviza e identifica esses sujeitos, ela os associa, ao mesmo tempo, a ações ditas ruins e condenáveis em sociedade. Pego pela ideologia (do jornal quando e se se identifica com ela), o leitor passa a ler os acontecimentos a partir da perspectiva do jornal, (re)produzindo suas impressões a respeito dos sujeitos e das mobilizações que desestabilizaram a cidade.

Ao longo desta sequência disposta, verificamos que as designações “escolhidas” pelos dois jornais em questão mostra um movimento interpretativo, que avalia a atuação dos diversos grupos de manifestantes, silenciando a ação da polícia ou não responsabilizando esta organização por ações ditas violentas. Um exemplo deste funcionamento no *corpus* está no **Recorte 11**, quando o jornal *O Estado de S. Paulo* chama a ação dos Black Blocs de “quebra-quebra”, e por isso, generaliza a ação desses manifestantes. Esta designação funciona como uma (des)qualificação desses sujeitos nas manifestações, visto que “quebra-quebra” não pode, a partir da FD a qual o jornal se filia, ser lido como “manifestação”. Se pensarmos, contudo, a designação “quebra-quebra”, nos certificaremos que essa palavra não faz parte do que pode e deve ser dito pelo sujeito manifestante, pertencente a uma FD de oposição a do jornal (a conservadora, tradicional). Para conter o “quebra-quebra” é *necessário* que a polícia entre em ação para impedir que haja desordem.

O efeito metafórico resultante do modo como o jornal significa e categoriza os manifestantes, por meio das designações, faz com que os sentidos sobre manifestação pacífica sejam censurados, funcionando em seu lugar discursos que negam a pacificidade/legitimidade dos atos. Ao longo dos recortes, funciona um discurso que mostra os manifestantes como um conjunto organizado para atacar, isto é, agir supostamente com violência.

Este funcionamento está presente no **Recorte 12**: o jornal se refere aos Black Blocs como “tropa de choque anarquista dos manifestos” (termo que se repete também no **Recorte 14**). Ao usar este qualificativo, o discurso jornalístico equipara a chamada violência dos manifestantes com a ação repressiva da polícia militar, visto que tal expressão se refere às organizações policiais que tendem a dispersar os manifestantes, usando, para isso, armamento. Quando o Black Bloc é chamado de “tropa de choque”, o jornal faz emergir sentidos sobre: 1) disposição/organização nas mobilizações, visto que, como tática, o Black Bloc se mantém à frente dos manifestantes; 2) sobre armamento, pois, segundo a mídia, o Black Bloc é responsabilizado por grande parte das agressões à polícia, com o atiramento de pedras, paus, coquetéis molotov.

Na cena dos anarquistas, a fim de apontar semelhanças e disparidades, destacamos algumas principais características de dois “grupos” anarquistas conhecidos: punks e Black Blocs. Os punks surgem em um cenário musical, em que as músicas de rock, provenientes da contracultura, passaram a ser uma oportunidade de voz às críticas sócio-políticas, se constituindo como uma resistência em relação ao cenário musical vigente. As roupas marcadas pelo preto seguem o padrão do estilo anarquista e lembram características do rock.

Já o Black Bloc se formou na década de 80, como uma forma de defesa, conforme nos relata um entrevistado do jornal *O Estado de São Paulo*, que se autoidentifica como um Black Bloc. À pergunta do repórter do jornal em questão, “O que que é os Black Blocs?”, temos a seguinte resposta:

Black Bloc: O Black Bloc, pra começar, é uma tática... é uma tática que começou na Europa, nos anos 80 pra... primeiramente pra defesa, dos squatz alemães que eram...eram comunidades autônomas dentro das cidades alemãs. Começou como defesa contra a repressão da polícia alemã e permaneceu dormente até a OMC de 99 em Seattle, lá a gente... lá o Black Bloc deixou de ser uma defesa e passou pra um ataque contra os alvos simbólicos, né, que representam o capitalismo. (O ESTADÃO, 2013)²⁹.

²⁹“Carro da polícia foi um troféu”, afirmam blackblocs”. Transcrição nossa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=doudK3vxVOM&ab_channel=Estad%C3%A3o. Acesso em: 06 de dez. 2015.

Pela heterogeneidade que os compõe e pela ausência de liderança, os Black Blocs reconhecem sua atuação como uma tática, e negam o tratamento de organização, grupo institucionalizado. Contudo, a identificação deles, em uma visão de lugar comum, produz sentidos que tendem à homogeneização, representados como precursores da violência gratuita, injustificada, vazia, sem objetivos definidos. Para existir, o Black Bloc tem necessidade do espaço físico para a atuação na/para democracia direta, sendo imprescindível a preservação da identidade.

Embora alguns “grupos” discutidos apresentem características que os aproximem – anarquistas, Black Blocs, punks –, mostram, ao mesmo tempo, a existência de peculiaridades essenciais para cada um, diferindo, assim, na forma como compreendem o espaço social. Os manifestantes do movimento punk, de inclinação anarquista, pelas influências provenientes do rock, carregam consigo características estéticas que marcam essa filiação ao cenário musical. A identidade preservada não é uma obrigação. Ou seja, cada “grupo” apresenta marcas próprias de constituição.

Outro “grupo” (ainda que não citado na **Sequência 2**) propenso a imprecisões é o *Anonymous*. Esta organização é constituída por anarquistas, que ligados à internet, buscam na Rede uma forma de ativismo, ou melhor, exercem o ciberativismo, pois atuam em páginas consideradas opressivas, questionando suas posições autoritárias. A atuação dos ciberativistas efetiva-se com a produção de materiais a respeito do desenvolvimento de manifestações e na produção de materiais para divulgação nas mídias sociais a respeito do sistema em geral e sua contestação, mostrando possíveis alternativas ao anarquismo. Os *Anonymous* podem ou não participarem de manifestações, podem ou não serem Black Blocs, e também defendem a preservação da identidade. Afirmam não seguir “partidos políticos, orientações religiosas, interesses econômicos e nem ideologias de quaisquer espécies”, por se considerarem “uma ideia” (ANONYMOUS, 2014, *online*).

Para encontrarem um espaço social e uma posição-sujeito como apartidários, os anarquistas e adeptos desse pensamento criam outras relações com a política, resignificando o sentido de democracia, o que torna possível esse espaço *outro*, campo de resistência. Neste ínterim, os anarquistas se desidentificam³⁰ da democracia representativa com o objetivo de promover o que eles chamam de democracia direta, sem interferências de instituições ou poderes de qualquer forma promotores de ações opressoras e mantenedores da ideologia

³⁰A pessoa, ao nascer, já está submetida aos funcionamentos e regras do sistema, até que tenha possibilidades para mudar essa forma ideológica de conceber as relações político-sociais.

dominante. Desta forma, destacamos como ponto em comum entre anarquistas, Black Blocs e punks a questão da democracia, que, na concepção desses “grupos” deve se dar de maneira direta.

Os Black Blocs negam liderança, visto que para eles um porta-voz não é capaz de traduzir interesses coletivos. A recusa de um líder (fixo) demarca a renúncia por um poder centralizado, discriminado a um indivíduo específico, investido da autoridade. Além de tudo, o ato de revezar líderes permite que a posição seja ocupada por muitos e ninguém ao mesmo tempo, descentralizando o poder e desorientando a polícia na captura do sujeito individualizado pelo capitalismo e assujeitado ao discurso jurídico. Por isso, uma das principais características dos Black Blocs é o esvaziamento do processo de identificação dos sujeitos questionadores/opositores pertencentes ao Estado.

O modo como o jornalismo discursiviza os anarquistas, e principalmente os Black Blocs, em uma tentativa de estabilização do sentido, faz emergir a versão midiática sobre a violência, como bandeira exclusiva e inerente à tática Black Bloc, como descreve o **Recorte 11**, em que o jornal *O Estado de S. Paulo* justifica o ato de não “vandalizar” como uma consequência da repercussão negativa desse tipo de atitude nas manifestações. Da mesma forma, o jornal *Folha de S. Paulo* afirma que a intervenção da polícia na ação do Black Bloc se deu em por “formação de quadrilha”, no **Recorte 13**, apontando para a existência de ilegalidade nestas formas de manifestação.

Na visão dos Black Blocs, a tática de manifestação pode se dividir em “não violenta” e “violenta”, conforme uma cartilha online divulgada na internet a respeito da tática, a mesma referida no **Recorte 13**. Conforme as definições apresentadas na cartilha, a ação

[...] NÃO VIOLENTA tende a demonstrar mais a violência inerente a tal imposição, uma vez que obriga os agentes defensores dessas regras usarem a força contra o praticante da desobediência, que está apenas agindo da maneira que acha correto se negando a seguir as decisões tomadas por outras pessoas sobre sua vida, sem agredir ou revidar quem está tentando o impedir. (ANONYMOUS, 2015)

Dessa forma, para os Black Blocs, a quebra de objetos da cultura capitalista não é uma forma de violência, porque a tática se constitui, na visão desses manifestantes, como um ataque aos símbolos mercantilistas. Vivemos em uma sociedade fortemente edificada pela cultura do símbolo, em vários âmbitos, na política, na cultura, na história, na religião. Por isso o Black Bloc sustenta a ideia de necessidade em romper/questionar os símbolos capitalistas, a fim de causar impacto social nos sujeitos cidadãos.

O Black Bloc apresenta duas táticas nas manifestações: esta já descrita de ataque aos símbolos e outra de defesa dos manifestantes. Esta é considerada como violenta pelo Black Bloc, pois busca confrontar a ação da polícia, se violenta. Para eles, a ação violenta “[...] não é passiva, ou seja, se ocorrer atos violentos por parte da polícia, por exemplo, ocorrerá uma reação dos manifestantes à altura”, e advertem que a ação das autoridades e instituições é violência, e, por isso “a desobediência violenta é uma reação a isso e, portanto, não é gratuita, como eles tentam fazer parecer” (ANONYMOUS, 2015, *online*).

Quando o jornal focaliza a “violência”, faz com que os atos signifiquem ao serem discursivizados pela abordagem do “crime”. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) representa um dos grupos que também sofreu o processo de criminalização/negativação pela/na mídia, porque representavam, de certa forma, uma contestação do poder e dos direitos da classe detentora de poder, além de ser um grupo que reivindica direitos na sociedade marcada pela luta de classes.

Esses “grupos” são criminalizados pelo modo como o jornal *Folha de S. Paulo* se refere à sua atuação, posição midiática demarcada principalmente pelo uso verbo “invadir”, o qual aponta uma ação negativa, ilegal e criminosa, com base em uma filiação discursiva-ideológica que não reconhece o pertencimento do sujeito-manifestantes ao Congresso e às instituições públicas. No **Recorte 17**, segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, a laje do Congresso “foi ocupada” por um grupo de manifestantes, posicionamento que mostra a falha no ritual: considerando suas filiações ideológicas, o termo “ocupar”³¹ não faz parte do que pode e deve ser dito, de acordo com a FD do jornal. Por isso, o ato de “ocupar” é ressignificado pelo jornal, pela substituição, pela tentativa de fechamento de sentidos que se coloca em funcionamento a partir da “troca” deste verbo por outro: “invadir”, na sequência.

Como vemos no enunciado do **Recorte 15**, o jornal qualifica a ação dos anarquistas pela “disposição ao risco”, “obsessão pelas alturas” e “desobediência civil”, resultando, como efeito de sentido, “grupos” sem limites e barreiras. Tal maneira pela qual o jornal designa os “grupos” de tendência anarquista tende a fechar os sentidos a respeito desses sujeitos que participam das manifestações. Para a mídia, a inclinação anarquista traz em seu bojo a violência gratuita despropositada como uma forma de materializar a desobediência civil. Tampouco, há distinção nítida dos envolvidos, visto que as fronteiras entre eles não

³¹ Indursky, em “De ocupação a invasão: efeitos de sentido no discurso do/sobre o MST” (1999), e em diversos outros trabalhos, discute a questão das designações “ocupação” e “invasão”, investigando o funcionamento que elas implicam para a interpretação da materialidade linguística a respeito dos sentidos sobre o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra.

comportam linhas tão legíveis. Em parte, a mídia, ao discursivizar os anarquistas, apaga o processo histórico de formação desses “grupos”, sendo cada um deles oriundos de uma esfera e de um momento cultural.

Na **Sequência 2**, todos os recortes que pontuam exclusivamente a tática Black Bloc como ações anarquistas e violentas foram retirados do jornal *O Estado de S. Paulo*. Isso porque a *Folha de S. Paulo* generaliza a desobediência civil, se referindo, principalmente, aos anarquistas como vândalos ou mesmo identificando-os como punks, anarcopunks, radicais e skatistas (que são vistos de maneira estereotipada pela sociedade, como sujeitos sem uma ocupação formal, um trabalho), como vemos nos **Recortes 16, 17 e 18**.

Na versão da *Folha de S. Paulo*, todos os anarquistas são responsáveis pela propagação da violência e desobediência civil. Em termos de pré-construído e de estereótipos, o dizer do jornal reafirma a atuação violenta dos anarquistas, existindo a necessidade de um entrevistado de contestar esse discurso, no **Recorte 18**, quando se declara filiado ao pensamento anarquista e nega o seu envolvimento com práticas de “violência” por meio da conjunção adversativa “mas”. Ao mencionar esta declaração, o jornal permite-nos entender que tal entrevistado é “diferente” e “minoría” dentre os anarcopunks.

Tais formas de identificação e significação desses sujeitos mostram que “[...] as representações comunicam versões do real e não o real” (BRITTO & PASSETTI, 2007, p. 95). Isso porque “[...] uma representação é a construção de uma imagem pela qual os sujeitos traduzem e descrevem uns aos outros [...]” (BRITTO & PASSETTI, 2007, p. 95), trabalhando no âmbito da estabilização, da cristalização dos sentidos.

No discurso do jornal, o não pacífico e o não democrático ocupam o mesmo lugar: um movimento imaginariamente democrático não poderia abrigar formas “violentas” de manifestantes/manifestações. Então, o jornal constrói representações dos manifestantes, pois “discursivamente não há um sujeito absoluto, [...] nem um sujeito-complemento, inteiramente determinado pelo fora. Esse espaço da subjetividade na linguagem é um lugar tenso onde jogam os mecanismos discursivos da relação com a alteridade” (ORLANDI, 2007, p. 78).

A nova organização da sociedade permitiu novas formas de democracia e participação política, em um Estado em que predomina, muitas vezes, a exceção. Afirmamos que a ação do Black Bloc e dos grupos ditos violentos é também uma resposta à existência da divisão de classes, e mais: aponta a eminência da desigualdade social. Contradição social: Cidadania x Capitalismo, a primeira prega a igualdade dos sujeitos em sociedade; o segundo acentua a divisão de classes com a marginalização dos menos favorecidas.

Observamos “um apagamento necessário” (ORLANDI, 2007, p. 78) para a representação do sujeito Black Bloc e do sujeito “vândalo/violento” – sua incompletude é apagada no jornal, pois existe “um desejo, ou, antes, uma injunção à completude (vocação totalizante do sujeito) que, em sua relação com o apagamento, desempenha um papel fundamental no processo de constituição do sujeito (e do sentido)” (ORLANDI, 2007, p. 78).

4.1.4 O ENGAJAMENTO POLÍTICO DOS MANIFESTANTES E SUAS LIDERANÇAS (DE ESQUERDA), SEGUNDO O OLHAR MIDIÁTICO

Como já foi falado ao longo deste trabalho, as mobilizações de junho de 2013 tinham como mote a não identificação com o sistema político-partidário vigente. Era necessário que se estabelecessem outras relações com a política. Foi a partir dessa nova posição enunciativa que as *Jornadas de Junho* ganharam fôlego: como um movimento apartidário e sem líderes, a fim de tornar o controle (e repressão) mais custoso às autoridades (políticos, policiais) por meio da não identificação do sujeito jurídico. Assim os sujeitos cidadãos saíram da internet para serem ouvidos pela classe que, simbolicamente, os representa: a política.

Embora o apartidarismo fosse umas das bandeiras mais eloquentes dos atos, como uma forma de criticar o paradigma do sistema político atual, alguns movimentos, não se reconheciam como antipartidários, como, por exemplo, o Movimento Passe Livre. Então, é por esta fresta que trespassam os dizeres midiáticos significantes para identificar presença de partidos políticos nas manifestações de rua. Em consequência, o efeito de sentido resultante desse possível reconhecimento de bandeiras nas manifestações tende a qualificá-los pelas regras de organização e constituição canônicas: líderes, presença de partidos, sejam eles de direita ou de esquerda.

Por isso, o discurso de ambos os jornais oscila entre tentar identificar as *Jornadas de Junho* como manifestações da esquerda (extremista) ou mesmo como atos que violam a sociedade e sua ordem, organização e leis, como está materializado na sequência a seguir:

Sequência 3

Recorte 19

Marco zero das manifestações que tomaram o país, os recentes protestos do Movimento Passe Livre em São Paulo são fruto de uma experiência iniciada há 13 anos. [...]

Começou com trotskistas do PT que, desiludidos com a política partidária e influenciados pelos movimentos antiglobalização, passaram a agir de forma autônoma (FOLHA DE S. PAULO, C8, 27 de jun. de 2013)

Recorte 20

No sexto dia de protestos organizados pelo Movimento Passe Livre, em SP, um grupo de manifestantes tentou invadir no início da noite a sede da Prefeitura. Com uso de cassetetes e gás de pimenta, guardas-civis metropolitanos impediram a invasão. Dois deles ficaram feridos. Os manifestantes queimaram uma cabine da PM e um furgão da TV Record. Também saquearam lojas. Ao contrário das cenas de vandalismo registradas no centro, a manifestação na Avenida Paulista foi marcada pelo tom pacífico. Segundo a PM, cerca de 20 mil pessoas ocuparam a via. (O ESTADO DE S. PAULO, Capa, 19 de jun. de 2013)

Recorte 21

O MPL (Movimento Passe Livre) disse condenar a violência, mas classificou como “revolta popular” os atos de vandalismo e saque ocorridos ontem em São Paulo (FOLHA DE S. PAULO, C3, 19 de jun. de 2013)

Recorte 22

Militantes de partidos como PT, Psol e PSTU e do Movimento Passe Livre foram hostilizados na avenida Paulista no protesto de ontem. A multidão gritava “fora, partidos, vocês querem o povo dividido”. (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 21 de jun. de 2013)

Recorte 23

Hoje, novas manifestações estão marcadas. O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e o Movimento Periferia Ativa prometem atos na periferia. (FOLHA DE S. PAULO, C2, 19 de jun. de 2013)

Recorte 24

O MPL volta a realizar um protesto amanhã no centro de São Paulo. A manifestação está marcada para a praça do Ciclista, na Paulista, às 17h.

Hoje, o MTST (Movimento dos Trabalhadores Sem Teto) e o Movimento Periferia Ativa planejam parar as ruas da periferia da Grande São Paulo para protestar por moradia, entre outras coisas. O MPL vai apoiar. (FOLHA DE S. PAULO, C3, 19 de jun. de 2013)

Recorte 25

Se há partidos com a tradicional cor socialista, como as do PSTU, elas têm sido alvo de reiterados protestos por parte dos próprios manifestantes. (FOLHA DE S. PAULO, E1, Ilustrada, 23 de jun. de 2013)

Recorte 26

A confusão começou quando militantes do PT chegaram portando bandeiras da sigla. Eles foram recebidos por xingamentos e gritos de “oportunistas” e “mensaleiros” (FOLHA DE S. PAULO, C5, 21 de jun. de 2013)

Recorte 27

Hostilizados por todo o trajeto, petistas tiveram que ser protegidos por um cordão humano que unia membros do MPL e de outros partidos.

Quando o grupo chegou em frente ao prédio da Gazeta, os “antipartidários” impediram a passagem do restante da marcha que era liderada pelo MPL. (FOLHA DE S. PAULO, C5, 21 de jun. de 2013)

Recorte 28

Militantes de partidos políticos e do MPL (Movimento Passe Livre) foram expulsos ontem do ato marcado para comemorar a revogação do aumento da tarifa em São Paulo.

O ato, que começou às 17h15 na avenida Paulista, foi marcado por um forte confronto entre grupos que se diziam “antipartidos” e militantes do PT, PSTU, PSOL e PCO. (FOLHA DE S. PAULO, C5, 21de jun. de 2013)

Recorte 29

Representantes do PSTU, PSOL, União Nacional dos Estudantes (UNE) foram vaiados e seus militantes tiveram de manter discricção. Continuaram empunhando as bandeiras, mas não gritavam palavras de ordem como nos outros protestos. “Oportunista”, “não é comício” e “sem partido” foram alguns dos gritos da maioria. (O ESTADO DE S. PAULO, A12, Metrópole, 18de jun. de 2013)

Recorte 30

Integrantes de partidos políticos foram proibidos de erguer bandeiras por todo o País e o PT viu fracassa a convoca o de sua “onda vermelha” e os do “sem fascismo”. O caráter multifacetado do movimento já preocupa especialistas e analistas políticos, que falam em “mal-estar” da democracia no Brasil (O ESTADO DE S. PAULO, A11, Metrópole, 21de jun. de 2013)

Recorte 31

Tinha desde patricinhas desgarradas até “habitu s” do PSOL e PSTU, membros dos movimentos idealizadores do protesto, como o Movimento Passe Livre, aposentados, sindicalistas, famílias, punks, anarquistas e anarcopunks. (FOLHA DE S. PAULO, C9, 18de jun. de 2013)

A presença de partidos nas manifesta es de junho de 2013 vem assinalar a (im)possibilidade de uma manifesta o sem liderança política, aos moldes das tradicionais manifesta es ocorridas no país, em sua maioria, mobilizadas pela chamada esquerda política. As *Jornadas de Junho*, como uma mobiliza o que emergiu com o lema “sem partidos”, instigavam a imprensa a redescobrir caminhos para se pensar o engajamento político da instância cidadã. Apesar de os movimentos se apresentarem como apartidários, de qualquer forma tocaram e tocam em questões ligadas às decisões da política representativa e, por isso, de certa forma, ocorre a identifica o de uma posi o política dentro das mobiliza es.

A falta de bandeiras marca, sobretudo, a ausência de líderes demarcados e autorizados, propícios a serem interpelados pelo discurso jurídico de individualiza o. Nesse processo, o que vale   o sujeito empírico, passível de descri o sociológica, como nome, idade, classe social, profissão etc. Em várias manifesta es de rua do passado no Brasil, as pautas, as causas e os discursos levados às ruas se identificam com o posicionamento da chamada esquerda política, e por isso, os partidos referentes a essa posi o partidária marcam presença em atos deste tipo, geralmente, em defesa de causas/sujeitos estigmatizados pela ideologia dominante.

Neste ínterim, em contrapartida ao discurso de rejei o de partidos por determinados manifestantes, o discurso midiático indicou incisivamente a partidariza o das mobiliza es, principalmente quanto   presença de partidos como PT, PSTU, PSOL, PC do B, PCB, PCO e

outros. Se não são os partidos de “esquerda” que figuram na mídia, são as lideranças e movimentos sócio-políticos, como o movimento estudantil, a União Nacional dos Estudantes (UNE) e o Movimento Passe Livre (MPL), e os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), como vemos no **Recorte 24**, além de os Black Blocs também serem representados como lideranças da manifestação, como já foi ressaltado.

Em termos simbólicos, um dos fatos que marca a representação de grupos como MST, MTST e outros é o apoio que supostamente o PT presta a eles. Um exemplo disso é o discurso da Reforma Agrária, adotado por Lula, que significou aprovação das causas defendidas pelo MST, e conseqüentemente, apoio ao movimento ao ocupar terras improdutivas. Por esta atitude de aparente apoio às causas do MST, emergem discursos sobre Lula, significando-o como o representante de “ladrões” e “criminosos”, no caso os integrantes do movimento.

Para a mídia, a (im)possibilidade de uma manifestação sem liderança refletiu também em um discurso apontando para um movimento “confuso”, “disperso”, “sem ordem” e sem direcionamento político. Contudo, ao tentar representar a “face” política dos movimentos, das lideranças, o discurso da imprensa fez/faz circular sentidos sobre a presença velada de partidos nas manifestações. Como vemos, no **Recorte 19**, o jornal remonta à possível origem do Movimento Passe Livre (MPL) como um grupo que se desidentificou do discurso do PT e formou um movimento a fim de revogar o valor das passagens de ônibus. Ainda que a *Folha de S. Paulo* afirme, no **Recorte 19**, que o movimento passou a “agir de forma autônoma”, os sentidos sobre a esquerda ressurgem e ressignificam o engajamento político do movimento.

Da mesma forma que o jornal afirma que o MPL teria surgido de um conjunto desidentificado da política petista, no **Recorte 30**, funciona o discurso da não possibilidade de aceitação deste partido. O jornal reforça, neste recorte, a impossibilidade de autorizar o PT de se aproveitar dos atos para se promover, com a supremacia da bandeira vermelha. Além disso, a expressão “os do ‘sem fascismo’” mostra a crítica do jornal a respeito da afirmação de que manifestantes aliados ao PT não seriam fascistas, porque, no discurso jornalístico, a esquerda e o PT defenderiam uma postura autoritária, “antidemocrática”.

Por essa razão, é preciso lembrar o medo do comunismo trazido à população quando o governo petista chegou ao poder: a militância política inclinada ao PT e à esquerda estaria corroborando para que se efetivasse um “governo autoritário comunista”. Logo, a palavra “militantes”, no *corpus* refere-se aos “petistas” e membros dos partidos de esquerda, como vemos nos **Recortes 26, 28 e 29**.

Ainda há várias referências sobre a presença da esquerda no *corpus*, por exemplo, a designação “tradicional cor socialista” (**Recorte 25**) se refere ao vermelho, representante dos partidos orientados pelo socialismo e pelo comunismo. O discurso jornalístico, por sua vez, focaliza a impossibilidade de aceitação dessa tendência política por parte de muitos manifestantes e a insistência em hastear bandeiras destes partidos promoveria um descontentamento nas manifestações, em busca da defesa do apartidarismo. Este posicionamento é contestado pelo discurso jornalístico: nos **Recortes 27 e 28**, as aspas em “apartidário” mostram que a palavra em questão foi dita por uma pessoa diferente do enunciador e/ou marcam a discordância do autor para com o(s) termo(s) retomado(s) em seu texto.

Outra referência à esquerda política é a atuação impetuosa dos manifestantes, porque esta orientação política é significada pelo radicalismo. Em consequência, o modo como o jornal enuncia as manifestações significa a violência como uma forma autorizada, sob responsabilidade do MPL. Nos **Recortes 20 e 21**, o MPL é visto pelos veículos midiáticos como organização que deu apoio ao “vandalismo”, como é o caso do seguinte fragmento: “O MPL (Movimento Passe Livre) disse condenar a violência, mas classificou como “revolta popular” os atos de vandalismo” (**Recorte 21**). Neste enunciado do jornal funciona o discurso de que o MPL negou aprovação a atos de “depredação”, e ao mesmo tempo apresentou uma justificativa para estas ações nas mobilizações.

Nos **Recortes 22, 24, 27, 28 e 31**, o MPL é representado como aliado dos partidos da chamada esquerda e dos movimentos sócio-políticos, pois está, segundo o jornal, sempre junto deles, contando com a ajuda deles. Geralmente, nestes recortes citados, após ou em meio a uma listagem dos partidos de “esquerda”, os jornais em questão falam sobre a presença/participação do MPL, como um possível condutor que aprova e permite a participação de partidos nas manifestações. No **Recorte 22**, a forma como o jornal associa o MPL aos partidos PT, PSOL e PSTU marca, discursivamente, a aliança entre o movimento estudantil e a “esquerda” política, porque toda a ação descrita pelo jornal é empregada a esses grupos, como se agissem do mesmo modo, em conjunto.

Embora os integrantes do MPL não declarem apoio a nenhum partido específico, não contestam a presença deles nas manifestações, ou seja, não são antipartidários: o objetivo do é tirar o foco da questão partidária para a(s) pauta(s) das manifestações, e, nesse intuito, os partidos são chamados a ajudarem em termos de organização, convocação, divulgação,

embora nem todo partido político (mesmo de esquerda) encontre seu lugar político-ideológico nas manifestações.

Ainda que o MPL não apresente repulsa à presença de partidos, não é legítimo considerar que as *Jornadas de Junho* foram um movimento de esquerda, primeiro pela presença de muitos anarquistas; e segundo, porque não é a mobilização em si que se assume a posição de “esquerda”, mas sim o discurso dos manifestantes vai ao encontro das premissas de esquerda e contestam os discursos conservadores atribuídos à direita.

A principal demanda do MPL, que foi contestar o aumento da tarifa de transporte coletivo, marca-se como uma causa da chamada “esquerda”, porque tenta promover melhorias nas condições econômicas e sociais das classes menos privilegiadas. O MPL, um movimento predominantemente organizado por estudantes, concentra-se em cobrar da instância política o transporte coletivo gratuito, pois, para o grupo, o preço da passagem corresponde a uma parcela significativa do salário do trabalhador, que necessita do ônibus para a ida e volta ao trabalho. Segundo cálculos efetuados pelo movimento, o valor da passagem corresponde a, aproximadamente, um terço do salário do proletário. Por isso, a representação do MPL como aliado à esquerda faz sentido pelo vínculo que se estabelece entre as pautas/ações políticas derivadas de um processo de interpelação ideológica. Quanto às referências políticas a que se filia, em termos de discurso, o MPL mostra uma “contraposição entre direita e esquerda” materializando “um típico modo de pensar por díades ³²[...]” (BOBBIO, 1995, p. 32).

O discurso da “esquerda”, por vias do simbólico, seria aquele que almeja mudanças na estrutura social, em contraposição ao discurso da direita, o qual busca manter as classes em seus lugares, de domínio e subordinação. Dessa forma, como afirma Pêcheux (2014, p. 13), “se a classe operária e as massas populares vêm perguntar sobre o poder do Estado, a ideologia burguesa fará de tudo para trazê-las de volta ao quietismo do museu-conservatório”.

Sendo as manifestações intermediadas pela palavra e como não há convenções sem falhas, as mobilizações do MPL se tornaram um espaço para vozes difusas se encontrarem no contexto de revogação do preço da passagem, e que depois se dissiparam. Dentre essa principal reivindicação, se viabilizou o processo de cobrança de direitos na sociedade moderna, angariando mais e mais pautas distintas da “contestação pelos vinte centavos” de aumento no preço do ônibus. Após 21 anos com manifestações menores (menos integrantes, menor duração), o MPL ajudou as pessoas a se organizarem politicamente, frente à instância

³² Refere-se à maneira dual, “evidente” e reducionista de se considerar as relações políticas: esquerda x direita; PT x PSDB; bom x mau.

política, rumo às mobilizações que dariam início a um conjunto de atos questionando o governo, em suas diversas formas de expressão.

Assim, diante da sociedade e diante do engajamento político, o MPL se tornou modelo para possibilidades de organização de sujeitos antes dispersos, com demandas variadas. Segundo os organizadores, a manifestação conseguiu convocar mais pessoas a partir do momento em que a tarifa subiu, pois, outras manifestações em menor escala já haviam sido realizadas antes do reajuste da tarifa. Neste caso, o engajamento da população se deu como uma reação à ação da instância política. Em consequência, a reação do povo se deu de maneira contundente, por meio de várias formas de expressão, pois, conforme Charaudeau,

[...] quando se produzem ações de protesto que fazem pressão sobre o governo, pode-se perguntar o que tem maior influência: se os *slogans* e outras declarações da imprensa (palavra) ou se o número de manifestantes e os distúrbios causados na economia do país pelas greves e barricadas (CHARAUDEAU, 2006, p. 21)

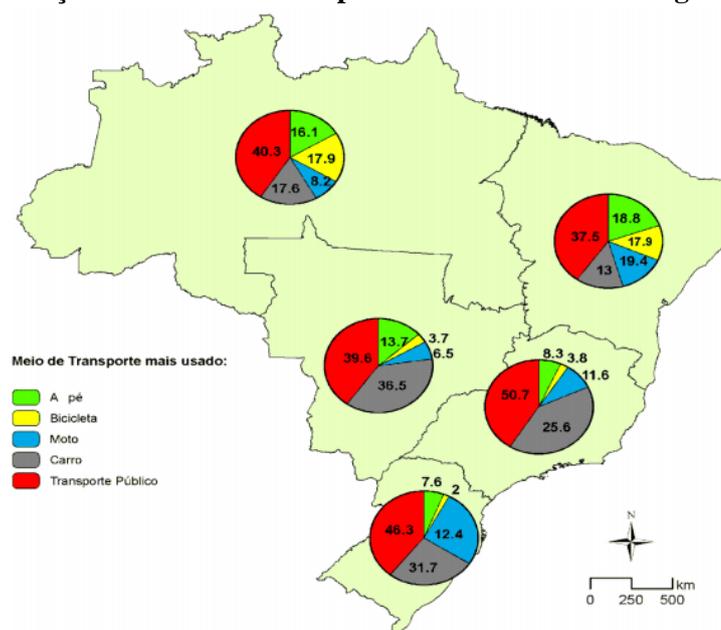
Além da produção e circulação de discursos, a iniciativa do MPL mostra uma forma de engajamento sócio-político, além de permitir um espaço de produção de conhecimento e reatualização das formas de divulgação-organização dos atos para que a população se sentisse interpelada por essa forma-sujeito “cidadã” autorizada e convocada a se manifestar publicamente. Nas *Jornadas de Junho*, foi possível observar a “atuação de novos atores que entravam em cena, sujeitos de novas ações coletivas [...], demandando ao poder público o atendimento de suas necessidades para sobreviver no mundo urbano” (GOHN, 2011, p. 334).

O movimento nas ruas, constituído pela heterogeneidade de grupos e com discursos, vozes e demandas diversas foi se transformando em um espaço plural de dizeres, a partir do discurso de ordem do MPL, que, em sua circulação, sofreu um deslize metafórico e desembocou em pedidos de ordem outros, possíveis. Para compreender esse processo, é necessário levar em conta vários eventos ligados à problemática do transporte coletivo no país.

Destacamos, primeiramente, que o transporte público é um assunto de interesse nacional, em termos de mobilidade urbana, além de ser um tema intrínseco à instância política. Em termos de história e memória, o transporte coletivo é a principal via pela qual as massas ocupam as cidades, os grandes centros, têm acesso à saúde, ao lazer, à educação nas escolas. É por meio do transporte coletivo, ademais, que as classes menos privilegiadas economicamente encontram possibilidades para o deslocamento das regiões periféricas para os grandes centros industriais e comerciais para a rotina de trabalho.

O site de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), na averiguação sobre mobilidade social promovida pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), afirma “que 44,3% da população brasileira tem no transporte público seu principal meio de deslocamento nas cidades. Na região Sudeste, o percentual atinge 50,7%” (IPEA, 2015, *online*). Nesse sentido, de acordo com os indicadores, a demanda por usuários do transporte coletivo é alta e distribuída por todo o país, como vemos neste mapa, divulgado pelo IPEA:

Figura 7: Distribuição dos meios de transporte: Brasil e Grandes Regiões – em %



Fonte: IPEA, SIPS, 2010

Dessa forma, o ônibus representa simbolicamente uma forma democrática de acesso e ocupação da cidade, embora alguns dizeres sedimentados a respeito desse serviço nos centros urbanos apontem para questões políticas ligadas ao transporte coletivo, como o financiamento de campanhas políticas pelas empresas de ônibus. Pela memória, o financiamento privado das campanhas políticas – sendo uma parcela proveniente das empresas de transporte público – está relacionado à corrupção, ou, em outras palavras, o enlace entre a instância política e os donos das frotas de ônibus materializa uma troca de “favores” entre si, e dessa permuta, pode resultar uma cobrança de ambos os lados.

Diante dessas condições de produção e emergência, um dos enunciados principais das manifestações “não é por vinte centavos” (encontrado ainda como “ceci n’est pas 0,20”, “não é só por 0,20”) nos cartazes dos manifestantes, faz sentido, implica interpretações sobre a organização e constituição da instância política, significada pela instância cidadã; para esta, os gestos daquela não conseguiram representar as necessidades da população.

Ao demarcar várias possíveis lideranças para as manifestações, como já foi discutido nas **Sequências 1 a 3**, na tentativa de criar uma “identidade” para os vários tipos de manifestantes, o jornal trabalha com sentidos pré-estabelecidos sobre a díade instância política e instância cidadã. Pelos sentidos evocados nessas representações emerge, como efeito de sentido, uma crise na/da representatividade. Em contraponto, faz parte do regime democrático a escolha ou não da representação de partidos. Censurar essa escolha é violar também os direitos democráticos. Assim como o apartidarismo é possível, a representação partidária também deve ser, visto que a democracia (concebida de modo ideal) não se edifica em um estado plano, fechado e imutável; está sempre passível, teoricamente, “às necessidades do povo”, e a sua filiação ideológica.

Sendo assim, ao discursivizar a presença de vários grupos políticos, os jornais vão “[...] apagando as diferenças entre os vários segmentos políticos de esquerda existentes” (MARIANI, 1996, p. 148). Como efeito de sentido, a mídia encena e representa uma possível tensão entre os sujeitos que negavam representação política. Mas, a questão da violência ainda permanece, “sinalizando uma ligação entre 'ser de esquerda' e 'ser extremista revolucionário', o que em dado momento permite estabelecer uma relação com *atitude antidemocrática* e com *comunistas*” (MARIANI, 1996, p. 222, grifos da autora).

4.1.5 A PRESENÇA DO ESPAÇO DIGITAL NAS JORNADAS DE JUNHO

Dando sequência à análise, apresentamos a última regularidade observada na discursivização das manifestações de 2013: a presença do espaço digital como cenário que abrigou essas inúmeras discussões sobre participação, democracia, e engajamento político. Como já falamos em outro momento deste trabalho, a presença do espaço digital é uma das principais marcas de rupturas em relação a outras manifestações decorridas em períodos anteriores, pois a presença da Rede no contexto atual deve-se aos avanços tecnológicos da sociedade capitalista globalizada.

Além de tudo, a presença da internet nas manifestações de 2013 permitiu uma ampla circulação de discursos provenientes de outras fontes, sem depender da veiculação de informações da grande mídia, seja impressa, seja digital. O desenvolvimento tecnológico permitiu a fácil divulgação de imagens, vídeos e textos e troca de informações – ação possível

pela existência de uma variedade de eletrônicos capazes de se conectar à Rede e, logo, às mídias sociais.

Tal experiência ofereceu certa “onipresença” aos manifestantes, especialmente os que se dividiam entre a rua e o espaço digital, imersos em um fluxo constante de materialidades linguísticas, de produção de discursos. Ao mesmo tempo, a mídia se mostrou instável ao tratar essa nova realidade, pelo confronto estabelecido entre a imprensa legitimada em sociedade e as mídias alternativas. Ao mesmo tempo, a mídia tenta negatizar essas novas formas de divulgação de informação, as mídias não convencionais, por questionarem posição e papel autorizados em sociedade.

Tais funcionamentos são verificados na **Sequência 4**, a qual é constituída pelos dizeres do jornal sobre a presença da internet nas manifestações atuais, como vemos nos recortes a seguir:

Sequência 4

Recorte 32

O ato foi organizado via redes sociais em solidariedade às manifestações por menores tarifas de ônibus em todo o país e como crítica aos gastos públicos nos eventos da Fifa. Às 23h50, os manifestantes começaram a se dispersar (FOLHA DE S. PAULO, C3, 18de jun. de 2013)

Recorte 33

A internet teve papel fundamental na organização dos atos. Em São Paulo, por exemplo, o evento no Facebook para a manifestação de ontem teve 276 mil confirmações. O ato foi grande, mas se percebe que muita gente fez questão de demonstrar o apoio virtual. Mas não foi só isso. (O ESTADO DE S. PAULO, A15, Metrópole, 18de jun. de 2013)

Recorte 34

Eles saíram do Facebook, mas o Facebook não saiu deles. Nos protestos da guerra das tarifas em São Paulo, não foram poucos os cartazes que ostentavam o polegar arrebitado do “curtir” da rede social de Mark Zuckerberg. Também não faltam palavras de ordem atreladas ao “#”, símbolo usado para indexar assuntos no momento no Twitter. (FOLHA DE S. PAULO, ilustrada, Capa, 23de jun. de 2013)

Recorte 35

Com o automatismo de uma “curtida” no Facebook, manifestantes nas ruas do país se apropriaram do slogan de uma marca de uísque – “o gigante acordou” – e do jingle de um anúncio de carro – “vem pra rua, vem”. (FOLHA DE S. PAULO, Ilustrada, Capa, 23de jun. de 2013)

Recorte 36

O artista Stephan Doitschinoff viu na ação “um tipo de sabotagem” por parte dos manifestantes. “Eles hackearam uma peça publicitária para tentar fazer um bem maior”, afirma. “De repente as marcas não podem mais usar esses slogans porque estão associados a atos de transgressão” (FOLHA DE S. PAULO, Capa, Ilustrada, 23de jun. de 2013)

Recorte 37

O mapeamento das redes sociais indica uma curva crescente das publicações sobre o tema desde quinta-feira, dia da manifestação marcada pela violência policial, alcançando ontem um pico de

menções. Os termos mais citados foram “Protesto”, “O gigante acordou”, “Vem pra rua” e “Acorda, Brasil”. A plataforma contabilizou mais de 236 mil itens publicados no período. (O ESTADO DE S. PAULO, A15, Metrópole, 18de jun. de 2013)

Recorte 38

Quem está conectado às redes sociais percebeu que os protestos se tornaram quase um tema único nos últimos cinco dias, dominando publicações no Twitter, Facebook e também no Youtube. Os compartilhamentos impactaram potencialmente mais de 79 milhões de internautas até a noite de ontem. (O ESTADO DE S. PAULO, A15, Metrópole, 18 de jun. de 2013)

Como vemos na sequência exposta, o discurso a respeito da tecnologia aparece como regularidade nos veículos midiáticos, apontando para a representação de um instrumento importante e recorrente nas *Jornadas de Junho*. Mesmo que essas manifestações se assemelhassem a algo já visto antes na história do Brasil, as *Jornadas de Junho* apresentaram outra roupagem, em comparação aos atos de outras décadas, pois a era da internet possibilitou reconfigurações no contexto sócio-político atual, que resultou em novas formas de engajamento e participação política.

Durante o período de manifestações, a Rede teve papel fundamental, pois, como diz Castells (2013, *online*), a sociedade, hoje, se comunica pela Rede. Com um “ar tecnológico”, o *Facebook*, o *Twitter* e outras redes sociais passaram a ser usados como meio de divulgação e organização dos atos, possibilitando (facilitando) o planejamento de estratégias possíveis para levar às ruas um grande número de pessoas. Por esse viés estabelecido com a tecnologia, manifestantes estão sempre no entre-lugar, entre a internet e o espaço físico, entre o individual e o coletivo, local e global (CASTELLS, 2013, *online*).

A presença da Rede como ferramenta de pesquisa interveio em três pontos principais: 1) formas rápidas e menos trabalhosas para se organizar uma mobilização; 2) divulgação de pautas e tomadas de posição quanto aos rumos a serem adotados após cada um dos atos; 3) produção de conteúdo e divulgação de outras versões sobre as manifestações, por vias de comunicação alternativa, como veremos ao longo desta discussão.

Os jornais em questão salientam a internet enquanto meio de organização das mobilizações, e mais que isso, o trabalho de organização dos atos passa a ser visto como uma ação imediata, “instantânea”, “automática” e, sobretudo, “virtual”, como vemos nos **Recortes 32 a 35**. Por conta da “novidade”, em termos de organização da instância cidadã, os veículos de comunicação se depararam com numerosos enigmas para noticiar as manifestações de junho, pois estas, como já dissemos, romperam com os paradigmas das manifestações tradicionais, que demandavam mais tempo e supostamente “empenho” para serem efetivadas,

se levarmos em consideração o estereótipo de manifestação de rua do país. Observamos que os jornais abordam, de maneira sutil, a inovação e a interferência das mídias alternativas, na **Sequência 2**, nos **Recortes 11** e **12**, em que os jornais afirmam a existência de “tanta novidade” e “caldo de ideias” nas manifestações de 2013.

As manifestações de outras épocas, antes da presença da Rede, precisavam ser organizadas pela distribuição de panfletos, convites feitos nas instituições (escolas, universidades etc.). Outrossim, era necessário dispensar um tempo demasiado desde a idealização – divulgação – realização dos atos, sendo necessário incumbir um grupo específico para dividir e realizar todas essas tarefas, as quais abrangem várias tarefas e campos de atuação.

Já na atualidade, um evento criado em uma rede social pode tomar proporções incalculáveis e a divulgação se dá na própria Rede, com o diálogo virtual dos integrantes de determinado site de interação na *web*. Convites, compartilhamento de informações, comentários, confirmações de presença em eventos, todas essas ações se colocam como formas de divulgar uma mobilização, se combinada no ambiente virtual.

Outra questão para se compreender a hesitação dos jornais (e da mídia em geral) ao abordar as novas formas de manifestação é o anonimato (ou mesmo a sensação dele), proporcionado pelo ambiente virtual. Se antes da chegada da Rede era possível responsabilizar um grupo específico por certos atos públicos, agora, na Rede, isso nem sempre ocorre de maneira instantânea, a menos que o movimento tenha como objetivo se identificar perante a comunidade ou para atender, se houver, a solicitação jurídica de reconhecimento dos integrantes de um movimento, por trás de suas páginas, sites, blogs etc. Por isso, o anonimato, no contexto das manifestações, está sempre relacionado, nos dizeres midiáticos, com ações criminosas, violação de direitos (intervenção em páginas, sites, e contas na internet), promovido por sujeitos específicos neste tipo de ação, como os *Anonymous*.

Além do anonimato, a atuação dos manifestantes na Rede é discursivizada sempre pelo viés da ilegalidade. Conforme o **Recorte 36**, o deslocamento provocado da propaganda da *Fiat* para o contexto das manifestações é considerado um “hackeamento”, em que a *Folha de S. Paulo* dá voz a outra pessoa especializada para caracterizar a migração (possível) de sentidos, de uma FD a outra, como uma forma ilegal de aproveitamento de conteúdo privado. Em nossa concepção, os sentidos que migram da publicidade para a palavra de ordem promovem a irrupção de um acontecimento discursivo, que dá acesso para a formação de

novas redes e filiações discursivas: os sentidos possíveis e passíveis de mudança evocados pelo enunciado “vem pra rua” permitiram o rompimento da forma-sujeito capitalista, passando a fazer sentido como um discurso de contestação, de ordem, para sujeitos em uma nova posição enunciativa.

O modo como a mídia tradicional se refere a esses acontecimentos faz circular a ideia “do fora da lei”, do “não autorizado”, como se houvesse uma confusão/inversão de valores, símbolos e ideias. Nos veículos midiáticos, a internet figura como uma ferramenta necessária e fundamental, principalmente, para a divulgação desse tipo de material “adulterado”, “hackeado”, como acontece também no **Recorte 35**, em que enunciados, expressões etc. de comerciais de empresas são considerados, midiaticamente, como uma “apropriação” de conteúdo, sem devida permissão, ou seja, os manifestantes tomam posse deles “com o automatismo de uma curtida”. Pelo discurso da imprensa, apaga-se o processo de ressignificação destes enunciados e os novos enlaces discursivos, históricos e polissêmicos que se firmam nesta conjuntura.

Contudo, a posição impositiva da mídia teve seu lugar de “autoria”, “democracia” e “produção de verdade” questionado por outras formas de produção de conteúdo e informação. Observamos em 2013 o jornalismo tradicional interceptado pelas muitas mudanças ocorridas na formação social em que atua. A internet, nesse sentido, serve como uma significativa ferramenta que rompe com os paradigmas do jornal marcado pela tradição e seus reflexos nos efeitos produzidos sobre cidadania/democracia na produção da informação. Pelo fato de ser possível ter acesso à Rede por diferentes meios eletrônicos, a internet, usada como instrumento da mídia alternativa, representou a democratização da informação, pois o espectador não é somente da mídia tradicional, dos jornais impressos, que exigem assinaturas mensais, e/ou dos de telejornais. Pelo contrário: há um processo de desmonopolização do discurso midiático tradicional conservador: novas vozes e perspectivas são capazes de enunciar outras faces da sociedade e seus acontecimentos, e, em meio à profusão de dizeres, constrói-se uma visão plurilateral do conjunto complexo que forma a tessitura social e a discursivização do seu cotidiano.

Neste caso, destacamos as mídias independentes, isto é, não filiadas a alguma espécie de empresa/instituição tradicional, que buscam fazer um jornalismo na contramão da mídia em circulação no país. Citamos dois casos: o *Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação*³³ (Mídia Ninja) e o *Jornal A Nova Democracia*. Segundo essas mídias, o objetivo é mostrar os

³³ Mídia Ninja. Disponível em: <https://ninja.oximity.com/>. Acesso em: 14 de dez. de 2015.

acontecimentos de uma maneira “mais crua” na internet³⁴, isto é, sem tantos cortes e edições, tal como ocorre nos jornais e telejornais conhecidos. No caso da *Mídia Ninja*, as transmissões das manifestações foram feitas em tempo real, por meio de um *smartphone*³⁵ conectado à internet, em que as pessoas seguidoras do site da organização recebiam um sinal, informando sobre o início das transmissões. Apesar de já atuarem neste tipo de atividade, o trabalho dos Ninjas ganhou repercussão nas manifestações de 2013, principalmente pela resistência aos abusos da polícia, os quais eram registrados em forma de vídeo, com o fim, segundo a *Mídia Ninja*, de mostrar a versão dos manifestantes.

O jornal tradicional não nega nem pode negar a presença da internet nas manifestações da atualidade na in(ter)venção das diversas práticas e atividades sociais, conforme verificamos em toda a **Sequência 4**, e mais especificamente nos **Recortes 37 e 38**, os quais mostram a presença constante de informativos sobre manifestações em sites e mídias sociais diversificadas. Uma prova da interceptação dessa nova forma de jornalismo ascendente, produzido na e a partir da Rede, é quando um vídeo feito, por exemplo, pela *Mídia Ninja* é transmitido no *Jornal Nacional*, significando uma atividade de utilidade pública, de mostrar o que a mídia tradicional censura.

Por essas reflexões feitas até aqui, afirmamos que faz sentido, para os veículos tradicionais, tentar descaracterizar, não a presença da internet – pois é uma ferramenta propiciadora de muitos saberes, compartilhamento e produção de informações – mas os atuantes de um possível ciberativismo.

4.2 MANIFESTAÇÕES DE 2013: DISCUSSÃO

Os sentidos sobre as manifestações de 2013 estão determinados pela contestação das regras sociais, pois as *Jornadas de Junho* confrontaram o sistema político e judiciário vigente, que tem como alicerce a defesa dos moldes capitalistas, incomodando a autoproteção do Estado. Por isso, os jornais, embora apresentem uma pequena diferença nas formas de noticiar as manifestações, ambos os veículos fazem circular a imagem de manifestações que rompem com a ordem estabelecida (pelo Estado) e, então, uma das principais regularidades observadas

³⁴ Tais mídias materializam novas formas de se produzir versões sobre os acontecimentos.

³⁵ O *smartphone* é um tipo de celular com tecnologia avançada, em relação aos celulares comuns, isto é, aqueles que contam apenas com as tarefas básicas de telefonia. Com o *smartphone*, é possível instalar programas específicos para o desempenho de diferentes tarefas, à semelhança dos sistemas disponíveis nos computadores, como, por exemplo, o acesso à internet.

ao longo do *corpus* é o duelo *presença* e *ausência* de violência nas manifestações: em 2013, o principal cenário que figura na mídia é o do confronto entre policiais e manifestantes, em que a ação policial é vista como uma atitude desencadeada pelo mau comportamento dos manifestantes na rua, e por isso, imaginariamente justificada.

Levando em consideração a posição dos dois jornais sobre as manifestações de rua de 2013, observamos que na *Folha de S. Paulo* o efeito de avaliação aparece circunscrito ao discurso deste veículo midiático, por meio das generalizações, das (tentativas de) identificações dos “vândalos” e “baderneiros” e dos sujeitos supostamente de esquerda (e a desqualificação desse posicionamento político), além do jornal expressar sua suspeita e preocupação para com os grupos não identificados e que, sobretudo, expressaram rupturas para com o modelo tradicional de manifestação de rua. Para isso, o jornal apresenta expressões abrangentes como “grande maioria”, “os vândalos”, “um grupo”, “entidades” o que, de certa forma, mostra o lado ilegal (mascarados, anonimato) e ilegítimo das manifestações de 2013.

O jornal *O Estado de S. Paulo* busca identificar os sujeitos responsabilizando-os por determinadas ações, a partir de sentidos naturalizados em sociedade acerca da atuação de certos manifestantes: em 2013, os sujeitos foram qualificados conforme a proximidade (ideológica) de suas práticas com as de um determinado conjunto: os anarquistas foram responsabilizados pela pichação (uma ação vista como própria a esses sujeitos); os Black Blocs foram acusados de propagação de violência injustificada, com o ataque de bens públicos e privados; os movimentos de esquerda foram vistos como propulsores da desordem pública.

Dessa maneira, fazendo uma síntese geral dos modos de discursivização das manifestações de rua em 2013, observamos que a forma como o jornal constrói a imagem do manifestante nas *Jornadas de Junho* faz emergir a representação do chamado “mau sujeito”, segundo definição de Pêcheux (1997, p. 125), isto é, aquele que vai contramão ao sujeito universal, se distanciando dele. O manifestante de 2013 é o “mau sujeito” no discurso midiático, porque ele não segue às regras de manifestações já ocorridas em nosso país, de direita ou de esquerda, e que não pode e não ocupa a posição de sujeito-cidadão em defesa de direitos coletivos, mas vê na ilegalidade uma forma de chamar a atenção das autoridades.

A seguir, reunimos, na tabela, os principais elementos que marcam esse confronto entre tradição e rupturas quanto às manifestações ocorridas no ano de 2013 e suas possíveis mutações/transformações/deslocamentos:

Tabela 3: Manifestações de rua na sociedade capitalista

<i>Sistema político tradicional</i>	<i>Rupturas em 2013</i>
Democracia representativa	Democracia direta
Filiação partidária (direita ou esquerda)	Apartidários (ainda que em parte)
Lideranças políticas, hierarquia de poderes	Sem aparentes lideranças, sem hierarquia
Presença de líderes e porta-vozes	Recusa de líderes e porta-vozes
Convites por assembleias e reuniões, distribuição de panfletos	Presença da Rede na mediação dessas relações

O sujeito das manifestações de 2013 foi significado como aquele que viola as leis em todos os quesitos, a respeito do anonimato, quanto às rupturas do estereótipo de manifestação de “esquerda”, e o principal: o confronto do/com o sistema capitalista e as regras por ele impostas, como a do sujeito jurídico, de direito e de dever, submetido às condições das leis.

Assim, as discussões sobre o tema participação e engajamento político têm sofrido alterações em sincronia com as mudanças causadas pelo sistema capitalista em sociedade. Como foi discutido ao longo deste trabalho, a internet – ferramenta advinda da globalização e das tendências da sociedade moderna – teve papel crucial para a propulsão de discursos, materiais e a inclusão do sujeito-cidadão (sujeito comum) no debate político, por meio de recursos disponíveis e acessíveis a ele, que é também, na sociedade capitalista, um sujeito consumidor.

A presença da internet, como uma influência deste sistema capitalista, vem ressignificar a prática jornalística e abalar sua posição tradicional: não no sentido de divulgação de conhecimento e informação, mas quando aplicada ao ciberativismo. Pelas redes sociais, o discurso político pode ser apresentado com várias nuances, em sentido denotativo e conotativo, por meio de múltiplos formatos, permitindo o encontro da tecnologia com a discussão sobre o discurso político. É nas redes sociais que os sujeitos postam suas indignações políticas, ou mostram apoio a determinado representante político, podendo escutar e dizer, promover e acompanhar as ações desenvolvidas pelo governo (das cidades, dos estados, do país).

CAPÍTULO V

Em uma sociedade de classes da periferia do mundo capitalista e de nossa época, não existem “simples palavras”. (FERNANDES, 1984, p.9)

5.0 ANÁLISE DA DISCURSIVIZAÇÃO JORNALÍSTICA DAS MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015

Este capítulo cumpre a segunda parte empreendida no objetivo de compreender o discurso da mídia sobre o manifestante, significado como sujeito politizado a partir da (não) interferência das filiações tradicionais de partidos políticos, da “esquerda” e da “direita” e atende, em acordo com o Capítulo IV, ao objetivo de entender o discurso político no contexto atual, agora, sobre as manifestações ocorridas em 2015.

Diante do objetivo central percorrido neste capítulo, é necessário, à contextura do capítulo, discutir os sentidos sobre o discurso político que funcionam na sociedade, principalmente, pela suposta polarização midiática produzida em torno da “esquerda” e da “direita”, manifestada, respectivamente, pelos partidos PT e PSDB. Tal discussão é fundamental porque, embora todas as manifestações em questão se apresentassem como ações “apartidárias”, as três manifestações demonstram divergências consideráveis que fazem com que cada uma delas se inscreva de uma forma nos círculos políticos, ora afastando-se do modo de governo atual (dos partidos e figuras políticas), ora aproximando-se deles.

As manifestações de março de 2015 expressam, principalmente, um conflito emergente na campanha eleitoral e no resultado das eleições. Isso porque no discurso midiático ocorre um apagamento sobre a pluralidade de partidos e candidatos políticos, ao contrário do que ocorre com o duelo PT e PSDB – partidos visíveis e visibilizados pela imprensa em geral, apresentados simbolicamente ao eleitor como as possibilidades “evidentes” a serem eleitas.

O processo eleitoral – desde o período de campanha até a eleição –, como principal cenário das condições de produção deste período, produziu discursos pró e contra ambos os partidos, desde discursos sobre corrupção (já presentes nas marchas contra corrupção nos anos de 2011 e 2012), fraude nas eleições, passando pelo discurso separatista (isolar a região sul, como veremos mais adiante), até o discurso de intervenção militar. Todos esses discursos, de certa forma, expressam o clima conturbado e acirrado desde o período de campanha eleitoral,

entre todas as instâncias da sociedade: a política (incluindo a adversária), a cidadã e a midiática.

O convívio entre estas instâncias em um período de campanha política deu origem a discursos agressivos, provenientes dos presidenciáveis e também do eleitorado. Entre acusações de corrupção e não cumprimento de promessas, os presidenciáveis tinham por objetivo firmar uma posição favorável para darem largada significativa nas intenções de voto, para superar resultados equiparados. Os eleitores oscilavam entre discursos de defesa das supostas melhorias durante o governo do PT (eleitores de Dilma) e uma aparente resolução dos problemas do Brasil, principalmente no que tange à economia (eleitores de Aécio).

Entre uma ilusória esperança investida no discurso de mudança e apostas na continuidade para o bem-estar da maioria da população, tal conflito gerado no período eleitoral resultou em um eco que reverberou após a reeleição da presidente: uma parcela da sociedade que votou em Dilma (em partidos aliados e/ou de esquerda) se apresentou contra os atos pró impeachment e “pró Brasil”; a outra parcela da sociedade – eleitora de Aécio (e partidos afins) – viu na reeleição de Dilma a expressão de uma fraude política, a manipulação de votos na urna eletrônica.

Então, diante destas considerações, as manifestações que marcam o mês de março são resultados de relações conflitantes decorrentes do processo eleitoral, e por isso, os atos do dia 13 e 15 são significados como opostos um ao outro em termos de representatividade política. As mobilizações do dia 13, contudo, são consideradas pela mídia como atos mais concisos, focados apenas no objetivo de ir ao encontro dos manifestantes do dia 15, os quais já vinham marcando eventos e pequenos manifestos em momentos anteriores.

5.1 ATOS PÚBLICOS, POLÍTICA E A INSTÂNCIA CIDADÃ: REPRESENTATIVIDADE E (DES)IDENTIFICAÇÃO

Em vista de tais compreensões, o sujeito político, eleitor e candidato, nesta seção, será abordado a partir desse viés tracejado pela teoria do discurso, a fim de discutir como a transitoriedade, marcada nos processos de (des)identificação e contra-identificação, afeta, conseqüentemente, os sentidos produzidos no âmbito do discurso (político), o qual não é estável e está em constante movimento e transformações. A discussão sobre (des)identificação política empreendida nesta parte do trabalho considera os partidos em evidência na mídia e significados canonicamente como partidos opostos, de direita e de esquerda: PT x PSDB.

Assim, partindo da aparente aliança entre o PT e os movimentos sociais, o jornal faz circular o discurso de desidentificação de sujeitos que antes seriam eleitores do partido. Embora várias pautas fossem levadas às manifestações, como crítica ao reajuste fiscal, direitos trabalhistas e contra o financiamento privado de campanhas – uma porta aberta à corrupção – em termos de efeito, emergem sentidos sobre o enfraquecimento da representatividade do partido. De acordo com o discurso da imprensa, o objetivo dos manifestantes do dia 13 não foi o de defender o partido e seus governantes, mas os direitos do trabalhador e do sujeito integrante da sociedade que não pode aceitar partido corrupto, diante do seu papel de vigilante das ações da instância política. É a imagem sobre governo popular sendo tecida – democracia representativa que se julga não representar: na visão dos jornais, são muitos os descontentes com o partido.

As manifestações de rua são, além de gesto de protesto, práticas que colocam em questionamento representatividade, participação e (des)identificação políticas, porque mostram possíveis fendas/falhas no sistema (ideal) de poder exercido pelo governo e supostamente orientado pela soberania da população. Um governo emoldurado sobre a estrutura capitalista, originando por consequência a luta de classes, não pode governar para todos: a existência de várias classes ressalta e marca nossas diferenças (de classes e, por conseguinte, ideológicas) nas relações *outras* e com *outros*.

Um governo não atende a todos porque sempre haverá, na história do país, conflitos de diversas ordens, e na política não é diferente. O aparato de poder Executivo estará continuamente promovendo o conflito entre a ideologia dominante, “parte integrante do Aparelho estatal de dominação da classe que detém o poder” (PÊCHEUX, 2013, p. 14), e as ideologias dominadas, que tendem a reproduzir a ideologia precedente, mantendo as classes em seus lugares “precisos”, unidas pelo elo da luta de classes.

Dessa maneira, ou se governa para as classes dominantes, mantendo-as em seu lugar estável, de controle e dominação, ou se governa para as outras classes dominadas, tendo como resposta, em consequência, a interdição/interferência da ideologia dominante, pois esta “jamais domina sem contradição” (PÊCHEUX, 2013, p. 14). Em outras palavras, a sociedade, com suas divisões na superestrutura econômica mostra a impossibilidade de se atender a todos e a todas as demandas em uma sociedade marcada profundamente pela desigualdade social e pela concentração de capital nas mãos das classes que detêm o poder.

Orlandi (s/d, p. 305), em relação às diferenças de classes, faz o seguinte questionamento: “Em que somos iguais? Em classe, não. É essa, aliás, a grande diferença que

fica silenciada e que, na realidade, é o que é a fonte do discurso da igualdade: a diferença de classes precisa do discurso da igualdade perante a lei”. Em resposta a essa desigualdade social, e tendo às vezes de assumi-la e/ou dissimulá-la para que sejam administradas/reguladas, surgem distintos partidos políticos, cada um com suas aspirações reconhecidas como as mais necessárias (e importantes) medidas a serem tomadas em determinado contexto social, de acordo com as bases conceituais/preceituais de sustentação de cada partido.

Assim, sempre o sujeito, de acordo com a ideologia e a FD que o interpela, se aproxima mais ou menos de um partido e se (des)identifica de suas bases de sustentação, ou seja, as formas de considerar/administrar os assuntos pertinentes ao espaço civil: educação, saúde, infraestrutura, economia, práticas de inclusão etc. Ademais: esse processo de (des)identificação é, sobretudo, resultado das relações ideológicas que se colocam no espaço e lugar político.

Primeiramente, é necessário dizer que os processos de (des)identificação não representam apenas as insatisfações entre eleitor/cidadão x candidato/político, mas nas próprias mudanças nas bases dos discursos dos partidos. Sendo nossa pesquisa voltada para a análise de mobilizações ocorridas durante o governo do PT, faremos uma explanação geral de algumas mudanças de parâmetros que vêm sendo (des)configuradas ao longo das décadas, tomando como base enunciados do site do partido a respeito dos principais acontecimentos, que em nossa compreensão, marcaram sua história:

10 de fevereiro de 1980

O PT surgiu como agente promotor de mudanças na vida de trabalhadores da cidade e do campo, militantes de esquerda, intelectuais e artistas. Foi oficializado a partir de 10 de fevereiro de 1980, pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. (PT, 2015, *online* dia 25 de julho)

01 de janeiro 2003

Primeiro presidente eleito pelo PT, Luiz Inácio Lula da Silva defendeu a combinação entre crescimento econômico, desenvolvimento sustentável e inclusão social, com distribuição de renda, ampliação do emprego, redução da pobreza e promoção da soberania nacional. (PT, 2015, *online* dia 25 de julho)

01 de janeiro 2011

Com a eleição de Dilma, tem início um novo período político marcado pela superação do neoliberalismo e pela possibilidade de consolidação de um novo projeto para o Brasil, com o aprofundamento das mudanças iniciadas no governo Lula. (PT, 2015, *online* dia 25 de julho)

Esses recortes, colhidos do site do PT, no *link* “Nossa História”, de forma naturalizada, têm a função de resumir sua trajetória. Associados (no site), fotos e textos formam um infográfico, a partir do qual o leitor navega e é aparentemente levado a “conhecer” a trajetória do partido, visibilizada na página. Embora os textos do infográfico indiquem que há uma continuidade dos projetos de Lula no mandato de Dilma, ao mesmo tempo deixam marcado que o partido vem sofrendo um processo de desidentificação de seus próprios fundamentos. No texto do dia 10 de fevereiro de 1980, referente à oficialização do partido, o proletariado é significativo, pois o seu principal representante, Luiz Inácio Lula da Silva, pertencia a essa classe trabalhadora. Este traço vai sofrendo apagamento ao longo dos outros três excertos, e não aparece mais no fragmento do dia 01 de janeiro de 2011.

Ademais, no texto do dia 10 de fevereiro, entre os integrantes do PT estão os ditos *militantes de esquerda*, ou em outras palavras, pessoas que pretendiam inserir na política (e no poder) as classes trabalhadoras/operárias as quais eram dominadas pela soberania das classes dominantes. Em consequência, do lugar social ocupado por Lula, como proletário de pouca escolaridade e desprovido de poder aquisitivo, ele passou a ser sempre marcado por seu lugar social pré-marcado de sujeito-povo (no poder), e então, sentidos passaram a ser (re)formulados a partir dessa ruptura causada por Lula, enquanto “analfabeto”, pobre que chegou à mais alta posição e ao mais alto cargo da esfera política.

O PT surgiu como um governo popular/assistencialista, que tinha (ou tem) como maior objetivo atender o *povo*, isto é, o proletariado e as classes marginalizadas, os quais somam uma alta porcentagem da população brasileira, devido às desigualdades sociais e o predomínio de proletários em relação às classes abastadas. Atualmente, falar que o PT atende o povo é se colocar diante de um paradoxo, por duas razões: 1) o fato de não poder governar para todas as classes, como já afirmado neste trabalho; 2) o fato de que o termo “povo” não tem sido empregado exclusivamente para designar as camadas “inferiores” da sociedade, mas no sentido de população, sociedade, como compreende Charaudeau (2006a, p. 298):

[...] o próprio conceito de povo mudou de significado (ele não é mais reservado de forma exclusiva aos operários ou aos trabalhadores, mas abrange o conjunto das categorias sociais); nem de mística, enfim, de uma transformação da sociedade como motor das lutas populares.

Assim, uma nação é formada sempre pela diversidade (em vários sentidos), característica que marca o embate político. Não sendo possível fazer um governo de todos

para todos, os partidos vão transformando/alternando seus discursos, ao mesmo tempo, em que ocorre, em parte, a desvinculação de princípios partidários. Por exemplo,

Se considerarmos o discurso da esquerda dita clássica, perceberemos a ausência de referências a uma sociedade igualitária que deveria se tornar realidade em razão da luta do povo explorado contra os possuidores exploradores. Não há mais esse discurso da mística da classe operária, que por tanto tempo ocupou a cena política do século XX. (CHARAUDEAU, 2006b, p. 298)

Assim, acontece o procedimento explicado por Charaudeau (2006b), os partidos extremistas, tanto da “direita” quanto da “esquerda”, evidenciam a existência do adversário, colocando-a em evidência, se considerarmos o paradigma canônico de enquadramento geral e dicotômico em “direita” e “esquerda”, de acordo com os valores e princípios do partido. “Direita” e “esquerda”, em termos inflexíveis e estáveis,

[...] indicam programas contrapostos e com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de idéias, mas também de interesses e de valorações [*valutazioni*] a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade [...]. (BOBBIO, 1995, p. 33)

Como afirma Bobbio (1995, p. 31), direita e esquerda na política "são termos antietéticos", responsáveis por significarem o sujeito político de duas maneiras diferentes. Em termos estabilizados, “o homem de direita é aquele que se preocupa, acima de tudo, em salvaguardar a *tradição*” (BOBBIO, 1995, p. 81, grifo do autor). Em contraposição, a definição clássica do homem de esquerda diz que ele é “aquele que pretende acima de qualquer outra coisa, *libertar* seus semelhantes das *cadeias* a eles impostas pelos privilégios de raça, casta, classe etc” (BOBBIO, 1995, p. 81, grifos do autor).

Contudo, dentre os processos de transformações pelos quais os próprios partidos passaram e passam, vemos que esses lugares não estão mais sedimentados em posições fixas, a “direita” e a “esquerda” não possuem um lugar invariável, mas ora necessitam se contradizerem para que se mantenham no poder. Para que as posições se conservem, há dizeres a serem pronunciados e outros a serem calados: o sistema (capitalista) e as coerções que ele propõe fazem com que direita e esquerda sejam significadas a partir de fronteiras limítrofes.

Por conseguinte, os processos de desidentificação dos partidos, em termos de posição política, mostram o descompasso entre o que Charaudeau (2006a) disse ser necessário: a

articulação do discurso à ação política. Por isso, as posições cristalizadas de “direita” ou “esquerda” não são capazes de traduzir a maquinaria que envolve a instância política.

Tomando como base o estatuto do PSDB, temos um partido que afirma em seu estatuto princípios como “Art. 2º. [...] a soberania nacional; a construção de uma ordem social justa e garantida pela igualdade de oportunidades; [...] a distribuição equilibrada da riqueza nacional entre todas as regiões e classes sociais” (PSDB, 2015, *online*). Em outras palavras o valor atribuído à *social democracia* – termos integrantes da sigla do partido – significam, na questão do imaginário, um governo do povo e para o povo, em suas complexas diversidades. Os princípios da social democracia pregam que o capitalismo pode ter desdobramentos socialistas, ao contrário da crítica marxista, que o vê como o motor da luta de classes e a expressão das desigualdades sociais.

Ao longo da história, observamos no desempenho do PSDB desvios dessa suposta proposta de democracia, ou de representatividade das/para as diversas classes sociais. Dentre as promessas apresentadas pelo partido, fazem parte projetos e posições liberais, privatizações, certa preocupação com o investimento na polícia³⁶, mais marcada do que a investida em medidas educativas e socioeducativas, em projetos de cultura, inclusão etc.

Assim, marcado por uma dissonância entre discurso e prática, vemos que alianças feitas no passado com instituições representadas como símbolos da “esquerda”, por exemplo, a UNE, fazem com que o partido não seja, à primeira vista, enxergado como um partido de direita, embora suas ações, dentro do poder público, materializem uma ruptura dessa representação estabilizada.

Da mesma maneira, o PT também se coloca em uma posição de esquerda sempre sujeita às mudanças, ou seja, às falhas no discurso, ao equívoco, por meio dos quais escoam as possibilidades outras de interpretação. Dessa forma, PT e PSDB são partidos por meio dos quais a burguesia opera; o que difere é o modo de administrá-la (e falar sobre ela), visto que “[...] nos opostos alinhamentos sustentam-se muitas vezes as mesmas idéias, ou melhor, que a esquerda em dificuldades sustenta, para se renovar, idéias de direita e acaba por eliminar o contraste tradicional” (BOBBIO, 1995, p. 48).

³⁶ No vídeo divulgado durante a campanha eleitoral, intitulado “Aécio Neves vai colocar mais policiais nas ruas”, Aécio apresenta como proposta “a redução da maioria penal para casos graves”, e promete “tirar os policiais de cargos administrativos e colocá-los na rua”. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=OacbYU92zAE&ab_channel=A%C3%A9cioNeves-45. Acesso em: 07/10/2015.

Entretanto, quanto à identificação, o PSDB estabelece, em termos metafóricos, uma identificação com o Brasil/brasileiro mais ideal que o PT, em alguns aspectos, como as cores do partido, pois são as mesmas cores da bandeira nacional, criando, assim, uma espécie de diálogo entre o partido (e seus ideais) e o país. As cores da bandeira são simbólicas em termos de representação do brasileiro, que interpelado por uma ideologia nacionalista, coloca-se em um lugar social e discursivo de patriota.

Outro aspecto que aponta para a identificação do PSDB com o Brasil é o símbolo do partido, um tucano, uma ave que habita as florestas tropicais e é encontrado, principalmente nas florestas da Amazônia, um dos lugares também significativos e expressivos em termos de representação do país.

Como contraponto, o PT destoa dessa identificação ideológica com os símbolos patrióticos. Em lugar do verde e amarelo, o partido apresenta o vermelho como cor predominante e coloca em funcionamento a imagem da esquerda, principalmente a radical, fazendo com que os sentidos sobre o socialismo/comunismo advenham. Tais sentidos sobre essa esquerda dita radical sobrevivem a um acontecimento histórico (e discursivo): a Revolução Socialista de 1917, a partir da qual a então União Soviética passou a viver um período de transição, o socialismo, para que fosse possível a sedimentação de um regime comunista.

A bandeira vermelha, que já foi símbolo de proibição de manifestações nas ruas e depois passou a ser símbolo dos mártires e do povo oprimido, ainda sustenta, pela memória, os sentidos sobre a “ameaça vermelha” e a visão negativa de países que conviveram/convivem com regimes socialistas (ou próximos ao que se concebe, teoricamente, como comunismo).

A cor vermelha e o seu sentido político, a partir dessas simbologias sedimentadas ao longo dos tempos, foi aderida como um elemento importante para significar a chamada “esquerda”, isto é, partidos que, de alguma forma, contestam a luta de classes e apresentam como principal discurso a mudança da sociedade e do sistema, almejando uma sociedade menos desigual e com a participação das classes marginalizadas, exploradas e silenciadas pelo sistema capitalista atual.

O PT surgiu em um contexto de representação de uma das parcelas exploradas da sociedade: o proletariado, tendo como principal representante Luiz Inácio Lula da Silva, um metalúrgico e sindicalista que atingiu o cargo de mais importância na política brasileira. A partir daí a cor vermelha aliada à trajetória de Lula faz remontar sentidos sobre “a ditadura do proletariado”.

O socialismo/comunismo, enquanto modelo do exterior e que não deu certo, está aliado, em termos simbólicos à significação do PT como partido incompetente, corrupto, propulsor da desordem social e política. Pela memória, emergem sentidos de um modelo de governo vindo do exterior e não direcionado ao povo brasileiro.

5.1.2 O discurso sobre o PT e o funcionamento dos processos de (des)identificação e contraidentificação³⁷

Assim como vimos na sequência anterior, alguns grupos são demarcados pela mídia como dependentes e não defensores do Partido dos Trabalhadores. Grande parte deles é proveniente de movimentos sociais e sindicais organizados, como já citamos o MST, a CUT e a UNE. A estes grupos, unem-se, midiaticamente, outros movimentos, que tocam na questão política, embora o foco esteja voltado para outros vieses, como gênero, classes, etnias.

Pelas rupturas apresentadas pelo PT ao longo de sua trajetória política, circula em sociedade um discurso de que o partido seria um defensor das minorias políticas, visto que a “esquerda” é responsável por questionar os padrões sociais, pressionando as autoridades e representantes políticos para que as classes menos privilegiadas ocupem posições, cargos e direitos desfrutados pelas classes e ideologias dominantes.

Contudo, esse discurso de defesa de minorias, pelo processo metafórico, vai sofrendo um deslizamento de sentidos, como, por exemplo, o PT, que é significado como o partido defensor de “minorias criminosas”, como MST. Sendo assim, a ligação com os movimentos sociais e sindicais apresentados pelos jornais faz emergir efeitos de sentido sobre a participação das chamadas minorias e de favorecidos pelo governo, como consta na seguinte sequência:

Sequência 5

Recorte 39

Contagem do Datafolha mostra que cerca de 41 mil pessoas participaram do ato liderado por CUT, MST, UNE e outras entidades sindicais em São Paulo nesta sexta (13). (FOLHA DE S. PAULO, A7, poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 40

³⁷ A discussão aqui empreendida está alicerçada nos conceitos de modalidade de posição, discutidos por Pêcheux (1995), identificação; contra-identificação, e desidentificação, conforme abordagem apresentada no Capítulo I desta dissertação (p. 32 – 33), quanto às considerações sobre o sujeito, à luz da Análise de Discurso.

Na capital paulista, participaram as centrais sindicais CUT, CTB e Nova Central, além de entidades em defesa dos direitos de sem terra, mulheres, negros e homossexuais. (FOLHA DE S. PAULO, A5, poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 41

Na pauta, da CSP e Conlutas estão reivindicações fiscais e pedidos por melhores situações na educação e habitação. De outro lado, militantes do PT, principalmente mulheres, exibiram faixas de apoio a Dilma. (FOLHA DE S. PAULO, A6, poder, 13 de mar. de 2015)

Recorte 42

A pedido do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), João Pedro Stédile, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), participa do ato de hoje à tarde na Cinelândia, centro da capital fluminense. No mês passado, em discurso no Rio, Lula cobrou mais participação da militância e convocou Stédile a colocar “seu exército” na rua, referindo-se à capacidade de mobilização da entidade. (O ESTADO DE S. PAULO, A8, Política, 13 de mar. de 2015)

Recorte 43

A CUT ressalta que não conta com a ajuda de empresas para custear o evento. Para isso, serão usados recursos da entidade. Cerca de 80% do caixa da central, tal qual das demais centrais, é formado pelo repasse do imposto sindical pelo governo. Apesar de ser a única entre todas as seis centrais beneficiadas pelo dinheiro a declarar-se contrária ao imposto sindical, a CUT embolsou mais de R\$ 52 milhões do governo no ano passado. Em alguns Estados, o movimento recebe apoio de partidos como o PT, PC do B, e Psol. (O ESTADO DE S. PAULO, A8, Política, 13 de mar. de 2015)

Mesmo não havendo ligações formais entre o PT, os sindicatos e os movimentos sociais, de acordo com Keck (2010, p. 232), certamente existiram e existem acordos informais, pois, segundo a autora, a fundação do partido “deveu-se, em boa parte, à iniciativa de líderes sindicais que, não só continuaram dominando seus órgãos de direção como permaneceram os porta-vozes mais importantes do partido”.

Mesmo depois das transformações pelas quais passou o PT ao longo dos anos, desde a sua fundação, passando pela eleição de representantes políticos, até os dias atuais, ainda emerge a imagem do sujeito sindicalista dependente do partido, particularmente em termos de custeio para os movimentos sociais e sindicais. Por isso, a presença de grupos como MST e CUT é necessária para que a mídia (con)firme o vínculo “evidente” entre o partido e os sujeitos constituintes dessas organizações, como vemos nos **Recortes 39, 40 e 43**. No **Recorte 39**, o jornal afirma que o ato foi liderado pelas chamadas instituições “filiadas” ao governo e supostamente dependentes das verbas concedidas por ele. Quando o jornal enfatiza também a participação dos sindicatos, mostra a atuação da memória, que faz remontar à origem do PT, como um partido que mediará as relações entre a instância política e os sindicatos.

Entre greves, sindicatos e a necessidade de uma política voltada para os interesses trabalhistas e econômicos, é fundado o Partido dos Trabalhadores, como uma forma de intercambiar essas relações e os sujeitos envolvidos, particularmente, trabalhadores. Pelo sujeito porta-voz, o partido passou a ter acesso aos interesses das classes, por intermédio dos representantes sindicais. É essa imagem/relação de dependência de outrora que ainda perdura no discurso midiático.

Por isso, conforme consta nos **Recortes 42 e 43**, o apoio a Lula, Dilma e ao PT, prestado pelos manifestantes e líderes sindicais, aparece no discurso da mídia, como uma resposta a um suposto “favor” prestado pelo Governo, tal como se observa neste fragmento do **Recorte 43**: “Apesar de ser a única entre todas as seis centrais beneficiadas pelo dinheiro a declarar-se contrária ao imposto sindical, a CUT embolsou mais de R\$ 52 milhões do governo no ano passado”. Ainda, no **Recorte 43**, o jornal *O Estado de S. Paulo* afirma que a CUT “embolsou mais de 52 milhões do governo”. Neste trecho, o funcionamento do verbo “embolsar” faz emergir sentidos sobre o recebimento ilegal e/ou privilegiado de dinheiro público, proveniente do governo. Esta interpretação se faz possível porque “embolsar”, considerando os dizeres cristalizados a respeito da corrupção do PT, simboliza a ilegalidade, prestação de favores. É preciso considerar, além de tudo, que o jornal afirma que a CUT é contrária ao imposto sindical, e, por isso, a forma como o jornal significa o recebimento de dinheiro público mostra a suposta posição privilegiada da organização.

O discurso dos jornais em questão enuncia uma possível contraidentificação ou desidentificação de muitos grupos e sujeitos com o discurso/ideologia do PT, inclusive dos que antes apoiavam o seu posicionamento político-partidário. No **Recorte 51**, o jornal *Folha de S. Paulo* mostra que o Partido dos Trabalhadores não interpela mais essa classe operária, ou seja, a representatividade que não representa, e o discurso e a ideologia que não interpelam.

Outras organizações, compostas pelas ditas “minorias”, – participantes significados, em especial, pelo empenho dispensado em prol de ações de inclusão e representação no âmbito da política –, ainda aparecem ligados ao partido, no dizer dos veículos midiáticos, como, por exemplo, negros, gays e mulheres. Esse funcionamento é visualizado nos **Recortes 40 e 41**, quando o jornal afirma que além dos movimentos e sindicatos, o PT é apoiado por grupos, que geralmente são vistos como sujeitos atingidos pela exclusão social e política. Isso porque o partido exprime, de forma estabilizada, a possibilidade das classes e sujeitos marginalizados (dominados) de adentrar o poder, ou seja, sujeitos não ideais têm a habilidade

e a capacidade para ocupar lugares idealizados (privilegiados), como é o caso da mulher na política em uma posição de presidente da República.

Como observamos nos **Recortes 40 e 41**, o jornal *Folha de S. Paulo* coloca o PT como partido que “representa” as minorias – uma das características de um governo de “esquerda”. Algumas das minorias elencadas são sujeitos marginalizados pela sociedade branca, elitista e conservadora, por muitas questões e que geralmente tem pouca expressão na política. No **Recorte 41**, o jornal afirma que grande parte dos militantes do PT que prestava apoio a Dilma constituía-se de mulheres. Embora o discurso do jornal fale sobre a questão da representatividade da mulher que busca seu espaço, é preciso considerar o discurso machista em circulação em sociedade, muitas vezes desvalidando a participação feminina na política.

Assim, o dizer do jornal, ao afirmar que Dilma é apoiada “principalmente” por mulheres, traz em seu bojo a contradição: o discurso sobre a capacidade da mulher para saber sobre política, pois Dilma (e o PT) é representada pela mídia tradicional à sociedade como um exemplo de corrupção e de má administração.

A eleição da primeira candidata e presidente mulher vem assinalar com maior intensidade as rupturas no paradigma do sistema político. Em um país com pouca representação feminina na instância política, Dilma rompe com o estereótipo lançado ao cargo de presidente, deixando marcada a ocupação das ditas “minorias” em espaços, lugares, funções antes confiadas a sujeitos responsáveis por zelar pela *tradição*.

É nesta direção que se constrói/construiu um perfil estabilizado de “esquerda” para o PT, o partido que inclui minorias, dá voz ao trabalhador operário, às classes antes à parte da sociedade. O PT, representado por um líder operário, significa simbolicamente uma ruptura aos representantes almejados pelo sistema político capitalista em vigor, em que os sujeitos ocupantes da função de presidente advinham de classes abastadas, geralmente eram qualificados pela educação formal apresentando curso superior. No cargo de presidente, muitos deles estavam empenhados em beneficiar apenas os interesses da burguesia, reproduzindo o discurso da ideologia dominante para manter as classes privilegiadas nessa condição estável.

5.2 MANIFESTAÇÕES DE 2015 E OS ECOS DA CAMPANHA ELEITORAL

Nas manifestações ocorridas nos dias 13 e 15 de março de 2015, tínhamos como cenário um período recente após a campanha eleitoral e a reeleição da presidente Dilma

Rousseff (PT). Os presidenciais somavam um total de 12: Dilma Rousseff (PT), Aécio Neves (PSDB), Marina Silva (PSB), Luciana Genro (PSOL), Pastor Everaldo (PSC), Eduardo Jorge (PV), Levy Fidelix (PRTB), Zé Maria (PSTU), Eymael (PSDC), Mauro Iasi (PCB) e Rui Costa Pimenta (PCO), enumerados pela classificação em decorrência dos votos recebidos, conforme informações recolhidas no site oficial das Eleições 2014 (ELEIÇÕES 2014, *online* acesso em 18 de ago. de 2015).

Os dois candidatos com votação mais expressiva no primeiro turno foram Dilma Rousseff (PT), com 41,61% dos votos, e Aécio Neves (PSDB), com 33,53%. Por esses resultados, ambos disputaram a presidência no segundo turno, quando Dilma Rousseff foi reeleita, com 51,65%, ou seja, 54.483.045 votos válidos, e Aécio Neves ficou em segundo lugar na disputa eleitoral, com 48,35%, ou 50.993.533 dos votos válidos.

Observamos uma diferença de votos não tão expressiva em termos de quantidade entre os dois presidenciais, consequência de uma campanha política marcada pela disputa entre esses partidos que ganham destaque na mídia, embora os candidatos ao cargo fossem vários. Desde a campanha eleitoral, muitos dizeres foram colocados em funcionamento, ora defendendo um dos partidos, ora fazendo-o significar de maneira negativa. Os eleitores que se identificavam com o governo de Dilma e do PT usavam termos como “coxinha” para se referirem aos eleitores de Aécio; esses, então, se referiam aos eleitores do PT como “petralhas” etc.

Ambas as designações usadas para eleitores do PT e eleitores do PSDB ecoaram, no contexto das eleições e depois nas manifestações de rua, com sentidos pejorativos no que se refere aos eleitores de um e de outro partido. Esse funcionamento depreciativo dos termos também representa, de maneira um tanto quanto geral, a imaginária separação de dois lados, esquerda x direita, seja no período de campanha, seja nas manifestações de rua, que de certa forma emergiram a partir desses conflitos existentes entre os dois partidos, ao longo de uma trajetória política de anos no país.

O termo “coxinha” foi habitual no cenário da música, antes de ser associado ao campo político. Recorrente nas críticas de bandas feitas pelo publicitário Marcelo Costa em blogs, o termo se popularizou, sempre atrelado a descrições de determinadas grupos musicais, levando em consideração o visual, as composições e o estilo de seus integrantes. No site *Revolution* (2014, *online*), Marcelo Costa designa “coxinha” como “um cara mimado, que foi criado pela avó dentro de um apartamento, que comia maçã raspadinha na colher [...]. Nunca jogou futebol na rua. Subir em árvore e brigar, então, nem pensar”.

Já o termo “PTralhas” surge de uma justaposição, fundindo a sigla do partido (PT) com o nome *Metralhas*, proveniente do nome do desenho animado “Irmãos Metralha”, licenciado pela *Walt Disney*. O enredo do desenho se baseia em uma gangue que tenta saquear o Tio Patinhas. Sendo assim, os eleitores e políticos do PT são significados de maneira pejorativa, como ladrões ou simpatizantes de roubos e corrupção promovidas pelo próprio partido e seus representantes.

Dessa forma, observamos que as manifestações ocorridas no mês de março de 2015 foram desencadeadas em um período de agitação, que se via em tantos espaços públicos, nos debates, nos jornais, nas campanhas, não estando as redes sociais afugentadas desse contexto de contraste e conflitos empreendidos nesta circunstância.

Fazendo um resgate das quatro eleições passadas, nos últimos 13 anos, veremos que desde que Luiz Inácio Lula da Silva chegou à presidência da República, sempre os duelos foram se travando no embate partidário do PT contra o PSDB, embora essa rivalidade já existisse antes, com a primeira candidatura de Lula. Isso porque a dualidade PT x PSDB está presente no “[...] cenário eleitoral brasileiro desde a reabertura política, já que foram os partidos dos dois primeiros colocados de cinco das seis eleições do atual período democrático brasileiro” (ZAMPAR, 2014, p. 11).

Os embates travados entre PT e PSDB, na disputa pela presidência, foram: em 1994 e em 1998, Fernando Henrique Cardoso x Lula (eleição de Fernando Henrique Cardoso); em 2002, Lula x José Serra (eleição de Lula); em 2006, Lula x Geraldo Alckmin; em 2010, Dilma Rousseff x José Serra (eleição de Dilma Rousseff); em 2014, Dilma x Aécio. Assim, o embate travado entre ambos os partidos materializa a existência de apenas dois lados políticos, em meio a “um processo constitutivamente plural: apesar da existência de diversos candidatos em cada processo eleitoral, a partir de 1994 dois partidos emplacam seus candidatos como protagonistas da disputa pela presidência” (ZAMPAR, 2014, p. 11).

A mídia tem papel fundamental para a legitimação dessa dualidade estabelecida entre PT x PSDB, pois os coloca como alvos de suas publicações, promovendo determinados candidatos simultaneamente à exclusão/desfavorecimento de outro(s). Assim, todo e qualquer partido significa de uma forma simbólica em uma sociedade, por meio das ações públicas/políticas que empreende e também pelo viés midiático, a partir do qual é significado pela linguagem.

Valendo-se da imagem pré-construída dos partidos, a mídia, ao falar sobre eles, coloca em funcionamento sentidos pré-estabelecidos, amparados pelo que é estabilizado e pela

memória. De modo ideológico, as mídias colocam em circulação acontecimentos políticos que vão nutrindo os modos de representação dos partidos, ou também os chamados escândalos, na busca pela *espetacularização* da notícia. Os veículos de comunicação, como supostos colaboradores e defensores da democracia, são capazes de filtrar os fatos pelo seu olhar, reimprimindo nos acontecimentos um modo próprio de avaliá-los, de acordo com a ideologia que lhes constitui.

Considerando o PT um partido que introduziu uma tradição no país, pois perdura no governo ao longo de 13 anos de história, observamos que vários “escândalos” envolvendo tal partido foram alvos de atenção nas mídias em geral. Dentre alguns exemplos, podemos citar o “Mensalão do PT”, o “Petrolão”, “Escândalo dos Dólares na Cueca”, são alguns dos casos ocorridos nas últimas décadas no Brasil, durante o governo de Dilma e Lula.

Diante dessas informações, vale considerar que a forma como as mídias veiculam as notícias marca suas posições ideológicas e, sobretudo, expressa uma avaliação das ações políticas ocorridas no espaço público. Tomamos dois enunciados usados como títulos de matérias a respeito das manifestações de rua ocorridas no dia 15 de março de 2015, ambas publicadas no dia 16 de março, como vemos a seguir:

Título 1: “Ato com foco definido foi além do estereótipo” (FOLHA, Poder, A5)

Título 2: “15 de março de 2015, dia da mentira” (CARTA CAPITAL, 2015, *online*)

Embora os dois veículos midiáticos estejam noticiando o mesmo acontecimento (histórico, enunciativo, midiático), a forma de enunciá-los não é a mesma. Essa diferença é causada pelo nó que os encontra e pela fresta que os afasta: encontra porque tratam da mesma temática, do mesmo assunto; ao mesmo tempo em que afasta, pois o discurso não é o mesmo, o funcionamento da ideologia que rege um e outro veículo midiático é responsável por ditar o que pode e deve ser dito em **1** e não pode ser dito em **2** e vice-versa.

Assim, no enunciado **1**, as manifestações de 15 de março são significadas como atos legítimos, que não se parecem com outros que já aconteceram e marcaram a história do país. Ademais, a *Folha de S. Paulo* afirma que o movimento tinha um “foco definido”, remontando, pela memória, os atos de 2013, vistos pela mídia em geral como movimentos sem causas demarcadas em meio a muitas demandas levadas às ruas.

Já em **2**, o jornal chama o dia 15 como “o dia da mentira”, retomando os dizeres que circularam nas mídias a respeito da singularidade dessa data em termos de mobilizações

político-sociais. A *Carta Capital*, nessa matéria a respeito das manifestações, reitera o aspecto “distintivo” destas manifestações em comparação a outras, mas reforçando o quê de negativo nestes atos os tornam diferentes. Para esta revista, a singularidade desses atos deve-se ao comportamento dos manifestantes, que atacavam as figuras políticas com “xingamentos dos mais variados tipos” (CARTA CAPITAL, 2015, *online*).

Assim, os vários sentidos foram sendo construídos historicamente acerca do PT, por meio das suas ações políticas e por meio da mídia, a qual não pode (e nem deve, devido ao seu papel legitimado) se ausentar de falar sobre os mais variados eventos sobre a política. Um dos resultados dessa dupla atuação são os sentidos arraigados ao PT, o qual é visto como a imagem da corrupção. A mídia silencia dizeres sobre a corrupção de outros partidos em outras décadas, como os “escândalos” na era FHC. São alguns exemplos “a farra do Proer” (1995), grampos telefônicos (1997), “o caladão” (1998), caixa-dois em campanhas (1994 e 1998), dentre vários outros escândalos que se perderam no tempo, e os sentidos sobre eles estão dispersos, fragmentados ao ponto de não visibilizar a corrupção dos partidos envolvidos e por outros sujeitos.

A corrupção é o ato de “confundir” o âmbito público e o privado, usufruindo de ambos da mesma forma, o que reflete na administração dos bens da sociedade democrática, “porque a Corrupção é considerada em termos de legalidade e ilegalidade e não de moralidade e imoralidade” (BOBBIO, MATTEUCCI, & PASQUINO, 1998, p. 292).

Em uma sociedade como a nossa, cimentada nos alicerces capitalistas, a questão financeira é de suma importância e por isso, dizer que o dinheiro público (que é ao mesmo tempo de todos e de ninguém, especificamente) está sendo roubado ecoa das mídias para a sociedade um sentido de revolta, de injustiça etc., a depender dos laços ideológicos que fazem dizer.

A seguir, dispomos duas tabelas, publicadas no site *Transparência Internacional* (*Transparency International*, 2015, *online*), o qual faz uma pesquisa anual quanto aos índices de corrupção avaliando alguns critérios responsáveis por somar pontos a cada país, sendo que quanto mais se pontua, menor é o índice de corrupção, e quanto mais próximo a zero, maior o índice de aliciados. A pesquisa foi realizada com 176 países, no ano 2014 (é realizada anualmente, desde 1995), e o Brasil obteve a 69ª posição, empatando com mais 6 países, que atingiram o mesmo índice: Bulgária, Grécia, Itália, Romaria, Senegal e Suzilândia, conforme tabela a seguir:

Figura 8: Resultados da pesquisa sobre o índice de corrupção

RANK	COUNTRY	2014 SCORE	2013 SCORE	2012 SCORE
64	The FYR of Macedonia	45	44	43
64	Turkey	45	50	49
67	Kuwait	44	43	44
67	South Africa	44	42	43
69	Brazil	43	42	43
69	Bulgaria	43	41	41
69	Greece	43	40	36
69	Italy	43	43	42
69	Romania	43	43	44
69	Senegal	43	41	36
69	Swaziland	43	39	37

Fonte: Transparência Internacional.

Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi2014/results>.

Acesso em: 23 ago. 2015.

A partir dos dados contidos nesta classificação, observamos que há 68 países com índices menores de corrupção e 105 mais corruptos que o Brasil, embora na média nosso país seja significado como *um dos mais corruptos do mundo*. Conforme a segunda tabela fornecida pelo site da Transparência Internacional, dois países são indicados como os que maior apresentam índices de corrupção, e, então, a última posição, 174^a, é dividida entre Coreia e Somália, ambos somando apenas 8 pontos cada:

Figura 9: Resultados da pesquisa sobre o índice de corrupção

166	Uzbekistan	18	17	17
169	Turkmenistan	17	17	17
170	Iraq	16	16	18
171	South Sudan	15	14	#N/A
172	Afghanistan	12	8	8
173	Sudan	11	11	13
174	Korea (North)	8	8	8
174	Somalia	8	8	8

Fonte: Transparência Internacional.

Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi2014/results>.

Acesso em: 23 ago. 2015.

Apesar disso, arraigada ao PT está, ademais, a imagem da corrupção. Nas mídias (re)produtoras da ideologia dominante, o partido é representado como responsável pela

quebra de uma suposta harmonia e bem-estar político: a cor vermelha da bandeira do PT se apresenta como uma mancha/marca na história do país, ou o momento em que a corrupção se institucionalizou formando um amálgama difícil de se extirpar.

A corrupção, em termos simbólicos, não é encarada, em nosso contexto, como um problema de ordem social, político-econômico, sendo que tem uma estreita relação com a base financeira do país, pois os indícios de corrupção para os países desenvolvidos apresentam uma alta pontuação (e, então, menor índice de corrupção). Porém, essas questões não têm sido problematizadas e a questão da corrupção tem sido associada a partidos ou figuras políticas, legitimando essa (falsa) ideia na divulgação dos “escândalos políticos” pela grande mídia.

As grandes mídias (as que circulam nas grandes cidades, capitais, metrópoles), devido ao seu papel legitimado, se apropriam dos escândalos acontecidos no espaço público e se for uma “denúncia” de corrupção, tais veículos de comunicação passam a significar como uma ferramenta auxiliar da democracia, decorrente do fato de que atualmente a censura é proibida nos veículos de comunicação. Então, a população, o sujeito-cidadão, que procura “saber” sobre os mais variados assuntos busca os jornais, a televisão, o rádio, as notícias na internet para se inteirar sobre os acontecimentos no espaço que a cerca.

As mídias, sem se darem conta, acabam por marcar ideologicamente sua opinião ao dizer e, conseqüentemente, ao abordar a política, seu discurso estará orientado conforme a ideologia regente de tal veículo: se da posição discursiva de discurso institucional de direita, produzirá, em decorrência, discursos ratificadores que sustentam a política de direita, da mesma forma ocorre se for uma mídia sustentada nas bases ideológicas de esquerda.

Assim, durante o período de campanha eleitoral, pela atuação e significação da mídia, PT e PSDB foram representados pela dicotomia, como se um fosse a extrema esquerda e outro a extrema direita, respectivamente. Ambos os partidos se configuravam, nesse embate, como opostos, em que um representava o *bem* e o outro o *mal*, como se houvesse essa possibilidade de atrelar o juízo de valor *bom* ou *ruim* pela filiação partidária. Tal funcionamento mostra que “o discurso político simplifica a vida porque classifica as palavras e as coisas, as pessoas e os grupos, e explica o mundo” (PIOVEZANI, 2007, p. 98). Por isso, entendemos que embasados em

[...] saberes pressupostos ou manifestos de seus locutores, os sujeitos, as instituições e os movimentos sociais tendem a ser distribuídos e organizados em taxionomias binárias e disjuntivas (legítimo/ilegítimo, verdadeiro/falso,

moderno/arcaico, progressista/conservador...) que, em última instância, recobrem a cisão bem/mal. (PIOVEZANI, 2007, p. 99)

Tais reflexões acerca da existência de lados dicotômicos na política se aplicam ao jogo entreposto entre PSDB e PT, pois observamos que para os eleitores de Dilma, o PSDB representava uma ameaça de retrocesso, enquanto que, para os eleitores de Aécio, o PT era a prova material do suposto fracasso político do país. Essas representações são fruto da trajetória política de cada candidato e do contexto político-eleitoral, em demasia no período de campanha. É nesta conjuntura que a instância política se mostra fragmentada em vários partidos, cada qual de uma tendência político-ideológica, os quais devem apresentar candidatos supostamente capacitados para “o melhor” desempenho do cargo – de modo ideal, cada candidato se apresenta como melhor opção representante no poder.

Tal funcionamento se localiza, na teoria de Charaudeau (2006b, 259), em três questões essenciais, que constituem a representação do/no discurso político: “definir uma idealidade social, portadora de um certo sistema de valores e os meios para atingir os fins almejados [...]”, discurso que aspira ser “ao mesmo tempo idealista e realista (a conjunção dos contrários)”. Na definição de Charaudeau (2006b, p. 259), essa idealidade pode e necessita “[...] ser credível aos olhos da instância cidadã, portanto o sujeito que faz a promessa deve ter credibilidade, o que o leva a construir uma imagem de si (*ethos*) de convicção e de suporte de identificação”. Ao mesmo tempo,

[...] ao buscar a adesão da maioria ao seu projeto, o sujeito político busca tocar seu público, apelando ora à razão, ora à emoção, em encenações diversas (declarações midiáticas, comícios, declarações escritas, panfletos, cartazes, etc.) (CHARAUDEAU, 2006b, p. 259).

Então, como verificamos, as representações do/no campo político passam por um processo simbólico, efetuado no discurso de quem está no poder e de quem almeja ocupar cargos governamentais. O discurso político é constituído dessas encenações sobre si e o outro, com a finalidade de apresentar propostas ditas melhores do que as exercidas pelo governo em vigor, ideologicamente por meio da depreciação de uns e validação de outros, de modo especial em período de campanha política. Por sua vez,

São esses partidos (extrema esquerda, extrema direita) que, cada um à sua maneira, manejam um discurso de denúncia, fazendo de seus adversários a fonte dos males da sociedade, amalgamando em uma mesma categoria essencializada todos os concorrentes, seja qual for o partido a que pertencem. (CHARAUDEAU, 2006a, p. 303)

Em atuação com as mídias, o PT, em termos de imaginário, foi associado ao comunismo por dois elementos simbólicos: 1) por ser um governo que surgiu tendo como linha de frente um operário, responsável por viabilizar o poder também às classes populares; 2) pela cor vermelha da bandeira³⁸. A bandeira dos partidos de esquerda apresenta como marca essa cor, assim como observamos no PCB, PSTU, PSOL, sempre há alguma aliança entre a cor vermelha e os partidos de esquerda; um resquício do comunismo/socialismo que a memória não deixa apagar.

A mídia tradicional, geralmente, manifesta certa aversão para com os partidos ditos de esquerda. Por isso, o envolvimento desses partidos em escândalos políticos é uma porta aberta para os veículo conservadores hostilizarem a “esquerda”, visto que supostamente as mídias não podem deixar de “informar” as mais diversas notícias e escândalos, estejam eles inscritos em campos de direita ou esquerda, seja qual for a ideologia que (pre)domina (no) o veículo de comunicação. Isso porque, segundo Rodrigues (1999, p.27), o campo dos média “constitui e é constituído pelo público, instância que é contemporânea da sua própria formação”. Por isso, imaginariamente, todos têm direito à informação, independente da orientação política.

Assim, “a parte que os restantes campos sociais delegam no campo dos media é uma parte da sua função discursiva ou expressiva e constitui o domínio público ou exotérico da sua competência” (RODRIGUES, 1999, p. 27). Por isso, levando em consideração o papel e a atuação dos jornais, verificamos que

Ao contrário dos outros discursos, o discurso mediático é antes um discurso de natureza exotérico, isto é, compreensível independentemente da situação interlocutiva particular. É este primeiro traço que assegura a relação de mediação entre todos os domínios da experiência e entre todos os campos sociais. Do ponto de vista formal, esta característica resulta da aplicação por parte do corpo social próprio do campo dos media de todo um conjunto de regras discursivas. De entre essas regras, merece particular referência à da supressão ou, pelo menos, ou do uso reduzido ao mínimo das marcas dísticas, isto é, do jogo pronominal que refere os interlocutores, assim como o tempo e o lugar da enunciação mediática. (RODRIGUES, 1999, p. 29 - 30)

Além do discurso de denúncia da mídia, a rejeição do governo do PT também pode ser explicada pelas formações imaginárias atreladas à representação do partido e dos estereótipos construídos no entorno dele. Levando em conta a atuação das formações imaginárias que circundam os dizeres sobre o PT, observamos o papel da memória na significação do partido.

³⁸A estrela de cinco pontas presente na bandeira do PT, em algumas concepções, representa a mão do trabalhador ou os cinco continentes. A bandeira ou a cor vermelha é símbolo dos partidos comunistas e socialistas, isto é, dos partidos de esquerda, adeptos do marxismo.

Dentre tantas posições discursivas possíveis, temos a de cidadão-eleitor, que ao se colocar como tal, interpelado pela ideologia da(s) instância(s) adversária(s) (de esquerda ou de direita) e pela instância midiática, não pode aceitar um governo dito corrupto e incompetente. Nessa perspectiva, o sujeito-cidadão quando vai enunciar, na ilusão de ser totalmente consciente, se coloca no lugar de quem não pode e não deve aceitar – e, portanto, não deve eleger – um governo que não desempenhe uma boa administração.

Essas representações e estereótipos a respeito do PT funcionam, ademais, pela memória, visto que este partido materializa rupturas no sistema de governo e, sobretudo, marca a abertura para a chegada das minorias ao poder. Lula, enquanto operário, abalou as raízes dos dizeres estabilizados que atestam a ascensão social exclusivamente por meio da educação formal.

Da mesma forma, Dilma, primeira mulher a ocupar a Presidência da República, coloca em questionamento (e contestação) o discurso machista predominante na sociedade de que às mulheres não cabem cargos de responsabilidade. Um exemplo de discurso machista lançado contra Dilma foi quando, ao assumir o segundo mandato, no dia primeiro de janeiro de 2015, a roupa da presidente foi um dos assuntos mais falados nas mídias sociais daquela data, o que não se verificou quando homens assumiram essa mesma posição político-social.

Ademais, Dilma, em sua trajetória na política, já quebrou paradigmas e estereótipos a respeito da mulher, lutando contra a ditadura militar em uma época ainda de menor participação política feminina na política; atuou na luta armada, quando ainda era estudante de Economia, tendo ficado, por consequência, em reclusão.

Levando em conta a proposta teórica de Althusser e a de Pêcheux, temos a considerar que a ideologia dominante tem suas artimanhas, de modo que interpela os sujeitos a fim de que se mantenha no poder. Por isso, por meio dos AIEs funciona o discurso de combate ao PT, visto que o confronto da ideologia dominante a coloca em uma frágil posição, sendo não apenas as classes soberanas que podem exercer poder, por meio de cargos e decisões.

O discurso de mudança na campanha eleitoral colocou em movimento interpretações possíveis: trocar Dilma por Aécio e, logo, PT por PSDB, ou alterar os modos como a instância política reflete a população e a representa, ou ainda, a expectativa de que a substituição de Dilma por Aécio resultasse na mudança da ação/atuação política na conjuntura atual.

5.2.1 Manifestações de 13 de março e disputas de sentidos sobre o resultado das eleições presidenciais

O jornal (tradicional) enquanto propulsor/divulgador da ideologia dominante, é afetado pelo discurso conservador (e, portanto, da continuidade) reforçando sua posição social e enunciativa frente aos discursos aparentemente de rupturas.

É o caso da **Sequência 6**, em que o jornal caracteriza as manifestações do dia 13 de março de 2015 como atos de revide às manifestações marcadas para o dia 15 de março, produzindo a imagem de uma manifestação sem causa própria e sem pautas definidas, como vemos a seguir:

Sequência 6

Recorte 44

Os protestos organizados pela central sindical CUT, pelo MST e por outros movimentos em pelo menos 23 capitais nesta sexta-feira (13) defenderam a presidente Dilma Rousseff dos atos por seu impeachment marcados para amanhã (15), mas fizeram críticas à política econômica do governo petista. (FOLHA DE S. PAULO, A6, poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 45

Manifestações promovidas ontem por CUT, UNE e MST em 23 Estados, a dois dias dos protestos que pedirão o “Fora Dilma”, foram marcadas pela exaltação à presidente, discursos contra a “privatização” da Petrobrás e ataques aos grupos que pedem o impeachment. (O ESTADO DE S. PAULO, capa, 14 de mar. de 2015)

Os atos do dia 13 de março foram marcados também pelas redes sociais, assim como vários outros atos marcados ao longo do ano de 2015. Os Revoltados *ON LINE* afirmaram em um de seus vídeos publicados no *Youtube* que havia sido marcada uma manifestação para esse mesmo dia, em prol do impeachment da presidente, além do ato marcado para o domingo, dia 15 de março, em defesa da mesma causa.

Imersa nessas condições de produção, a imprensa tentou regular os sentidos sobre as manifestações do dia 13: elas passaram a ser entendidas como atos contra as mobilizações de 15 de março, como verificamos nos **Recortes 44** e **45**. O fragmento “os protestos [...] defenderam a presidente Dilma Rousseff dos atos por seu impeachment marcados para amanhã” explicita a posição do jornal, a fim de deslegitimar o movimento como um suposto revide aos manifestantes e aos atos marcados para o dia 15. Ainda, no **Recorte 45**, está marcado esse funcionamento no trecho: “Manifestações promovidas ontem por CUT, UNE e MST em 23 Estados, a dois dias dos protestos que pedirão o “Fora Dilma”, foram marcadas pela exaltação à presidente”. Assim, as manifestações organizadas pela CUT, UNE e MST

foram significadas nos jornais em questão como uma espécie de revide, ou seja, uma resposta aos atos pró-impeachment que representariam, em tese, ameaças contra o governo da presidente, como se vê ao longo desta sequência, quando o “fora, Dilma” é reforçado, em ambos os recortes.

5.2.2 O discurso sobre as lideranças políticas favoráveis ao PT

Diante dos sentidos possíveis a respeito das manifestações do dia 13 de março expostos até aqui, buscamos discutir o modo como a grande mídia significou esses atos, tomando como base as lideranças políticas à frente dessas manifestações e a representação da instância cidadã nessa conjuntura sócio-história.

A sequência anterior sobre as manifestações do dia 13 de março faz referência à forma como o jornal destaca a participação dos movimentos sociais e sindicais, como se fossem a expressão e representação do PT nas manifestações. Já na sequência disposta a seguir, ainda aparece o discurso de aliança entre este partido e os movimentos sociais, mas agora o discurso do jornal tenta identificar quem estava na rua e o porquê estava, em meio ao alto índice de rejeição do PT, para mostrar que mesmo esses grupos discordam desta forma de governo. Os supostos apoiadores do governo estariam, agora, na posição de cobrança, e não mais de assujeitados ao partido, como vemos:

Sequência 7

Recorte 46

A maioria das entidades que prometem ir às ruas nesta sexta se esquivou de declarar apoio explícito à presidente. “Não é um ato nem contra nem a favor do governo, mas sim pela normalidade da democracia”, diz Vagner Freitas, presidente da CUT (FOLHA DE S. PAULO, A6, poder, 13 de mar. de 2015)

Recorte 47

Entidades ligadas à CUT e à CMS (Coordenação de Movimentos Sociais) defenderam a Petrobrás e cobraram um plebiscito para a reforma política. Já sindicatos ligados à CSP (Central Sindical Popular) e a Conlutas protestaram contra Dilma e os governos locais. (FOLHA DE S. PAULO, A6, poder, 13 de mar. de 2015)

Recorte 48

Os manifestantes apresentaram como bandeiras a defesa da Petrobras e da democracia, dos direitos trabalhistas, da reforma política e da reforma agrária. Houve críticas ao ajuste fiscal proposto por Dilma (FOLHA DE S. PAULO, capa, poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 49

Cerca de 1.200 sem-terra são esperados na manifestação. O MST não se propõe a fazer defesa do Governo Dilma. A postura será a de defender a democracia. (O ESTADO DE S. PAULO, A8, Política, 13 de mar. de 2015)

Recorte 50

Ativistas criticaram ações pelo impeachment de Dilma, classificadas de “golpe da direita”, mas o apoio a ela não impediu cobranças pelas reformas agrária e política.

Para alívio do governo, os atos não foram contra o arrocho nem tiveram confrontos que pudessem inflamar opositores. (FOLHA DE S. PAULO, A6, poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 51

Apesar do tom de cobrança, que incluiu o pedido de revisão de medidas que afetam benefícios trabalhistas, os manifestantes saíram em defesa da Petrobras e do mandato da presidente Dilma Rousseff (PT) e chamaram de “golpistas” os que defendem o impeachment da petista. (FOLHA DE S. PAULO, A5, poder, 14 de mar. de 2015)

O PT, pelas relações de história e memória que o constituem, faz emergir sentidos sobre as classes menos privilegiadas socialmente. O partido surge, supostamente, como uma investida para dar lugar/voz/direitos para essas classes representadas por organizações e sindicatos. Sendo assim, cria-se historicamente um vínculo entre o partido em questão e as lutas promovidas pelos movimentos sociais. Conforme as palavras de Zampar (2014, p. 45), “o PT, desde sua fundação, se comprometeu com a prática do socialismo, sendo que esse socialismo é materializado em uma singularidade: trata-se do socialismo petista, sustentado na luta em prol dos trabalhadores e na filiação sindicalista”.

Porém, a imagem do PT construída ao longo dos anos tem sofrido processos de alteração e naturalização de sentidos. Primeiro porque os processos de desidentificação/contraintentificação no discurso do partido têm causado rupturas, como já tratamos anteriormente neste trabalho; segundo porque a representação do PT carrega consigo a mancha da corrupção, como se fosse uma característica intrínseca ao partido, sem ser possível dela se esquivar. A imagem estereotipada do partido foi reforçada pelo discurso das mídias tradicionais conservadoras, seja por meio de jornais, seja por telejornais. Quando Lula passou a ter popularidade para com o eleitorado, conseguiu travar embates com partidos que se legitimaram, aparentemente, com menor rejeição e resistência no cenário político, como o PSDB. Nesse período, fins dos anos 90 e início dos anos 2000, havia um discurso de “medo” em relação ao PT, ideia que recupera sentidos sobre o “medo do comunismo”, de um favorecimento das classes marginalizadas.

A imagem do proletariado, concebido midiática e socialmente como analfabeto (em termos de domínio da linguagem e, sobretudo, de política), que ascendeu sua posição/condição econômica, chegando ao possível topo dos cargos públicos e governamentais, é fundamental para a construção de sentidos a respeito do partido fundado por Lula, marco de rupturas discursivas e político-ideológicas.

Como vemos na distribuição de recortes, a mídia coloca as organizações e movimentos sindicais – CUT, MST, MTST, UNE – como instituições sustentadoras do discurso do PT, em termos ideológicos e político-econômicos, embora, segundo Keck (2010, p. 232), a relação entre o partido e os movimentos sindicais seja difícil de analisar em razão de não haver “vínculos institucionais formais entre os dois”.

Além da identificação do PT com esses movimentos sociais e sindicais, o discurso midiático mostra o funcionamento da contradição e desidentificação dessas organizações com a política e o discurso deste partido. De acordo com os **Recortes 46 a 49**, as mobilizações e a instância cidadã nas ruas não “defendem” o governo Dilma, mas são motivadas em prol da proteção de um bem que é do Brasil. Segundo as palavras dos jornais, os atos do dia 13 mostraram a possibilidade de os manifestantes hastear em “defesa da Petrobras e da democracia”, mostrando o papel de defensores dos bens coletivos. Por isso, no **Recorte 46**, o jornal afirma que grande parte das entidades que participaram das manifestações do dia 13 “se esquivam de declarar apoio explícito à presidente”, ou seja, afirma, pelo não dito, que a postura dos movimentos e entidades em questão é de não assumir uma posição pró-governo, devido aos muitos dizeres a respeito da impopularidade do partido e por conta dos vários dizeres sobre corrupção circundantes à sua trajetória.

Os sentidos produzidos pelo discurso de defesa da Petrobras, presente nos **Recortes 47, 48, e 51**, colocam em circulação outra(s) possibilidades de interpretação, como a existência e a visibilidade da corrupção na Petrobras. Na **Sequência 5**, a marca da corrupção se coloca como um elemento imprescindível e presente entre as reivindicações do dia 13 de março de 2015. Com o escândalo da Operação Lava-Jato, houve uma profusão de dizeres e a espetacularização deste acontecimento pela/na mídia, o que remonta sentidos sobre a aparente não representatividade do PT e seu suposto envolvimento ininterrupto com a corrupção.

Cabe salientar que durante o período de campanha eleitoral e após a reeleição de Dilma Rousseff, muito se repetiu o enunciado “Fora CorruPTos” (salientando a sigla do Partido dos Trabalhadores), em manifestações e nas mídias sociais, reforçando a ideia de corrupção estreitamente relacionada às ações e responsabilidade do PT. Dessa forma, para a

posição-sujeito de cidadão, em um regime democrático, não é admissível ser conivente com a “defesa” de atos de corrupção. Por isso, nos jornais investigados funciona a ideia de apoio velado ao PT por parte dos movimentos sociais e sindicais; assim funciona no **Recorte 46**, essencialmente, pelos sentidos produzidos a partir do fragmento “a maioria das entidades [...] esquivava de declarar apoio explícito à presidente”; e no **Recorte 50**, em que o “apoio” à presidente é mediado por cobranças no setor político.

Essas reflexões nos fazem retornar à questão do sujeito interpelado pela ideologia, propício a se identificar com certa formação discursiva, ocupando o espaço vazio da forma-sujeito para, então, se constituir como (re)produtor do dizer. O discurso midiático vai, pouco a pouco, construindo a imagem de uma instância cidadã que está se desvincilhando de um modelo político que perdura há mais de uma década no poder. Por isso, figura nos recortes referentes ao *Dia Nacional das Lutas* a reiteração da reforma política e também da reforma agrária, como bandeiras levantadas pelos manifestantes, cuja ocorrência está assinalada e marcada nos **Recortes 47, 48 e 50**.

O discurso de reforma política surgiu em junho de 2013, em consequência da sucessão de manifestações irrompidas no país. Diante do aumento das manifestações, Dilma anunciou possibilidades para uma reconfiguração da política brasileira: a presidente propôs a convocação de um plebiscito para aprovar uma Constituinte alterando alguns aspectos do modelo político atual. A PEC 352/13 propunha o encerramento da “reeleição do presidente da República, dos governadores e prefeitos” (CÂMARA, 2013, *online*); o “fim ao voto obrigatório” para se tornar facultativo (CÂMARA, 2013, *online*); e, por fim, sugeriu possíveis mudanças em relação às “regras das coligações eleitorais para a eleição de deputados federais, exigindo que elas respeitem [...] as federações partidárias formadas, em nível nacional, para compor bloco parlamentar na Câmara dos Deputados” (CÂMARA, 2013, *online*).

Uma das justificativas do PT para a proposta apresentada de mudança no sistema político seria uma nova abertura a formas de combate à corrupção, por meio de três questões principais: “financiamento de campanhas, sistema eleitoral, suplência de senadores, coligações partidárias e voto secreto” (CARTA CAPITAL, 2015, *online*). Devido a discordâncias entre governo e base aliada, o projeto passou por reajustes e, segundo matéria publicada em *O Estadão* (2015, *online*), o PT anunciou, no dia 19 de maio de 2015, apoio à proposta do PSDB, optando pelo sistema distrital misto, o qual “mescla características do sistema distrital (vence o deputado mais votado em cada região) e proporcional (pelo voto no partido)”.

Já a reforma agrária remonta ao discurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, sendo uma das promessas não realizadas durante o seu governo. Por isso, a reafirmação da cobrança dessas reformas explicita o discurso da não realização de promessas por ambos os representantes do partido, significados por essa suposta ineficiência localizada/separada entre *prometer* e *fazer* – na mídia tradicional, a existência de supostas rupturas sócio-políticas é subordinada a uma imagem mais forte e compacta ligada ao partido: a mancha da corrupção.

5.3 MANIFESTAÇÕES DE 15 DE MARÇO DE 2015, O VERDE E AMARELO NAS RUAS E O DISCURSO “ANTICORRUPÇÃO”

Para a análise das manifestações do dia 15 de março de 2015, é imprescindível considerar o ambiente conturbado das eleições presidenciais de 2014, que permitiu uma ampla produção e atualização dos discursos sobre política. Tais dizeres, depois, fomentaram as mobilizações marcadas para o dia 15: na boca da instância cidadã, a política e os ecos da campanha eleitoral ressoavam.

Faremos, antes de tudo, algumas reflexões a respeito dessa conjuntura política, a fim de (con)textualizar as condições de emergência e de viabilidade dos discursos enunciados nas manifestações do dia 15. Dentre algumas dessas considerações, destacamos o discurso da *mudança* e seus sentidos em tal conjuntura, já mencionado neste trabalho. Para o discurso da *mudança* sentidos são possíveis a partir do sujeito que enuncia a necessidade da *mudança*: por exemplo, o fator *mudança* no discurso de Dilma Rousseff foi argumentado como uma continuação das mudanças promovidas pelo governo Lula. Ou seja, têm-se como pré-construído a ideia de que o mesmo sujeito político precisa continuar no poder para que as mudanças (ideológicas) continuem ocorrendo. De outro lado, não interpelados ideologicamente pelo discurso petista, estavam sujeitos eleitores pedindo *mudança*, que, nessa conjuntura, em meio ao discurso pungente da mídia sobre a corrupção, passou a significar também mudança de governo e de seus governantes, para que se mudasse da “corrupção” para a “honestidade política”. Ideia que também só se sustenta quando se forja outro pré-construído: o de que a corrupção teria começado no governo petista e que, portanto, trocando de governo, acabar-se-ia com ela.

Quando, então, Aécio não consegue vencer Dilma Rousseff no segundo turno das eleições presidenciais, não se torna mais possível a aparente mudança almejada por certa parcela da população e os movimentos não se aquietam. A comunidade virtual Revoltados

ON LINE organizou um evento na rede social *Facebook*, chamado “Anulação da eleição imediatamente! Ou impeachment já! Vem pra rua meu povo!”, logo após as eleições, com o objetivo de contestar o resultado das urnas.

Ainda nesse período, vários discursos a respeito da campanha e de seus resultados geraram reverberações tocando em diversos assuntos político-econômicos do país. Instalou-se, por um momento, o caos no Brasil: as eleições de 2014 serviram como um divisor de águas para mostrar um país política e ideologicamente fragmentado. De acordo com os resultados, a presidente foi reeleita por uma grande quantidade de votos no Nordeste do país, e alta rejeição no sul e sudeste. Isso gerou, por consequência, o discurso de separação do país em dois: uma parte agrupando os países do Sul e a outra os demais.

Para se entender esse jogo de sentidos circulando a partir dessas questões políticas, econômicas e sociais, é preciso considerar o efeito metafórico gerado pela circunscrição dos sentidos a respeito dessas regiões. Os dizeres em percurso em nossa sociedade são passíveis, durante a sua circulação, à deriva, gerando representações incertas, as quais percorrem a nossa sociedade. Exemplo disso é a propagação do discurso de que a região Sul seria o motor da economia do país; enquanto no Nordeste, estaria, imaginariamente, concentrada pouca economia, altos índices de pobreza, e assim, esses sujeitos seriam sustentados pelos programas sociais do governo, como o Bolsa Família, também chamado ironicamente por opositores ao governo petista de “Bolsa Esmola”. Assim, quem era/é contra o Bolsa Família passou a significar o programa como uma ferramenta para angariar votos, e, então, mais uma vez, o PT foi representado como o partido das tramoias, do “jeitinho brasileiro”, da “corrupção” e do “suborno”.

Essas são algumas das condições específicas do contexto que (pro)moveram as manifestações do dia 15 de março de 2015. É preciso destacar ainda que, desde o advento das redes sociais para/no debate político, existem vários tipos de discursos contra a instância política no poder. Antes mesmo das manifestações em questão, como painéis contra a presidente durante pronunciamentos na televisão; vaia durante a abertura da Copa, publicações antigoverno nas redes sociais e outros.

5.3.1 O sujeito-cidadão patriota defende seu país dos “males” e dos “problemas”

Em meio a uma parcela da população contrariada com a reeleição de Dilma Rousseff, as manifestações emergiram com uma suposta finalidade de defesa do Brasil. Para uma parte

dos integrantes desses atos, isso só seria possível contestando a atuação política do PT (críticas, palavras de ordem etc.) e, para outra parte, a solução seria a defesa pelo processo de impeachment da presidente, a fim de eliminar do governo a “causa” dos males na política. A presença do verde-amarelo, do patriotismo, no enunciado da mídia, como uma referência simbólica ao discurso do patriotismo, se apresentou no *corpus* como uma regularidade, tal como consta na sequência disposta:

Sequência 8

Recorte 52

Multidões saíram às ruas nos 26 Estados e no Distrito Federal. Bandeiras, caras-pintadas e camisetas verdes e amarelas eram vistas ao lado de faixas e cartazes que criticavam a corrupção e o escândalo na Petrobras e pediam o impeachment da presidente. A palavra de ordem mais ouvida era “Fora, Dilma”. Um grupo pequeno levava cartazes pela intervenção militar. (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 16 de mar. de 2015)

Recorte 53

A atual situação do País, que assiste ao desenrolar de um escândalo de corrupção sem precedentes em meio a uma crescente insatisfação popular, deixará marcas na democracia brasileira, sem, no entanto, ameaçá-la dizem figuras de destaque no cenário político pós-regime militar. (O ESTADO DE S. PAULO, A4, Política, 15 de mar. de 2015)

Recorte 54

Protestos contra a presidente Dilma Rousseff levaram uma multidão às ruas das maiores cidades do país neste domingo (15). Os manifestantes fizeram uma vigorosa demonstração de sua insatisfação com Dilma e o PT, partido que governa o país desde 2003. Muitos defenderam o impeachment da presidente. (FOLHA DE S. PAULO, A4, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 55

Além do onipresente “Fora PT!”, as palavras de ordem variavam conforme a posição ideológica dos manifestantes. “Fora Dilma”, “Verde e amarelo é a cor do país, não o vermelho” e “Eu vim de graça” – referência a militantes pagos pela CUT na sexta-feira – foram as mais usadas, mas também houve quem usasse palavras contra Dilma e chamasse o ex-presidente Lula da Silva, um dos alvos preferidos, de “vagabundo” e “cachaceiro”. (O ESTADO DE S. PAULO, Política, A6, 16 de mar. de 2015)

Recorte 56

Em São Paulo, o protesto atraiu 210 mil pessoas para a avenida Paulista, segundo cálculos feitos pelo Datafolha. Foi a maior manifestação política da capital após a campanha das Diretas Já, em 1984. O verde e o amarelo predominaram nas roupas dos que foram às ruas. (FOLHA DE S. PAULO, A4, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 57

O discurso hegemônico dos manifestantes – muitos vestidos de amarelo – pedia o impeachment da presidente Dilma e acusava o PT de ser responsável pelo escândalo na Petrobras. (FOLHA DE S. PAULO, A6, Poder, 16 de mar. de 2015)

Na **Sequência 8**, embora os sentidos sobre corrupção operem a todo o momento, há uma questão central silenciada no discurso midiático (e dos manifestantes): a problematização

da corrupção. Em termos gerais, a corrupção está em pequenos atos não “percebidos” no nosso dia a dia: falsificação de documentos, não emissão de notas fiscais, subornos de qualquer tipo, ou seja, toda forma de tirar proveito de/em uma situação. Além do PT, a imagem do país é associada à prática da corrupção, representada pelo “jeitinho brasileiro” – a forma de resolver problemas de uma forma simplificada e, algumas vezes, fora dos princípios legais. Assim, o PT representa a ideia de continuidade e viabilidade da corrupção, e a solução seria tirar a Dilma e o PT do poder; a mídia conservadora visibiliza esse discurso de repulsa ao partido, assim como se vê em toda a **Sequência 8**.

A discursivização midiática do PT está alicerçada em estereótipos fundamentados em sentidos fixos a respeito da corrupção, que não se desfazem, pois foram construídos ao longo da história e estabelecem relações com a memória. Ao enunciar a corrupção no PT, a mídia tradicional, inscrita em uma FD conservadora e fazendo uma imagem de seu possível público-alvo, apaga focos de corrupção de outros partidos políticos, o que visibiliza o PT como responsável pelos desfalques nos cofres e dos bens públicos. Por exemplo, quando se fala sobre *mensalão*, os sentidos remontam à participação/culpa do PT nesse ato de corrupção. Em um movimento contrário, de se fazer esquecer, os sentidos sobre o mensalão tucano se perderam na memória e na história.

O enunciado do jornal *O Estado de S. Paulo*, no **Recorte 53**, ao colocar em destaque a existência de “um escândalo de corrupção” que se desdobra, apaga sentidos sobre outros casos de corrupção já ocorridos na história do país. Isso porque alguns sentidos precisam sobrepor outros, para que a ideologia midiática tradicional interpele o leitor (àquele que com ela se identificar) e produza sentido.

Pelo processo de apagamento dos sentidos sobre a corrupção, emerge o discurso de necessidade de tirar o PT do poder. Nos jornais analisados, o discurso sobre uma possível impugnação do mandato de Dilma, como se vê nos **Recortes 52, 54, 55 e 57**, é materializado, às vezes, como “manifestantes defendiam/pediam o impeachment” ou “Fora, Dilma”. O discurso midiático sobre o sujeito manifestante o coloca na posição de cidadão, que pode e deve intervir no combate ao “problema”; se o problema é o governo do PT, a solução é tirá-lo do poder.

No **Recorte 54**, o jornal enaltece a participação dos manifestantes na rua, qualificando a ação como uma “vigorosa demonstração de sua insatisfação com Dilma e o PT”. Neste caso, se existiam outras demandas, elas são apagadas no discurso midiático, que faz funcionar a imagem de crise política no contexto brasileiro e sentidos sobre a necessidade de medidas

radicais para, ilusoriamente, conseguir salvar o país do “caos atual”, como o impeachment da presidente, simbolizando, então, a expurgação do Partido dos Trabalhadores do governo.

É preciso considerar que o discurso sobre o pedido de impedimento da presidente se apoia na memória, remontando às mobilizações promovidas pelos caras-pintadas, em 1992, no “Fora, Collor”. Esse mesmo discurso retorna, agora, referindo-se ao governo atual, e reporta sentidos de outrora: a busca pela incriminação do PT, Lula e Dilma. Tal discurso do “Fora, Dilma”, em referência ao impeachment, recupera o fato de que a pressão popular conseguiu tirar o poder do então presidente Fernando Collor de Mello. Além do mais, Collor estava sendo acusado de corrupção, como vemos no cenário de hoje, embora, em 1992, provas foram apresentadas para dar sustentação ao pedido de exoneração do presidente de seu cargo; diferente da conjuntura atual, em que a população se dividiu: parte considera as chamadas pedaladas fiscais como crime de reponsabilidade e parte não as veem como uma justificativa plausível para o processo de impedimento.

O discurso pró-impeachment, dentro das condições de produção das manifestações de 15 de março, não teria razão de sê-lo se não estabelece um elo com o verde-amarelo, enquanto marca simbólica que caracterizou os atos, como vemos no **Recortes 52**: “caras-pintadas e camisas verdes e amarelas”; **55**: “Verde e amarelo é a cor do país, não o vermelho”; e **57**: “muitos vestidos de amarelo”, ressaltando a defesa da bandeira como um mote para a manifestação. As cores da bandeira falam, elas são linguagem que traduzem relações históricas e simbólicas, advindas seja de acontecimentos históricos/discursivos, seja da cultura do sujeito *brasileiro*. Em termos históricos, pelo dueto verde-amarelo, remontamos manifestações ocorridas em décadas anteriores como as mobilizações pelas *Diretas Já!* (25 de janeiro de 1984), *Fora, Collor!* (1992), mobilizações que contaram com estas cores em contextos diferentes. As *Diretas já!* tiveram como objetivo exigir o fim das eleições indiretas no Brasil. O *Fora, Collor!*, lembrado pela participação dos caras-pintadas, surge em um momento em que enunciados sobre a corrupção vieram à tona, em consequência das denúncias contra o então presidente Fernando Collor de Mello.

Nas manifestações de 15 de março de 2015, a presença do verde-amarelo é uma materialidade visual que não se aparta desses sentidos provenientes de mobilizações do passado. A cor, enquanto parte de construções histórico-sociais, permite a sustentação de símbolos culturais na/da sociedade. O verde-amarelo, cor da seleção, significa pelos sentidos que se entrelaçam: as cores do futebol e as cores das manifestações sintetizam-se no elo comum de criação de uma “identidade brasileira”. A camisa da seleção é ou já foi símbolo de

vitória do *brasileiro torcedor*, que aposta em um time capaz de vencer; a mesma camisa, nas manifestações, esboça também um desejo de ganhar: tirar o PT do poder.

Além de tudo, ao mesmo tempo em que os manifestantes fomentam um discurso sobre o patriotismo/nacionalismo, remetem às cores de bandeiras de partidos políticos, como PSD, PMDB, PSDB. O discurso da mídia faz o verde-amarelo significar como um enunciado contra o vermelho do PT e dos partidos de esquerda, PSTU e PSOL. Como está exposto no **Recorte 55**, o verde e amarelo aparecem como “a cor do país, não o vermelho”. Os sentidos políticos sobre o vermelho, de forma estabilizada, apontam para a presença do comunismo, representado especialmente por esta cor. Tal posição dos manifestantes acaba por contestar o caráter apartidário do movimento, tal como defendiam alguns manifestantes, afirmando que os atos se constituíam como uma defesa ao Brasil.

5.3.2 Mobilizações legítimas e sujeitos engajados (e obedientes ao sistema)

O discurso de patriotismo, em “defesa do Brasil”, dialoga com esta próxima regularidade, isto é, o patriota tem orgulho e zela pela conservação do Estado e de seus elementos simbólicos. Como veremos na sequência disposta, a manifestação do dia 15 de março de 2015 é encenada, no discurso midiático, como um ambiente propício e propagador da pacificidade, pois os jornais constroem um cenário ideal, próprio do sujeito que busca seus direitos e de acordo com as prerrogativas estabelecidas na/pela lei.

Como se verifica na **Sequência 9**, a falta de violência da polícia é resultante, segundo o discurso jornalístico, do (“bom”) comportamento desse sujeito manifestante que se porta em meio às manifestações. Tal forma de enunciar as manifestações apaga os sentidos e interpretações sobre o discurso de intolerância política, disseminado nestas manifestações do dia 15, visto que tais atos se expressaram contra o governo do PT e também contra seus eleitores.

Como vemos na sequência a seguir, o cenário das manifestações do dia 15 de março, sob a ótica da mídia, oferece espaço para uma diversidade de público, não havendo riscos de transtornos e conflito policial, o que já marca uma forma diferente de conceber estas manifestações, seus atores e pautas, e o modo como foram significados pela imprensa.

Sequência 9

Recorte 58

Cabelos grisalhos, espetado com gel, crianças nos ombros, casais (héteros e gays), grupos de amigos e solitários. Muitos deles de cervejinha na mão. Apesar da camisa da seleção ser unanimidade entre os manifestantes, o público que tomou conta da avenida Paulista neste domingo (15) era bem heterogêneo e predominantemente familiar. (FOLHA DE S. PAULO, A8, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 59

Os “fãs” abraçavam e elogiavam os policiais. Alguns pediam para tirar “selfies” (fotos com o próprio celular) com os agentes. Crianças também posavam com eles [...] (FOLHA DE S. PAULO, A9, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 60

Os protestos em atmosfera pacífica, quase sem incidente, na data que celebra os 30 anos da redemocratização do país. Manifestantes chegaram tirar selfies com policiais militares. (FOLHA DE S. PAULO, Capa, 16 de mar. de 2015)

Recorte 61

Policiais do Batalhão de Choque da Polícia Militar do Estado de São Paulo, acostumados a ser hostilizados em protestos, foram tietados por manifestantes na avenida Paulista durante o ato contra a presidente Dilma Rousseff neste domingo (15). (FOLHA DE S. PAULO, A9, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 62

Os manifestantes pediram o fim da corrupção, reclamaram da situação econômica e defenderam o impeachment da presidente. Uma minoria falou em intervenção militar. O antipetismo foi a marca comum entre todos os grupos que decidiram protestar. (O ESTADO DE S. PAULO, Política, A4, 16 de mar. de 2015)

Recorte 63

Em meio aos protestos deste domingo (15) pelo Brasil, parte dos manifestantes defendeu abertamente uma intervenção militar para derrubar Dilma Rousseff *(sic)* da presidência da República. (FOLHA DE S. PAULO, A9, Poder, 16 de mar. de 2015)

Recorte 64

Os gritos de “fora, Dilma” e “fora PT” foram ouvidos no país todo. Grande parte pediu o impeachment da presidente. Uma parcela pequena defendeu a intervenção militar e foi criticada pelos demais participantes. (O ESTADO DE S. PAULO, Capa, 16 de mar. de 2015)

Neste conjunto de recortes, observamos funcionando a imagem de pacificidade dos atos ocorridos em 15 de março de 2015, no discurso midiático. Diferente do que se encontrou nas matérias publicadas em 2013: as mobilizações daquele ano foram vistas como uma guerra travada entre manifestantes e a polícia, que agia, segundo os jornais investigados, para controlar e revidar os ataques de agressores.

As manifestações do dia 15 são representadas, na mídia, como atos que defendem a democracia sem, aparentemente, infringir o direito de outras pessoas, manifestantes ou não. Pela imprensa, é (re)produzida a imagem de uma manifestação promovida pela “família”, ao

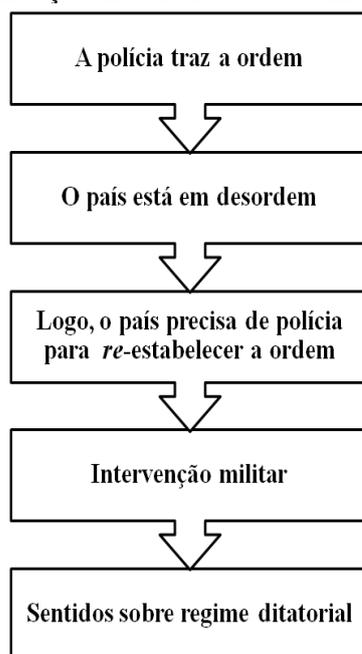
contrário supostamente das “manifestações de esquerda”, que “incitam a violência”, pois seriam constituídas por posições políticas marcadas pelo “radicalismo”.

Nos **Recortes 58** e **59**, há a referência a um público que não se enquadraria, por exemplo, nas manifestações de 2013: a presença de crianças, como consta no **Recorte 59**: “crianças também posavam com eles [os policiais]”; e um público não tão jovem, reportado no **Recorte 58**, na menção aos “Cabelos grisalhos” do(s) manifestante(s). Além de tudo, a manifestação é qualificada como um ambiente aberto à diversidade – aspecto presente também no **Recorte 58**: “casais (héteros e gays), grupos de amigos e solitários”.

O clima de “paz” (explicitado no **Recorte 60**, na expressão: “atmosfera pacífica”) é materializado, inclusive, na forma como os veículos midiáticos discursivizam a atuação da polícia – oposta ao posicionamento assumido pela mídia em 2013, que relatou a existência de dois lados nitidamente opostos, manifestantes e policiais. Em 15 de março de 2015, a mídia descreve a imagem do policial amigo da multidão, que não precisa gastar todo seu tempo no controle dos manifestantes, e por isso, resta tempo para tirar *selfies* com manifestantes (**Recortes 59** e **60**).

Se nas manifestações de 2013 os policiais foram hostilizados, agredidos e desobedecidos, nas de 2015, eles foram abraçados, “tietados” e aplaudidos, segundo os jornais em questão, conforme consta nos **Recortes 59, 60** e **61**. A polícia é vista como uma defensora dos manifestantes que estão na rua, havendo um diálogo amistoso entre as partes, não mais significadas como lados opostos, mas aliados na/para que aconteça a tão pedida “mudança” (política) no país. Sintetizamos, dessa forma, o funcionamento discursivo da polícia na sociedade, enquanto uma instituição legalizada e autorizada a “defender” a população, isto é, regular e exigir de seus integrantes o cumprimento das normas e leis:

Figura 10: Relações metafóricas dos deslizes de sentidos



Os sentidos sobre a polícia em circulação formam uma rede sustentada pela memória discursiva, e ao mesmo tempo sofrem um deslizamento no âmbito da significação. Pelo efeito metafórico, os dizeres sobre intervenção militar passam a significar um pedido pela volta da ditadura militar, de forma implícita ou explícita. Diante das relações e significações da atuação da polícia na sociedade, dentro do que pode e deve dizer, a mídia tenta dissimular/justificar a presença de dizeres a favor da intervenção militar. Tal ocorrência se verifica nos **Recortes 62 e 64**, nos quais a mídia tenta abrandar as solicitações de intervenção militar, pelo uso de “minorias”, e “parcela pequena” em referência às pessoas favoráveis à intervenção militar.

Ademais, os dizeres sobre a intervenção militar são significados como uma solução para tirar a Dilma e o PT do poder, como se vê no **Recorte 63**, no fragmento: “parte dos manifestantes defendeu abertamente uma intervenção militar para derrubar Dilma [...]”, pois o governo petista já perdura há mais de uma década no poder. Desde a promulgação da Constituição de 1998, período de redemocratização, o PT foi o partido que permanece por mais tempo no poder. Tal fato incomoda as elites, pois tira delas o privilégio de serem representadas por políticos derivados de suas classes.

É preciso considerar a rede de sentidos que emerge desta manifestação de 15 de março de 2015: ela foi enunciada, em algumas mídias e por integrantes dos atos, como uma mobilização similar à Marcha da Família com Deus pela Liberdade, ocorrida em 1964,

precedente ao Golpe Militar. Nesta manifestação do passado, havia uma ala feminina, a qual representava não apenas a mulher engajada, o sentido delas nas manifestações de 64 era também outro: a presença da fraternidade, da família, do zelo ao lar. Em nota, Althusser (s/d, p. 44) esclarece que a família tem papel fundamental para a ideologia, não só porque exerce a função de AIE, mas também por intervir “na reprodução da força de trabalho”, constituindo-se, então, como unidade de produção e (ou) unidade de consumo.

O discurso da “família” nas manifestações de 1964 e de 2015, aparentemente contra o mal “proveniente do comunismo”, sustenta-se na contradição materializada na questão da suposta “pacificidade/cordialidade” do manifestante brasileiro. Como uma forma de defender uma política “ordenada” e “estruturada”, arregimenta-se o discurso sobre a família, sustentado na contradição, porque

O Estado não é uma ampliação do círculo familiar e, ainda menos uma integração de certos argumentos, de certas vontades particularistas, de que a família é o melhor exemplo. Não existe entre o círculo familiar e o estado, em gradação, mas antes uma descontinuidade e até uma oposição. (HOLANDA, 1995, p. 141)

Para Holanda (1995), o sujeito só se constitui como cidadão em um espaço de transição, da saída do espaço familiar e doméstico para a constituição do Estado, pois aí “o simples indivíduo se faz cidadão, contribuinte, eleitor, elegível, recrutável e responsável, ante as leis da Cidade” (HOLANDA, 1995, p. 141). O discurso de familiaridade/pacificidade, nas manifestações do dia 15 de março, encontra respaldo na legitimação de forças do Estado para defendê-lo, e esta mesma ideologia de tutela estatal interpela o pedido de intervenção militar, promovido por grupos como Revoltados *ON LINE* e Movimento Brasil Livre (MBL).

O discurso sobre a chamada “intervenção militar” é similarmente contraditório, se tomarmos como ponto de apoio a ótica da chamada democracia. Isso porque a ditadura infringe os direitos do sujeito-cidadão, o qual tende a fazer escolhas de acordo com a “sua possibilidade de escolher”, isto é, de acordo com os direitos que lhe são assegurados pelo discurso legítimo e institucional do jurídico. Os manifestantes defendem “democraticamente” poderes que suprimem o poder de escolha do sujeito-cidadão, usurpando seus direitos legitimados pela Constituição de 1988.

Ainda que não seja dito, o enunciado “Brasil, ame-o ou deixe-o”, em circulação no período ditatorial, é ressignificado pela atualidade: no regime militar, esse *slogan* era pronunciado pelo governo, como uma forma de defender o governo autoritário, dissimulado pela questão do patriotismo, “Brasil, ame-o...”, e fazer calar os indignados com a política,

intimando-os a deixarem o país. Já em 2014 e 2015, o enunciado significa, porque várias pessoas passaram a afirmar que se Dilma fosse reeleita, elas deixariam o país, como, por exemplo, o cantor Lobão, que apoiou Aécio Neves na campanha eleitoral. O patriotismo funcionando neste enunciado dissimula a aversão ao PT e o medo de desestabilização dos lugares ocupados pelas classes privilegiadas.

5.3.3 Participação e engajamento político

Embora o discurso vigente nas manifestações do dia 15 possa ser simbolicamente associado às demandas da chamada “direita” e de partidos desta filiação política, a forma como o jornal noticia as mobilizações gera, como efeito de sentido, a ideia de “arbitrariedade” por parte dos manifestantes ao organizarem-se. Os atos, portanto, não teriam interferência de figuras e partidos políticos específicos.

É o discurso do “apartidarismo”, funcionando nas manifestações e em sua representação midiática, como uma forma de validar as pautas da manifestação. Dentre essas pautas, a que ganha maior visibilidade é a não aprovação geral de um governo manchado pela corrupção – um mal a ser eliminado da sociedade. Por isso, a invisibilidade ou apagamento das filiações político-partidárias funcionam pelos esquecimentos (1 e 2) necessários à produção discursiva, a fim de mostrar que a revolta e o descontentamento são gerais, tendo origem no sujeito-cidadão que deve exercer seu papel crítico na sociedade.

A seguir, organizamos uma sequência que discute essa regularidade:

Sequência 10

Recorte 65

O governador do Paraná, Beto Richa (PSDB), disse que não participará das manifestações. “Fui coordenado da campanha de Aécio Neves [à presidência] e fomos derrotados. Qualquer participação domingo pode parecer revanchismo”. (FOLHA DE S. PAULO, A8, Poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 66

Presidente do PSDB, o senador Aécio Neves (MG) conclamou nesta sexta (13), em vídeo de 25 segundos divulgado em sua página do Facebook, os brasileiros a participarem das manifestações marcadas para domingo (15).

[...]

O senador afirmou que o domingo será lembrado como o “dia da democracia”.

Em entrevista nesta semana, Aécio primeiro declarou que não iria aos atos porque o PSDB não quer ser acusado de promover “terceiro turno” das eleições. (FOLHA DE S. PAULO, A8, Poder, 14 de mar. de 2015)

Recorte 67

[...] os trios elétricos dos grupos Revoltados OnLine, Endireita Brasil, Movimento Brasil Livre e do partido Solidariedade pediam o impeachment da presidente contra o PT e o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que era chamado de “Sapo Barbudo”. (O ESTADO DE S. PAULO, Política, A7, 16 de mar. de 2015)

Recorte 68

Os principais assuntos do Twitter ontem foram as hashtags #MenosOdioMaisDemocracia e “Tchau Dilma”. A primeira foi usada por internautas favoráveis ao governo do PT como contraofensiva à mobilização dos manifestantes nas ruas e nas redes sociais contra o atual governo. (O ESTADO DE S. PAULO, Política, A11, 16 de mar. de 2015)

Como vemos na **Sequência 10**, uma das principais regularidades presentes no dizer midiático é a tentativa de silenciar os discursos que associam o PSDB (e outras frentes de “direita”) ao despontar das mobilizações pró-impeachment e “contra corrupção”, embora Aécio Neves, por exemplo, mostrasse apoio aos atos, como consta no **Recorte 66**, em alusão ao vídeo divulgado pelo político, vestido de verde-amarelo, em rede social, no dia 13. Nesta postagem, o político afirma que sua não participação nos atos seria “para deixar muito claro quem é o protagonista dessas manifestações: e ele é o povo brasileiro”³⁹. Os **Recortes 65 e 66** mostram que o discurso da mídia tende a afastar políticos como Aécio Neves e Beto Richa, ambos do PSDB, dando margem para se interpretar as mobilizações como um ato genuíno empreendido pelos manifestantes, pelo povo, supostamente não representados pelo governo vigente. No **Recorte 65**, o jornal retoma uma fala de Beto Richa para tentar legitimar a não existência de partidarização nas manifestações do dia 15 de março de 2015. Quando o governador afirma que a participação de políticos “pode parecer revanchismo”, o que, pela paráfrase, afirma a não existência de revanchismo ou algum tipo de represália pelo resultado das urnas.

Como os atos aconteceram logo após a presidente Dilma assumir o segundo mandato, o jornal tenta controlar os sentidos a respeito das manifestações, buscando afastar possíveis dizeres a respeito de um “terceiro turno”, promovido por candidatos não satisfeitos com a perda nas urnas. No discurso jornalístico, foi preciso salientar que as manifestações surgiram por vontade do povo para o povo e não foram desencadeadas por disputas estendidas das urnas.

Mais uma vez, o efeito de legitimidade e imparcialidade das manifestações é reforçado pelo discurso midiático. A formação discursiva a que os jornais em questão se filiam não

³⁹Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=KkIudsNCofw&ab_channel=A%C3%A9cioNeves. Acesso em: 15 de dez. 2015.

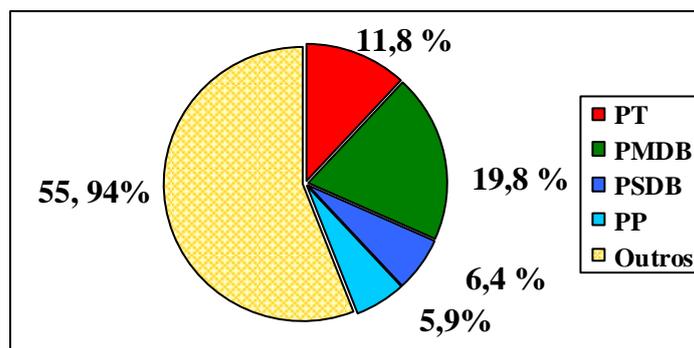
permite colocar Aécio Neves na posição de “derrotado” por Dilma Rousseff, e, então, ambos os veículos analisados buscam revidar tal colocação a qualquer preço. Funciona, pelo contrário, como efeito de sentido, a representação do sujeito-cidadão engajado e que não suporta mais o país nas mãos de um “governo corrupto”. Por isso, o discurso da imprensa silencia sentidos sobre qualquer participação simbólica do PSDB nas mobilizações, embora a causa das manifestações se identifique com as bandeiras hasteadas pelo partido.

Além disso, é preciso considerar, dentro das condições de produção, que alguns dos grupos líderes se posicionavam, às vezes, contrários aos partidos de direita. Tal posição mostra que tanto “direita” quanto “esquerda” não estão firmadas e estão sempre em constituição em meio à heterogeneidade que as constitui. Observamos, pela posição assumida por alguns desses grupos, a interpelação e a (re)produção de um discurso possivelmente de “direita”, ou melhor, a representação de uma vertente da “direita”, amparada no discurso extremo, como a volta da ditadura, o impeachment de Dilma Rousseff. Os Revoltados *ON LINE* afirmam que Jair Bolsonaro (PP-RJ) seria o mais indicado a ocupar o cargo de presidente – deputado conhecido por gerar polêmicas na sociedade, sobretudo quanto às declarações relativas às ditas minorias.

Sobressai, neste íterim, a edificação de uma “direita” pautada em várias vertentes *não*-convergentes, mesmo que em parte. Isso se verifica pelo lugar discursivo ocupado pelos líderes de movimentos que convocaram as manifestações por meio das redes sociais. Verifica-se, entre eles, além de uma postura conservadora, dissidências na orientação política a que estão filiados, como é o caso, por exemplo, dos Revoltados *ON LINE*, os quais se identificam com o discurso político que é conservador e supostamente pautado em bases “cristãs” para justificar determinadas (consider)ações na/sobre a instância política.

Mesmo o argumento do discurso religioso, visto como uma marca do conservadorismo e dos partidos de direita, não é em si suficiente para marcar uma unanimidade inerente a esta posição política, porque a bancada “cristã”, na Câmara dos Deputados, é irregular, em termos de filiações partidárias e números de políticos de cada partido integrados a ela, como visualizamos no gráfico esquematizado a seguir:

Gráfico 1: Composição da Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida (bancada evangélica, integrada por 202 membros)



A bancada evangélica na Câmara dos Deputados é composta por 202 membros; destes, 24 deputados são do PT; 40 do PMDB; 13 do PSDB e 113 integrantes de tantos outros partidos. Grande parte dos representantes da bancada evangélica são orientados ideologicamente pela “direita” política. Apenas o PT da simbólica/suposta “esquerda” apresenta integrantes na bancada evangélica. Simbolicamente, a esquerda é vista como a vertente política que não possui laços “firmes” com a religião; ao contrário, da “direita”, que mantém o compromisso com a religiosidade.

Assim, os Revoltados *ON LINE* se colocam como um dos porta-vozes das manifestações de 15 de junho, sendo, além de tudo, responsáveis por um dos discursos que rejeita parcialmente a presença de partidos como o PSDB nos atos, pois não representa uma das frentes principais do discurso político “cristão”.

Como vemos no **Recorte 67**, o jornal destaca quatro comunidades *online* líderes das manifestações de 15 de março de 2015: MBL, Movimento Endireita Brasil, Revoltados *ON LINE* e partido Solidariedade. Verificando as páginas nas redes sociais dos grupos influentes usadas para a convocação dos manifestantes e divulgação de conteúdos, averiguamos as seguintes informações em duas redes de grande acesso no Brasil (*Facebook* e *Youtube*), coletadas no dia 15 de janeiro de 2016: Revoltados *ON LINE* tinham, nesta data, 1.283.085 curtidas/seguidores no *Facebook* e 23.742 inscritos no canal do *Youtube*. Já o MBL contava com 292.749 curtidas/seguidores na página do *Facebook* e 5.573 inscritos no canal do *Youtube*. Já o Movimento Endireita Brasil, apresentava 387.574 curtidas/seguidores na página do *Facebook* e 384 inscritos no canal do *Youtube*. Por fim, o Partido Solidariedade contava com 304 curtidas/seguidores no *Facebook* e apenas 82 inscritos no canal do *Youtube*. Dessa forma, os Revoltados *ON LINE*, em termos de efeitos técnicos, apresentam maior público-alvo para suas publicações, que hostilizam o PT e seus adeptos.

O grupo, durante o ano de 2015, distribuiu miniaturas do boneco pixuleco na Câmara dos Deputados, que é encontrado disponível para venda no site da loja virtual administrada pela organização. O pixuleco é um boneco inflável que apresenta a imagem do ex-presidente Lula com roupa de presidiário, listrada de preto e branco, com a inscrição 13-171⁴⁰ como crachá de identificação. Algumas das manifestações pró-impeachment contaram com uma versão gigante deste boneco, que tem no nome a marca da corrupção relativa ao escândalo na Petrobrás, mais especificamente retoma a 17ª Operação da Lava Jato, intitulada pela Polícia Federal de Operação Pixuleco, em consequência do dinheiro de propina recolhido das empresas vinculadas a Petrobras, chamado de “pixuleco” por João Vaccari Neto (ex tesoureiro do PT). Embora o termo ainda não esteja dicionarizado, “pixuleco” é uma gíria usada como sinônimo de dinheiro sujo, propina, roubo e se familiarizou a partir do escândalo de corrupção na Petrobras.

O discurso dos grupos das manifestações contra o governo é sustentado na memória da corrupção, assim como fazem os Revoltados *ON LINE*, na distribuição de bonecos “pixuleco” e reforçando episódios que simbolicamente culpabilizam e responsabilizam o PT e seus governantes pelos desvios do dinheiro público, além de incumbir ao eleitorado do partido a responsabilização pela escolha desses “maus” representantes e assim consentir a corrupção. Assim, pelo funcionamento da memória, dá-se a “construção do efeito-sujeito” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 174).

É essencialmente pela memória e pelo (per)curso dos dizeres que a imagem indigesta do PT e dos políticos desse partido significa, seja pelo já-dito ou pelas possibilidades de dizer a respeito dele. O funcionamento da memória é observado no **Recorte 67**, em que reaparece a expressão “sapo barbudo”, usada em 1989 por Brizola para definir Lula. Em meio às condições de produção das manifestações de 15 de março, a expressão “sapo barbudo” faz emergir vários sentidos a respeito de Lula e seu partido representante da classe proletária. Um desses sentidos remete a um acontecimento importante para a história do partido: a eleição de Lula como presidente; este ocorrido permite ser lido como um “sapo barbudo” que a elite teve de engolir, durante um período longo, de mais de uma década. Com as manifestações de 15 de março, o “sapo barbudo” é visto como algo/alguém que deve ser expulso do poder para se retornar a uma suposta paz existente antes de o PT tomar o poder. O jornal, pelo que não está

⁴⁰ O número 171 é usado como uma gíria para caracterizar uma pessoa como “trapaceira”, “espertalhona”, “impostora”, “enganadora”, visto que, no Código Penal, o artigo 171 representa estelionato.

dito, faz funcionar esse “desejo” dos manifestantes, como uma causa legítima e parte da ação democrática.

Ademais, tais considerações remetem à discussão sobre uma possível dualidade destacada em sociedade, travada entre “direita” e “esquerda”, e imaginariamente representadas, respectivamente, por PSDB *versus* PT. Essa dualidade entre “direita” e “esquerda” está explícita no **Recorte 68**, no qual o jornal retoma as *hashtags* em funcionamento no *Twitter* para marcar a existência de uma divisão demarcada entre os dois lados políticos. A primeira *hashtag*, #MenosOdioMaisDemocracia, se refere, aparentemente, aos eleitores do PT e de Dilma Rousseff, enquanto que a segunda, “Tchau Dilma”, aponta para um dos principais objetivos das manifestações do dia 15: o impeachment da presidente.

É preciso observar que a evidência do sujeito é também a evidência do sentido (CARVALHO, 2008), por isso, PT e PSDB significam pela oposição ideológica, como direita e esquerda. Pensando, por exemplo, na ação política do governo brasileiro em vigor, Bresser-Pereira (2007, p. 87) afirma que os rumos tomados pelo partido “[...] depois que se tornou governo, são antes de centro-direita, mas os programas e as mensagens políticas que passam são de centro-esquerda”.

Por essas e outras reflexões, afirmamos que fronteiras bem delimitadas a respeito do da dualidade “esquerda” ou “direita” é uma perspectiva para o fechamento dos sentidos a respeito do discurso/ação política, isso porque, de forma estabilizada,

A direita tende a pressupor que o ser humano é, por natureza, egoísta ou auto-interessado; a esquerda, a pensá-lo como generoso ou capaz de generosidade. Na verdade, o ser humano é intrinsecamente contraditório e, portanto, ambíguo. Ele nasce com duas necessidades fundamentais e contraditórias: de um lado, o instinto da sobrevivência o faz individualista e egoísta; de outro, o instinto da convivência o torna solidário e cooperativo. (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 87)

Esse é um dos principais funcionamentos das manifestações de 15 de março de 2015: ao mesmo tempo em que um dos discursos é a defesa da família e dos valores cristãos, ou mesmo da defesa do “patriotismo”, com a forte presença do verde-amarelo, como já foi abordado anteriormente, há a presença do discurso do rancor, da fúria para com o PT, seus representantes e seu eleitorado. Tal qual afirmou Holanda (1995, p. 146), funciona em sociedade dizeres afixados a respeito da pressuposta cordialidade do brasileiro, ou seja, o modelo de “homem cordial”, que dissemina “a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão

gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” [...] (HOLANDA, 1995, p. 146).

Para funcionar a imagem do manifestante pacífico, o jornal coloca em funcionamento um discurso que “[...] apaga de seu espaço a memória da violência [...] para fazer emergir a memória da cordialidade, da alegria, da festa, sentidos dominantes que insistem em representar, na homogeneidade, no estereótipo, o brasileiro” (DIAS, p. 166, 2009).

Neste ínterim, a heterogeneidade da FD explica a emergência de discursos contraditórios em seu interior, edificados entre a paz e o confronto. Ao mesmo tempo, nas manifestações de 2015, houve uma profusão de dizeres sustentados em ultrajar a instância política que está no governo ou partidos enquadrados, possivelmente, na “esquerda” política, defensores de um sistema socialista ou comunista.

Sendo assim, verificamos que o dizer dos jornais enuncia em uma posição de avaliação dos atos, se filiando à formação discursiva de direita, pois “toda formação discursiva deriva de *condições de produção* específicas, identificáveis” [...] (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 167, grifos dos autores), como é o caso do papel/posição dos jornais analisados. Considerando a filiação dos dizeres construídos por ambos os jornais, entendemos que “o ‘sentido’ de uma sequência só é materialmente concebível na medida em que se concebe esta sequência como pertencente necessariamente a esta ou aquela formação discursiva” (PÊCHEUX & FUCHS, 1975, p. 169).

5.4 MANIFESTAÇÕES DE MARÇO DE 2015: DISCUSSÕES

À investigação das materialidades provenientes das duas manifestações de 2015, do dia 13 e do dia 15 de março, observamos uma nítida diferença entre os modos como os jornais enunciaram uma e outra. A discursivização midiática das manifestações do dia 13 mostra, na perspectiva da presença, a existência de uma definição partidária legível: atos ideologicamente ligados às causas do governo em vigor. Sob o ângulo da ausência, temos, nos enunciados dos jornais, uma produção de sentidos mais significativa a respeito destes atos, como a ausência de riscos ao sistema político capitalista (como se viu em 2013); a carência de uma manifestação com pautas e *slogans* bem definidos e com uma motivação legítima; e a inexistência de ameaça e barreiras às manifestações contra o governo do PT, pelo modo como o discurso simula um movimento enfraquecido política e ideologicamente.

A representação das manifestações do dia 15 de março de 2015 foi mostrada pelos jornais como o ideal de manifestação pacífica, visto que tais atos não se apresentaram contra a ordem vigente, embora atacassem diretamente os governantes e os seus adeptos. As manifestações do dia 15 se enquadram em modelos de atos que a chamada direita já havia organizado na história do país, à semelhança da *Marcha da família com Deus pela liberdade*, ocorrida no ano de 1964, pouco tempo antes do golpe militar deflagrado no país. Assim, mesmo que os jornais *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* signifiquem os atos como legítimos, eles ainda representam a marca da tradição, de uma mobilização empenhada principalmente na busca por livrar o país do (medo de instauração) de um regime ditatorial comunista.

É possível assimilar o modo como o jornal enuncia as manifestações do dia 15 de março com a primeira modalidade de identificação entre o sujeito enunciador e o sujeito universal, abordados por Pêcheux (1997). Para o autor (1997, 125), a “superposição” entre sujeito da enunciação e sujeito universal, por meio do assujeitamento, caracteriza o “bom sujeito”. Dito de outro modo, como efeito de sentido, o discurso a respeito das manifestações do dia 15 de março faz referência ao sujeito-cidadão integrante da sociedade civil, que pode e deve ser participativo e olhar atentamente para as questões políticas ao seu redor (como se fosse um comportamento espontâneo e “original” do sujeito manifestante engajado).

A análise das materialidades linguísticas mostra que o lugar do jornal se determina na enunciação, em meio a processos de subjetividade, desempenhando seu papel de informar e ao mesmo tempo significar e apresentar a sua versão das manifestações para o leitor. Outrossim, entendemos que não são manifestantes empíricos noticiados nas matérias analisadas, são suas imagens projetadas pelo jornal, porque o outro e o dizer do outro os constitui e os significa. Todos os sujeitos sociais são construídos por vozes e sentidos que independem de nossa vontade, pois é o olhar (do) outro que incide sobre nós e nos interpreta a partir de condições específicas e de um lugar discursivo de enunciação.

Dessa maneira, para se entender o papel e o lugar da mídia, é preciso considerá-la como empresa capitalista, gerida e controlada pelas famílias elitistas do país e, por isso, conta com um público-alvo específico: as classes abastadas da sociedade (e atende, primeiramente, aos interesses dessas classes); discurso que chega à população dissimulado como produção e divulgação de uma gama de informações. Como AIE, a mídia exerce controle sobre sujeitos, pois, segundo definição de Althusser (s/d, p. 43), os AIEs se definem por “um certo número de realidades que se apresentam ao observador imediato sob a forma de instituições distintas e

especializadas”. Os AIEs trabalham (discursivamente) a favor da manutenção do Estado, que além de ser um conjunto de instituições que o regem, é, sobretudo

[...] uma “máquina” de repressão que permite às classes dominantes (no século XIX à classe burguesa e à “classe” dos proprietários de terras) assegurar a sua dominação sobre a classe operária para a submeter ao processo de extorsão da mais-valia (quer dizer, à exploração capitalista). (ALTHUSSER, s/d, p. 31)

Assim, o Estado tem o controle e o domínio sobre seu território e sua população, quando, devido à sua independência, tem a soberania reconhecida, por outros Estados que o veem de fora, que passam a reconhecer a efetivação de uma organização interna legitimada por sujeitos externos. Tal soberania se expressa principalmente pela imposição do Estado por meio das leis, as quais são mais ou menos estáveis, e se inscritas em um governo democrático, supostamente, são coniventes com os cidadãos que representa.

Dentro da prática jurídica, o Estado também tem controle sobre a violência, pois tal papel não caberia ao cidadão comum. Dito de outro modo, o Estado tem o monopólio da força física institucionalizada, porque o Estado tenta se proteger das ameaças. Para isso, faz uso do Aparelho de Estado, que

[...] intervém directamente como força repressiva de apoio em última instância quando a polícia, e os seus corpos auxiliares especializados, são “ultrapassados pelos acontecimentos”; e acima deste conjunto o chefe do Estado, a governo e a administração. (ALTHUSSER, s/d, p. 31- 32)

Ao contrário, nas manifestações do dia 15 de março, a violência foi silenciada pelos sentidos de pacificidade, visto que a polícia não precisou agir e os manifestantes apoiaram a atuação da PM. Os atos do dia 15 representam, em suma, a imagem de uma manifestação que não ameaça o Estado e nem o discurso propagando por seus Aparelhos Ideológicos de Estado. Para Althusser, os AIEs podem ser sintetizados em:

O AIE religioso (O sistema das diferentes Igrejas); o AIE escolar (o sistema das diferentes escolas públicas e particulares); o AIE familiar; o AIE jurídico; o AIE político (o sistema Político de que fazem parte os diferentes partidos); o AIE sindical; o AIE da informação (imprensa, rádio-televisão, etc.); o AIE, cultural (Letras, Belas Artes, desportos, etc.). (ALTHUSSER, s/d, p. 43 - 44)

Assim, enxergamos, no discurso midiático sobre as manifestações do dia 15 de março de 2015, uma validação desse discurso proveniente dos AIEs, quando a mídia significa positivamente os sujeitos envolvidos em tais atos. Fazer esconder a atuação negativa dos

Aparelhos de Estado é essencial, em vista da diferença fundamental estabelecida entre estes e os AIEs, pois segundo Althusser “o Aparelho repressivo de Estado ‘funciona pela violência’, enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam ‘pela, ideologia’*”. (ALTHUSSER, s/d, p. 46, grifos do autor).

Os sentidos sobre presença e ausência também se impõem sobre o processo de identificação política como efeito de sentido produzido pelo dizer do jornal. Como foi observado ao longo do *corpus*, a identificação política se apresenta como um mecanismo importante para a construção de sentidos sobre manifestantes e manifestações.

Já no dia 13 de março de 2015, o processo de identificação política é importante para colocar em confronto tais manifestações com as que seriam realizadas no dia 15 de março. Quando os jornais interpretam as manifestações dos dias 13 e 15 como um revide, faz, ao mesmo tempo, circular sentidos sobre as posições canônicas supostamente separadas em “esquerda” e “direita”. Assim, consideramos o processo de silenciamento operando sobre as representações de “esquerda” e “direita”, pois “há muitos tipos de esquerda, mais do que tipos de direita, provavelmente porque esta, além dos valores e idéias, tem o capital para uni-la, enquanto a esquerda só tem valores e idéias” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 83).

As manifestações do dia 15 de março de 2015 representam a expressão máxima do pedido pela mudança, a qual não foi “bem-sucedida” durante a eleição. O discurso destas manifestações, dissimulado por sentidos sobre patriotismo e revolta contra a corrupção, materializa a insatisfação das classes elitistas para com as políticas empreendidas pelo PT, por deslegitimarem o discurso dessas classes e questionarem o pertencimento único dos lugares e posições privilegiadas por essa pequena parcela da população.

Para diferenciar direita e esquerda, Bresser-Pereira (2007, p. 83), elege critérios como “a justiça social e a ordem pública” e também “o reconhecimento ou não da necessidade de intervenção do Estado na economia”. O sujeito de direita seria sempre aquele que prioriza “a ordem em detrimento de uma suposta justiça”. Já o sujeito de esquerda seria aquele que está “disposto a arriscar a ordem em nome da justiça social” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 83). Da mesma forma, “enquanto o conservador é hoje um neo ou ultraliberal, o progressista defende um grau razoável de intervenção do Estado para corrigir as falhas alocativas e distributivas do mercado” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 83).

Dessa maneira, consideramos que as manifestações do dia 13 e do dia 15 se configuram como opostas nos jornais, uma de “direita” e outra de “esquerda”, fazendo circular sentidos sobre “a direita” e “a esquerda”, embora tais definições não sejam tão

adequadas para o caso. A atual administração pode ser vista como um governo sustentado no eixo que precisa operar a partir de decisões de “esquerda” e de “direita” para assim se sustentar no poder e conseguir governar para a maior quantidade de sujeitos possíveis, tendo em vista a divisão de classes característica no Brasil, resultante em uma saliente desigualdade econômico-social.

Estas reflexões mostram que, em termos de ação política, “o grande objetivo tanto da esquerda quanto da direita é conquistar o centro, porque, quando o conquista, se torna governo” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 85). Dessa maneira, “[...] toda a luta ideológica entre a esquerda e a direita nas democracias modernas se trava em torno de empurrar esse centro mais para a esquerda ou mais para a direita” (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 85). Em termos de discurso, esta oscilação será ressignificada de formas diferentes em cada uma das instâncias que compõem a sociedade, e sofrerá o intermédio da instância midiática, seja ela tradicional ou alternativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa, observamos que a instância midiática exerce vital importância para os modos de compreensão, ressignificação e circulação do discurso político, ao falar sobre mobilizações populares. Como ponte que supostamente liga, em termos de efeito de sentido, as outras duas instâncias, cidadã e política, a instância midiática tem legitimidade reconhecida socialmente para difundir discursos sobre a participação política, e simular a (des)legitimidade em/das manifestações atuais, pertinentes à nossa análise e daquelas que muitas vezes tomaram as ruas do país. Tal investida emerge da possibilidade de entrelaçar a abordagem social e a discussão pelo viés do discurso, desestabilizando e deslocando sentidos sobre a conceituação empírica, de acordo com o nosso propósito de repensar como a instância cidadã é discursivizada pela grande mídia no contexto atual, e os sentidos sobre participação política e democracia que emergem quando o discurso jornalístico enuncia as manifestações de rua.

Ao discursivizar mobilizações públicas, os jornais colocam em movimento sentidos sobre a participação cidadã na política, e, para isso, fala não só de sujeitos, mas das instituições, da política vigente, da rua como espaço significante. A investida teórico-discursiva nos permitiu observar as formas pelas quais a mídia precisa se assujeitar para falar sobre as manifestações de rua, seus sujeitos e instituições, tendo o espaço público como palco de instabilidades para a produção do discurso político. Isso porque a mídia está orientada pela imposição de uma FD tradicional, que intercepta o seu dizer para os sentidos significarem como significam: é na e pela língua que os sujeitos são colocados em movimento, em discussão. É por meio do estudo da língua, e de seus vínculos extralinguísticos, como a história, a memória e sobre o sujeito que “captamos” as relações ideológicas que atravessam a base material, a formulação, e produzem sentidos sobre a participação sócio-política na atualidade.

A Análise de Discurso, eixo teórico sustentador da pesquisa, permitiu observar como os sentidos sobre a instância social (e política) puderam ser sedimentados no curso da história e, agora, se colocam em movimento de reinterpretação, pela conjuntura que os implica. Dessa maneira, ao longo da investigação, foi possível questionar o estabilizado da língua, pelo viés discursivo, observando as relações e os sentidos (in)visibilizados, silenciados e ressignificados no discurso da imprensa sobre a participação sócio-política, o que fez com que

discutíssemos o papel da mídia tradicional ao noticiar manifestações já afetadas pela modernidade.

Após localizar a pesquisa pelo suporte teórico discursivo, entendemos como a participação política se firma no contexto brasileiro. Esta empreitada nos permitiu compreender como a instância cidadã é significada e se constitui frente às outras duas instâncias, a política e a midiática, visto que temos o discurso político deslocado de suas posições canônicas e enunciado pelo sujeito-cidadão. Ainda, o estudo do discurso político e das práticas da instância cidadã nos proporcionou uma base sustentadora para assimilar as interceptações capitalistas nas manifestações, para, a partir daí, termos outro olhar diante da discursivização dos jornais sobre a participação política nas ruas.

Com o estudo do jornal, pudemos depreender o papel da mídia tradicional e seu lugar ainda marcado pela tradição, pelo cerceamento dos sentidos, em uma busca constante de, aparentemente, se renovar para concorrer com outras vozes, da rua, das mídias sociais, do ciberativismo, que são capazes de fazer representações incabíveis no discurso da mídia conservadora. Apesar disso, conforme o estudo sobre o discurso jornalístico pode mostrar, os jornais tradicionais ainda exercem forte influência na sociedade devido ao poder de dizer que têm na sociedade, como se fosse um porta-voz para a democracia no país, servindo, ademais às classes privilegiadas.

Em função do objetivo de compreender o funcionamento e o papel dos jornais, *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, pudemos questionar esse lugar legitimado, que produz o efeito de verdade, e dissimula suas subjetividades quanto à posição avaliativa projetada na produção informativa para a sociedade, como é o caso, por exemplo, das designações que significaram de maneira positiva ou negativa manifestantes/manifestações. O discurso impetuoso das mídias sociais questionou o discurso jornalístico por outras fontes que não a via tradicional. Ao mesmo tempo, o discurso tradicional dos jornais tendia à neutralização das desestabilidades, propulsionadas, principalmente, pela Rede.

Dentre os três contextos analisados, as manifestações de 2013 se apresentam como as que mais demonstram rupturas em relação ao modelo de participação social e política, inaugurando, de certa maneira, uma forma moderna para se manifestar, ou ao menos, uma nova maneira para organização e divulgação dos atos. Por isso, os jornais analisados se posicionaram de forma diferente para com os três períodos de manifestações: em 2013, com o discurso de rejeição do sistema atual, os jornais promoveram o apagamento de sentidos sobre

uma manifestação de sujeitos engajados, e cedeu lugar à discursivização da ilegalidade. É a mídia focalizando o não “aceitável” em um contexto dito democrático, cidadão.

Ao contrário, em 2015, embora as manifestações representassem, simbolicamente, o conflito entre duas vertentes políticas, de “esquerda” e de “direita”, a mídia os trata como ideais, porque seguem o modelo de manifestação já ocorrida no país, já sedimentada na memória, já esperada pelo que dita a memória, já controlada pela polícia. A mídia dita os padrões de mobilização social e política, a fim de manter a ordem e sujeitos assujeitados a seu discurso controlador.

A questão do discurso político é fundamental para se entender a posição da mídia ao discursivizar as mobilizações. Em 2013, as manifestações são significadas predominantemente a partir da desordem e do caos social, provenientes de sujeitos que desafiam e violam os deveres convencionados no espaço civil. Neste contexto, a desidentificação do discurso proveniente do sistema político vigente se tornou possível com a defesa do apartidarismo, e a mídia se colocou como resistente a significar o público daquele contexto como promotor da democracia. Se assim o discurso da imprensa os representasse, a posição conservadora desses veículos seria questionada pelas classes às quais se dirige. Por isso, os sentidos que validam essa posição dos manifestantes foram silenciados. Para desvalidar o aspecto apartidário das manifestações, ambos os jornais tentaram apontar possíveis lideranças para os atos, sempre representadas por movimentos ou partidos simbolizados como a “esquerda” política, promotora da desordem e do caos.

Já as mobilizações de 13 de março, no discurso jornalístico, são constituídas por manifestantes representados como coniventes com a corrupção promovida pelo PT, pois os sindicatos e movimentos sociais infligiram sentidos sobre o vínculo com este partido. Além de tudo, o discurso jornalístico, em termos de funcionamento discursivo, enuncia uma possível rejeição até mesmo destes, que antes eram, supostamente, aliados. Em nossas análises, foi possível observar que o discurso sobre a troca de favores – PT e sindicatos, movimentos sociais – funciona pela memória, mais do que o discurso de apoio desses sujeitos ao partido. Esta interpretação se sustenta quando remontamos à representação do PT como um partido corrupto, que valida o “jeitinho brasileiro”, uma medida, supostamente, tomada para apagar as falhas do partido quanto suas promessas não viabilizadas durante os governos de Lula e Dilma.

Por fim, as manifestações de 15 de março de 2015 são (re)compostas como ideais, com sujeitos participativos, conforme o discurso naturalizado em sociedade manda, não há

confrontos com a PM e os atos apresentaram objetivos “nítidos”. Como verificamos ao longo da análise, as manifestações do dia 15 são apresentadas como o ideal de manifestação, pois elas não ameaçam o sistema ou atacam diretamente os símbolos das classes que detém o poder. São manifestações pertencentes ao mundo pré-estabelecido e semanticamente normal, no qual as coisas são bifurcadas em lados opostos, o do bem e o do mal. A presença simbólica do aparente patriotismo, do verde-amarelo, vem afirmar o discurso de manifestações virtuosas, cordiais, “brasileiras”, a favor do país, e não de uma frente política, partido ou candidato.

Sintetizando o funcionamento do *corpus*, afirmamos que as regularidades se orientam pelos sentidos de presença/ausência de elementos como: identificação política; atuação da polícia; pautas levadas às manifestações; (des)ordem e (des)obediência. Os sujeitos e atores sociais que fogem à norma, geralmente, são significados pela ausência de ordem, de discernimento. As manifestações de 2013 são referenciadas, pelos jornais, como ilegítimas para serem significadas como atos a favor da democracia, da cidadania, dos direitos comuns, enquanto as manifestações de 2015, embora representadas pelo confronto de lados, de partidos políticos, são vistas como atos legítimos, que têm um propósito definido, sejam eles aceitáveis ou não pela grande mídia.

Estas representações das manifestações de 2013 e de 2015 geram discursos fundamentados em pré-construídos, em vista da tentativa de controlar os sentidos em funcionamento na materialidade linguística. Por se constituir na/pela linguagem, na prática jornalística, como em qualquer ritual, a falha é intrínseca ao processo de significação: os jornais, ao apagarem sentidos divididos, também colocam em funcionamento uma versão estereotipada das manifestações, divididas, supostamente, em dois lados, o do “bem” e o do “mal”. Em termos de funcionamento, interpretamos que os jornais em questão se colocam na posição de avaliadores das manifestações, a depender, principalmente, dos fatores político-partidários significantes nos atos.

Então, a análise da materialidade linguística nos forneceu base de sustentação para compreender que, em termos de efeito de sentido, os jornais oscilam/oscilaram quanto às interferências e riscos que os atos poderiam oferecer para a sociedade capitalista, ao noticiarem manifestações de rua e significarem a participação política, em contexto (políticos) diferentes. Se a manifestação ideal, pela ótica jornalística conservadora, é aquela que defende a ideologia dominante e seus interesses, quanto maior a ruptura aos modelos tradicionais de manifestação, maior a ideia de descontrole e caos funciona no discurso jornalístico. Em

contraposição, se as mobilizações seguem padrões já esperados, os jornais constroem a ideia de controle, seja em uma manifestação representada pela “direita” ou pela “esquerda”, porque em manifestações disciplinadas (com lideranças, pauta comum, lado político demarcado), o discurso jurídico é eficaz: ele capta os sujeitos na sua individualidade apagando seus resquícios de ser eminentemente político.

Ao longo do trabalho, buscamos mostrar que tais posições – direita e esquerda – não são tão inertes quanto o discurso jornalístico as apresenta. Nem podem ser, porque os discursos, direitos e necessidades da instância cidadã vem sendo alterados conforme as transformações capitalistas da própria sociedade. Esta impossibilidade de fixar padrões e estereótipos das posições políticas é apagada pela mídia, que passa a noticiar os (des)encontros de sujeitos no espaço social.

Estes (des)encontros políticos entre manifestantes são marcados pela discursivização da crise de representatividade política, compreendida por dois lados: nas manifestações de 2013, não é o governo vigente que representa esses sujeitos na rua, e por isso se rebelam contra as convenções sociais capitalistas que lhes são impostas; e em 2015, especialmente no dia 15, o governo do PT não representa esses sujeitos, e por isso seria necessário o impeachment de Dilma Rousseff.

Verificamos, ao longo desta pesquisa, que a participação política na atualidade não é negada pelos jornais em questão. O cerne da questão é que o discurso midiático impõe sua versão sobre um ideal de manifestação, o qual é delineado a partir de índices de proximidade ou distanciamento com os modelos de manifestação de rua que já funcionam e funcionaram em sociedade. Ademais, é a interferência destes sujeitos no espaço civil que os significa e faz significar, porque cada manifestação (política) interfere nas práticas e ações políticas em sociedade, reconfigurando os modos de participação, engajamento político e democracia.

REFERÊNCIAS

ACHARD, P. Memória e produção discursiva do sentido. In ACHARD, P. et all. **O papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes: 1999.

ALTHUSSER, L. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Trad. Joaquim José de Moura Ramos Lisboa: Editora Martins Fontes, s/d.

ANONYMOUS. Manual da ação direta, pdf. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/104388906/Manual-de-Acao-Direta-Acervo-Civone-Medeiros-de-Desobediencia-Civil-Insurgencias-e-Subversao>. Acesso em: 17 nov. 2015.

ANONYMOUS BRASIL, 2014. Disponível em: www.anonymousbrasil.com. Acesso em: 22 set. 2014.

ARISTÓTELES. **A Política**. Trad. Nestor Silveira Chaves. Ediouro: Coleção Universidade de Bolso, s/d.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNAIS. **Institucional**. 2014. Disponível em: <http://www.anj.org.br/>. Acesso em: 24/07/2014.

BARONAS, R. L. Formação discursiva: vale a pena lutar por ela. Anais do XXXIV GEL – 2005, p. 732-737

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BOBBIO, N. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. SP: Unesp, 1995, 2ª reimpressão.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; e PASQUINO, G.. **Dicionário de política I**. trad. Carmen C, Varriale et ai.; Brasília : Editora Universidade de Brasília, 1a ed., 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 05 out. 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Esquerda nacional e empresários na América Latina**. Lua Nova: São Paulo, 70: 83-100, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a05n70.pdf>. Acesso em: 21 dez. 2015

BRITO, P. D. de; PASSETTI, M. C. C. **A (des)construção representacional do partido dos trabalhadores na revista *Veja***. Entretextos, Londrina, v. 7, n. 1, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/18531>. Acesso em: 16 de dez. 2015.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **PEC 352/2013**. Projetos de Lei e Outras Proposições. Disponível em: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=600023>. Acesso em 13 dez. 2015.

CABRAL, R. **A hora mais escura**. 2013. Disponível em: <https://vimeo.com/68865783>. Acesso em 10 de dez. 2015.

CARTA CAPITAL. **15 de março de 2015, dia da mentira**. Farofafá, 16 de março de 2015, *online*. Disponível em: <http://farofafa.cartacapital.com.br/2015/03/16/15-de-marco-de-2015-dia-da-mentira/>. Acesso em: 29 de set. 15

_____. Entenda a reforma política. <http://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-reforma-politica-6840.html>. Acesso em 14 de dez. 2015.

CARVALHO, Z. F. **O sujeito no discurso: Pêcheux e Lacan**. 266 p. Tese (Doutorado em Linguística), Universidade Federal de Minas Gerais, 2008. http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ARCO-7F2RJQ/frederico_zeimerfcarvalho_tese.pdf?sequence=1. Acesso em 24 de dez. 2015.

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**. Fronteiras do Pensamento, 2013. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/canalfronteiras/entrevistas/?16%2C68>. Acesso em: 15 jan. 2015.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. Trad. MAJER, R. V. 6ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CAZARIN, A. E; RASIA, G. dos S. **As noções de acontecimento enunciativo e de acontecimento discursivo: um olhar sobre o discurso político**. Letras, Santa Maria, v. 24, n. 48, p. 193-210, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/letras/article/viewFile/14432/pdf>. Acesso em: 14 jan. 2016.

CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES. Manifesto dos movimentos sociais sobre o Dia 13 de Março. In: 13 de Março - Dia Nacional de Luta, *online*, 2015. Disponível em: <http://cut.org.br/noticias/manifesto-dos-movimentos-sociais-sobre-o-dia-13-de-marco-4d30/>. Acesso em 29 de set. 2015.

CHARAUDEAU, P. **Discurso Político**. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. SP: Contexto, 2006a.

_____. **O Discurso Político**. In: EMEDIATO, W., MACHADO, I. L., MENEZES, W. Análise do discurso: gêneros, comunicação e sociedade. Belo Horizonte: NAD/FALE-UFMG, 2006b.

CORACINI, M. J. R. F. **A celebração do outro na constituição da identidade**. UFRGS: Organon, 2003. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/organon/article/view/30024>. Acesso em: 24/07/2014.

CORREIA, J. C. **Jornalismo e espaço público**. Covilhã: Universidade da Beira do Interior, 1998.

CORREIA, F. **Rediscutindo o Anarquismo: uma abordagem teórica**. Dissertação (Mestrado em Ciências). 275 p. Programa de Mudança Social e Participação Política da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, 2012.

CUT. **13 de Março - Dia Nacional da Luta**. Disponível: <http://www.cut.org.br/acao/13-de-marco-dia-nacional-de-luta-e87f/>. Acesso em: 06 de mai. 2015.

DIAS, L. C. F. **Embate e debate de sentidos sobre o Brasil em antologias de ensaios: discurso, memória e leitura**. Tese de doutorado, 250 p. Campinas, SP : [s.n.], 2009. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000442918>. Acesso em: 28 de jul. de 2016.

DICIONÁRIO MICHAELIS. Vândalo. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=v%E2ndalo>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ativista. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ativista>. Acesso em: 10 dez. 2015.

_____. Ativismo. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=ativismo>. Acesso em: 10 dez. 2015.

DELA-SILVA, S. C. **O acontecimento discursivo da televisão no Brasil: a imprensa na constituição da TV como grande mídia**. Tese (Doutorado). IEL, Unicamp, Campinas, 2008.

ELEIÇÕES 2014, *online*. Disponível em: <http://eleicoes.uol.com.br/>. Acesso em 18 de agost. 2015.

FERNANDES, F. **O que é revolução**. SP: Brasiliense, 1984.

FIATPRESS, 2015. Disponível em: <http://www.fiatpress.com.br/releases/gerenciarReleases.do?operation=visualizarRelease&idRelease=1312>. Acesso em: 10 de out. 2015.

FIORIN, J. L. **As astúcias da enunciação: as categorias de pessoas, espaço e tempo**. São Paulo: Editora Ática, 1996.

FLORES, G. G. B; GALO, S. M. L.; & NECKEL, N. R. M. **Análise de Discurso em Rede: cultura e mídia**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015 – vol. I.

FOLHA DE S. PAULO, 2015. <http://www.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 13 de nov. 2015.

_____. **Ato com foco definido foi além do estereótipo**. Poder: A5, 16 de março de 2015.

_____. **Veja cerca de 200 gritos de protesto dos manifestantes em SP, 2015, online**. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/saopaulo/2013/06/1300497-veja-cerca-de-200-gritos-de-protesto-dos-manifestantes-em-sp.shtml>. Acesso em: 13 de nov. 2015.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed.: Forense Universitária, 2008.

_____. **As Palavras e as Coisas:** uma arqueologia das ciências humanas. Martins Fontes, São Paulo: 2000.

FUCHS, C.; PÊCHEUX, M.; [1975] A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, F.; HAK, T. (orgs.). In: F. Gadet e T. Hak (Orgs). Por uma análise automática do discurso. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997, pp. 163-252.

GEPOMI. Análises de Discursos Político-Midiáticos. Temática. Maringá: UEM. 11 de jan. 2016.

GRIGOLETTO, E. **Do lugar social ao lugar discursivo:** o imbricamento de diferentes posições-sujeito. Seminário de Estudos em Análise do Discurso (2.: 2005 : Porto Alegre, RS). Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre: UFRGS, 2005. Disponível em: <<http://www.analisedodiscurso.ufrgs.br/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/EvandraGrigoletto.pdf>>. Acesso em: 15 mar. 2016.

GUIMARÃES, E. **Semântica do acontecimento.** Campinas: Pontes, 2002.

_____. **Designação e espaço de enunciação:** um encontro político no cotidiano. In: Letras, nº 26 – Língua e Literatura, Limites e Fronteiras. Unicamp, 2003. Disponível em: <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11880>. Acesso em: 28 de jul. de 2016.

GOHN, M. Movimentos sociais na atualidade. In: GOHN, M. da G. (org.). **Movimentos sociais no início do século XXI.** Petrópolis: ed. Vozes, 2007, p. 11 – 53.

_____. **História dos movimentos e lutas sociais:** A construção da cidadania dos brasileiros. 5ª ed. São Paulo: ed. Loyola, 2009.

_____. **Teoria dos movimentos sociais:** paradigmas clássicos e contemporâneos, 2011.

_____. **Sociedade civil no Brasil:** movimentos sociais e ONGs. Bogotá, Colômbia. Universidad Central: Nómadas [online] 2004, nº. 20, 2004, pp. 140-150. Disponível em: <http://148.215.2.11/articulo.oa?id=105117734013>. Acesso em 20 de dez. 2015.

HAROCHE, C.; PÊCHEUX, M.; HENRY, P. **A semântica e o corte saussuriano:** língua, linguagem, discurso. Trad. Ufscar: Linguagem, 2007. Disponível em: http://www.letras.ufscar.br/linguagem/edicao03/traducao_hph.php.

HERBERT, T. Observações para uma teoria geral das ideologias. In: ORLANDI, E. P. et. al. **Rua.** Unicamp: março de 1995, nº 1.

HOLANDA, S. B. O Homem Cordial. In: HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 139 – 152.

IPEA. SIPIS: Sistema de Indicadores de Percepção Social. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/SIPS/110124_sips_mobilidade_apresentacao.pdf . Acesso em: 09 dez. de 2015

KECK, M. E. O PT e o movimento sindical. In: KECK, M. E. **PT – A lógica da diferença: o partido dos trabalhadores na construção da democracia brasileira** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. p. 232-269. Disponível em: books.scielo.org/id/khwkr/pdf/keck-9788579820298-07.pdf. Acesso em 20 de dez. 2015.

LINHART, R., L'établi. Paris: Editions de Minuit, 1978. In: PÊCHEUX, M. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, lute de classes**. Decálages, vol. I. OxyScholar, 2014. Disponível em: <http://scholar.oxy.edu/decalages/vol1/iss4/15>.

LIMA, C. do C. N. Do Impresso aos blogs: a busca de jornalistas pela liberdade de expressão em novos métodos e processos produtivos. In: STRELOW, A.; COUTINHO, I. ASSIS, F. de; FILHA, E. de O.; PENA, F.(orgs.). **Jornalismo: História, Teorias, Gêneros e Práticas**. São Paulo: Intercom, 2012, *e-book*.

MALDIDIER, D. **A inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Trad. Intr. Eni P. Orlandi. Campinas, Pontes, 2003.

MARIANI, B. **O comunismo imaginário: Práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922- 1989)**. 1996. 256 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp: Universidade Estadual de Campinas, 1996. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000115692&fd=y>. Acesso em: 04/01/2015

_____. **Discurso e instituição: a Imprensa**. In: **Rua - Revista do núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**. Campinas: Unicamp, n.5, p.47-61, mar. 1999.

MICHAELIS, 2015. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/>. 04/01/2015

MITTMANN, S. Alguns apontamentos sobre a militância digital. In: GRIGOLETTO, E., NARDI, F. S. de., SCHONS, C. R., (Orgs.). **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividade no ciberespaço**. UFPE: 2011.

NUNES, J. H. **Leitura e arquivo: historicidade e compreensões**. 2º SEAD: 2007. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/JoseHortaNunes.pd>. Acesso em: 15 de dez. 2015

O ESTADÃO. **“Carro da polícia foi um troféu”, afirmam black blocs**. Transcrição nossa. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=doudK3vxVOM&ab_channel=Estad%C3%A3o. Acesso em: 06 de dez. 2015.

_____. Há 20 anos, denúncia explosiva abria caminho para o impeachment de Fernando Collor. Disponível em: <http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2012/05/25/ha-20-anos-denuncia-explosiva-abria-caminho-para-o-impeachment-de-fernando-collor/>. Acesso em: 20/07/2014.

_____. **Sem apoio em comissão da reforma política, PT vai defender modelo apoiado pelo PSDB**. Disponível em: <http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,sem-apoio-em->

comissao-da-reforma-politica-pt-vai-defender-modelo-apoiado-pelo-psdb,1690229. Acesso em: **14 de dez. 2015.**

OLIVEIRA, D. **Jornalismo, mídia e esfera pública: dimensões da ação ideológica.** Sessão de Temas Livres do XXVIII Congresso da Intercom, 2005. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/63880071583213862887193586110156567229.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015

ORLANDI, E. P. **Discurso e texto:** formulação e circulação dos sentidos. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Análise de discurso:** princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

_____. **As formas do silêncio no movimento dos sentidos.** 6. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Educação em direitos humanos: um discurso. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos:** fundamentos teórico-metodológicos. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, [s/d], p. 295-312. Disponível em: http://www.redhbrasil.net/educacao_em_direitos_humanos.php. Acesso em: 08 out. 2015

PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA (PSDB). **Estatuto.** In: O partido, *online*, 2015. Disponível em: <http://www.psd.org.br/>. Acesso em: 07 de out. de 2015.

_____. **Download da marca.** In: O partido, *online*, 2015. Disponível em: <http://www.psd.org.br/>. Acesso em: 19 de out. de 2015.

PARTIDO DOS TRABALHADORES (PT). **Nossa história.** In: institucional, *online*, 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/>. Acesso em: 19 de out. de 2015.

_____. **Reforma Política,** *online*, 2015. Disponível em: <http://www.pt.org.br/>. Acesso em: 19 de nov. de 2015.

PÊCHEUX, M. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. (orgs.). **Cadernos de estudos lingüísticos.** Campinas, p. 07-20, nº19, jul./dez., 1990.

_____. Ler o arquivo hoje. In.: ORLANDI, Eni (ORG.). Gestos de Leitura. Campinas: Editora da Unicamp, 1994.

_____. **Semântica e discurso:** uma crítica à afirmação do óbvio. Trad. Eni Pulcinelli Orlandi. SP: Editora da Unicamp, 1995.

_____. **O discurso estrutura ou acontecimento.** Trad. Eni P. Orlandi. 2ª ed. Campinas, SP: Pontes, 1997.

_____. Papel da memória. In ACHARD, P. et all. **O papel da memória.** Trad. José Horta Nunes. Campinas/SP: Pontes: 1999.

_____. **Ousar pensar e ousar se revoltar. Ideologia, marxismo, luta de classes.** Trad. Guilherme Adorno e Gracinda Ferreira. Décalages: Vol. 1, 2014. Acesso em: 14 de out. 2015.

PIMENTEL, R. M. L.. **Versões de um ritual de linguagem telejornalístico.** 2008. 368 p. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2008. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=vtls000436880&fd=y>. Acesso em: 01 dez. 2014.

PIOVEZENI, C. **Verbo, corpo e voz:** reflexões sobre o discurso político brasileiro contemporâneo. 279 p. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) – Universidade Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Araraquara, 2007. Disponível em: http://portal.fclar.unesp.br/poslinpor/teses/carlos_felix_piovezani_filho.pdf. Acesso em: 07 de dez. 2015.

PRIBERAM, Dicionário da Língua Portuguesa. **Acontecimento.** Disponível em: <https://www.priberam.pt/DLPO/acontecimento>. Acesso em: 25 agost. 2015.

_____. Dicionário da Língua Portuguesa. **Política.** Disponível em: <http://www.priberam.pt/dlpo/pol%C3%ADtica>. Acesso em: 11 de out. 2015.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/#>. Acesso em: 20/10/2014

REVOLTADOS *ON LINE.* **Blogger.** Disponível em: <http://revoltadosonline.blogspot.com.br/>. Acesso em: 25 de set. 2015.

_____. **Facebook.** Disponível em: <https://www.facebook.com/revoltadosonline?fref=photo>. Acesso em: 25 de set. 2015.

_____. **Youtube.** Disponível em: <https://www.youtube.com/user/revoltadosonline/about>. Acesso em: 25 de set. 2015.

_____. **Twitter.** Disponível em: <https://twitter.com/revoltadoonline>. Acesso em: 25 de set. 2015.

REVOLUTION. Sete motivos para rir de Chris Martin. Disponível em: <http://revolution.ig.com.br/2007/03/01/sete-motivos-para-rir-de-chris-martin/>. Acesso em: 25 de set. 2015. Acesso em: 25 de set. 2015.

RODRIGUES, A. D. **Experiência, modernidade e campo dos media.** Universidade de Lisboa: 1999, e-book. Disponível em: www.bocc.ubi.pt. Acesso em: 20 de dez. 2015.

SOUZA, J. P. **Elementos de jornalismo Impresso.** Porto: 2001.

TRANSPARENCY INTERNATIONAL. Results: table and rankings. Disponível em: <http://www.transparency.org/cpi2014/results>

VEJA, 2015. **Selfie é a nova maneira e expressão e autopromoção**, *online*. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/vida-digital/selfie-e-nova-maneira-de-expressao-e-autopromocao/>. Acesso em: 08 de out. 2015.

VENTURINI, M. C. O sujeito porta-voz é sempre um nós em construção? São Paulo: Alfa, 56 (1): 293 - 308, 2012 v. 56, n. 1 (2012). Disponível em: <http://seer.fclar.unesp.br/alfa/article/view/4970>. Acesso em: 01 out. 2015. Acesso em 05 de out. 2015

ZAMPAR, D. **Mídia e eleições presidenciais de 1994 a 2010**: o funcionamento do imaginário na Folha de S. Paulo acerca da corrupção no PT. 2014, 229 p. Dissertação (Mestrado em Letras) Universidade Estadual de Maringá: Maringá, 2014. Disponível em: <http://www.ple.uem.br/defesas/pdf/dzampar.PDF>. Acesso em: 07 de dez. 2015.

ZOPPI-FONTANA, M. G. **Identidades informais**: contradição, processos de designação e subjetivação. In: *Organon*. Porto Alegre, v. 17, n. 35, 2003, p. 245-282.

OBRAS CITADAS

ABERS, R.; BULOW, M. V. **Movimentos sociais na teoria e na prática**: como estudar o ativismo através da fronteira entre Estado e sociedade?. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 13, no 28, set./dez. 2011, p. 52-84

ALONSO, A. **As teorias dos movimentos sociais**: um balanço do debate. *Revista Lua Nova*, n. 76, p. 49-86, 2009.

BOAVENTURA, de Sousa Santos (Org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2002.

BOGADO, A. M. **Tecendo a política**: itinerários de participação política de mulheres em movimentos sociais contemporâneos na Argentina. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.

CALADO, Alder Júlio Ferreira. **Perscrutando os clamores e o recado da Rua**: impressões recolhidas ao calor dos acontecimentos. João Pessoa, 2013. Mimeo.

LEMOS, André; PALÁCIOS, Marcos (eds.). **As janelas do ciberespaço**. Porto Alegre: Sulina, 2001.

_____. **Cidade e mobilidade. Telefones celulares, funções pós -massivas e territórios informacionais**. Disponível em <<http://www.matrizes.usp.br/index.php/matrizes/article/view/29/43>> Acesso em 02/07/2013.

MALINI, Fábio. **A internet e a rua**: ciberativismo e mobilização nas redes sociais. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MARQUES, F. P. J. A. **Participação política e internet**: meios e oportunidades digitais de participação civil na democracia contemporânea, com um estudo do caso do estado brasileiro. 2008

OLIVEIRA, G. N. R. de. **Os “black-blocs” brasileiros: vândalos ou ativistas?** A construção retórico-discursiva em revistas brasileiras. 2015. 182 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2015.

TORO, J. B.; WERNECK, N. **Mobilização social:** um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.